



Do legado fez-se espólio

*Megaeventos, violações de direitos humanos e
luta social na cidade do Rio de Janeiro*

Do legado fez-se espólio

Megaeventos, violações de direitos humanos e luta social na cidade do Rio de Janeiro

ISBN: 978-65-87127-00-2



Título: Do legado fez-se espólio

Subtítulo: Megaeventos, violações de direitos humanos e luta social na cidade do Rio de Janeiro

Formato: Papel

Veiculação: Físico

Realização

Justiça Global

Em parceria com

Fundação Ford

Organizadoras

Glaucia Marinho e Daniela Fichino

Autoras/es

Adriana Fernandes, Alexandre Magalhães, Ana Carolina Brandão Vazquez, Ana Paula da Silva, Anelise dos Santos Gutterres, Betina Sarue, Fábio do Nascimento Simas, Frank Andrew Davies, Fransérgio Goulart, Giovanni Diniz Machado da Silva, Guilherme de Jesus France, Ivie Soares Garrido, João Rafael da Conceição, José Rodrigues de Alvarenga Filho, Karyne Cristine Maranhão de Matos, Luan Carpes Barros Cassal, Luccas Cardoso Real Martins, Mario Brum, Natan Aguilar Duek, Poliana Monteiro, Raphael Soifer, Taísa Sanches, Thaddeus Gregory Blanche, Thais Lemos Duarte, Veronica Freitas, Viviane Suzano Martinhão.

Fotografias

Bárbara Dias, Kauê Pallone, Wagner Maia (Coletivo Fotoguerrilha)

Projeto Gráfico

Jackson Anastácio

Justiça Global

Coordenadoras: Glaucia Marinho, Isabel Lima, Melisanda Trentin, Sandra Carvalho.

Equipe: Ana Esther Santos, Antonio Neto, Daniela Fichino, Danielle Duarte, David Ramos, Francisca Moura, Guilherme Pontes, Lourdes Deloupy, Milena Teixeira, Monique Cruz, Raphaela Lopes, Raoni Dias.



justiça global | 20 anos

www.global.org.br
contato@global.org.br
(21) 2544-2320



Se permite a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Sumário

- 05** **Apresentação**
- 06** **A cidade do futuro do pretérito (composto): Rio de Janeiro e os Jogos Olímpicos de 2016**
Táisa Sanches
- 16** **A ofensiva da Landnahme e a criminalização da resistência social no contexto da Copa do Mundo de 2014**
Natan Aguilar Duek e Luccas Cardoso Real Martins
- 25** **As jornadas de junho de 2013 e a outra resposta do Congresso Nacional**
Guilherme de Jesus France
- 34** **Baixada Fluminense, Mexicanização e Racismo**
Fransérgio Goulart
- 38** **Cidade sob armas: tráfico, milícia e Exército no Rio de Janeiro dos megaeventos**
Frank Andrew Davies e Thais Lemos Duarte
- 45** **Circuito-ocupações: fragmentos de histórias, destruição, (re)aparições**
Adriana Fernandes
- 56** **Jogos Olímpicos Rio 2016: memorial da ausência. Narrativa em duas vozes da calamidade olímpica**
Viviane Suzano Martinhão e Ivie Soares Garrido
- 63** **Mate(,) a cultura local: impedimentos na Copa de 2014**
Giovanni Diniz Machado da Silva
- 67** **No meio do caminho: o antigo Elevado da Perimetral e os meninos que atiram pedra**
José Rodrigues de Alvarenga Filho
- 71** **O neodesenvolvimentismo, as Olimpíadas e as remoções de favelas no Rio de Janeiro**
Alexandre Magalhães
- 76** **O legado Olímpico como laboratório de política urbana: a economia política do projeto Porto Maravilha**
Betina Sarue
- 85** **O medo como legado dos grandes eventos**
Veronica Freitas
- 93** **Caos e lutas: o legado dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro**
Coletivo Fotoguerrilha

- 112** **O urbanismo olímpico na cidade patriarcal: moradia, remoções e violência contra a mulher**
Poliana Monteiro
- 120** **Planejamento estratégico e política de segurança pública: o Rio de Janeiro dos megaeventos**
Ana Carolina Brandão Vazquez
- 126** **Repressão e expropriação na era dos megaeventos no Rio de Janeiro**
Fábio do Nascimento Simas e João Rafael da Conceição
- 133** **Restos da política pública para população LGBT no Rio de Janeiro**
Luan Carpes Barros Cassal
- 140** **Rumores, remoções e resistências na era dos megaeventos**
Anelise dos Santos Gutterres
- 147** **Sem clientes e sem capital: o desastre dos megaeventos cariocas para a prostituição na cidade**
Ana Paula da Silva e Thaddeus Gregory Blanchette
- 151** **Sonhos sujos e The Brazilian Dream of the American Way of Life**
Raphael (Raphi) Soifer
- 157** **UPP e a cidadania através do controle de deveres: o caso da eletricidade**
Mario Brum
- 166** **Vila Autódromo e a violação dos direitos à moradia - aspectos históricos à época pós olimpíadas**
Karyne Cristine Maranhão de Matos

Apresentação

Do legado fez-se espólio. Desde 2007, com a realização dos Jogos Panamericanos, a cidade do Rio de Janeiro viveu à espera do legado prometido. A cada megaevento, propagandas em rádio e tv, outdoors, folhetos e jornais traziam a notícia da chegada de um novo tempo, uma completa modernização dos modos de vida na cidade. “Todas as favelas serão urbanizadas até 2020”, dizia o prefeito. Com a chegada das UPPs, a segurança pública seria completamente reestruturada. Corredores viários, ampliação do metrô, e até um bilionário VLT garantiriam que a mobilidade no Rio estivesse próxima a das cidades mais desenvolvidas do mundo.

Mas nada disso aconteceu. Olhar para os dez anos de megaeventos que se estenderam entre o Pan e as Olimpíadas é ter a certeza de que o que restou foram as lágrimas sobre os escombros e as vidas mutiladas. O processo de espoliação do patrimônio público em prol do enriquecimento ilícito de uma casta política levou à prisão grande parte dos governantes que bradavam pelo legado dos megaeventos. O espólio está, agora, nas contas públicas de um estado que tem os maiores índices de desemprego do país.

Recuperar o significado dos megaeventos para a cidade do Rio de Janeiro impõe, igualmente, ressaltar o silenciamento e a criminalização da crítica durante todo este ciclo.

Movimentos e ativistas que estiveram na linha de frente da denúncia dos processos de genocídio, de remoção, de gentrificação e de malversação do dinheiro público foram sujeitos a graves práticas de intimidação, acossamento, e mesmo à incriminação formal pelos órgãos do sistema de justiça. A engrenagem que trabalhava às sombras da chama olímpica garantia o enriquecimento de poucos e o silenciamento de muitos.

Este dossiê pretende resgatar as narrativas silenciadas dos anos de megaeventos esportivos, cujo acerto histórico se torna mais do que nunca evidente. O tipo e a forma das violações de direitos humanos impostas à população da cidade do Rio de Janeiro são tão extensos quanto diversos, e as diferentes perspectivas aqui contempladas pretendem triilhar um pouco dessas histórias de luta e de dor que marcarão o futuro da cidade por ainda muitos anos à frente.

Através desta coletânea, esperamos que a memória crítica deste passado recente seja útil à compreensão das continuidades e rupturas necessárias à formulação dos espaços de resistência do presente.

Boa leitura!

**Glauca Marinho e
Daniela Fichino**
Editoras

A cidade do futuro do pretérito (composto): Rio de Janeiro e os Jogos Olímpicos de 2016

Resumo

A partir da análise das políticas urbanas colocadas em prática pela prefeitura do Rio de Janeiro como preparação aos Jogos Olímpicos de 2016, este artigo procura analisar suas principais consequências relativas à segregação socioespacial na cidade.

O tempo verbal denominado futuro do pretérito (composto) é utilizado quando queremos nos referir a um fato que poderia ter ocorrido depois de um determinado fato passado. Por exemplo: se eu tivesse ganhado na loteria, teria comprado uma casa. Escolho este tempo verbal para introduzir a discussão que será feita aqui, acerca dos efeitos sociais causados pelas políticas públicas urbanas levadas a cabo no Rio de Janeiro.

As transformações urbanas colocadas em prática na cidade do Rio de Janeiro durante sua preparação para os Jogos Olímpicos tinham como fio condutor a constante justificativa de construção de um futuro melhor. Elas buscavam devolver à cidade algumas das características e obras públicas realizadas no início do século XX, como se quisessem dizer que finalmente o futuro desejado àquela época iria chegar, evitando os erros cometidos anteriormente. Eduardo Paes, prefeito da cidade¹ na data de inauguração da Praça Mauá após ampla reforma, disse: “É um resgate da história. Uma cidade que olha para o futu-

ro, mas preservando o passado”; por isso o futuro do pretérito.

Desde a data da escolha da cidade para sediar os Jogos Olímpicos de 2016, em outubro de 2009, muitas transformações foram feitas no ambiente urbano. O Rio de Janeiro adotou, a partir de então, o título de “Cidade Olímpica”, que esteve presente em todas as logomarcas oficiais da cidade e serviu como guia de políticas públicas e obras desenvolvidas na cidade. A prefeitura da cidade, inclusive, criou um site na internet (www.cidadeolimpica.com.br) onde divulgava todas as transformações urbanas que foram feitas durante aquela gestão, que tinha por objetivo transformar a cidade e deixá-la apta a receber o evento. O site se tornou o meio de comunicação mais ativo da prefeitura, pois nele eram divulgados, por exemplo, projetos como Rio Mais Social e Cartão da Família Carioca, que não estavam diretamente relacionados aos Jogos. O título de cidade olímpica se transformou na definição mais completa do Rio de Janeiro à época, uma vez que a cidade era então definida pelo que ela seria no futuro.

“O título de cidade olímpica se transformou na definição mais completa do Rio de Janeiro à época, uma vez que a cidade era então definida pelo que ela seria no futuro.”

Situação semelhante ocorreu na Exposição Mundial sediada na cidade em 1922, e definida por Sant'Ana (2008) como “a própria materialização da efemeridade do presente, estimulada por visões e reflexões do passado” (SANT'ANA, 2008: 13). Ser o país sede da Exposição Mundial trazia a responsabilidade de dar lugar a um dos maiores símbolos da modernidade, como aponta Benjamin (1985), e o “desejo em obter reconhecimento e status de nação símbolo de progresso, avanço e civilização apresenta-se comum a todos os expositores” (SANT'ANA, 2008: 27). Muitas transformações urbanas foram realizadas para a ocasião, dentre elas, a derrubada do Morro do Castelo.

O Rio de Janeiro candidatou-se a sediar a Exposição Mundial desde 1861, quando foi realizada a primeira Exposição Nacional do Brasil, tentativa de “inserção do Brasil no cenário industrial internacional” (SANT'ANA, 2008: 27). O intento de mostrar o país como inserido na modernidade industrial falhou, uma vez que “sobressaiu a atração exercida pelo exotismo cultural, pelo valor da produção agrícola, pela matéria-prima e minerais nacionais” (Ibid.). De qualquer forma, a partir de tal data o país passou a ser convidado a participar das exposições mundiais.

O início do período republicano do país, e da cidade do Rio de Janeiro como capital, trouxe como bagagem a intenção modernizadora do final do século XIX. Foi no início do século XX que Pereira Passos procurou desenhar a cidade que representaria a moderna capital do país, inspirada em Paris, e evocando os mesmos dilemas com que aquela cidade havia se deparado em seu passado. Não é por menos que

este prefeito foi posteriormente chamado de “Hausman tropical” (BENCHIMOL, 1990), uma vez que como este, lidou com a intensificação do capitalismo e seus efeitos ao espaço urbano da cidade.

As principais transformações do espaço urbano do Rio de Janeiro realizadas por Pereira Passos se referem à construção da Avenida Central (hoje Rio Branco), ao alargamento das ruas do centro, calçamento com asfalto de diversas ruas da cidade, construção da Avenida Beira Mar entre Botafogo e Flamengo, e construção do Teatro Municipal. Segundo Abreu (1997), Passos determinou, em mensagem intitulada “Embelezamento e Saneamento da Cidade”, encaminhada à Câmara em setembro de 1903, diretrizes que iam de saneamento e higiene à desocupação de milhares de casas que se situavam na área onde hoje localiza-se a Avenida Rio Branco.

Este é o primeiro momento em que o investimento do capital se mostra no espaço, e a riqueza passa a se evidenciar nele. A denominada Reforma Passos, segundo Abreu (1997) é representativa principalmente por ser “o primeiro exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, (...) sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade” (ABREU, 1997: 63). Paradoxalmente, a expulsão da população pobre das áreas centrais da cidade fez com que um maior número de pessoas procurasse viver nas proximidades, o que “se constitui em exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes geram novas contradições para o momento de organização social que surge” (Idem: 66). É neste período que os

morros mais próximos ao centro passam a ser massivamente ocupados.

Também é nesta época que se dá a consolidação da formação dos subúrbios mais próximos ao centro, como Engenho Novo, Engenho Velho e São Cristóvão. A população residente em São Cristóvão, por exemplo, passou de 22.202 habitantes em 1890, para 45.098, em 1906 (MORTARA, 1947. Apud ABREU, 1997: 67). É justamente nesta região em que hoje localiza-se o Bairro Carioca, onde desenvolvi o estudo de caso que será apresentado no capítulo 4.

Mike Davis (2009) ao descrever as transformações urbanas de Los Angeles (LA) na primeira metade do século XX, mostra como essa cidade, quando comparada a outras de mesmo porte, “pode ser planejada ou projetada num sentido muito fragmentário (principalmente no nível de sua infraestrutura), mas ela é infinitamente visualizada” (DAVIS, 2009: 55. Marcações do autor). O Rio de Janeiro, assim como LA, é uma cidade muito imaginada, principalmente pelo poder público e por sua elite econômica. As referências à cidade são quase sempre em relação aquilo que ela irá se tornar, ou sobre aqueles problemas que irão ser solucionados, parece que existe uma enorme dificuldade em pensar o que a cidade representa no presente.

O Museu do Amanhã e a reestruturação da Praça Mauá são significativos neste contexto de cidade do futuro. Em texto publicado em dezembro de 2015, o professor João Masao Kamita², analisa as transformações da praça, e mostra como ela “parece recuperar o brilho do passado, do início do século 20, quando surgiu como a porta de entrada do Rio Belle

Époque de Pereira Passos”, mas que na ocasião de sua reinauguração “emerge como um grande vazio estruturante”, pois seu projeto foi entregue a uma parceria público privada que levou em conta somente “as diretrizes do cálculo de eficiência político e da racionalidade instrumental da obra, o que quer dizer dos políticos de mandado e das empreiteiras e seus consórcios”.

Inaugurado em dezembro de 2015, e situado na Praça Mauá, o museu não apresenta obras do passado ou referências a ele, como seria comum a uma instituição desta. Pelo contrário, o museu nega o passado da Praça e da cidade e reverencia o futuro. A preocupação com a estética desta obra é fundamental. Por não apresentar grandes exposições em seu interior, a própria construção do museu é futurística, negando o passado do local onde está construído.

Por outro lado, à população mais pobre da cidade cabe o passado. Ao mesmo tempo que a cidade tem sua imagem voltada ao futuro, tenta-se manter vivo o espírito comunitário atribuído às favelas e à população pobre do início do século XX. Como se somente mantendo-se harmoniosos e revitalizando as tradições do samba a população mais pobre pudesse sobreviver na cidade imaginada. Orlando Alves dos Santos Junior (2015), que denominou as transformações do Rio de Janeiro dos jogos de “modernização neoliberal”, acredita que este processo “parece se aproximar das práticas patrimonialistas, que tanto marcam a história da cidade do Rio de Janeiro, e se distanciar da gestão democrática associada ao ideário do direito à cidade” (Idem: 479). A cidade permaneceu, então, neste meio caminho entre o

futuro glorioso e o passado visto com saudosismo, que remete às tradições do samba, da malandragem. Neste passado, a vida nas favelas remetia à harmonia, situação que era confortável ao Estado, que mantinha relações de clientelismo e patronagem com seus moradores.

Em alguma medida, a forma como o investimento na cidade se produziu no Rio de Janeiro durante a preparação para os jogos olímpicos se aproxima também daquele verificado no período desenvolvimentista (1946-1964). Ainda que, àquela época, a principal orientação econômica estivesse relacionada à industrialização do país, alavancada por políticas protecionistas de substituição de importações, a forma como se realizaram os investimentos na área urbana traz semelhanças com a atualidade. A preocupação latente em se modernizar o país esteve presente nos projetos de habitação social da época, “introduzindo novos hábitos e um modo de vida ‘moderno’ que romperiam com o atraso do país, expresso no subdesenvolvimento” (BONDUKI, 2013: 138). Foram construídos, à época, conjuntos habitacionais que seguiam ideais de modernização, como o Edifício Pedregulho, em São Cristóvão, em 1947. Em ambos os casos, os projetos de habitação social se encontram entre a melhoria do aspecto da cidade, excluindo-se os mais pobres de habitações precárias que destoam do cenário, e projetos de baixo custo que maquiam a realidade da população que neles habita.

Talvez seja possível afirmar que o Rio de Janeiro, por ser cenário natural reverenciado mundialmente, se compare à Veneza descrita por Simmel (2003). Em ambas se busca na beleza estéti-

ca uma definição de cidade, o que acaba por torna-las superficiais, “como se só as camadas superiores da alma, que se limitam a captar reflexos, a fruir passivamente, respirassem ainda, enquanto a sua realidade plena permanece à margem como que num sonho indolente” (SIMMEL, 2003: 126)

Assim como ocorreu à época da Exposição Mundial de 1922, o Rio de Janeiro se candidatou a sediar um evento de alcance mundial repetidamente, tendo sido eleita em 2009 para organizar os jogos em 2016. E da mesma forma que ocorreu no início do século XX, também agora a cidade passa por intensas transformações urbanísticas, que afetam em especial a população mais pobre da cidade. O que se indica pelas políticas urbanas e habitacionais da prefeitura do Rio de Janeiro, como veremos a seguir, é que ela percebe a cidade como uma empresa a ser gerida, e “negligencia as singularidades da vida urbana, os modos de viver da cidade, o habitar propriamente dito” (LEFEBVRE, 1991: 57).

A cidade olímpica e a gestão de alto desempenho: padrões de segregação urbana na cidade

A administração da Prefeitura do Rio de Janeiro que teve início em 2009 decidiu por outro caminho: se guiar pelas melhores práticas de gestão (...)

A chamada Gestão de Alto Desempenho da Prefeitura estava pautada em três valores fundamentais: foco em resultados, pragmatismo e disciplina.

Estas três características deveriam ser reconhecidas em cada decisão tomada.

Ou seja, ao invés de agir somente pela necessidade ou intuição, a Prefeitura passou a agir com método.

(Gestão de Alto Desempenho, prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012)

Os trechos acima, retirados de um relatório chamado Gestão de Alto Desempenho, elaborado pela prefeitura do Rio de Janeiro para demonstrar o cumprimento das metas propostas para o período de 2009 a 2012, primeiro mandato de Eduardo Paes, sugerem que seu governo se inspirou em práticas de gestão mais comuns ao setor privado. O relatório é importante para mostrarmos a partir de qual ponto se iniciam os desenhos urbano e habitacional colocados em prática no Rio de Janeiro durante sua preparação para os jogos olímpicos de 2016.

Orlando Alves dos Santos Jr. (2015) viu neste projeto um novo ciclo de mercantilização do espaço urbano, à medida em que a cidade passa a ser gerida de forma empresarial, e que se inserem áreas e serviços públicos da cidade “aos circuitos de valorização do capital” (Idem). O autor sugere que se colocou em curso um “processo de intensificação da elitização da cidade”, tanto por conta da “transferência forçada de ativos sob a posse ou controle das classes populares para setores do capital imobiliário”, quanto pela “criação de novos serviços e equipamentos urbanos que passariam a ser geridos pela iniciativa privada” (Ibid.).

Na mesma direção, Feltran (2014) aponta para o caráter de inclusão

social pelo mercado das políticas públicas atuais. Para ele, “a habitação social contemporânea é a ponta da operação de mercados financeiros transnacionais” (FELTRAN, 2014: 507), sendo fundamental “associar ao dispositivo mercantil uma cunha de destituição do “direito a ter direitos” (Idem: 508), no sentido em que o direito à habitação é dado via aquisição de imóvel, mas não oferece aos beneficiários um real acesso à vida pública que a cidade possibilita. Veremos como os planos e projetos, leis e decretos da prefeitura e do governo federal influenciaram o processo de segregação urbana no Rio de Janeiro a partir destas perspectivas.

O Plano Estratégico que guiou a gestão da prefeitura de Eduardo Paes entre 2013 e 2016 se baseou nas políticas “exitosas” que foram implementadas no primeiro mandato, e traz ao debate a questão habitacional – que não estava presente no relatório dos primeiros anos. O Plano propunha a construção de 100 mil residências, e a redução em 5% da área do município ocupada por favelas, mas não explicava quais as atividades que seriam desenvolvidas nesse sentido. A palavra habitação aparece menos de 10 vezes no documento, e a palavra favela, quatro vezes. O Programa Minha Casa Minha Vida não é mencionado.

Outro documento oficial importante para desenhar a conjuntura habitacional e urbana da cidade do Rio de Janeiro foi o decreto número 34.522, de outubro de 2011, que aprovava “as diretrizes para a demolição de edificações e relocação de moradores em assentamentos populares”. Este decreto estabelecia “a necessidade de atualizar e uniformizar os procedimentos da administração

municipal para a desocupação de áreas em assentamentos populares, necessárias à implantação de projetos de interesse público”, e apresentava o PMCMV como alternativa de relocação das famílias removidas.

Estes documentos apresentam as políticas públicas urbanas colocadas em prática na cidade, demonstrando que os dois mandatos de Eduardo Paes trouxeram o “problema favela” de volta ao debate. Quando assumiu, em 2009, o prefeito deu uma entrevista à revista *Veja*, na qual dizia que as remoções de favelas seriam a única solução em alguns casos. Ele propôs, nesta entrevista, que os moradores de favelas que deveriam ser removidas fossem relocados no subúrbio da cidade, pois,

Tem linha de trem, metrô, hospital, escola, rua asfaltada, água, esgoto e luz. Os moradores dessas regiões reclamam que ali só há intervenções para melhorar as favelas e que o bairro em si está completamente abandonado. É verdade. O subúrbio, que já foi o símbolo de um Rio pujante, se deteriorou. Ali, a lógica do processo está invertida: áreas degradadas, como as favelas, vão ocupando e destruindo o tecido urbano consolidado. Meu sonho como prefeito é inverter esse fluxo, investir nos bairros e fazer com que a lógica da cidade formal passe a influenciar as áreas onde a favela avançou, possibilitando que haja um adensamento populacional civilizado (entrevista com Eduardo Paes, Revista *Veja*, maio de 2009) 3

Os investimentos da prefeitura em habitação, desde então, foram feitos no sentido de realizar o “sonho” mencionado pelo prefeito. A legislação da cidade foi alterada abrindo espaço para a realização das transformações desejadas por aquela gestão. O Plano Diretor da cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, aprovado em 2011, previa, em seu Artigo 15, segundo parágrafo, que

Os moradores que ocupem favelas e loteamentos clandestinos nas áreas referidas no parágrafo anterior deverão ser realocados, obedecendo-se às diretrizes constantes do art. 201 desta Lei Complementar, do artigo 429 da Lei Orgânica do Município, observado os dispositivos do Art. 4º da Medida Provisória nº 2.220, de 4 de setembro de 2001.

O art.201, mencionado acima, previa que a política de habitação deveria “produzir novas soluções habitacionais” e “incentivar a formação de parcerias com entidades públicas e privadas”, entre outras coisas. Portanto, os moradores de favelas e loteamentos clandestinos, deveriam, segundo o Plano Diretor da cidade, ser removidos e realocados em soluções habitacionais que preveem a parceria público privada.

Se nos anos 1990 e 2000 as remoções de favelas foram estigmatizadas pelos movimentos sociais e postas de lado pelo poder público, na gestão de Eduardo Paes voltaram a se configurar como política habitacional, realizada em parceria com o governo federal, através do PMCMV. Estima-se que 67.000 pessoas fo-

“O acesso à cidade oferecido aos mais pobres, portanto, através da construção de conjuntos habitacionais homogêneos, sendo a maioria deles nas fronteiras urbanas, aumenta a segregação social.”

ram removidas entre 2009 e 2013 (AZEVEDO & FAULHABER, 2015: 36), o que representava cerca de 1% da população da cidade à época. Este representa outro ponto de semelhança com Pereira Passos, que removeu 20.000 pessoas, ou cerca de 2,5% da população daquele tempo.

No Rio de Janeiro, o investimento no ambiente urbano devido aos jogos olímpicos foi enorme, e seus impactos na urbanização da cidade seguiram o mesmo padrão, uma vez que absorveram “as mercadorias excedentes que os capitalistas não param de produzir em sua busca de mais-valia” (HARVEY, 2014:33). Nas margens da cidade, os efeitos do investimento do excedente de capital produziram outro fenômeno descrito por Harvey: a criação de uma “vida sem alma”, através da construção de empreendimentos monótonos de moradia que pretendem vender uma “réplica customizada da vida nas cidades” (HARVEY, 2013: 41). São empreendimentos imobiliários que replicam bairros inteiros, como é o caso do Bairro Carioca, em Triagem, parte do Programa Minha Casa Minha Vida na cidade.

No Brasil, os conjuntos habitacionais construídos em parceria com o PMCMV, revelam a relação entre política pública de habitação social e mercado existente no país, despontando o que Shimbo (2010) denomina como habitação social de mercado. A localização periférica de alguns conjuntos habitacionais, a baixa qualidade construtiva e a adoção do modelo “condomínio” são algumas das consequências de um acordo entre governo e setor privado, onde a busca de lucro pelas empresas tem influência nas suas escolhas. A opção por adotar a forma de “condomínios”, por exemplo, vai

além da oferta de um estilo de vida. Para as empreiteiras, este tipo de construção as isenta da responsabilidade de gerir a manutenção dos edifícios após a entrega aos moradores, o que as exime dos custos relativos a isso. Os moradores, após mudarem aos conjuntos, devem se responsabilizar pela gestão dos blocos de edifícios.

No Rio de Janeiro, grande parte dos conjuntos do PMCMV localiza-se em áreas afastadas do centro da cidade. As empresas buscam terrenos mais baratos, que ofereçam maiores chances de lucro, e a população é realocada em locais distantes e sem infraestrutura urbana. O que o PMCMV não leva em conta é que existem especificidades em relação aos tipos de segregação e desigualdades presentes na cidade. Oferecer condomínios padronizados a diferentes populações e inseri-los em bairros também carentes de infraestrutura denuncia um tipo de visão que homogeneiza os problemas das periferias. Como solução, são oferecidas “políticas redistributivas para espaços periféricos (...) que ficam perdidas entre a evidente insuficiência do que é realizado e a irrelevância das iniciativas, diante do que deveria (e até poderia) ser feito” (MARQUES, 2005: 54).

O acesso à cidade oferecido aos mais pobres, portanto, através da construção de conjuntos habitacionais homogêneos, sendo a maioria deles nas fronteiras urbanas, aumenta a segregação social. Cardoso e Lago (2015), concluem, após analisar os impactos da relação entre Estado e capital imobiliário na formulação de programas habitacionais no Rio de Janeiro desde 2000, que a adoção do padrão de condomínios para a oferta de habitação social

tem fortes implicações na negação da cidade, na privatização de espaços públicos, na segmentação do viário e da circulação, na criação de barreiras à mobilidade e, ainda, na ampliação e privatização dos custos de manutenção dos espaços públicos que deixam de ser de responsabilidade das Prefeituras e passam a ser geridos pelos condomínios (CARDOSO & LAGO, 2015: sem página)³

Essa reflexão nos leva a questionar se os empreendimentos do PMCMV podem ser caracterizados como Agier (2015) classifica os campos de refugiados e acampamentos informais, ou seja, como espaços “colocados em heterotopia”, marcados por “separar, retardar ou suspender todo reconhecimento de uma igualdade política entre seus habitantes e cidadãos comuns” (AGIER, 2015: 46).

A efetivação destas políticas habitacionais tem efeitos também na forma urbana do Rio de Janeiro. O subúrbio pujante do Rio de Janeiro, também evocado na fala do prefeito Eduardo Paes, tem se estabelecido como um emaranhado de conjuntos habitacionais, devido não só às ações da gestão atual, mas de um histórico de políticas habitacionais que levam a isso. Na antiga área industrial da cidade, próximo à Mangueiras, existem diversos conjuntos, como os recém construídos Bairro Carioca, com 10.000 unidades habitacionais, e a Nova CCPL, na área da antiga fábrica da CCPL,⁵ com 728 unidades habitacionais; além daqueles mais antigos, que pertencem ao Complexo de Mangueiras: CHP2, com uma população de 3.908 pessoas, o Conjun-

to Habitacional Nelson Mandela, com 3.101 moradores, e o Conjunto Habitacional Samora Machel, com 3.188 habitantes, entre outros. Além disso, nas proximidades se encontra o Complexo do Jacarezinho, alvo de um investimento de R\$ 609.000.000,00, pelo PAC2, do governo federal, que prevê a realocação de várias famílias.⁶

Notas de conclusão

A reconstrução do antigo subúrbio industrial do Rio de Janeiro, que antes estava sendo tomado por favelas, como colocou o prefeito, mostra como a cidade se apodera das significações políticas e as expõe em edifícios; as políticas habitacionais segregacionistas se expressam nestes conjuntos e no território, cada vez mais polarizado. Como diria Lefebvre, “a estrutura social está presente na cidade, é aí que ela se torna sensível, é aí que significa uma ordem. Inversamente, a cidade é um pedaço do conjunto social; revela porque as contem e incorpora na matéria sensível, as instituições, as ideologias” (LEFEBVRE, 1991: 60).

A formação territorial do Rio de Janeiro, cuja pesada herança ainda hoje reflete padrões clientelistas e escravistas, vai na contramão daquela que foi uma das condições para a formação das comunas que originaram as cidades. Weber (1999), ao analisar o surgimento das cidades medievais e da antiguidade, demonstra que sua existência decorre de certa organização estrutural, baseada no território. A delimitação do espaço onde os mesmos códigos valerão a todos os indivíduos que dentro dele viviam era con-

dição fundamental para a garantia das características de um tipo ideal de cidade. Viver sob códigos comuns em um território delimitado seria condição fundamental para a existência das cidades. É através do pertencimento a um mesmo código moral que se normatiza a igualdade na cidade. O conceito de cidadania estaria, assim, imbricado ao de igualdade, uma vez que ele explicita o papel de cada indivíduo perante o acor-do associativo da cidade.

Para DaMatta (1997), o conceito de cidadania implica “de um lado, a ideia fundamental de indivíduo (e a ideologia do individualismo), e, de outro, regras universais (um sistema de leis que vale para todos em todo e qualquer espaço social)” (DAMATTA, 1997: 66). Analisar como este conceito é colocado em prática, no entanto, implica também compreender que ele é “socialmente institucionalizado” – por leis, e “moralmente construído” (Idem: 67) – culturalmente. O autor mostra que uma sociedade igualitária é aquela onde, no espaço público, todos são vistos como indivíduos, e não como pessoas. Não deve existir, portanto, diferenciações em nenhuma hipótese. Ser cidadão é possuir os mesmos direitos e deveres de todos os demais indivíduos pertencentes a uma mesma sociedade.

Isaac Joseph (2005), indo pelo mesmo caminho, acredita que a oferta de espaço público não é suficiente para levar à cidadania: “a passagem da urbanidade à cidadania não corresponde a uma consequência natural” (JOSEPH, 2005: 96). O autor considera que as cidades, em sua natureza, contêm a ideia de integração, na medida que unem indivíduos diferentes sob os mesmos códigos, e por conseguinte também

segregam, quando superpõem e amontoam a população em um mesmo território. Unindo-se ao que propõe Joseph, pode-se trazer o que Marcuse (1997) considera a respeito de segregação. Para este autor, diversos tipos de separação espacial reforçam a segregação social, uma vez que “integração significa algo mais que não-segregação: significa uma interação positiva, uma mistura, uma comunicação em andamento entre grupos” (Idem: 251).

É nesta medida que, neste trabalho, buscamos compreender em que grau a cidade do Rio de Janeiro “integra, desagrega, segrega e separa” para usar os termos de Marcuse (1997), as classes populares, em um contexto de transformação urbana radical e quando comparada a outras políticas urbanas realizadas no passado.

Notas

1. Eduardo Paes foi eleito em 2008 e reeleito em 2012.
2. Texto publicado em 16 de dezembro de 2015, disponível no site <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/16.187/5885>.
3. Disponível em <http://pmdb.org.br/noticias/chega-de-demagogia-diz-eduardo-paes-em-entrevista-a-veja/>. Acesso em novembro de 2015.
4. Ou seja: áreas de risco; faixas marginais de proteção de águas superficiais; faixas de proteção de adutoras e de redes elétricas de alta tensão; faixa de domínio de estradas federais, estaduais e municipais; áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação da Natureza; áreas que não possam ser dotadas de condições satisfatórias de urbanização e saneamento básico;

áreas externas aos ecolimites, que assinalam a fronteira entre as áreas ocupadas e as destinadas à proteção ambiental ou que apresentam cobertura vegetal de qualquer natureza; vãos e pilares de viadutos, pontes, passarelas e áreas a estes adjacentes; e áreas frágeis de encostas, em especial os talvegues, e as áreas frágeis de baixadas.

5. <http://www.rj.gov.br/web/seobras/exibeconteudo?article-id=2103491>. Acesso em Abril de 2015.
6. <http://www.emop.rj.gov.br/trabalho-tecnico-social/projeto-comunidade-do-jacarezinho/>

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. IPLANRIO, Rio de Janeiro, 1997.

AZEVEDO, Lena & **FAULHABER**, Lucas. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. Mórula, Rio de Janeiro, 2015.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte (SMCTT), 1990.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In: KOTHE, Flávio R. (org.). Walter Benjamin. São Paulo: Ática, 1985.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. Estação Liberdade, São Paulo, 2011.

CARDOSO, Adauto, et al. Quando um direito vira produto: impactos do programa minha casa minha vida na cidade do Rio de Janeiro. XVIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, UERJ, 2013.

DAVIS, Mike. Cidade de Quartzos: escavando o futuro em Los Angeles. São Paulo, Boitempo, 2009.

FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como me-

dição para o conflito social contemporâneo. CADERNO CRH, v. 27, n. 72, p. 495-512, Salvador, 2014.

HARVEY, David. O direito à cidade. Revista Lutas Sociais, n.29, p.73-89, São Paulo, 2012.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. Editora Martins Fontes, São Paulo, 2014.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. Tradução de Rubens Eduardo Frias. Editora Moraes, São Paulo, 1991.

MARQUES, Eduardo. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. In: **MARQUES**, Eduardo & **TORRES**, Haroldo (org.). São Paulo: segregação, pobreza e desigualdades sociais. Editora Senac, São Paulo, 2005.

SANT'ANA, Thais Rezende da Silva de. A Exposição Internacional do Centenário da Independência: modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920. Unicamp, dissertação de mestrado, Campinas, 2008.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Governança empreendedorista: a modernização neoliberal. In: **RI-BEIRO**, Luiz Cesar de Queiroz (ed.). Rio de Janeiro: transformações na ordem urbana. Editora Letra Capital, Rio de Janeiro, 2015.

SHIMBO, Lucia Zanin. Habitação social, habitação de mercado – a confluência entre Estado, empresas construtoras e capital de mercado. Tese de doutorado, USP, São Carlos, 2010.

SIMMEL, Georg. Veneza. Revista crítica de ciências sociais. Nº67, 2003.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Editora UNB, Brasília, 1999.

Natan Aguilar Duek
Bacharelado em direito pela
Universidade do Estado do Rio
de Janeiro

Luccas Cardoso Real
Martins

Bacharelado em direito pela
Universidade do Estado do Rio
de Janeiro

A ofensiva da Landnahme e a criminalização da resistência social no contexto da Copa do Mundo de 2014

Resumo:

O presente trabalho tem como objeto analisar a relação estabelecida entre a Landnahme, caracterizada aqui como a expansão da lógica capitalista para novos territórios, e a Copa do Mundo que teve como epicentro a cidade do Rio de Janeiro. Em seguida, explora-se a reação dos movimentos sociais a esta investida mercadológica. Por fim, será investigado o papel essencial do Estado na lógica de viabilização da acumulação financeira, direcionando suas agências punitivas ao processo de criminalização secundária de movimentos que atuassem em sentido desmercantilizante.

I - Introdução

Ao longo desta exposição, pretende-se situar a Copa do Mundo de Futebol de 2014 dentro do contexto do processo de reprodução do capitalismo em sua fase financeirizada e neoliberal, utilizando como referencial teórico o conceito da Landnahme, cunhado por DÖRRE, o qual expressa, essencialmente, uma tendência expansiva do capitalismo.

Conforme explica GONÇALVES,

o termo alemão Landnahme significa literalmente “tomada da terra”. Sua origem teórica encontra-se em Luxemburgo que atribuiu à expansão capitalista o conteúdo do colonialismo dos países não-europeus. Conforme aplicado por Dörre, essa noção adquire um sentido mais amplo. É a invasão, tomada e ocupação de um

espaço ou grupo social para a exploração de toda sua potencialidade e mercantilização. (...) Trata-se de um conceito macrossociológico, isto é, reflete diferentes processos de expropriação de um espaço social lato sensu (não se resumindo a um território geográfico, mas contendo também relações sociais) com fins de mercantilizá-lo.” (GONÇALVES; 2017; pp.1028-1082. p. 24)

Pretendemos explorar brevemente a reação social a esta investida mercadológica e analisar a lógica de viabilização da acumulação financeira, no âmbito da alegada necessidade de criar um ambiente atrativo e seguro para os investidores e seus contratos bilionários. Por fim, será explorada a criminalização secundária de movimentos sociais que atuam de forma desmercantilizante (BIN-GEL; FALERO, 2008. p. 4), objetivando neutralizar a resistência

política por meio da instrumentalização do sistema punitivo.¹

II - A ofensiva da acumulação financeira

No âmbito da reprodução sistêmica do capitalismo, surge a necessidade de sua expansão territorial, derivada, sinteticamente da impossibilidade de repetição dos processos de extração de mais-valor em seu lugar de produção. Nas palavras de GONÇALVES, ao explicitar o modelo preconizado por DÖRRE:

A necessidade permanente de superar as fronteiras da acumulação leva o capitalismo a produzir espaços não-capitalistas, que ele, posteriormente, expropriará. Com isso, o autor indica que “em princípio, a cadeia de expropriação capitalista do espaço é infinita” (Id: 42). A partir dessa consideração, Dörre (2012: 36 e 41) formula um teorema do desenvolvimento capitalista. Trata-se da acumulação do capital pela expropriação de espaços não-capitalistas existentes ou produzidos ativamente. Dessa tese, o autor deduz que o capitalismo funciona com base em uma “Dialética Dentro-Fora”, segundo a qual os limites de sua capacidade interna de acumulação exigem a expropriação de um Fora. (GONÇALVES; 2017; pp.1028-1082. p. 21-22)

Será, portanto, exatamente a conquista de novos territórios que permitirá a instituição de um novo ciclo de acumulação. Neste processo, os aparatos estatais se apresentarão como instituições mediadoras entre as alianças regionais de classe das zonas ex-

propriadas e o capital internacional. Conforme explicita HARVEY, a construção dessas pactuações regionais é impulsionada pelo poder estatal, mediador dos conflitos entre as classes, bem como intraclasses, com vistas à garantia dos processos de reprodução da dinâmica do capital (HARVEY, 2005. p. 84). Assim, DÖRRE enfatiza que o Estado se constitui como parceiro essencial dos capitalistas no processo da Landnahme:

O Estado atuou continuamente como parceiro indispensável para o nascimento do novo modo de produção. Ele garantiu que a formação do mercado se realizasse sob as condições de assimetrias estruturais de poder. A expansão externa do modo de produção capitalista baseou-se no fato de que o capitalismo, desde seu nascimento até a constituição de um sistema internacional interconectado acima e além dos Estado-Nações, foi impulsionado politicamente e marcado por assimetrias de poder. (...) Violência externa à economia seria, portanto, empregada apenas como exceção: em situações normais, os trabalhadores podiam ser abandonados ao curso das “leis naturais da produção”. A “coerção silenciosa das relações econômicas” selou “a dominação dos capitalistas sobre os trabalhadores”. (DÖRRE; 2015;p. 536-603. p.21)

A acumulação adquire as características específicas advindas da hegemonia propulsora do capitalismo neoliberal, caracterizado por PATNAIK como “a fase do capitalismo em que as restrições aos fluxos globais de commodities e capitais, incluindo capi-

“No caso do Rio de Janeiro, a remoção de parte da Vila Autódromo, a tentativa de remoção da Favela Metrô-Mangueira e da Aldeia Maracanã são alguns dos exemplos traumáticos que caracterizam a ofensiva estatal e sua parceria estratégica...”

tais na forma financeira, foram consideravelmente removidas” (PATNAIK, 2017), resultando na “hegemonia do capital financeiro internacional, com a qual os grandes capitais em particular obtêm a integração de países, e os quais asseguram que um conjunto comum de políticas neoliberais são prosseguidas por todos os países do globo” (PATNAIK, 2017).

É nesse sentido que SAAD FILHO definirá a financeirização como uma característica estrutural da acumulação e da reprodução social sob o neoliberalismo, de forma a sustentar a transnacionalização da produção, facilitando a concentração de renda e apoiando a hegemonia política do projeto neoliberal por meio de ameaças contínuas de fuga de capital (SAAD FILHO; 2011; p. 18), articulando um “poder de maneira abstrata e anônima, e, frequentemente, aparecendo como uma restrição objetiva”, transferindo, portanto, “as normas compatíveis com o mercado (financeiro) para áreas antes inacessíveis à racionalidade do lucro privado” (DORRE; 2015; pp. 40/44/46).

Assim, “o neoliberalismo não torna o Estado nem suas instituições particulares (como os tribunais e as funções policiais) irrelevantes (...), mas, ao contrário, com o objetivo de torná-lo mais funcional aos seus próprios interesses, produz uma reconfiguração radical das instituições e das práticas estatais” (GONÇALVES; 2014; pp. 301-341). GONÇALVES concluirá, portanto, que

A reprodução sócio-jurídica da expropriação capitalista implica desvalorização dos direitos sociais, desapropriação de terras coletivas, ampliação e forte proteção dos direitos de propriedade, incentivos jurídicos à privatização, arranjos institucionais facilitadores do livre-

mercado, criminalização da pobreza e dos movimentos de resistência. Tem-se, assim, um modelo de direito que explicitamente prescreve a expropriação, a ocupação de domínios comuns e a colonização de diferentes formas de espaço e de modos de vida, relações e subjetividades existentes. (GONÇALVES; 2017; pp.1028-1082. p. 27)

Certo é, portanto, que a expansão da lógica capitalista aos mais diversos espaços não ocorre sem conflitos. No caso do Rio de Janeiro, a remoção de parte da Vila Autódromo, a tentativa de remoção da Favela Metrô-Mangueira e da Aldeia Maracanã são alguns dos exemplos traumáticos que caracterizam a ofensiva estatal e sua parceria estratégica no âmbito de reprodução da Landnahme, objetivando destruir as relações ali vigentes. Nestes casos, a expressão Landnahme pode ser efetivamente traduzida como a tomada de terra, uma vez que o processo, em linhas gerais, correspondeu à valorização do solo no entorno destas regiões, derivada, principalmente, dos diversos investimentos públicos e privados nas zonas situadas no contexto dos megaeventos.

Concomitantemente a esta valorização, não foram poucas as tentativas de remoção das moradias populares nas áreas que se encontravam próximas às principais arenas esportivas, em uma ofensiva do capital sobre as relações de propriedade ali vigentes. Em suma, o objetivo seria incorporar estas áreas à nova lógica de mercado, de forma a representar um Novo Mundo, uma nova terra de oportunidades para o desenvolvimento daquele “fora não-capitalista”.

É, portanto, justamente no âmbito do processo da Landnahme

que se situa a emergência de uma série de movimentos sociais que eclodiram durante os anos que antecederam os megaeventos ocorridos na cidade do Rio de Janeiro.

III - A reação social

Na medida em que as intervenções econômicas derivadas da lógica da expropriação geraram “expulsão da população pobre, apropriação de áreas públicas, eliminação do comércio local, apagamento da memória do território, desindustrialização, precarização, desemprego em massa e pobreza” (GONÇALVES; 2017; pp.1028-1082. p.42), tornando, assim, “os projetos de reestruturação destas zonas abertamente antissociais, e portanto, passíveis de serem alvos de protestos e outras formas de resistência social” (GONÇALVES; 2017; pp.1028-1082. p.42), uma série de movimentos sociais que se opunham a esta lógica ganharam especial força.

Nas palavras de TAIGUARA,

os protestos parecem representar a explosão em catarse de todo acúmulo de indignação da sociedade brasileira diante do esgotamento do modelo de democracia representativa liberal, em um quadro histórico de corrupção endêmica, precarização de políticas públicas de saúde e educação, relação promíscua entre Estado e grandes corporações do capital e imensa demanda represada por participação popular nas decisões fundamentais do Estado. (SOUZA; 2015; p. 10)

Sua principal forma de atuação se deu por meio de protestos centrados na questão das tarifas de transporte urbano, que assumi-

ram, gradualmente um caráter suprapartidário. A repressão policial, contudo, foi realizada de forma brutal, contando com prisões arbitrárias e ilegais de manifestantes², fazendo crer que “o objetivo maior ensejado pelas forças policiais era infligir sofrimento aos manifestantes, servindo ao objetivo pedagógico de convencê-los a não aderir aos próximos protestos. (SOUZA; 2015; p. 11)

Táticas reativas e combativas como a black block entraram em cena, momento a partir do qual a contraofensiva do governo cresceu em tamanho e em brutalidade. As demandas inicialmente dispersas (“Não é só pelos vinte centavos”) tomaram a forma de oposição aos megaeventos esportivos e aos “preparativos” que seriam realizados, principalmente, na cidade do Rio de Janeiro. Os patrocinadores dos megaeventos, preocupados com a lucratividade de seus contratos milionários, já externalizavam preocupação com este panorama³.

Tais movimentos, portanto, passam a representar uma ameaça à persistência da acumulação financeira na medida em que procuram reverter a tomada de espaços não capitalistas pela lógica de mercado, promovendo a desmercantilização deste modelo.

IV - O contra-ataque

Com a preocupação ensejada pela reação social à Landnahme, em um contexto de viabilização dos megaeventos no Rio de Janeiro, surge a pressão, por parte de mecanismos financeiros internacionais associados à difusão do neoliberalismo, pela adoção de marcos regulatórios e atuações institucionais capazes de garantir um ambiente lucrativo e estável, no qual a lógica da acumulação financeira possa se reproduzir de maneira segura e livre.

“Tais movimentos, portanto, passam a representar uma ameaça à persistência da acumulação financeira na medida em que procuram reverter a tomada de espaços não capitalistas pela lógica de mercado, promovendo a desmercantilização deste modelo.”

Portanto, o aparato estatal empreende uma série de manobras destinadas a “assegurar um salto na concentração de capitais e reduzir as reivindicações populares a uma gestão de conflitos negociáveis” (FONTES; 2010; p. 320).

Ainda que a repressão policial tenha se dado de forma irrestrita no âmbito dos protestos, foi absolutamente notável o direcionamento das agências penais contra os movimentos que desenvolveram estratégias mais ou menos organizadas de resistência à violência policial, e, principalmente, cujas pautas residiam na superação do capitalismo e se colocavam além do sistema partidário tradicional - exemplo dos movimentos sociais independentes unidos no Rio de Janeiro sob a égide da Frente Independente Popular (FIP).

Congregando tanto organizações comunistas como anarquistas e uma diversidade de sujeitos políticos, com o objetivo de “unificar os movimentos, coletivos, organizações e indivíduos que têm estado desde o primeiro momento na luta, defendendo o caminho da independência e combatividade⁴”, a Frente declarava, no Manifesto do seu primeiro encontro, em 2013, seu comprometimento com o processo revolucionário, além da descrença nas possibilidades de mudança eleitoral.

Na medida em que estes movimentos canalizavam sua revolta para a superação estrutural do modelo capitalista e a deslegitimação do sistema político-partidário sob uma ótica que promove a desmercantilização do processo mercantilizante, não surpreende que tenham sido alvos preferenciais dos processos de criminalização secundária.

O enredo do chamado processo dos “23 presos políticos” não deixa dúvida quanto ao caráter estritamente político da repressão criminal: na véspera da Final

da Copa do Mundo de Futebol, 23 (vinte e três) ativistas de destaque foram presos temporariamente, acusados de associação criminosa (por pertencerem a grupos associados à FIP, ainda que alguns deles nem mesmo pertencessem a qualquer movimento organizado). A operação, armada sob a justificativa do “resguardo da ordem pública”, foi condenada por diversas entidades historicamente comprometidas com a defesa das liberdades individuais⁵.

O pretexto oficial, na palavra da delegada condutora do caso, seria investigar pessoas que “se aproveitaram do movimento popular e se organizaram para cometer diversos crimes (...), tendo como principais alvos as sedes dos órgãos públicos, patrimônios públicos, agentes de segurança pública, agências bancárias e estabelecimentos comerciais⁶”.

Com a alegada justificativa, foi autorizada a quebra do sigilo telefônico destes ativistas - dentre os quais se incluíam advogados amparados pelo sigilo profissional - e, ainda, foi infiltrado um policial da Força Nacional no movimento, que, pertencente à Polícia Militar do Distrito Federal, veio ao Rio de Janeiro com a missão de monitorar as manifestações.

Para tal, infiltrou-se em diversos grupos sem autorização judicial específica. O mais espantoso foi ter se apresentado como “cidadão comum” ao se dirigir, de forma “voluntária”, à Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática, para expor todas as informações coletadas, que constituiriam nas principais provas contra os ativistas (ainda que manifestamente ilícitas), servindo, ainda, de fundamento para sua prisão processual e, posteriormente, sua condenação. Quando questionado pela defesa dos acusados, o militar admitiu que se dirigiu à delegacia por ordem de um superior hierárquico⁷.

Ainda, o caráter político do Relatório Policial causa espanto, retratado pelos próprios veículos midiáticos hegemônicos: “cursos que Sininho é acusada de ter feito em Cuba, por exemplo – são dadas como verdadeiras. (...) O relatório perde muito tempo esmiuçando siglas de movimentos e a convocação de protestos pelas redes sociais.⁸”

Portanto, além da referida prisão, dezenas de ativistas viram seus nomes citados no bojo de inquéritos policiais, sentindo-se intimidados quanto à sua participação em protestos – momento em que a resistência começou a se ver minimizada, pela constatação do absoluto temor perante as agências repressivas e da percepção de complacência do poder judiciário. Nas palavras de VIGNA, ao descrever o inquérito:

Uma parte significativa re-produz perfis e mensagens de páginas do Facebook em que a polícia busca qualquer palavra que possa comprovar que o suspeito era “violento”. Entre as “provas” recolhidas nas casas dos suspeitos estão livros, folhetos com palavras de ordem como “Não vai ter Copa”, “Fifa go home”, exemplares do jornal de esquerda Nova Democracia, roupas pretas etc.(...)

Quando se analisa, porém, o inquérito policial que levou à prisão de Igor, não há como não lembrar a ditadura militar. Se naqueles tempos os “terroristas” eram identificados pela repressão a partir de estereótipos como a roupa vermelha, a barba, os livros “subversivos”, hoje a polícia e a Justiça do Rio de Janeiro se baseiam em “indícios” como a roupa preta,

a máscara do Anonymous e posts e curtidas no Facebook para apontar os “vândalos”. Como acontecia na ditadura, os suspeitos estão por toda parte, sejam advogados, jornalistas, professores ou estudantes. (VIGNA, 2015)

Por outro lado, não tardaram as organizações associadas aos monopólios midiáticos em conferir legitimidade popular às prisões, enfatizando um suposto caráter violento por parte dos ativistas e conferindo interpretações bastante criativas às conversas interceptadas – infiltrando, inclusive, jornalistas nas reuniões dos citados movimentos.⁹

O drama culminaria com a condenação, quatro anos depois, a penas que vão até sete anos de prisão a despeito da ilegalidade das provas e mesmo do pedido de absolvição do Ministério Público perante alguns dos acusados – em um processo que já desvelava seu caráter político desde seu nascedouro.

O absurdo é coroado com juízos valorativos quanto à personalidade de alguns acusados baseados em seus posicionamento político – uma das condenadas, teria, supostamente, uma “personalidade distorcida, voltada ao desrespeito aos Poderes constituídos, o que, no tocante ao Executivo, pode ser constatado, por exemplo, pelo enfrentamento aos policiais militares nas passeatas.¹⁰”

É possível perceber, portanto a eficiência da estratégia empregada pelas forças hegemônicas, bem como a brutalidade do instrumento empregado. A atuação, pautada na instrumentalização dos agentes do sistema penal, acabou por minar os movimentos contestatórios e, por conseguinte, garantiu que os megaeventos transpasssem sem turbulências. O

que essa brutalidade fetichizada sob a ótica da violência jurídica explícita, em verdade, é o projeto de expropriação empreendido no Rio de Janeiro.

V - Conclusão

Ao longo do presente artigo, foi possível perceber que a ofensiva da Landnahme no contexto dos megaeventos teve um caráter abertamente antissocial, ensejando uma diversidade de movimentos contestatórios que convergiam em sua oposição e à forma como se davam os preparativos dos megaeventos.

No período que precedeu a realização dos megaeventos, a instrumentalização das agências punitivas para repressões de caráter abertamente antidemocrático apenas parece ter sido possível em virtude da necessidade advinda dos grandes grupos empresariais, associados a estes grandes eventos, de criar um ambiente “seguro” para seus contratos bilionários. Neste contexto, a atuação das agências punitivas, fetichizada sob a égide da dogmática jurídico-criminalizatória, escancaram seu principal objetivo: possibilitar a neutralização de eventuais reações sociais à ofensiva da Landnahme.

Dentro deste panorama, situa-se a instrumentalização das agências repressivas, as quais tiveram seu modus operandi investigativo formado no contexto da ditadura empresarial-militar, caracterizado pela “caça aos subversivos” e pelo desprezo à legalidade democrática.

Este processo pôde ser coroado por um sistema judiciário que “naturaliza o afastamento de direitos e garantias fundamentais em nome do “combate à criminalidade” (CASARA, 2016), amparado pela seletividade penal e pelo desprezo às garantias individuais

e protagonizado por juízes que acreditam atuar como órgãos de segurança pública!¹¹

A repressão, marcada pela brutalidade, orquestrada contra tais movimentos - que clamam pela representatividade política, pela desaceleração da tomada de espaço da lógica de mercado, enfim, contra os movimentos que refutam a violência sistêmica - avança a passos largos. Nas palavras de NILO BATISTA, “se o direito penal não cai do céu, mas é elaborado por homens, qual a posição dos homens que o editam nessa guerra? Não prorromperá ela apesar do direito penal? Evitada a guerra, quem ganha e quem perde com essa ‘paz’ que o Direito Penal assegurou?” (BATISTA, 2002, p.20)

Notas

1. Este artigo é fruto das reflexões ensejadas no âmbito de outro artigo dos autores, onde as premissas teóricas deste movimento foram tratadas de forma mais exaustiva: DUEK, Natan Aguilar; MARTINS, Luccas Cardoso Real. Acumulação Financeira e Criminalização da Resistência Social: a ofensiva da Landnahme e a repressão no contexto dos Megaeventos in: Anais do Seminário Direito e Revolução. Revista Direito e Práxis, 2017. p. 133-150.
2. Nas palavras de TAIGUARA, “dentre o vasto rol, foram observadas prisões por crimes de dano, seja ao patrimônio privado (art. 163 CP) ou público (art. 163, § único, III, CP) - sem qualquer prova -, formação de quadrilha (art. 288 CP) - mesmo entre pessoas que sequer se conheciam -, corrupção de menores (art. 244-B do ECA), tentativa de lesão corporal (art. 129 cc art. 14, II CP), desacato (art. 331 CP), resistência (art. 329 CP), incitação ao crime (art. 286 CP), apologia ao crime (art. 287 CP), dentre outros. (SOUZA; 2015; p. 11)
3. Patrocinadores da copa temem

- fazer promoções na rua por protestos. Uol. Disponível em <<https://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2014/01/03/patrocinadores-da-copa-temem-fazer-promocoes-na-rua-por-protestos/>>
4. Manifesto do I Encontro da FIP-RJ. Blog da Frente Independente Popular – RJ. Disponível em <<https://frenteindependentepopular.wordpress.com/manifesto-do-i-encontro-da-fip-rj-viva-o-i-encontro-da-frente-independente-popular-fip-rj/>>
 5. Neste âmbito, é possível mencionar as ONGs Anistia Internacional e Justiça Global, além da OAB-RJ, e dos partidos políticos, como PT, PSOL e PCB, além dos próprios movimentos sociais perseguidos e dezenas de veículos midiáticos alternativos.
 6. Os detalhes da Investigação que levou 23 ativistas à cadeia. Disponível em <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/07/os-bdetalhes-da-investigacaob-que-levou-23-ativistas-cadeia.html>>
 7. VIANA, Natália. Como infiltrado da Força Nacional vira principal testemunha. Jornal GGN. Disponível em <<https://jornalggn.com.br/noticia/como-infiltrado-da-forca-nacional-vira-principal-testemunha-por-natalia-viana>>
 8. Os detalhes da Investigação que levou 23 ativistas à cadeia. Disponível em <<http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/07/os-bdetalhes-da-investigacaob-que-levou-23-ativistas-cadeia.html>>
 9. A estratégia é revelada na reportagem “Após reunião, Frente Independente Popular decide partir para ataque para se defender da Polícia”. Jornal O Globo. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/apos-reuniao-frente-independente-popular-decide-partir-para-ataque-para-se-defender-da-policia-13357560>>
 10. Sentença prolatada no processo nº 0229018-26.2013.8.19.0001 (TJRJ).
 11. Em pesquisa realizada pelo Juiz de Direito Rubens Casara em 2011, 80% dos juizes do Tribu-

nal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro afirmaram acreditar que atuavam como órgãos de segurança pública, e, portanto, em atividade parcial típica do estado-administração, podendo ser encontrada em: CASARA, Rubens. Mitologia Processual Penal. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015.

Referências

- BATISTA**, Nilo. Introdução crítica ao Direito Penal brasileiro. 8a ed. Rio de Janeiro: Revan, 2002.
- BINGEL**, Breno. **FALERO**, Alfredo. Redes Transnacionais de Movimentos Sociais na América Latina e o Desafio de uma Nova Construção Socioterritorial. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v21n53/a06v21n53.pdf>>
- CASARA**, Rubens. Mitologia Processual Penal. Rio de Janeiro: Saraiva, 2015.
- CASARA**, Rubens. Realidade e Ideologia no Sistema de Justiça Criminal. Justificando. 2016. Disponível em <<http://justificando.cartacapital.com.br/2016/01/30/realidade-e-ideologia-no-sistema-de-justica-criminal/>>
- DÖRRE**, Klaus. A Nova Landnahme. Dinâmicas e limites do capitalismo financeiro. Rev. Direito Práx. [online]. Rio de Janeiro, Vol. 06, N.12, 2015
- FONTES**, Virgínia. O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.
- GONÇALVES**, Guilherme Leite. Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito. Rev. Direito Práx. [online]. 2017, vol.8, n.2
- HARVEY**, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo, Annablume, 2005. Coleção Geografia e Adjacências
- PATNAIK**, Prabhat. O Capitalismo neoliberal e a sua crise. 2017. Disponível em http://resistir.info/patnaik/patnaik_24out17.html
- SAAD FILHO**, Alfredo. Crise no neoliberalismo ou crise do neoliberalismo? In: Crítica e Sociedade: revista de cultura política. v.1, n.3, Edição

Especial Dossiê: A crise atual do capitalismo, dez. 2011

SOUZA, Taiguara Libano Soares e. Estado Policial e Criminalização dos Movimentos Sociais: Notas Sobre a Inconstitucionalidade do Decreto 44.302 do Governo do Estado do Rio de Janeiro. R. EMERJ, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 185-205, jan-fev. 2015.

VIGNA, Anne. Um preso político no Brasil Democrático. Revista Fórum. Disponível em <<https://www.revistaforum.com.br/2015/05/05/um-presopolitico-no-brasil-democratico/>>

As jornadas de junho de 2013 e a outra resposta do Congresso Nacional

Guilherme de Jesus
France

Pesquisador do Centro de Justiça e Sociedade da FGV Direito Rio. Mestre em Direito pela UERJ e Mestre em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC/FGV. Sua dissertação tratou das origens da Lei Antiterrorismo, quando também analisou experiências de criminalização de movimentos sociais em processos legislativos.

Resumo

A resposta do Congresso às jornadas de junho de 2013 que recebeu mais atenção foi a chamada “agenda positiva”, por meio da qual buscou-se responder a alguns dos anseios manifestados nas ruas. Pretende-se, aqui, trazer um enfoque para uma “agenda negativa” que também emergiu no rescaldo das jornadas. Trata-se de um conjunto de propostas, apresentadas por parlamentares diversos, as quais pretendiam impor uma gama de restrições ao direito de manifestação e criminalizar diferentes condutas relacionadas a movimentos sociais e reivindicatórios. Para além de mapear estas propostas, busca-se sinalizar um padrão de comportamento que se baseia numa reação imediata e exagerada, por parte da classe política brasileira, a momentos de ebulição social, o qual poderá se repetir em momentos futuros.

1 - Introdução

As jornadas de junho de 2013 produziram resultados palpáveis e quase que imediatos em termos de produção legislativa. O Congresso Nacional, respondendo às manifestações, deu andamento à chamada “agenda positiva” que incluía medidas como destinação de recursos para educação e saúde, o fim do voto secreto para perda de mandato, a desoneração de impostos sobre transportes coletivos, entre outras. Muitas destas propostas acabaram não sendo efetivamente implementadas¹, enquanto parte desta agenda incluía a solução de problemas autocriados, como o arquivamento de medidas amplamente criticadas nas ruas como a PEC 37, que limitaria os poderes de investigação do Ministério Público, e o projeto que previa a

chamada “cura gay”.

Entre os resultados duradouros desse momento, sem dúvida, destacam-se a Lei Anticorrupção² (Lei nº 12.846 de 2013) e a Lei de Organizações Criminosas³ (Lei nº 12.850 de 2013). Em ambos os casos, tratavam-se de projetos que vinham tendo tramitação lenta no Congresso, mas que, em virtude da pressão social para combater a corrupção, foram rapidamente aprovados pelo Congresso e sancionados pela então Presidente, Dilma Rousseff.

Acompanhando esta “agenda positiva”, entretanto, veio uma agenda negativa que simbolizava a recalcitrância de importante segmento do Congresso em relação às jornadas de junho. Esta era composta por um conjunto de propostas, apresentadas nos meses e anos que se seguiram, as quais tratam de diferentes aspectos de manifestações públicas,

“Se a criminalização primária se refere à construção dos tipos penais – tema sobre o qual este estudo se debruçará –, a criminalização secundária trata da atribuição do status de criminoso aos indivíduos.”

pretendendo restringir, de diferentes formas, o exercício deste direito e criminalizar condutas associadas. Importante notar, neste contexto, que a Constituição Federal brasileira garante, em seu art. 5º, o direito à livre manifestação:

Art. 5, XVI - todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;

Este esforço de criminalização de manifestantes e movimentos sociais certamente não é inédito ou circunscrito às jornadas de junho de 2013. O Brasil tem um longo histórico de uso do aparato estatal para reprimir movimentos sociais, rastreável mesmo ao período anterior à sua independência. Os esforços de criminalizar os movimentos que reivindicam a reforma agrária no campo, por exemplo, são notórios. A diferença deste momento histórico específico é foco em manifestações realizadas nas cidades e o fato de ser uma reação temporalmente concentrada – ainda que difusa entre diversos parlamentares – em resposta a um conjunto de eventos.

A criminalização se refere ao uso da lei para frustrar e deslegitimar organizações sócio-políticas, por meio de (i) criação de leis especiais; (ii) uso dos tribunais para resolver questões políticas; (iii) aprisionamento de atores políticos e (iv) deslegitimação dessas organizações pela lei ou pela argumentação jurídica – quando elementos do aparato estatal utilizam discursos para estabelecer determinadas organizações

como criminosas, subversivas ou terroristas⁴

Se a criminalização primária se refere à construção dos tipos penais – tema sobre o qual este estudo se debruçará –, a criminalização secundária trata da atribuição do status de criminoso aos indivíduos. Essa atribuição ocorre tanto no sistema penal formal, mas também no sistema de controle informal onde os meios de comunicação atuam de forma intensa. No plano formal, foram múltiplos os esforços do aparato de segurança pública – polícias, Ministérios Públicos e Judiciário – para enquadrar manifestantes na Lei de Segurança Nacional e na própria Lei de Organizações Criminosas⁵. No total, foram 2608 pessoas presas, nos 696 protestos monitorados pela Artigo 19⁶. Já no plano informal, também exerceram um papel importante veículos de imprensa brasileiros, ao atribuírem a manifestantes, especialmente aos black blocs, o rótulo de organizações criminosas⁷.

Busca-se, assim, mapear a resposta do Congresso Nacional – nesta que chamamos de “agenda negativa” – com o objetivo não só de expô-la, mas também para compreendê-la e identificar características comuns. Assim, o trabalho está organizado da seguinte forma: inicialmente são mapeadas as proposições legislativas apresentadas no período imediatamente após as jornadas de junho de 2013 – no segundo semestre daquele ano; posteriormente se evidencia a continuidade deste movimento nos anos seguintes, assim como a reação de parte da sociedade civil; por fim, são apresentadas algumas breves conclusões.

2 - A resposta do Congresso Nacional

Foram mapeadas, inicialmente, 10 proposições legislativas, apresentadas no segundo semestre de 2013, as quais fazem referência expressa ou implícita às jornadas de junho, como motivadoras. De diferentes formas, estas proposições buscavam estabelecer restrições a protestos e manifestações públicas.

Neste contexto, a referência ao “vandalismo” foi uma das principais formas de se criminalizar protestantes. O PLS 508/2013, do Senador Armando Monteiro (PTB-PE) pretendia criminalizar o vandalismo, definido como “promover ou participar de atos coletivos de destruição, dano ou incêndio em imóveis públicos ou particulares, equipamentos urbanos, instalações de meios de transporte de passageiros, veículos e monumentos, mediante violência ou ameaça, por qualquer motivo ou a qualquer título”. A pena prevista para este crime seria reclusão de quatro a 12 anos e multa.

Sob a justificativa de que a população se encontrava em estado de completo repúdio aos atos de violência e destruição causados por manifestantes, o Senador Armando Monteiro sinalizava ainda a insuficiência do ordenamento jurídico brasileiro: o crime de dano não se mostrava suficiente, vez que demandaria perícia para a individualização da conduta e comprovação de sua autoria. Por esse motivo⁸, propunha que também deveriam ser considerados vândalos, para os propósitos da lei penal, aqueles que estivessem meramente presentes naqueles atos coletivos, portando “qualquer objeto que possa causar destruição ou lesão”, e aqueles que organizassem ou divulgassem os atos públicos.

Outro projeto apresentado no Senado Federal, o PLS 451/2013, de autoria do Senador Vital do Rego (MDB-PB), pretendia ins-

tituir causa de aumento de pena ao tipo penal lesão corporal, para aumentar em 50% a pena quando o crime fosse cometido em tumulto e contra agentes de segurança pública. Alteraria também a legislação penal, para incluir nos tipos de constrangimento ilegal e associação criminosa condutas praticadas em manifestações públicas. Por fim, incluía a prática do vandalismo no rol de condutas praticáveis (e puníveis, portanto) por organizações criminosas, na Lei 12.850, de 2013.

Já o PL 6307/2013, do ex-Deputado Eduardo Cunha (MDB-RJ), pretendia criar novo tipo penal – “dano ao patrimônio qualificado pela influência de multidão em tumulto” – com pena prevista de reclusão de oito a 12 anos. A título de comparação, se nota que a pena prevista para o crime de lesão corporal seguida de morte é quatro a 12 anos de reclusão (art. 129, §3º CP). Afirmava o então deputado, na justificativa do referido projeto, que “as manifestações ocorridas recentemente, que deveriam representar a ordem constitucional, o Estado democrático e o exercício da cidadania, trouxeram atos de vandalismo e a presença de “baderneiros” que atentaram contra o patrimônio público e privado”.

De forma semelhante, o PL 6277/2013 do Deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ) pretendia criar novas qualificações para o crime de dano. Se fosse praticado durante o desenvolvimento de manifestações públicas de qualquer natureza, a pena de detenção seria aumentada para dois a quatro anos; se fosse realizado com uso de meios que dificultasse a identificação do agente, de três a cinco anos.

Entre as proposições, destacam-se diversas que tinham como objetivo proibir justamente o uso de máscaras ou outros elementos que dificultassem a identifica-

ção de protestantes. Trata-se de preocupação oriunda da disseminação da técnica dos black blocs que utilizam, durante protestos, vestimentas e máscaras pretas para esconder sua identidade. O PL 5964/2013, apresentado pelo Deputado Rogério Peninha Mendonça (MDB-SC), proibia a “utilização de objeto ou substância que, por dissimulação, dificulte a identificação do usuário em local público”. Sinaliza, claramente, que eram os protestos os motivadores daquela proposta já que “os eventos recentes de manifestações por todo o país trouxe [sic] à baila situação que necessita ser disciplinada pelo ordenamento jurídico”.

Foram apresentadas outras propostas com objeto similar. O PL 6461/2013, do Deputado Junji Abe (PSD-SP), pretende tornar contravenção penal “participar de manifestações públicas portando ou usando máscaras, capuzes ou instrumentos similares que dificulte ou impeçam a identificação”, prevendo pena de prisão de 15 dias a seis meses, além de multa. Nesse mesmo sentido, o PL 6614/2013, do Deputado Costa Ferreira (PSC-MA), quem afirmava que “uma boa parte desses confrontos [entre polícia e manifestantes] têm sido provados por pessoas que cobrem o rosto com a intenção de ocultar a sua identidade”, e o PL 6198/2013, do Deputado Jorge Tadeu Mudalen (Dem-SP).

Com este mesmo espírito, o PL 6347/2013 do Deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) prevê uma causa de aumento de pena ao tipo penal dano (art. 163, Código Penal), determinando que a pena aumentaria de um sexto a um terço quando o autor estivesse fazendo uso de máscara que tornasse impossível a sua identificação.

Indo além, o PL 6532/2013, apresentado pela Deputada Eliene

Lima (PSD-MT), pretendia regular o exercício do direito à realização de reuniões públicas. Além de proibir o uso de máscaras, autorizava, ainda, a intervenção dos órgãos de segurança pública em manifestações para defender o patrimônio público e privado, as pessoas e o direito de reunião de outros grupos. Exigia também que manifestações com mais de 1 mil participantes fossem, necessariamente, realizadas em espaços abertos.

3 - “Agenda negativa” contínua e a reação da Sociedade Civil

Seguindo esse período de pico na apresentação de propostas com esta temática, os anos seguintes viram novas proposições do tipo sendo apresentadas. Com frequência, estas propostas podem ser rastreadas diretamente como reação a eventos que aconteciam nesse contexto das manifestações públicas.⁹ Por exemplo, seguindo a morte de Santiago Andrade, atingido por um rojão durante protestos no Rio de Janeiro, foram apresentadas duas propostas – o PL 7101/2014, do Deputado Sandro Mabel (PMDB-GO) e o PL 8251/2014, do Deputado Laercio Oliveira (SD-SE) – criminalizando, especificamente, o porte de fogos de artifício em manifestações e protestos públicos. Já o PL 8194/2017, do Deputado Heuler Cruvinel (PSD-GO), criava tipo penal referente à queima de ônibus.

O Direito Penal é, nessas instâncias, o principal instrumento a que recorrem os parlamentares. O PL 1600/2015, do Deputado Laerte Bessa (PR-DF), por exemplo, pretendia criar tipo penal – invasão ou ocupação de repartição pública –, punível com pena de até quatro anos de detenção. Já o Deputado Willian Woo (PV-SP), por meio do PL 3943/2015,

pretendia criminalizar a obstrução da circulação pessoas e animais em razão de participação em manifestação não comunicada previamente às autoridades locais – pena de um a dois anos de detenção. Outros projetos tinham como objetivo criminalizar a obstrução de estradas e rodovias mais especificamente, como o PL 8770/2017, do Deputado Eduardo Cury (PSDB-SP), e o PL 6532/2016, do Deputado Nivaldo Albuquerque (PRP-AL).

Mesmo quando pretendendo introduzir simples normas administrativas, legisladores recorrem ao Direito Penal, desafiando, inclusive, a melhor técnica legislativa. Um exemplo é o PL 6654/2016, apresentado pelo Dep. Franklin Lima (PP-MG) que prevê:

Art. 4º A realização de manifestações, protestos ou atos em locais públicos devem ser comunicadas previamente a autoridade policial e de trânsito, em um prazo mínimo de 48 horas; a fim de evitar o conflito com outras reuniões previamente agendadas. Pena – detenção, de um a três anos.

§ 1º as manifestações só poderão acontecer se forem autorizadas pelas autoridades citadas no art. 4º ou equivalentes.

Não de identifica, tampouco, preocupação com a eventual redundância das normas que se pretende criar em relação ao ordenamento já em vigor. Por exemplo, o PL 7188/2014, do Deputado Junji Abe (PSD-SP), pretende punir o porte de armas e artefatos explosivos com reclusão de dois a quatro anos, algo que já é previsto no Estatuto do Desarmamento.

Diversas propostas seguem também a linha do PL 6532/2013,

ao estabelecerem regras para o exercício do direito de manifestação, condicionando-o a um aviso prévio às autoridades, com antecedência de 24 a 48 horas, indo além da previsão genérica da Constituição. É o caso do PL 876/2015, do Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP) e do PL 4657/2016, do Deputado Jerônimo Goergen (PL 4657/2016).

Os esforços para se proibir o uso de máscaras em manifestações público também continuaram nos anos seguintes, com o PL 7134/2014, do Deputado Edinho Bez (MDB-SC), o PL 7158/2014, do Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE), e o PL 7157/2014, do Deputado Onyz Lorenzoni (Dem-RS). Mais surpreendente: esse movimento alcançou, com maior sucesso, as assembleias legislativas. No Rio de Janeiro, um dos epicentros das jornadas de junho, foi sancionada a Lei Estadual do Rio de Janeiro nº 6.528/2013¹⁰, a qual impunha restrições à manifestação pública, exigindo, por exemplo, prévio aviso à autoridade policial para o exercício do direito à reunião pública. Regulamentava, ainda, a intervenção das polícias para proteger o patrimônio público e privado e proibia, expressamente, a utilização de máscaras ou quaisquer artificios que dificultassem a identificação dos cidadãos participantes de manifestações.

Em São Paulo, foi aprovada e sancionada a Lei nº 15.552/2014¹¹, a qual proibia o uso de máscaras ou outros instrumentos que dificultassem a identificação de manifestantes. Exigia também a prévia comunicação de manifestações e reuniões públicas às Polícias Civil e Militar, além de proibir o porte de diversos objetos que pudessem ser utilizados para lesionar pessoas ou danificar o patrimônio público ou particular, como tacos, bastões e pedras.

A sociedade civil organizada re-

agiu de duas formas, principalmente: (i) pelo exercício de advocacy e lobby perante o Congresso Nacional, por meio de pareceres técnicos em relação a algumas destas propostas e buscando mobilização social em oposição a elas; e (ii) pelo questionamento jurídico de normas consideradas incompatíveis com a Constituição Federal (litigância estratégica) ou da aplicação de normas já existentes de maneira considerada constrangedora ao exercício do direito de manifestação e liberdade de expressão.

Liderando estes esforços estiveram organizações como a Ordem dos Advogados do Brasil, o Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, a Artigo 19 e as organizações-membro da Rede de Justiça Criminal – Centro de Estudos de Segurança e Cidadania, Justiça Global, Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defensores de Direitos Humanos, Instituto de Defesa do Direito de Defesa, Instituto Sou da Paz, Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e o Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares. Articula-se como uma defesa em duas frentes: primeiro no bojo do processo legislativo e, em caso de insuficiência desta, perante o Judiciário.

No Congresso, por exemplo, o PL 5964/2013 foi alvo de reação pela OAB, que afirmou: “a proposição da referida norma implica em rotundo equívoco, associado à péssima técnica legislativa, implicando em norma que objetiva cercear o exercício das garantias fundamentais esculpidas na Constituição Federal cidadã”¹².

Instituições da sociedade civil também se manifestaram contrariamente ao PLS 508/2013. A Ordem dos Advogados do Brasil afirmou que se tratava de “resposta demagógica à sociedade, com forte viés intimidatório, valendo-se do Direito Penal como instrumento de coerção, violan-

do-se princípios comezinhos do Direito Penal, como a taxatividade e a culpabilidade”¹³. Nesse mesmo sentido, a Rede Justiça Criminal afirmou que o projeto violaria os princípios de liberdade de expressão e de reunião e que:

O PLS propõe uma definição excessivamente ampla do termo “vandalismo”, favorecendo a subjetividade de interpretação. Essa possibilidade viola, claramente, o princípio da segurança jurídica e a exigência de previsibilidade da lei penal. Dá-se ao operador do direito inaceitável margem de discricionariedade no momento da aplicação da norma (Rede Justiça Criminal, 2014).

Mais recentemente, a Artigo 19 se manifestou contra o PL 1572/2007 – um projeto apresentado antes das manifestações de 2013, mas que avançou no Congresso como parte dessa ‘agenda negativa’. Este projeto pretende aumentar a pena de diversos dos crimes contra a incolumidade pública, incluindo o de incêndio e de atentado contra meios de transporte¹⁴.

Se voltando para a litigância estratégica, a oposição às leis estaduais (e, por extensão, às proposições no Congresso) que proíbem o uso de máscaras em protestos no Judiciário foi imediata. O Partido da República e a OAB-RJ protocolaram Representação da Inconstitucionalidade contra a lei fluminense, argumentando que ela violava o direito de reunião, a liberdade de pensamento e o direito à privacidade. Argumentavam também que a ALERJ não tinha competência para legislar sobre a matéria, apenas o Congresso Nacional¹⁵. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro considerou a lei constitucional, mas já foi

apresentado recurso para que o Supremo Tribunal Federal julgue a questão (ARE 905.149). Tendo sido aceita a repercussão geral da questão, a decisão do STF, ainda pendente, valerá para todo o país.¹⁶ Ainda que não baseada em uma nova legislação, foi também questionada a aplicação de uma multa, por fracasso em conferir aviso prévio, a manifestantes que ocuparam uma rodovia entre Alagoas e Sergipe. Nesse caso em específico, a Artigo 19, a Conectas e o IBCCRIM ingressaram como amici curiae, no Recurso Extraordinário nº 806.339, ao qual também foi atribuída repercussão geral, com objetivo de defender uma interpretação restritiva de eventuais condicionantes para exercício do direito à manifestação, previsto na Constituição Federal.¹⁷ Argumenta a Artigo 19 que:

a garantia do direito de protesto como um fator essencial para a expressão de opiniões dissonantes e reivindicações em uma sociedade verdadeiramente democrática. Tal defesa, baseada nos padrões internacionais de direitos humanos, é incompatível com exigências burocratizantes para o exercício do direito de reunião. A necessidade de formalização do aviso prévio e encaminhamento a autoridades específicas, nesse sentido, é excessiva e pode ser substituída pela divulgação dos eventos pela internet, medida mais adequada às novas dinâmicas sociais.¹⁸

O relato destas iniciativas de resistência não pretendeu ser, em absoluto, exaustivo. Intentou-se, tão somente, evidenciar algumas das estratégias empregadas em resposta à agenda negativa avan-

çada pelo Congresso Nacional.

4 - Breves conclusões

O direito de manifestação e a liberdade de expressão são basilares na proteção e promoção dos demais direitos. Por esta razão, garanti-los torna-se um imperativo. Se, no rescaldo de períodos de grande comoção nacional ou mesmo de episódios de protestos mais intensos, ainda que localizados, o Congresso Nacional tem atuado para limitar ou, de alguma forma, constranger estas garantias, mais atenção tem que ser conferida a tais esforços.

Acompanhando a chamada “agenda positiva”, o que se notou foi a emergência de uma “agenda negativa” que concernia, principalmente, a imposição de restrições diversas ao direito de manifestação. Usava, para isso, instrumentos diversos, mas, principalmente, o Direito Penal. O mapeamento realizado neste trabalho fortalece a percepção de que o Congresso Nacional, com frequência, reage de forma impulsiva e punitivista às demandas populares.

Para além de uma análise das atividades do poder legislativo, este trabalho sinaliza importante tendência a ser observada com especial atenção em momentos imediatamente após grandes movimentos de manifestação nacional. Acompanhando ações e iniciativas que enfrentam ou dizem enfrentar os problemas efetivamente sinalizados por protestantes, as quais nem sempre são sequer implementadas ou produzem os resultados esperados, vem uma pauta que busca restringir o espaço para manifestações públicas.

Nesse cenário, é importante afirmar-se e destacar a excepcionalidade das medidas que pretendem-se estabelecer. A grande

“O direito de manifestação e a liberdade de expressão são basilares na proteção e promoção dos demais direitos.”

maioria das condutas que os projetos mencionados pretendiam criminalizar já podem, de diferentes formas, ser enquadradas nos tipos penais já em vigor. O esforço que se realiza tem como objetivo não apenas aumentar as penas, como também, simbolicamente, restringir esse espaço de exercício da liberdade de expressão e do direito de manifestação. Não se trata de combater a impunidade, mas sim instituir uma política de repressão às manifestações e aos protestos. Uma política de repressão, em último nível, à oposição.

Notas:

1. G1. **Como ficou a “agenda positiva”**. Brasília, 29 ago. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/08/como-ficou-agenda-positiva.html>>. Acesso em 8 jul. 2018.
2. CAMPOS, P. T. Comentários à Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 2, n. 1, 2015, p. 161.
3. BORGES, R. O Brasil aprende (e ensina) a delatar. **El País**. São Paulo, 10 jul. 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/05/politica/1467728957_782588.html>. Acesso em 8 jul. 2018.
4. ATILES-OSORIA, J. M. The criminalization of Social-Environmental Struggles in Puerto Rico. *Onati Socio-Legal Studies*, v. 4, n. 1, 2014, p. 85-103.
5. JUSTIÇA GLOBAL. **Processar manifestantes com Lei de Segurança Nacional e Lei de Organização Criminosa é uma violência contra a democracia brasileira**. Rio de Janeiro, 13 out. 2013. Disponível em: <<http://www.global.org.br/blog/processar-manifestantes-com-lei-de-seguranca-nacional-e-lei-de-organizacao-criminosa-e-uma-violencia-contra-a-democracia-brasileira/>>. Acesso em 9 jul. 2018.
6. ARTIGO 19. **Aviso Prévio no STF**. São Paulo, 29 nov. 2017. Disponível em: <<http://artigo19.org/centro/caso/aviso-previo-no-stf/>>. Acesso em 10 jul. 2018.
7. BUDÓ, M. N.; GINDRI, E. T.; LOUREIRO, C.; LEÃO, I. P. Manifestantes ou criminosos? A legitimação discursiva da tática Black Bloc como organização criminosa no jornalismo de revista. **Universitas JUS**, v. 27, n. 2, 2016, p. 67-85.
8. Afirma, na justificativa do PLS 508/2013, “Portanto, há de se convir que, no tumulto formado por dezenas ou centenas de vândalos e com a rápida e sucessiva depredação de diversos imóveis, equipamentos urbanos e veículos, seria praticamente impossível que a autoridade policial tivesse condições de coletar as provas necessárias à caracterização e comprovação indispensáveis à prisão em flagrante. Daí porque, a cada ato coletivo de vandalismo, dezenas de vândalos são presos e conduzidos à delegacia policial e poucas horas depois são libertados em razão da impossibilidade de instauração do inquérito policial”.
9. É do legislativo que surgem a maioria das proposições apresentadas em momentos de comoção pública. PAIVA, L. G. M. **A Fábrica de Penas: Racionalidade legislativa e a lei dos crimes hediondos**. Rio de Janeiro: Revan, 2009, p. 42.
10. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1036049/lei-6528-13>>. Acesso em 01 jun. 2018.
11. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=274260>>. Acesso em 9 jun. 2018.
12. Ofício n. 345/2014-ASL, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=154826&tp=1>>. Acesso em 01 jun. 2018.
13. Ofício n. 345/2014-ASL, do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/atividade/rotinas/materia/getPDF.asp?t=154826&tp=1>>. Acesso em 01 jun. 2018.

- em 01 jan. 2017.
14. ARTIGO 19. Criminalização de protestos volta ao debate na Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://artigo19.org/blog/2018/07/04/criminalizacao-de-protestos-volta-ao-debate-na-camara-dos-deputados/>>. Acesso em 10 jun. 2018.
 15. 15 • O GLOBO. **Lei contra máscaras no Rio é inconstitucional, diz OAB-RJ**. Rio de Janeiro, 10 out. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/lei-contramascaras-no-rio-inconstitucional-diz-oab-rj-9906961>>. Acesso em 9 jun. 2018.
 16. JOTA. **Discussão sobre proibir máscaras em manifestações pode receber repercussão geral**. Brasília, 6 jun. 2016. Disponível em: <<https://www.jota.info/justica/discussao-sobre-proibir-mascaras-em-manifestacoes-pode-receber-repercussao-geral-06082016>>. Acesso em 9 jul. 2018.
 17. Art. 5, XVI da Constituição: “todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio-aviso à autoridade competente”.
 18. ARTIGO 19. **Aviso Prévio no STF**. São Paulo, 29 nov. 2017. Disponível em: <<http://artigo19.org/centro/caso/aviso-previo-no-stf/>>. Acesso em 10 jul. 2018.

Baixada Fluminense, Mexicanização e Racismo

Resumo:

O artigo apresenta uma reflexão e apontamentos sobre a Militarização e a Violência Letal Estatal no Território da Baixada, colocando a centralidade dessa análise no Escravagismo e o Racismo. A partir dessa questão central, escrevemos sobre a similaridade com o México e sua dinâmica de Violência Letal Estatal das últimas décadas, criando a hipótese do que vivenciamos hoje na Baixada Fluminense, um processo de Mexicanização.

Tanto o Brasil como México se construíram como Nações Estados, a partir do Escravagismo, que é parte da construção do atual sistema de dominação que conhecemos como o Racismo. Reforço a ideia de que o racismo precisa ser entendido e compreendido como um sistema de dominação e manutenção de privilégios de uma supremacia branca.

Nesse contexto, a Região chamada Baixada Fluminense foi se construindo a partir do escravagismo, mas também das resistências. Na Baixada Fluminense existiu um dos Quilombos mais insurgentes, duradouros e pouco lembrados da história, o Quilombo de Iguaçu ou Hidra de Iguaçu, pois situava entre os rios Iguaçu e Sarapuí. Esse nome apareceu em carta do Ministro da Justiça, de 1878, para a polícia da província do Rio de Janeiro pedindo que se reprimissem os quilombos da região de Iguaçu para lhes pôr fim, impedindo que se reproduzisse como a hidra de Lerna. A primeira menção ao quilombo é de 1808. O Quilombo de Iguaçu mantinha intercâmbio comercial com a so-

cidade local. As redes de relacionamentos faziam que homens livres protegessem os quilombos da Baixada da ação das forças policiais. Talvez aí esteja o segredo de sua longa sobrevivência.

Atualmente, o Governo do Estado do RJ considera que a Baixada possui 13 municípios: Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados, Mesquita, Magé, Guapimirim, Paracambi, Japeri, Itaguaí e Seropédica. Queremos apontar com esse artigo a reflexão de que estamos vivenciando um processo de Mexicanização da violência na Baixada.

Vale lembrar que a Baixada Fluminense tem um marco de um modelo de violência que são as Chacinas, iniciada na região com os Esquadrões da Morte que foram gestados no início da ditadura civil-militar de 1964, que vem funcionando a partir da articulação de três poderes, que se reconfiguram sistematicamente: o aparato policial que compõem os grupos e que assassina; o financiamento por grupos econômicos; e o suporte de políticos (agentes não policiais do Estado,

como legisladores, gestores públicos e integrantes do judiciário) que garantem o funcionamento do grupo e se valem dos seus serviços. Desde 2005, ano da Chacina da Baixada, ocorreram mais de uma centena de Chacinas, muitas delas nunca noticiadas pela grande mídia. Sabemos dessas informações por articulações e grupos de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense, que são espaços que acolhem familiares vítimas dessas chacinas e de outras violências realizadas por forças policiais. Além das chacinas, também vivenciamos e escutamos que esses grupos utilizam sistematicamente a técnica de desaparecimentos de corpos.

É nesse contexto que uma nova dinâmica organizativa se adiciona, potencializando a violência, que é a parceria dos grupos de milícias, do Estado (forças policiais) com determinadas facções do comércio de drogas, que são traduzidas em altíssimas taxas de homicídios e mortes decorrentes de oposição à intervenção policial. Quando comparada à capital do Estado, possuímos em média o dobro da taxa da capital. Assim, enquanto na cidade do Rio a taxa de letalidade violenta (homicídios dolosos, mortes decorrentes de intervenção à oposição policial, latrocínio e lesão corporal seguida de morte) está em torno de 40 para cada 100 mil habitantes, na Baixada Fluminense são cerca de 80 mortes para cada 100 mil habitantes, segundo dados do Instituto de Segurança Pública. De acordo com o Atlas da Violência 2018 municípios como Queimados e Japeri apresentam taxas de 134,9 e 95,5, respectivamente, inserindo a Baixada Fluminense no rol de um dos territórios mais violentados do Brasil.

Na esteira do crescimento avassalador dessa violência, a Baixada Fluminense fica a cada dia mais,

parecida com o México. Nos parece que a implantação do Programa de UPP (Unidade de Polícia Pacificadora) na cidade do Rio de Janeiro gerou a migração de grupos varejistas do comércio de drogas, potencializando as disputas territoriais e esse fenômeno que estamos denominando de Mexicanização da Baixada Fluminense³. São várias as similaridades que hoje são identificadas no modo como o fenômeno da violência se manifesta no México e na Baixada: decapitações, massacres em presídios, atuação de milícias, homicídios de candidatos a cargos eletivos, chacinas e desaparecimentos forçados. Essa marca que já é conhecida dos mexicanos há, pelo menos, uma década e também podemos dizer da Baixada, vem se configurando como um projeto político de grupos privilegiados de supremacia branca economicamente que estão nos espaços de poderes institucionais do executivo, do legislativo e do judiciário. Cada dia mais pessoas ligadas a esses grupos são candidatos a cargos eletivos em processos eleitorais, o que também resulta em mais homicídios, porque esse projeto político, ainda está em disputa pela diversidade desses grupos. Desde 2015, 14 candidatos e políticos foram mortos, segundo a Polícia Civil, seis desses crimes foram causados por disputa entre milicianos. Outros dois por grupos de extermínio, que o delegado Giniton Lages, titular da Delegacia de Homicídios da Baixada, não considera milícias. Quatro mortes foram ações de traficantes. Só dois dos casos não teriam nenhuma ligação com a atuação política das vítimas. Na última campanha eleitoral no México, tivemos o processo marcado por diversos casos de violência e homicídios. Segundo especialistas, esta foi a campanha mais violenta já registrada no país. Segundo dados do Instituto Nacional Elei-

“A Baixada Fluminense começa a experimentar essa Mexicanização de forma mais disseminada, onde o próprio ESTADO RACISTA em nome de grupos econômicos hegemônicos é acionista e faz parte desse processo.”

toral (INE), até o dia 20 de junho de 2018, 122 candidatos e pré-candidatos foram assassinados.

A Baixada Fluminense Fluminense começa a experimentar essa Mexicanização de forma mais disseminada, onde o próprio ESTADO RACISTA em nome de grupos econômicos hegemônicos é acionista e faz parte desse processo. Nesse processo de Mexicanização, gestores públicos, legisladores e juristas em grande parte e a grande mídia fortalecem e constroem no imaginário da sociedade, que será com mais militarização que resolveremos a questão. Podemos materializar essa militarização com dados da secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, que nos dizem que nos últimos 10 anos, o orçamento da segurança pública do Rio de Janeiro, atualmente sob intervenção federal militar,⁴ cresceu 136%. Os volumes de recursos saltaram de R\$ 5,2 bilhões de reais em 2008, para R\$ 12, 2 bilhões de reais em 2017. Isso fez a violência diminuir? Esse processo também se assemelha ao México. O orçamento do Estado mexicano em segurança pública praticamente dobrou em uma década. Passou de 5 bilhões de dólares, em 2006, para 9,8 bilhões de dólares em 2017, segundo o relatório Orçamento Público Federal para a Função da Segurança Pública, produzido pela Câmara de Deputados do país. Porém para o Instituto para Economia e Paz do México, o montante aplicado em segurança pública foi de 29 bilhões de dólares, somente em 2017.

Em ambos os processos de militarização, a maior parte do orçamento foi para financiar a compra de armas mais letais e a política de confronto com o discurso hipócrita de guerra às drogas. Nas Comunidades do México e da Baixada Fluminense podemos mais uma vez retornar

a fundação desses Estados e locais, na lógica do sistema racista que vem se configurando nas formas de perpetuação do racismo, que são traduzidas nos números de quem são os corpos matáveis e descartáveis⁵: o do negro e pobre nas comunidades da Baixada e de indígenas nas comunidades do México. Aqui vale salientar que, na atual fase do capitalismo de acumulação por espoliação⁶, a necropolítica impera.

As semelhanças não param: no México, como na Baixada Fluminense, desaparecimentos forçados fazem parte dessa história. No ano 2014, no estado de Guerrero, o desaparecimento de 43 estudantes da escola rural do magistério de Ayotzinapa também causou indignação na sociedade mexicana, no Brasil e no mundo. Os principais suspeitos são políticos e militares da região. Mais recentemente, surgiu outro caso de desaparecimento forçado que provocou comoção. Três estudantes de cinema da Universidade de Meios Audiovisuais de Guadalajara foram mortos e tiveram seus corpos dissolvidos em ácido sulfúrico, segundo a promotoria do estado de Jalisco, no México. Desta vez, as investigações apontam para membros do cartel Jalisco Nova Geração. Cartéis esses como os grupos armados da Baixada (milícia, tráfico e forças policiais) fazem parte, dialogam ou possuem negócios com o Estado, além de ocupar, como já descrito, cargos de poder.

Na Baixada Fluminense, além dos partidos políticos, outros atores têm peso decisivo, entre eles estão os grupos armados da Baixada (milícia, tráfico e polícias), os meios de comunicação, os empresários e diferentes organizações. Não há dúvidas de que os grupos que estabelecem poder nos territórios das comunidades da Baixada também intervêm nas campanhas eleitorais, financian-

do, promovendo ou censurando candidatos, assim como gerando violência.

Ao povo da Baixada Fluminense, caberá a difícil tarefa de driblar todas essas interferências e eleger pessoas que possam trazer uma perspectiva de segurança pública menos letal ou como a experiência dos Zapatistas no México, pensar algo maior, se Aquilombando e começando a pensar em um projeto político autônomo que tenha como princípios a autogestão, o fim do racismo, dos privilégios de uma elite, do machismo e de todas as formas de opressão.

Notas:

1. OMES, F. S. Histórias de Quilombolas. Cia das Letras, 2006.
2. ALVES.J.C.S. Dos Barões ao Extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Ed. Antônio Gramsci.2003.
3. Miagusko, EDSON. Esperando a UPP: Circulação, violência e mercado político na Baixada Fluminense. Julho. Revista Brasileira de Ciências Sociais, 2015.
4. Texto escrito na vigência da intervenção federal militar na segurança pública do estado do Rio de Janeiro, decretada em 16 de fevereiro de 2018 (N. do E.)
5. MBEMBE, Achille. Necropolítica. Editora N-1, 2018.
6. HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

“Aqui vale salientar que, na atual fase do capitalismo de acumulação por espoliação, a necropolítica impera.”

Frank Andrew Davies

Doutor em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), pesquisador e Professor da UFPE

Thais Lemos Duarte

Doutora em Ciências Sociais (PPCIS-UERJ), pesquisadora de Pós-Doutorado em Sociologia da UFMG

Cidade sob armas: tráfico, milícia e Exército no Rio de Janeiro dos megaeventos

Resumo:

A proposta desse artigo é apresentar e analisar três formas de gestão armada dos territórios do Rio de Janeiro, impostas pelo tráfico de drogas, pela milícia e pelo Exército. Apesar das diferenças entre si, tais atores são considerados centrais à segurança pública no contexto de megaeventos, o qual marcou a cidade nas últimas décadas. Estatais ou não, os regimes de poder desenvolvidos por estes agentes armados são verdadeiros obstáculos à vida carioca, principalmente, às ações cotidianas dos mais pobres. Os três apresentam elementos comuns, como o autoritarismo no controle de mercados, a regulação da circulação de corpos e territórios e o reforço às visões depreciativas sobre essa população, em especial os jovens negros. Sob as armas, são atravessadas as fronteiras do legal e ilegal para a perpetuação de suas atividades ao longo do espaço e do tempo.

1 - Apresentação

Na década em que o Rio de Janeiro se tornou sede de grandes eventos (2007-2016)¹, o campo da segurança pública produziu formas próprias de governar a cidade? Indo além de discursos e agências oficiais, propõe-se neste artigo apresentar, comparar e analisar três formas de gestão armada dos territórios da cidade, operadas no curso da realização dessas cerimônias. Conciliando agenciamentos estatais e não-estatais, destacam-se os regimes violentos que marcam os espaços de pobreza e que por vezes são desviados dos olhares mais atentos à ordem institucional, centralizados nas forças policiais e em “novos programas” como “solução” ao aumento da criminalidade³. Será abordado, então,

o domínio imposto pelo Exército, pelas milícias e pelo tráfico de drogas, pontuando suas características de ação e seus efeitos à cidade. Nesse sentido, pretende-se caracterizar as modalidades de gestão dos pobres, articuladas pelo mote da segurança e o exercício e controle da violência urbana.

Não é possível tratar esses agenciamentos de modo homogêneo, até mesmo porque carregam peculiaridades, formas de ação e, sobretudo, garantias de legitimidades totalmente distintas. Ao menos aos olhos do Estado e de certos grupos sociais, o tráfico e a milícias seriam grupos criminosos, ao passo que o Exército agiria, ainda que em um plano formal, “dentro da lei”. Por outro lado, em comum, atuam sob o punho de armas, tangenciando a linha tênue entre práticas legais e ilegais e reforçando sua legiti-

dade sob certos territórios à força, na busca pelo acesso e conquista de mercados diferenciados (Telles, 2013).

2 - Vida sob cerco: tráfico de drogas carioca

Se não reificado, o tráfico de drogas é algo que atravessa a conjugação de fluxos, como o de drogas, de armas, de homens e de dinheiro. Obviamente, o tráfico comporta algum grau de institucionalização. Basta entrar em uma favela do Rio de Janeiro para se notar isto. Por outro lado, o tráfico designa simultaneamente efeitos, movimentos, acontecimentos, algo que se passa ou que se passa entre (Barbosa, 2001). Não há, pois, uma organização hierárquica rígida nas facções cariocas, já que estas são como blocos territoriais, inexistindo uma posição segmentar.

As principais organizações criminosas do tráfico surgiram nas prisões. A despeito de controvérsias e incertezas, a principal delas, o Comando Vermelho (CV), foi instituída a partir da convivência entre presos comuns e os tidos “políticos”, durante o período da Ditadura Civil-Militar, em um cárcere da Ilha Grande (Lourenço & Dias, 2015). Inicialmente, o CV não tinha vinculação ao tráfico de drogas, pois em sua origem buscou contemplar um componente micropolítico, a partir da criação de códigos de conduta na cadeia e do estabelecimento da solidariedade entre os presos (Barbosa, 2013).

Entre 1983 e 1987, ocorreu uma cisão no CV, sendo estabelecidas novas facções. Esse quadro se instaurou pela intensificação da repressão aos assaltantes de banco, bem como pela chegada ao Rio de Janeiro de uma grande quantidade de cocaína e pela relativa tranquilidade relacionada

ao exercício da venda de drogas (Barbosa, 2005). As facções passaram a dominar favelas cariocas que apresentam uma posição geográfica para defesa quase ideal, impondo dificuldades para incursões policiais (Lessing, 2008).

Uma terceira fase se estende da década de 1990 aos dias atuais. Com o advento da “guerra contra as drogas”, aumentou-se a demanda pelo combate ao tráfico e à criminalidade de um modo geral, ainda que isso implique no emprego de práticas policiais arbitrárias (Misse, 2011). Consequentemente, houve um crescimento da violência, com especial destaque aos homicídios, em que as principais vítimas são jovens negros.

Houve também a diversificação das dinâmicas do tráfico de drogas, sendo comuns trocas de lideranças, assim como foram modificados os padrões de sociabilidade entre traficantes e moradores. As distintas facções passaram a disputar territórios para estender seus domínios sobre a venda de drogas e, ainda, precisaram defendê-los da polícia que, sabendo localizá-los, começaram a cobrar o “arrego” (Grillo, 2008). Iniciou-se uma corrida armamentista pela posse de instrumentos mais eficientes e letais, capazes de garantir, seja a manutenção do controle dos pontos de venda de drogas, seja sua expansão para outras favelas. Formou-se, então, um tráfico de armas de guerra, como fuzis AK-47, AR-15, metralhadoras de uso reservado das Forças Armadas, granadas, armas antiaéreas, bazucas etc. (Misse, 2011).

Não à toa, pesquisas apontam que moradores de favela vivem “sob cerco”. Os tiroteios, produtos das disputas por territórios entre facções criminais, bem como confrontos entre traficantes e policiais produzem uma temporalidade de antecipação (Caval-

canti, 2008). Há uma expectativa de que sempre poderá ocorrer um próximo tiroteio. Adicionalmente, o tráfico impõe um rígido código de conduta aos moradores de favelas. Os que desvirtuam as ditas “leis da comunidade” podem sofrer sanções severas, como raspagens de cabelo, no caso de mulheres, senão, a morte. Entretanto, não são raras narrativas sobre a “bondade” de traficantes, os quais chegam a fornecer bens e serviços essenciais aos moradores de áreas onde exercem seus domínios, como remédios, gás de cozinha, alimentos etc.

3 - Do elogio ao sapatinho: as milícias cariocas

Há poucos anos, a expressão “milícias” não era comum ao repertório sobre a criminalidade carioca, tendo o termo começado a aparecer em matérias de jornais a partir de 2006. À época, as milícias eram grupos armados irregulares com domínio sobre territórios e populações; realizavam coação contra moradores e comerciantes; agiam motivadas pelo lucro individual, monopolizando, por exemplo, a venda de gás, de TV a Cabo e o transporte alternativo em comunidades; propagavam um discurso de legitimação relativo à libertação ao tráfico de drogas e à instauração de uma ordem protetora; contavam com a participação de agentes do Estado, como policiais e agentes prisionais. Estariam também ligadas a um projeto político que incluiria funcionários de alto escalão da Secretaria de Segurança (Cano & Lotty, 2009).

As milícias seriam uma espécie de câncer, constituindo células de um corpo social que, ao invés de protegê-lo, seriam dedicadas a ameaçá-lo (Cano & Lotty, 2009). Entretanto, ainda que carregassem tais características, certos

atores públicos, como o então prefeito do Rio de Janeiro em 2006, identificavam as milícias como um “mal menor” frente ao tráfico de drogas, reduzindo-as a “autodefesas comunitárias”.⁴ Preponderava no discurso oficial que a ação das milícias era em alguma medida positivas, sendo os traficantes os inimigos “número um” da segurança pública.

No entanto, em maio de 2008, o fenômeno atingiu um importante ponto de inflexão a partir da tortura de jornalistas do O Dia, em uma favela na Zona Oeste carioca. Se até então pairava alguma dúvida sobre a natureza das milícias, a partir deste episódio tais grupos foram incorporados publicamente ao rol do crime organizado carioca (Cano & Duarte, 2012). Não à toa, foi implantada no período uma Comissão Parlamentar de Inquérito na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro sobre as Milícias, presidida pelo Deputado Marcelo Freixo. Ainda, o Tribunal de Justiça, a Polícia Civil⁵ e o Ministério Público⁶ desenvolveram ações de inteligência para deter e condenar milicianos.

O efeito dessas incisivas foi deixar as milícias no “sapatinho” (Cano & Duarte, 2012), tornando-as mais discretas. A mudança em seu perfil de atuação visou, sobretudo, dificultar investigações e prisões dos seus membros, tornando-os menos visíveis ao sistema de justiça criminal. Contudo, o perfil mais baixo das milícias não tornou suas atividades menos intimidatórias. Dentre as características já citadas, mesmo com a repressão estatal, as milícias mantiveram o domínio sobre territórios e a coação contra moradores. A violência letal continuou extremamente comum e, inclusive, há indícios de que as milícias estariam matando menos, pois recorreriam ao desaparecimento de pessoas (Cano & Duarte, 2012). Então, se

inicialmente eram identificadas como um câncer, as milícias passaram a ser vistas como um vírus, com forte capacidade adaptativa.

Atualmente, há muitas especulações na imprensa em torno do assunto, sobretudo, após a morte da vereadora Marielle Franco, em que há fortes sinais de ter sido de autoria de milicianos.⁷ Matérias de jornais apontam que as milícias deixaram de atuar “no sapatinho” desde o fim dos grandes eventos na cidade, estendendo seus domínios a municípios da Baixada Fluminense. Há relatos também de que os milicianos passaram deliberadamente a se envolver com a venda de drogas, concorrendo com as atividades do tráfico.⁸

4 - Lei, ordem e além: o Exército na “cidade olímpica”

A gestão do Exército sobre a cidade se relaciona de modo estreito ao papel constitucional das Forças Armadas na “garantia da lei e da ordem”. Essa prerrogativa jurídica, licenciada aos chefes do poder executivo, legitimou a inscrição de guarnições da defesa nacional no combate ao tráfico e, mais precisamente, na ocupação territorial dos espaços de pobreza da cidade. No sentido simbólico, as incursões policiais e militares foram aplicadas e justificadas pelo que se identifica como “metáfora da guerra”, isto é, uma representação particular sobre a cidade e seus moradores, com efeito indexador sobre os pobres ora enquanto criminosos, ora cúmplices de suas iniciativas (Leite, 2000).

A primeira operação das Forças Armadas na cidade em período recente ocorreu em 1992 durante o encontro de líderes globais sobre o meio ambiente (Rio-92).

Por sua vez, as corporações integraram a segurança urbana carioca para assegurar as eleições de 2006, os Jogos Pan-americanos de 2007 e as eleições de 2012. Além de suas atividades em cenários urbanos, o recurso à “garantia da lei e da ordem” já foi expedido em resposta às rebeliões em estabelecimentos prisionais (Duarte; Davies, 2017). Conforme Agamben (2004), a “garantia da lei e da ordem” pode ser considerada uma medida “de exceção”, comum aos governos das democracias ocidentais. A possibilidade de suspender normas e direitos fortalece de modo arbitrário o poder constituído, sob a alegação de crise e contextos de guerra.

Para os diferentes torneios esportivos cariocas, o Exército ocupou e fez o controle da circulação de pessoas em favelas, bairros pobres e vias de acesso da cidade, bem como participou das entradas e ocupações de localidades de grande extensão, consideradas “complexos”. Na gestão desses espaços, o Exército atuou em alguma medida de modo distinto à polícia militar, o que não significa dizer que os militares deixaram de reproduzir uma visão estereotipada sobre moradores de favelas, especialmente, os jovens e negros (Gonçalves, 2014; Savell, 2016).

Adicionalmente, as operações militares rechearam o orçamento do Exército. Nos dezoito meses em que ocupou o Alemão e a Penha, a força recebeu um investimento de R\$ 333 milhões, superando em 22% o gasto em 2011 com seu reaparelhamento. Esse valor excedeu em 61,6% o total investido em missões de paz realizadas pelo Brasil.⁹ Já na Maré, por onde esteve durante quinze meses entre 2014 e 2015, a operação custou R\$599,6 milhões.¹⁰ Fazendo dos territórios de pobreza seu campo de batalha, os grupos militares da esfera estatal pude-

“A possibilidade de suspender normas e direitos fortalece de modo arbitrário o poder constituído, sob a alegação de crise e contextos de guerra.”

“Estes atores são retroalimentados pelo modo como o próprio Estado gere as medidas punitivas ao crime, cujo foco acaba sendo a vida de jovens, pobres e negros, cotidianamente exterminados em favelas e periferias.”

ram alcançar maiores rendimentos financeiros.

O Exército impactou a gestão da cidade não apenas pelo dito combate ao crime, mas também através de políticas de incentivo ao esporte. Estas foram delineadas em âmbito federal, visando à produção de uma “região olímpica” para os Jogos de 2016, em curso desde os Jogos Pan-americanos de 2007 (Davies, 2017). Contudo, construída em terreno da maior guarnição militar da América Latina, a “região olímpica de Deodoro” foi destinada ao uso quase exclusivo do Exército. Apesar de o discurso oficial justificar esses investimentos para a “integração de jovens e das comunidades carentes” (COB, 2009, v. 1, p. 20), o legado na realidade foi outro. Comandantes do Exército tiveram seu poderio local fortalecido, aumentando as barreiras de uso e circulação por parte da população “civil”, que tampouco conseguiu reivindicar demandas e utilizar estes novos equipamentos.

5 - Reflexões finais

No Rio de Janeiro dos megaeventos, a regulação do crime por meio de armas tem coexistido por meio de arranjos situacionais entre variadas agências, ajustadas aos espaços e as suas configurações de governo e mercados locais. Sob esse espectro, ao invés de produzir “paz”, a gestão da segurança pública carioca deu forma a distintos governos de “guerra”. Por um lado, no âmbito estatal e “legítimo”, as forças armadas se inscreveram de maneira progressiva no controle do espaço urbano e da vida. Por outro, houve um considerável incremento da ação de grupos criminais, como os ligados ao tráfico e às milícias. Estes atores são retroalimentados pelo modo como

o próprio Estado gere as medidas punitivas ao crime, cujo foco acaba sendo a vida de jovens, pobres e negros, cotidianamente exterminados em favelas e periferias.

Estatais ou não, os regimes de poder desenvolvidos por agentes armados se revelam verdadeiros obstáculos à vida na cidade. A despeito das idiossincrasias, é possível apontar três elementos comuns entre eles: a regulação da circulação dos corpos sobre territórios e o direito à vida dessa população, o autoritarismo no controle de mercados legais e ilegais, e o reforço às visões depreciativas sobre a condição de pobreza, atada às representações do crime. As armas da cidade têm suas miras apontadas para grupos específicos, a passo em que são celebradas as realizações do “sonho olímpico”.

Notas:

1. É possível relacionar as candidaturas à sede de diferentes torneios como um projeto único de cidade articulado por um grupo de empresários e representantes do poder executivo local, em momento posterior incluindo também agentes da esfera federal. A primeira realização que inaugura essa década são os Jogos Pan-americanos de 2007, realizados no Rio de Janeiro, onde também acontece em 2011 a edição dos Jogos Mundiais Militares, a conferência internacional sobre meio ambiente Rio+20 em 2012, a Copa das Confederações em 2013, a edição brasileira da Copa de Futebol masculino da FIFA em 2014 e, por fim, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos do COI em 2016.
2. Utiliza-se o conceito de governo em referência às práticas e técnicas que estruturam o campo de ação dos outros, e que se constituem como formas de conduzir e orientar condutas. Parto de uma leitura inspirada nas ideias

- do filósofo Michel Foucault, em especial nas suas análises sobre o fenômeno do Estado moderno. Na medida em que organizam as ações, os governos são um exercício de poder relacionado às instituições políticas, sem, contudo, se limitar a essa possibilidade.
3. A reflexão sobre outras formas de governo desloca do centro da discussão uma ação muito debatida no campo da segurança pública no escopo dos megaeventos: o programa de pacificação de favelas. Longe de desconsiderar a importância da compreensão da iniciativa e o acúmulo de pesquisas produzido sobre o tema, o texto trata de uma visão mais ampliada da realidade, alinhada a debates mais recentes que orbitam a regulação da “questão social” (Cf. Miagusko; Jardim; Côrtes, 2018).
 4. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/eleicoes-2008/carminha-feromino-solta-diz-que-milicia-malmenor-que-traffic-5008565>. Acesso em 06/08/2018.
 5. Através da Delegacia de Repressão ao Crime Organizado (DRA-CO/PCRJ).
 6. Mediante o Grupo de Apoio Especializado ao Crime Organizado (GAECO/MPRJ).
 7. Marielle Franco era Socióloga, moradora do Complexo de Favelas da Maré, eleita Vereadora da Câmara Municipal do Rio de Janeiro pelo Partido PSOL com 46.502 votos, com vistas a cumprir o mandato entre os anos de 2017 e 2020. No dia 14 de março de 2018 foi assassinada em um atentado a um carro em que era passageira. No total, treze tiros atingiram o veículo, matando também o motorista Anderson Pedro Gomes. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/testemunha-reforca-papel-de-milicia-no-caso-marielle-22667760>. Acesso em 11/07/2018.
 8. Disponível em: <https://theintercept.com/2018/04/05/milicia-controle-rio-de-janeiro/>. Acesso em 12/07/2018.
 9. Disponível em: [lo.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-no-rio-acao-no-alemao-custa-r-333-mi-imp-,887718](http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,exercito-no-rio-acao-no-alemao-custa-r-333-mi-imp-,887718)>. Acesso em: 01 out. 2016.
 10. Disponível em: <http://brasil.estadao.com.br/blogs/estadao-rio/na-mare-ocupacao-militar-custou-o-dobro-dos-gastos-sociais-nos-ultimos-seis-anos/>>. Acesso em: 01 out. 2016.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.

BARBOSA, Antônio Rafael. Prender e Dar Fuga: Biopolítica, Sistema Penitenciário e Tráfico de Drogas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Museu Nacional do Rio de Janeiro, 2005. (Tese de Doutorado).

_____, Antônio Rafael. Grade de ferro? Corrente de ouro! Circulações e relações no meio prisional. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. V. 25. N. 1. 2013.

_____, Antônio Rafael. As armas do crime: reflexões sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Civitas – Revista de Ciências Sociais. Ano 1, nº 2, dez. 2001.

CANO, Ignacio; IOOTY, Carolina. “Seis por Meia Dúzia? Um Estudo Exploratório do Fenômeno das Chamadas ‘Milícias’ no Rio de Janeiro”. In: Justiça Global (org.) Segurança, Tráfico e Milícias no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.

_____, Ignacio. DUARTE, Thais Lemos. No sapatinho: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.

CAVALCANTI, Mariana. Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca. Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social; v. 1, n. 1. 2008.

COB - COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Dossiê de candidatura do Rio de Janeiro à sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Rio de Janeiro: COB, 2009. 3 v.

DAVIES, Frank Andrew. Deodoro: formas de governo para uma “re-

gião olímpica”. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Ciências Sociais, UERJ, 2017.

DUARTE, Thais Lemos; **DAVIES**, Frank Andrew. Lei e Ordem para quem? El País Brasil, 23 jan. 2017.

GONÇALVES, Vinicius Rodrigues. A cruz e a espada: disputas e negociações pela pacificação de indivíduos, nações e cidades. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

GRILLO, Carolina Christoph. Fazendo o doze na pista: Um estudo de caso do mercado ilegal de drogas na classe média. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

LEITE, Márcia da Silva Pereira. Entre individualismo e solidariedade: dilemas da política e da solidariedade no Rio de Janeiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 44, pp. 73-90, 2000.

LESSING, Benjamin. As facções cariocas em perspectiva comparativa. Novos Estudos, 80: 43-62, mar, 2008.

LOURENÇO, Luiz Claudio; **DIAS**, Camila Nunes. Discutindo elementos para a definição e a atuação de coletivos de internos do sistema prisional de São Paulo e da Bahia. 39º Encontro Anual da ANPOCS: Caxambu, 2015.

MIAGUSKO, Edson; **JARDIM**, Fabiana; **CORTES**, Mariana. Governo, gestão de populações e subjetividades: balanço e perspectivas analíticas. Revista Brasileira de Sociologia, v. 6, n. 12, p. 242 – 265, 2018.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 19, n. 40, p. 13-25, out. 2011.

SAVELL, Stephanie. Performing humanitarian militarism: Public security and military in Brazil. Focaal: Journal of Global and Historical Anthropology, n. 75, p. 59-72, 2016.

TELLES, Vera da Silva. Prospectando a cidade a partir de suas margens: notas inconclusas sobre uma experiência etnográfica. São Paulo: Contemporânea, v. 3, n. 2 p. 359-373 Jul.-Dez. 2013.

Jogo de memória na Central: ocupações de moradia, destruição, reparações

Adriana Fernandes

Antropóloga e pesquisadora do Distúrbio (UERJ/UFRRJ/CNPq); em 2013 defendeu a tese *Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro* (PPCIS/UERJ).

Resumo:

A Central do Brasil tem sido um espaço de disputas e de resistências na cidade do Rio de Janeiro. Recorrentemente novas políticas urbanas buscam remover a população pobre e mais precarizada que reside e trabalha na região. Através de três ocupações de moradia, o texto se propõe a mostrar o teor dessas disputas, os diferentes sujeitos e projetos envolvidos, assim como a originalidade das ocupações em termos de moralidades e como espaço antissegregacionista e heterotópico.

Ponto de partida

1. Ocupação Chiquinha Gonzaga: iniciada em 2004 pela Frente de Luta Popular (FLP) e a Central de Movimento Popular (CMP) num prédio abandonado pertencente ao INCRA. Em 2013, a ocupação obteve na justiça o direito à concessão por uso especial do imóvel, por 99 anos, o que lhe rendeu a reputação de uma ocupação de sucesso, uma ocupação que deu certo. Depois disso, porém, acontecimentos usurpatórios envolvendo polícia, tráfico e políticas urbanas (seus agentes e interesses) têm desafiado moradores, movimentos de moradia e instituições do Estado envolvidos na garantia por habitação popular.

individualização da água não seriam para eles: Isso tudo quando ficar pronto não vai ser pra gente não¹. As tentativas dessa mesma moradora para conseguir um apartamento no Minha Casa Minha Vida (célebre programa de habitação popular instituído nos governos Lula e Dilma Rousseff) era significativo de um imaginário construído na última década: a chance de obter a posse de um apartamento ou casa para si ou para alguém de sua família, mesmo que distante do Centro, onde morava atualmente e por onde se virava com bicos, faxinas e serviços relacionados ao cuidado (como cuidadora e babá). Ela e uma outra moradora da ocupação desejavam muito obter uma vaga nos apartamentos do Minha Casa Minha vida do prédio da Frei Caneca (situado em um bairro contíguo à Central e onde funcionou, entre 1850-2010, o presídio homônimo). Os cadastros, todavia, foram para outro perfil de moradores. Restava um golpe de sorte e insistir em acionar alguma relação mais próxima com

Em junho 2018 uma moradora da ocupação comentava que as novas obras do prédio visando a

agentes (governamentais ou não) responsáveis por novos cadastros para tentar um cadastro noutra prédio, mesmo que distantes dali.

Na Central desde a instalação da UPP da Providência, em 2010, o tráfico tomou as ruas abaixo, ganhando influência também na ocupação. Aos poucos, os garotos ligados ao Comando Vermelho, que ficavam na Providência e no entorno até à Central, expulsaram moradores da Chiquinha Gonzaga, interessados em tomar seus apartamentos. O cotidiano com tiroteios nas ruas cruzando o edifício, e as disputas que chegavam pelas ruas e se instalavam nos espaços internos da ocupação situada no número 110, da Barão de São Felix, alimentaram, desse modo, a vontade enorme em muitos moradores de arrumar um novo lugar para viver. Todavia, a Defensora do Estado que acompanha o caso desde o início da invasão do imóvel do INCRA, numa reunião sobre o destino da ocupação em 2018, foi taxativa: *Não há qualquer chance no Minha Casa Minha vida e ainda, são cerca de 300 pessoas numa fila e sem perspectiva de apartamento, além disso, o aluguel social está atrasando todo o mês, assim, a chance de receber algum dinheiro pelo apartamento não existe porque não há mais esse tipo de recurso.* Como ela era de confiança, aquilo caiu como um balde de água gelada no coletivo que tentava se reorganizar para retomar o prédio.

O ITERJ (Instituto de Terras e Habitação do Estado) e o NUTH (Núcleo de Terras e Habitação), da Defensoria Pública, são os dois órgãos que têm dado apoio a tal iniciativa. A moradora que cuida da cobrança da conta de água do prédio, e que a polícia tentou acusá-la de envolvimento com o tráfico, decidiu entregar a função. Como ninguém quis ficar responsável pela cobrança dos mais de 50 apartamentos, ela resolveu en-

tão, num dia em que *a cabeça havia esquentado*, sair em disparada ao ITERJ (órgão responsável pelo imóvel) para deixar com o Instituto o alto montante reservado ao pagamento (uma responsabilidade mensal que podemos considerar de ordem sísifca). O clima da reunião é tenso, ao mesmo tempo um grupo de moradores anda esperançoso com a possibilidade que lhe restou: retomar as obras propostas pelo ITERJ como parte do processo de requalificação do imóvel. O dinheiro que era de um Fundo federal ficou “perdido” na CEHAB, a Companhia estadual de habitação do Rio de Janeiro. A perspectiva de obras reanima esse grupo e atemoriza aqueles que temem pelo aumento das taxas e pela impossibilidade de continuar a habitá-lo.

Central do Brasil: transformações e continuidades

O entorno da Central - apesar de tudo o que foi colocado abaixo desde os megaeventos Copa do Mundo de futebol e Olimpíada - insiste como um convalescente que se desloca com dificuldades, a ferida, porém, continua aberta. O teleférico trambolhão parou de funcionar, o restaurante Garotinho está fechado, o hotel popular permanece. Camelôs se espremem na calçada até o terminal de ônibus Américo Fontenelle, putas na rua Senador Pompeu, imigrantes (asiáticos, africanos, latino-americanos, haitianos) pipocam pelo comércio e nas ruas. A Barão de São Felix tornou-se uma via oprimida por coletivos que não dão descanso, mas os salões de corte de cabelo de estilo afro, com originais e sofisticados cortes, seus anúncios coloridos parecem inabaláveis. Garotos olheiros do tráfico postam-se mais discretamente no entorno desde que uma viatura do 5º BPM

se instalou em frente ao prédio da ocupação e que notícias foram veiculadas em reportagens na grande mídia.

Seguindo mais lentamente, persegui o seguinte jogo de memória: onde estaria o Cabeça de Porco que ficava no nº154, no mesmo quarteirão da Chiquinha, os insurretos da Revolta da Vacina que por ali circularam e realizaram quebra-quebras em 1904, se contrapondo a ordem republicana, e os soldados paupérrimos que foram na guerra de Canudos e não receberam as benesses prometidas (casa e terreno na Providência) e dali invadiram áreas para morar no mesmo morro.² Invasão sobre invasão, trapaças e espoliação, séculos a fio: não é assim a história das cidades no capitalismo?

Mas nessa região que concentra e por onde passa e acontece tanta coisa, há também um controle das ruas e dos transeuntes que funciona muito bem. Da mesma forma, é igualmente incrível que perdue por ali um costume de cidades pequenas, que é o das pessoas de permanecerem na soleira entre a rua e a loja (ou no imóvel que seja), de se postarem nas janelas, ou de vigiarem pelas arestas tudo o que acontece ou pode vir a acontecer. Para quem é morador, ou vive por ali, esse controle meticuloso é parte da rotina diária e uma forma de proteção de si e de seus próximos.

Estamos no outono, quase inverno. Camelôs de usados preenchem as calçadas com sapatos e roupas para frio. Em 2018 tudo na Central tem um ar de ruína ou de quase ruína, além da intensa fumaça expelida pelo trânsito que agora percorre algumas poucas ruas, depois que as obras do VLT fecharam o fluxo em outras vias. Mas as ruínas, ou as quase ruínas, não são qualquer coisa. Essa região da Central é uma das regiões mais vigorosas, em termos

políticos, da cidade e também de resistência das populações mais pobres e precarizadas. O conteúdo imagético libertário, de resistência, de perigo e ameaça à normalidade burguesa e ordem familiar que a envolve é um desvio que ressurgiu na história em muitos momentos, tal como um campo de força a contrapelo.

Desde o Cabeça de Porco que mencionei, até as putas que jogaram pedras na polícia fugindo da Praça Tiradentes até a Central nos meses de Revolta da Vacina, assim como a manifestação de moradores da Providência porque o Exército que estava no morro tinha entregue três garotos ao tráfico do morro da Mineira, em troca de dinheiro, a Estação e seu entorno de casas espremidas entre a avenida signo da modernização do país, a Av. Presidente Vargas, e o limite formado por uma face do morro, um rochedo de corte vertical que de tão reto e preciso se torna vertiginoso, e toma o horizonte de quem chega na Central.

No circuito dos deslocamentos entre restaurante e hotel populares, hospedarias de baixo custo, camas em quartos coletivos, cômodos de favor, ou pagando um valor menor, alguns dias na rua, pagando pelo banho na rodoviária ou em algum hotel, estão incluídas também as ocupações de moradia. Os ventos “estão invadindo por lá”³ são parte desse circuito da precariedade e funcionam como uma forma de escapar de situações que envolvem ameaças as mais diversas e para evitar se tornar um *zumbi*.

As remoções da Providência tomaram uma parte do morro, menor do que fora propalado pelos agentes do Estado e graças a várias ações de movimentos de moradores, assistência do NUTH/Defensoria do Estado, além do apoio da relatora para moradia da ONU, Raquel Rolnik (que cumpria

“Essa região da Central é uma das regiões mais vigorosas, em termos políticos, da cidade e também de resistência das populações mais pobres e precarizadas.”

mandado nesse período). Esses atores foram decisivos para que alguns protocolos acordados internacionalmente a respeito de remoções fossem cumpridos ou que ao menos as pressões nesse sentido ganhassem visibilidade e legitimidade (embora muitas remoções ilegais tenham acontecido). O pânico e o terror que permearam o cotidiano dos moradores não são quantificáveis. Mortes e doenças geradas por todo esse clima de incerteza estão ainda para ser verbalizados, registrados em pesquisas e inventariados na conta dos megaeventos. O silenciamento que acompanha esses processos de terror e a “normalidade” que marcam o cotidiano da cidade é um traço importante do que Paulo Arantes qualificou em O que resta da ditadura, de exceção à brasileira. Por isso a importância de mencionar aqui essas passagens. Também os textos que escrevemos podem ser inscrições, vestígios das dores, doenças, sofrimentos que perduram e mortes silenciadas de quem foi afetado direta ou

indiretamente pelos megaeventos. Não como algo confessional ou que endossa a vitimização dos interlocutores. Mas para fazer da transmissão disso como se estivéssemos num revezamento, e assim poder continuar. Uma normalidade que acompanha o lugar, mas que também é resultado da insistência de permanência de ambulantes, putas, imigrantes, negros, trabalhadores da viração. Assim como doença e vida não são contrários, como pontuou a antropóloga Veena Das (2017) sobre as periferias na Índia, e formam um contínuo igualmente na existência das periferias brasileiras - ou seja, as pessoas mais pobres convivem com suas doenças e estas compõem a própria existência - é plausível pensar que entre os pobres da Central, destruição, ruína e recomeço (o reabitar a destruição) encontram-se vinculados entre si. Assim, as políticas públicas e as estratégias dos movimentos e redes engajadas na diminuição da desigualdade e na ampliação de direitos não podem desconsiderar essa textura.

Incêndio e o bota-abaixo do Camelódromo



Dia seguinte ao incêndio do Camelódromo I

A velocidade e a forma impassível com que os camelôs se colocaram sobre os entulhos do incêndio do Camelódromo foi algo impressionante e me parece também parte da exceção à brasileira - seja pela normalidade do absurdo (as centenas de pessoas que perderam seu modo de se manter diariamente), seja pelo seu caráter de resistência ou como forma de habitar a destruição.

movidas 24h após o incêndio. Tal rapidez por parte dos agentes estatais e o projeto revelado numa coletiva à imprensa e estampado nos jornais na manhã seguinte às labaredas que destruíram o local, objetivando sua transformação num megaespaço de comércio, endossou a desconfiança de que o curto circuito tinha sido proposital.



Dia seguinte ao incêndio do camelódromo II

Eu tateava meu jogo de memória, procurando onde ficavam as baracas de açaí, a confusão de sons saídos das máquinas de jukebox e os encontros furtivos no sol de dezembro, buscava pela lembrança como se estruturavam as diferentes seções no camelódromo, a multidão enquanto isso se deslocava, sem pestanejar, e irrefreável (era hora do rush), em busca do desvio menos esburacado para chegar ao terminal de ônibus vizinho à estação de trens, os dois ligam a cidade a áreas periféricas e metropolitanas. Não havia comentários, nem ninguém parava para ver o que havia restado. Os camelôs espremidos na calçada vendiam suas mercadorias, a rua em frente fora liberada ao fluxo. Atrás deles as demolições pro-

Na era dos megaempreendimentos, as figuras de Eike Baptista, antes de sua derrocada, ou ainda de Xuxa Meneghel, apresentadora de tv, ou de Donald Trump, antes de se tornar presidente dos EUA, eram sempre acionadas por moradores para justificar o imperativo de que teriam que se deslocar da região portuária o mais breve. Ou ainda, os acionistas coreanos e chineses que estariam interessados em comprar terrenos e o patrimônio ocioso. Mas quando revitalizar abrange os pobres, isto significa que eles precisam ser transferidos para as periferias das cidades modernas, resultando rentabilidade para construtoras que levantam prédios em ritmo instantâneo e com material não-durável. Além dos

“Esse saber/fazer circulatório é parte do cotidiano dos trabalhadores que habitam tanto a Central, como em outros espaços de uma cidade cada vez mais militarizada (espaços sobre o controle de grupos locais, mas ligados, de diferentes formas, a atores e a negócios graúdos e translocais)”

agentes que chegam na mesma velocidade: a disseminação das milícias também nos conjuntos do Minha Casa minha vida é um dado relevante na cartografia subjetiva, política e social da cidade após os megaeventos.

Um morador dos tempos de pesquisa da outra ocupação me diz que prefere ficar na rua em que o tráfico toma conta do que ficar noutra que periga ter ações da Guarda Municipal e perder tudo. Esse saber/fazer circulatório é parte do cotidiano dos trabalhadores que habitam tanto a Central, como em outros espaços de uma cidade cada vez mais militarizada (espaços sobre o controle de grupos locais, mas ligados, de diferentes formas, a atores e a negócios graúdos e translocais). Nesse conjunto, reconhecer os agentes responsáveis pela administração do dia-a-dia das ruas é uma expertise fundamental da subsistência material e para obter alguma proteção num cotidiano marcado por uma exceção que é ordinária e constituinte. Resta-nos, portanto, entender como esse regime é exercido, tanto para mapear as zonas de respiro, as resistências, quanto para engrossar os possíveis modos confligadores a esse ordenamento dominante.

Nessa cartografia da cidade após os megaeventos instalou-se também com mais força um imaginário da política informado por um tipo de modernização, com signos e enunciados relativos a ações de caráter empreendedor, os espaços públicos administrados por modelos empresariais,

a naturalização das parcerias público-privadas, sem qualquer consulta aos habitantes locais. Aliás, a ideia de espaço público ou de interesse público passa a ressoar quase como um hieróglifo egípcio, ruína que será brevemente soterrada por construções passíveis de falir, encerrar suas portas ou vir abaixo a qualquer momento: hotéis Inn, Museu MAR, edifícios corporativos e inabitados, camadas de um capitalismo que aumenta a velocidade do desmanche, destruição (e soterramentos) para urdir novos empreendimentos na cadeia incessante de reprodução do capital. A máquina da expropriação de corpos e da riqueza dos habitantes do lugar funcionando de forma mais intensa e eficaz. Nos termos de Giorgio Agamben: “(...) uma situação de apocalipse latente: onde nada mais parece estar em conflito, mas onde a destruição não deixa de fazer estragos nos corpos e nos espíritos de cada um (...)” (cit. por Didi-Huberman, 2011, p.75).

Mas “se nada mais parece estar em conflito”, conforme vaticinou o filósofo italiano para o tempo atual, podemos mencionar, todavia, a observação provocadora de outro filósofo, Walter Benjamin, de que no meio desse “campo de força atravessado de tensões e de explosões destrutivas, [encontra-se] o minúsculo e frágil corpo humano” (Benjamin, 1987, p.198). Esse “minúsculo e frágil corpo humano” o que nos diz de uma outra ocupação legendária na região portuária, a Zumbi dos Palmares?

Zumbi dos Palmares, o rochedo vertiginoso⁴

E era Eike Baptista, a aparição ambivalente daqueles meses e dias da Zumbi dos Palmares. O prédio originalmente, na década de 40, sede do IAPE (Instituto de Apo-

sentados e pensionistas da Estiva) talvez fosse mesmo transformado em um hotel de luxo, a seu lado, o outro prédio talvez se tornasse um suntuoso shopping center.



Parte de trás do prédio da Zumbi dos Palmares

Tudo ali se modificaria, não havia jeito de ficar - eram esses os enunciados repetidos pela maioria dos moradores. Vistas como próximas aos militantes que queriam que a ocupação permanecesse, Patricia [Birman, professora da UERJ, minha orientadora, que também fez campo ali] e eu éramos vistas com desconfiança, na verdade tentávamos entender o que movia o desejo de sair do Centro e ir para bairros ermos, de escassos equipamentos urbanos, poucas chances para conseguir bicos e rendas em trabalhos que o pessoal realizava como botar isopor em shows ou outros espetáculos, entregar folheto na rua, freelas em eventos de sindicato, ou algo nesse sentido, eventual, mas por um valor considerado por eles bom.⁵

Um grupo forte do movimento que queria permanecer se tornou objeto de perseguição dos que desejavam sair e negociar as propostas: cheque de vinte mil, aluguel social por seis meses e renovável por mais seis, ou casa ou apartamento em Cosmos ou em Senador Camará (bairros si-

tuados na zona oeste da cidade, cerca de 45 km do Centro). Um cadastro foi administrado por uma moradora do prédio ligada a uma Assembleia de Deus que se tornou uma liderança importante na organização do esvaziamento da ocupação e que tinha como preocupação garantir que eles, os moradores, não tivessem que sair com uma mão na frente e a outra atrás.

A Zumbi dos Palmares foi uma ocupação habitada por mulheres que tinham pago prisão, e também por mulheres que exerciam trabalho sexual na circunvizinhança do prédio, além da população que sempre esteve presente nas ocupações do Centro, de forma geral, a maior parte era de trabalhadores da informalidade urbana, mas alguns tinham carteira assinada ou eram empregados por contrato (terceirizados): peões de obra, ambulantes, camelôs, homens e mulheres sanduíche, entregadores de panfletos, também motoristas de ônibus, cobradores, pedreiros e eletricitas de pouca formação, cozinheiros em restaurantes de preços módicos,

“Tudo ali se modificaria, não havia jeito de ficar - eram esses os enunciados repetidos pela maioria dos moradores”



Reunião no salão com representantes do ITERJ e governo do Estado

faxineiros, trabalhadores da área de limpeza, cuidadoras de idoso, babás, e um morador que ganhava a vida fazendo embaixadinhas num sinal de trânsito.

O dia da mudança chegou, na verdade, a bem dizer, foram semanas. Uma boa parte quis o cheque e partiu para outras regiões da cidade ou mesmo para outras regiões do Estado (Baixada ou Região dos Lagos), outra parte entrou no cadastro do Minha Casa Minha vida, se transferindo para a zona oeste, uma parte menor resolveu pelo aluguel social na região. Obras durante cerca de dois anos tomaram a Av. Venezuela, entre outras ruas, causando inúmeros transtornos aos moradores, além do esvaziamento da região. Eram tempos de tratores e retroescavadeiras. Tempo de rumores, desditos, de sonhos, de muitas ameaças e de inquietude. Agentes da governamentalidade e o tempo sem fim da transição [assim que alguns moradores chamaram o esvaziamento do prédio] foram de muita tensão. A vida da viração e numa

ocupação que estava no caminho das obras do Porto Maravilha, provocaram muitas brigas e discussões. As célebres e inesquecíveis assembleias do coletivo da Zumbi não eram mais as mesmas. Os problemas e conflitos relacionados à convivência não interessavam mais.

Agora, no tempo da urgência, as assembleias eram perpassadas de embates catárticos em torno das propostas aventadas pela prefeitura e governo, do futuro incerto, ou de atitudes que poderiam botar tudo a perder - como disse um morador enquanto discutia com outro do grupo que não queria sair (o grupo de moradores-militantes). Uma sensação, porém, estava presente numa boa parte dos moradores que também via nas obras do Porto a possibilidade de obter um bom imóvel, mesmo que em regiões menos favoráveis à vida na viração: as notícias desencontradas não parariam de chegar e de se contrapor, dia após dia, e as máquinas que revolviam o chão não descansariam até o prédio ser

completamente esvaziado. E foi isso o que finalmente se deu.

Mas nem todos se contentaram com as alternativas apresentadas pelos agentes governamentais. Flora foi uma delas. Durante o esvaziamento do prédio ela, junto com outros moradores, foi até o Piranhão (como é conhecida a sede da prefeitura) para receber o cheque indenizatório de 20 mil reais. Após observar o valor largou a fazer escândalo - como outros contaram depois - na entrada do Piranhão. Aos brados, reclamou que aquele montante não daria nem para pagar as compras para o filho no mercadinho do bairro e, em seguida, rasgou o cheque indenizatório. Alguém da prefeitura tentou remediar a situação, mas Flora estava indomável. Um grupo de moradores fez contato com um irmão para que ele fosse na prefeitura para recuperar o cheque referente ao apartamento. O "rei está nu" talvez seja essa uma das mensagens que podemos ler do gesto irascível de Flora.

Machado de Assis, o prisma negro⁶

A ocupação Machado de Assis aconteceu em 2008, numa área onde funcionou uma fábrica da Confeitaria Colombo, depois se tornando, até 2006, propriedade da Unilever, quando foi desapropriada para fins de habitação social, dentro do programa de moradia Novas Alternativas, no governo César Maia. Como tal fim não aconteceu um grupo de moradores e de ativistas ligados à Zumbi, à Chiquinha e de ativistas ligados ao movimento negro e independentes resolveu ocupar o imóvel na rua da Gamboa, nº 111.

A melhor opção para chegar à Machado de Assis era atravessar o túnel João Ricardo, atrás da Central do Brasil. Ao cruzar o

túnel a impressão era ser tragada por um halo para um lugar escuro de muita poeira, barulho e de intenso tráfego de ônibus para as mais diferentes regiões distantes da cidade. Faróis cegavam os que ali passavam. Buracos com poças mal cheirosas, à espreita de pedestres desavisados. Cheiros e luzes num caminho curto, mas tenso, vira e mexe havia notícias sobre assaltos. E então chegávamos ao bairro da Gamboa, perdido no tempo, com casario antigo, ruas que não se encontram, em quarteirões que podem confundir transeuntes com seus arruamentos irregulares e desencontrados.

O mote que justificou a ocupação era que o movimento negro desejava transformá-la em um Quilombo cultural e ali abrir espaço para um futuro museu das religiões de matriz afro-brasileiras. Nas primeiras noites eram recorrentes comentários de que barulhos de correntes podiam ser escutados num espaço anexo ao prédio de onde se dormia. Uma cozinha coletiva foi instalada. Um grupo de anarquistas ligado à ocupação Flor do asfalto, a ocupação dos punks, chegou para dar apoio na cozinha, fornecendo legumes obtidos na CADEG, a Central de Abastecimento do Estado da Guanabara. A notícia de que a ocupação possuía muito mais espaço do que se supunha funcionou como um rastilho de pólvora na região. Dia após dia uma procissão de pessoas contando histórias de infortúnio as mais variadas buscavam uma vaga na nova invasão.

A ideia de enfatizar a Machado de Assis como uma ocupação afro-brasileira continha sua marca de originalidade, ao mesmo tempo não deixava de ser oportuna. Ao tentar se vincular à cena de memória africana e de escravidão na cidade, a Machado de Assis procurava se somar a marcos que já eram ou começavam a ser

referência nesse circuito e que estavam localizados próximos ao prédio como o Quilombo da Pedra do Sal, o Cemitério dos Pretos Novos, e depois, o maior sítio arqueológico de cultura material relacionado à escravidão no mundo, o sítio do Valongo. Como mote propulsor dessa filiação, a ocupação se propunha a receber peças apreendidas em terreiros da Providência e do morro de São Carlos, entre outros, desde a década de 30, e que ficaram retidas no Museu da Polícia. Durante anos se tentou sem sucesso dar outro destino a esse importante patrimônio, que no Museu atraía despachos e oferendas ritualísticas⁷.

No meio do prisma negro, porém, surgiram tratores e retroescavadeiras que ganharam ganas após os anúncios da Copa do Mundo e das obras do Porto Maravilha. Por outra parte (e sempre os incêndios), dois casarões invadidos, na mesma região, pegaram fogo no início de 2009, suscitando a transferência de um contingente de pessoas desconhecidas para a ocupação. Na queixa de uma moradora que participou desde os preparativos: Não está mais dando, a gente nem sabe quem mora mais aqui! O comentário não explicitava o motivo da desqualificação dos novos invasores da Machado de Assis: eram qualificados de zumbis (usuários de drogas vistos como não confiáveis).

Rumores de que novas tentativas de invasão ao terreno da ocupação por agentes que se diziam de movimento de cultura e movimento negro e que desejavam interferir nos projetos que eram propalados por ativistas, novos moradores que se diziam ligados ao tráfico que havia se capilarizado em esticas também no asfalto, e levas de invasores que ocupavam aos poucos os vários espaços do prédio principal (mas o ane-

xo de onde se ouviam barulhos de correntes permanecera sem ser ocupado) e o enorme terreno nomeado de Nárnia, tornaram a ocupação incontrolável.

Em 2012 a Machado de Assis foi definitivamente lacrada, uma moça que tinha uma lojinha de balas ao lado do prédio ouviu dizer que Xuxa, a apresentadora de tv, comprara toda aquela área. Dioneia, moradora desde as primeiras semanas da Machado, por sua vez, havia pego a indenização de 5 mil reais e foi categórica em dizer não quando lhe perguntei se usaria o dinheiro para obter uma nova moradia. Nesta época, ela estava ficando em um barraco cedido na parte de cima do morro da Mangueira. Durante o dia saía com os filhos para comer no Garotinho, da Central. Era ali que contatava seus conhecidos e ficava sabendo se alguma nova ocupação estaria por acontecer. Por onde andaré Dionéia? E sua filha Larissa, na época com cinco anos, como estará agora? O restaurante popular não funciona mais, farejamos pistas.

Notas:

1. Frases e expressões em itálico foram transcritas do campo.
2. Sobre esses acontecimentos remeto a Myriam Lopes (2000) e Walnice N. Galvão (2002).
3. A expressão foi usada por Eliane Alves e Vera Telles (2006, p.327) para o contexto de São Paulo.
4. O termo originalmente é de Georges Bataille e é parte das reflexões desenvolvidas por Eliane Robert de Moraes (2014) sobre a obra de Hilda Hilst.
5. O papel de moradoras de orientação pentecostal na negociação com os agentes do Estado para a obtenção de apartamentos e casas na zona oeste foi desenvolvido por Patricia Birman (2015).
6. Prisma negro foi mencionado por Eliane Robert de Moraes (2014) citando a novela de Hilda Hilst,

Com meus olhos de cão: “Como se você, conhecendo cada canto de sua própria casa descobrisse no vestibulo, por exemplo, por onde você passara muitas vezes, (...), descobrisse um rochedo de faces espelhadas, um prisma negro”.

7. Sobre isso ver Maggie, Contins e Monte-Mor (1979).

Bibliografia

ALVES, Eliane; **TELLES**, Vera. Territórios em disputa: a produção do espaço em ato. In: **TELLES**, Vera; **CABANES**, Robert (orgs.). Nas tramas da cidade. Trajetórias urbanas e seus territórios. São Paulo, Humanitas, 2006.

ARANTES, Paulo. 1964, o ano que não acabou In: **SAFATLE**, Vladimir; **TELES**, Edson. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo, Ed. Boitempo, 2010.

BENJAMIN, Walter. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Obras Escolhidas, vol. 1. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1987.

BIRMAN, Patricia. Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns In: **LEITE**, Márcia; **BIRMAN**, Patricia; **MACHADO**, Carly; **CARNEIRO**, Sandra. Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências. Rio de Janeiro, Ed. FGV, 2015.

DAS, Veena. Como el cuerpo habla. Etnografias contemporâneas. Ano 3, n.5, 2017, pp.302-339. Disponível em <http://www.unsam.edu.ar/ojs/index.php/etnocontemp/article/download/258/301>

DIDI-HUBERMAN, Georges. A “destruição da experiência”: apocalipse, luto da infância. Entre destruição e redenção In Sobrevivência dos vagalumes. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2011.

FERNANDES, Adriana. Escuta ocupação: arte do contornamento, viaração e precariedade no Rio de Janeiro. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2013.

GALVÃO, Walnice Nogueira. O Império de Belo Monte, Vida e morte

de Canudos. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2002.

LOPES, Myriam Bahia. O Rio em Movimento: quadros médicos e(m) história 1890-1920. Rio de Janeiro, Ed. Fiocruz, 2000.

MAGGIE, Yvonne; **CONTINS**, Marcia; **MONTE-MÓR**, Patrícia. Arte ou magia negra? Uma análise das relações entre a arte dos cultos afro-brasileiros e o Estado. Rio de Janeiro, CNDA/ Funarte, 1979. Mimeo.

MORAES, Eliane Robert. Abertura In: Colóquio sobre Hilda Hilst - Ter sido, estar sendo. Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira, Universidade de São Paulo, 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=159KSKHREFA>

Ivie Soares Garrido

mulher cisgênero lésbica, é natural de Niterói, mas viveu na cidade do Rio por 30 de seus 31 anos. Estudou Química na UFRJ, mas optou por deixar a cidade para finalizar sua formação em Química na UNESP, em Bauru (SP), para onde se mudou junto com sua esposa.

Viviane Suzano Martinhão

mulher cisgênero lésbica, é graduada, mestre e doutoranda em psicologia; ativista do movimento de luta à epidemia de HIV/AIDS e do movimento LGBT. Mudou-se para o Rio de Janeiro em 2013, onde fez mestrado na Uerj e trabalhou em organizações de defesa dos direitos humanos das pessoas que vivem com HIV e AIDS.

Jogos Olímpicos Rio 2016: *memorial da ausência.* *Narrativa em duas vozes da calamidade olímpica*

Resumo:

Essa escrita é um ensaio narrativo, em duas vozes, de duas moradoras (uma paulistana e uma niteroiense) da cidade do Rio de Janeiro que, enquanto estudantes e ativistas locais, travaram cotidianamente os enfrentamentos do caos da cidade, antes e pós-olimpíadas, e seus impactos diretos nas vidas de todas/os as/os munícipes. Através de fatos reais e cruéis vividos proximamente, relatamos as vergonhas relacionadas a esse megaevento, quanto aos investimentos tirados de dos cofres públicos, à dívida financeira, colocando esse fato em paralelo à lógica e dinâmica locais e precedentes, quanto aos usos do dinheiro público e aos reais compromissos com a população local.

Em de julho de 2018, fez dois anos da morte do Diego. Soube da notícia à uma hora da madrugada da segunda-feira, 04 de julho de 2016. Naquele instante, voltar para o alojamento estudantil da UFRJ, na Ilha do Fundão, de BRT, àquela hora da noite, na cidade do Rio de Janeiro, era um risco.

Naquele momento, o assassinato de Diego Vieira Machado, meu amigo próximo de longa data, já era notícia nacional.¹ Lembro que o encontrei na manhã do sábado, dia 02 de julho, antes de ele sair pra caminhar. Nos encontramos na saída do aló (jamento), fumamos um cigarro, ele me falou de sua avó, e nos despedimos. Na noite desse dia seu corpo foi encontrado, atrás do prédio da Faculdade de Educação Física, boiando na beira da baía de Guanabara, onde fica a ilha do Fundão, cidade universitária da UFRJ, à aproximadamente 100 metros da residência estudantil, nossa morada. A suspeita declarada na

época pela investigação policial foi de crime de ódio, vinculado à negritude, regionalidade e sexualidade do Diego, bem expressadas por ele.

Naquela mesma semana Diego relatara, na sua página do Facebook, que tinha presenciado um ato de violência contra um jovem, cometido por seguranças da obra da quadra de rugby,² que estava sendo construída nas instalações da Escola de Educação Física e Desportos (EEFD), para uso da delegação da Austrália, que ali treinaria e se hospedaria para sua participação nos Jogos Olímpicos Rio 2016. Para a recepção da delegação, foram tomadas medidas de segurança: cercaram toda a EEFD, vigília intensa pela Guarda Nacional, aumento da polícia militar, dentre outras mudanças no campus que acompanharam a dinâmica dos jogos olímpicos.

A morte do Diego representou para nós o auge de um grande problema de segurança, exclusão

e descaso que acontecia na UFRJ aos seus muitos alunos. Nós ali vivíamos, cotidianamente, o medo pela ausência de segurança. No entanto, foi nesse local onde, um mês depois, todo um sistema de segurança foi implementado, só que não para os moradores do Rio de Janeiro, mas sim exclusivamente para a realização dos Jogos.

Esse é um de muitos exemplos das contradições, absurdos e transtornos que aconteceram na cidade, em todos os pontos que receberam diversas implementações e alterações para a realização dos Jogos Olímpicos. Os investimentos em segurança para a realização do evento também significaram repressão e exclusão para uma parcela considerável da população local. A presença mais intensa do exército na cidade, o aumento do contingente da polícia militar, a implementação de operações policiais municipais especializadas (como, por exemplo, o “Lapa Presente”)³ e a própria atuação da guarda nacional corroboraram com esse quadro.

Esse militarismo e incremento da força militar já representavam o aumento da violência local.⁴ A presença do exército já era notável. Recordo que quando mudei para o Rio, no começo de 2013, já via os jipes do exército transitando pela Avenida Brasil, e eles invadiam as favelas e comunidades em virtude da guerra contra o tráfico, que só gerava (e ainda gera) chacina e exclusões da parcela marginalizada da população. Esse procedimento precede os megaeventos, inclusive fez parte da gestão política dos últimos governadores que passaram pelo estado (Sergio Cabral, do PMDB, antecessor de Luiz Fernando Pezão⁵, do mesmo partido, em exercício até 2018) e também dos prefeitos da cidade do Rio de Janeiro (Eduardo Paes, também do PMDB, antecessor de Marcelo

Crivella, do PRB, atualmente em exercício). Já havia um histórico de políticas públicas para segurança “optado” pelos administradores e gestores locais.

A Olimpíada mobilizou, sim, mais gastos para maior militarização. Mas os gastos exorbitantes não foram só esses. Para receber os Jogos, a cidade precisou realizar diversas obras, muitas delas ainda na planta quando o país se candidatou para sediar o evento, algumas reformas em estádios, revitalizações de partes da cidade, e, inclusive, novas obras para transporte, tudo em virtude apenas do evento, mobilizando muitos investimentos. Embora muito tenha sido dito por parte de políticos e interessados afins, no sentido de que essas obras seriam um retorno para a população local, não foi o que vivenciamos. Boa parte dessas obras estão, hoje em dia, em desuso; em outros casos, como o do Maracanã, o estádio vem sofrendo depredações pela negligência da falta de manutenção, ficando abandonado e à mercê de saques. Já nos transportes, os problemas seguem essa mesma dinâmica. O caso dos transportes BRT (Bus Rapid Transit), VLT (veículo leve sobre trilho), e as obras de extensão da linha 4 do metrô (Barra – Ipanema) apresentam as mesmas calamidades. O BRT, por exemplo, linha de ônibus articulados, de proposta de corredor exclusivo, tinha como proposta inicial ligar o aeroporto internacional Antonio Carlos Jobim (Galeão) à região da Barra da Tijuca (bairro da zona oeste da cidade), especificamente onde seriam realizadas a maior parte dos Jogos. Embora esse novo transporte tenha servido para a locomoção da população, logo vimos seu sucateamento: falta de manutenção, falta de funcionários, grande atraso na sua chegada e saída, quando não a falta de veículos nos horários

“Os investimentos em segurança para a realização do evento também significaram repressão e exclusão para uma parcela considerável da população local.”

previstos de funcionamento, depredação das estações, nenhuma segurança, dentre outros. Além do fato de que, em virtude de sua implementação, muitas linhas de ônibus da cidade foram canceladas. A promessa para os jogos era a realização, a partir do zero, das obras de três linhas: a principal, a cima citada, a Transoeste, que ligaria a Barra da Tijuca ao bairro de Santa Cruz, na zona oeste, a Transbrasil, que ligaria o bairro de Deodoro até o centro da cidade, pela Avenida Brasil, que deveriam se concretizar até o começo das olimpíadas. Esta última até os dias atuais continua não só inacabada como as obras estão todas paradas⁸ e a avenida onde se realizavam permanece um caos constante de trânsito e resto de obras. Hoje parte dos viadutos, que inclusive desafiam as leis da física, são abrigo para vários moradores de rua, que antes dessas obras já haviam sido removidos dessa região.

O transporte VLT não fica atrás, pois sua proposta em absoluto não atinge a população da cidade, pois seu único objetivo foi o turismo. Seu trajeto, que liga a rodoviária ao aeroporto Santos Dumont, na verdade liga nada a coisa alguma, passando por lugar qualquer. Todos os processos de obras que observamos ao longo dos anos só revelaram seu grande despropósito. Com poucos vagões, pouca capacidade de lotação e demora nas partidas e chegadas, esse transporte causou grande caos no centro da cidade. Ao longo de sua construção as ruas do centro foram alteradas inúmeras vezes, ruas principais de trajeto de carros e transportes públicos foram interditadas e finalmente ocupadas pelo VLT. Mesmo depois de começado o evento parte de sua linha não estava pronta, e parte de suas obras ficaram paradas por um bom tempo. Todo o transtorno e des-

propósito desse transporte levaram a nada além de mais trânsito para o trabalhador, que precisa ir ao centro onde se concentra boa parte dos trabalhos da população local, e que não usufrui desse serviço. A mobilidade urbana foi significativamente comprometida.⁹ Hoje quando o vemos passando, normalmente está vazio, sem usuários, e os poucos que o usam em sua maioria são turistas.

Para a realização dessas megabrasas forma investidos bilhões de dinheiro proveniente do governo do estado, do governo federal, do banco nacional, e de poucas empresas privadas. Essas últimas então foram o palco de diversas jogadas políticas corruptas de desvio de grande verba para os políticos envolvidos. O caso, por exemplo, da construtora Odebrecht é escandaloso, e inclusive culminou com o encarceramento do ex-governador Sergio Cabral. Mas os processos investigativos e sentenças ainda seguem sem outros condenados ou soluções para retorno desse dinheiro aos cofres públicos e à população.¹⁰

Mas o estado e o município já tinham problemas no seu histórico. A três dias do início dos jogos o estado do rio decretou “estado de calamidade pública”, pelas altas dívidas do Estado.¹¹ A partir desse momento vários funcionários do estado tiveram seus salários cortados, atrasados, sem promessa de recebimento. Meu pai foi um caso, de muitos, de aposentados que passavam a sofrer essa angústia; vi conhecidos ficarem sem qualquer rendimento mensal e serem despejados de suas casas, se endividarem, não terem dinheiro nem para o básico, mas ainda assim muitos iam trabalhar, como forma de resistência e também de não se verem mais prejudicados, sendo alvo de retaliações e exoneração de seus cargos; vários serviços públicos foram sucateados, largados, ne-

gligenciados, hospitais ameaçaram fechar suas portas (como o hospital universitário da UERJ, Pedro Ernesto), e uma das maiores universidades do estado e do país, a UERJ, declarou falência total e fechamento de suas portas.¹² Durante o tempo que lá estudei vi o prédio ficar abandonado, sem funcionários, sem limpeza, sem vigilância, com casos inclusive de tentativas de agressão, estupro e assaltos à mão armada por pessoas que entravam livremente, uma vez que a UERJ estava largada. Mas, segundo o governo na época, nada tinha a ver com os gastos dos jogos e nem influenciaria em qualquer prejuízo para sua realização. Enfim, o Rio continuava um grande caos, em grande dívida, mas os Jogos Olímpicos Rio 2016 continuavam lindos.

A realização dos jogos, para a cidade e para o estado, de acordo com o governo e demais interessados, seria um grande incremento turístico, meio aliás de forte de giro da economia local. Todas as promessas de melhorias e de entrada de renda no Rio de Janeiro foram grandes mentiras, mas quem pagou fomos todos nós.¹³ Aliás, ainda estamos pagando.

Além do foco nas regiões da cidade de interesse para a realização dos Jogos e transporte dos seus interessados, já havia na cidade um foco de investimento em certa zona de importância local. De fato, o turismo na cidade sempre teve forte investimento em seus cartões postais: o Cristo Redentor, o Morro do Pão de Açúcar, as praias e bairros de Ipanema e Copacabana, dentre outros locais turísticos localizados em sua maioria na zona sul da cidade. Tal alvo de lucro e interesse especulativo do turismo e das grandes imobiliárias já contribuíam para um esquadramento desigual do espaço urbano e da população como um todo. Ali é o alvo

do glamour carioca, para além dessa região a cidade fica largada às traças. Há uma forte exclusão das demais pessoas e acentuada violência nas demais regiões, mas na zona sul a segurança segue as conveniências para os turistas e de seus abastados moradores. Sabíamos de um movimento na cidade de afastar dessa região pessoas de outras zonas da cidade e de outras classes sociais. Recordo de uma linha de muitas linhas de ônibus que saiam da zona norte da cidade e se dirigiam para zona sul que foram repentinamente alteradas, de modo que seu itinerário não mais seguia para a zona sul. Quem quisesse ir à região precisaria pegar dois transportes, o que significava pagar mais e demorar mais para chegar. Em virtude dessa perspectiva turística excludente e segregacionista, toda a cidade ficava em detrimento em favor da zona sul, e demais investimentos como saúde, segurança (devida), saneamento básico e afins faltavam em demasia, aliás faltam até hoje. Essa mesma perspectiva usurpadora se utilizava de slogans chamativos e simpáticos da cidade, como um lugar de todos, para todos, que agregava e recebia com satisfação a multiplicidade, e claro, os turistas. No entanto, nem mesmo na zona sul, e que dirá das demais regiões, esse slogan se fazia verdade. A violência na cidade é tremenda, e os grupos menos favorecidos e mais excluídos, como negros, classes baixas, população LGBT, mulheres, favelados, dentre outros, eram seus alvos mais certos. Um exemplo forte era o slogan “Rio de Janeiro, cidade *friendly*”¹⁴ como um chamariz para turistas LGBT, mas no entanto os altos índices de agressões, perseguições e crimes de ódios declarados contra a população LGBT do Rio de Janeiro, a qual nos incluimos, eram e ainda são alarmantes.¹⁵

A população da cidade moradora das favelas e comunidades também sempre vivenciou intensa exclusão e invisibilidade. No governo do então governador Sérgio Cabral, sua proposta de “pacificação” das favelas levou à brutal e, literalmente, mortífera entrada e ocupação da polícia em uma unidade de operação chamada UPP (unidade de polícia pacificadora).¹⁶ Muitos de nós já relatávamos e víamos helicópteros da polícia e exército atirando com fuzis de cima das favelas nas casas dos moradores. A desculpa é sempre a guerra contra o tráfico, mas das vidas e dos corpos que ali mesmo ficam jogados nas ruas, quase ninguém de fora dessa realidade faz ideia, e claro os governos e governadores não querem saber dessas vidas perdidas e não contabilizadas pelas .

Nos precedentes e durante os jogos mais medidas foram realizadas em relação às favelas. Mais exército, remoções, ações incisivas de sua invisibilização. Um exemplo contundente dessa última foi uma série de grandes placas colocadas na extensão da linha vermelha – avenida expressa que liga a baixada fluminense ao centro da cidade do Rio de Janeiro – que passa pelo Complexo da Maré, como forma de esconder a favela para os megaeventos. Ela foi implementada para os jogos Panamericanos de 2007, e para as olimpíadas essas placas receberam decoração especial, com desenhos tematizados para os jogos. A favela, que já sofria uma invisibilização real e simbólica na cidade, para os megaeventos foi mais escondida. Para a realização dos eventos as mazelas que já estavam instaladas e instauradas na cidade foram apenas mascaradas, e ainda mais recrudescidas. As favelas que existem na zona sul, como a Santa Marta e Vidigal, que vem sendo incorporadas aos roteiros turísticos e tomadas

como lugares de expressão artística, ainda assim não são desprovidas de violência e conflitos específicos que assolam as favelas, mas mais uma vez esses casos seguem invisibilizados pela mídia e em favor dos grandes interesses imobiliários e turísticos, renegados pelo estado e prefeitura e por parcelas da população.

Diante dessa realidade que vivenciamos nos questionamos como que a cidade do Rio conseguiu vencer as candidaturas para sediar as olimpíadas. De acordo com veículos midiáticos e do próprio site do Comitê Olímpico Internacional (COI) o Brasil era o país pior cotado dentre os demais países para sediar os jogos, pois não tinha estrutura pronta para receber os jogos, seu projeto de cidade olímpica estava todo no papel. Como o Brasil foi eleito? Algumas denúncias internacionais levantaram a possibilidade de compra de votos de membros desse comitê, além de outros escândalos nacionais vinculados a esse fato.¹⁷

Mas a pergunta mais fundamental que levantamos é o que resta de/para nós, munícipes, após os megaeventos? Nos recordamos e conversamos de como gostávamos das olimpíadas, de assistir as aberturas e encerramentos, de acompanhar os jogos, o ranking de medalhas, e inclusive, nas épocas de maior prática esportiva, pensar nas olimpíadas como um desejo de vida no futuro. Depois dos jogos olímpicos na cidade do Rio, esse deslumbre anterior perdeu-se, o sentido desfez-se, e só sobrou o desencanto e o desgosto, de ver e viver o que de fato essa realidade significou, pelo menos para e na cidade do Rio de Janeiro. Quando os jogos aconteceram na nossa cidade só o que vivenciamos foi o ódio.

Então qual é a nossa conclusão? Bom, hoje não moramos mais lá. Toda a violência, exclusão, opres-

são de que fomos vítimas, assim como o foram conhecidos e próximos, nos levou a um único caminho: irmos embora. Nosso amigo Diego não teve a mesma sorte. Seu assassinato ainda não foi solucionado e nenhum criminoso foi sentenciado, quiçá punido. Mas aqui, mais do que a penalização de indivíduos em atos de violência, a maior violência que consideramos é a que vem da negligência e arbitrariedade do estado e governo com seus (não) compromissos com a população e com o uso que (não) fez do nosso dinheiro público. A palavra que queremos mesmo usar aqui é corrupção. Do saldo negativo de milhões de reais o que aproveitamos? Nada. O que vivenciamos? Transtornos, violências, descaso, exploração e uma infindável lista de palavras que expressam nosso desespero. Para nós, que sempre gostávamos das olimpíadas e avimos ser realizada perto de nós, ela nunca

nos foi tão distante. A ausência, de vida, de recursos, de dignidade, de direitos, e demais, nos foi sua maior marca. Foi na falta, no vazio, que os megaeventos nos resignificaram. Vivenciamos uma maior exclusão, fomos (mais) perseguidos, e enquanto excluídos fomos (mais) criminalizados. Para nós a solução foi nos (re)movermos da cidade, que não nos deu outra alternativa. Para quem ainda vive na cidade do Rio de Janeiro o caos segue e a vida não tem outros caminhos possíveis. Sem mais muitas conclusões e com muitas tristezas finalizamos nossa narrativa com a memória presente de um amigo querido, ausente em nossas vidas, por ser alvo dessa realidade social cruel vivenciada na cidade do Rio de Janeiro e que, como muitas/os, foi esquecido em sua realidade, em seus direitos, negado enquanto cidadão e renegado quanto a sua (in)justiça. Injustiça de todas e todos nós.



Diego Vieira Machado¹⁸

Notas:

1. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/aluno-da-ufrj-e-encontrado-morto-dentro-do-campus-do-fundao-rio.html>
2. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/07/ele-comprou-uma-briga-afirma-irmao-de-estudante-morto-na-ufrj.html>
3. <http://rj.gov.br/web/segov/exibeconteudo?article-id=1899271>
4. <http://redesdamare.org.br/blog/publicacoes/publicacao-ocupacao-da-mare-pelo-exercito-brasileiro/> ; <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2018/03/14/complexo-da-mare-teme-volta-do-exercito/>
5. <https://epoca.globo.com/tempo/expresso/noticia/2015/07/com-upps-em-crise-pezo-se-compromete-dar-mais-r-4-bilhoes-para-policia-militar.html>.
6. Monteiro, Poliana; Cosentino, Renato. Projeto, orçamento e (des)legados olímpicos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2017. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/boll_olimpiada_01_09_17.pdf
7. Monteiro; Cosentino, op. cit.
8. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/obras-do-corredor-brt-trans-brasil-estao-suspensas-por-falta-de-pagamento-diz-sindicato.ghtml>.
9. <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2015/05/19/obras-do-vlt-continuam-paradas-e-causam-transtornos-para-a-populacao/> <https://oglobo.globo.com/rio/obra-do-ultimo-trecho-do-vlt-esta-parada-na-avenida-marechal-floriano-22602482>.
10. Monteiro; Cosentino, op. cit.
11. <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/06/governo-do-rj-decreta-estado-de-calamidade-publica-devido-crise.html>.
12. <http://justificando.cartacapital.com.br/2017/08/09/uerj-fecha-as-portas-por-tempo-indeter->
13. <https://esportes.estadao.com.br/noticias/jogos-olimpicos,jogos-olimpicos-do-rio-2016-registram-prejuizo-milionario,70001785324> <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/12/obras-olimpicas-resultaram-em-desperdicio-de-dinheiro-publico-diz-especialista/>.
14. Palavra que significa amigável, receptivo para com pessoas LGBT.
15. https://odia.ig.com.br/_conteudo/rio-de-janeiro/2017-02-22/guia-de-turismo-apresenta-a-visitantes-o-rio-gay-friendly.html ; <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/rio-registra-no-1o-trimestre-de-2018-mais-denuncias-de-agressoes-contra-lgbt-do-que-em-todo-2017.ghtml>.
16. Monteiro; Cosentino, op. cit.; <https://www.cartacapital.com.br/revista/858/espemidos-entre-dois-senhores-6954.html> .
17. Monteiro; Cosentino, op. cit.
18. Foto IV, fonte: arquivo pessoal.

Mate(,) a cultura local: impedimentos na Copa de 2014

Resumo:

O presente ensaio reflete acerca dos impactos dos megaeventos sobre a realidade cultural local, observando-os concretamente a partir do vivenciado pelos vendedores ambulantes de mate na cidade do Rio de Janeiro em face das restrições impostas a sua atividade comercial durante a realização da Copa do Mundo da FIFA em 2014.

Eles não aparecem na canção de Tom Jobim, tampouco nos cartões postais do Rio de Janeiro, mas quem já foi à Ipanema ou a qualquer outra praia da capital, com certeza, já os viu e sabe que é praticamente impossível dissociá-los da paisagem carioca.

Eles, os vendedores ambulantes de mate, apesar de hoje poderem comercializar normalmente sua bebida na orla e serem reconhecidos como personagens típicos da Cidade Maravilhosa, nem sempre dispuseram da anuência estatal para trabalhar à beira-mar. Sendo alvo de resistência por parte das autoridades locais, enfrentaram uma grave política proibicionista que não apenas os desamparavam, como também os marginalizavam quando sua atividade tornou-se expressamente vedada.

Vedação como, por exemplo, a determinada em 2009 pela a Secretaria Especial da Ordem Pública (SEOP) do município do Rio, quando – motivada por uma iniciativa consideravelmente progressista de regulamentar a atividade comercial ambulante da cidade, cadastrando os trabalhadores – “errou a mão” e decidiu

equivocadamente por segregar as mercadorias que eram permitidas e as que eram proibidas de se comercializar por ambulantes.

Na ocasião, o mate foi o primeiro item censurado pela listagem da prefeitura, que o reprimiu junto e sem distinção de produtos como armas, munição e explosivos.

A justificativa, então, para impedir a venda da bebida pelos ambulantes baseava-se em alegados “problemas sanitários”. Fundamento, porém, que pouco convenceu os cariocas, que observaram que a mesma ordem que vetava o mate, permitia a venda ambulante de diversos alimentos perecíveis, tais quais, *algodão doce, amendoim, milho verde, churros, sanduíches, cachorro quente, chope, cerveja e etc.*

Além disso, a censura ao mate gerou ali ampla repercussão negativa, por ter prejudicado de imediato a renda dos então vendedores, que tornaram-se ilegais e que, caso tentassem clandestinamente exercer sua profissão, tinham seus galões e refresco apreendidos pela força policial.

Insatisfeitos com a descabida restrição, assim, os ambulantes con-

Giovanni Diniz Machado
da Silva

Especializando em Antropologia Cultural pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR); Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA); Graduando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Membro do Núcleo de Estudos Filosóficos (NEFIL-UFPR) e do Grupo de Estudo em Direito Autoral e Industrial (GEDAI-UFPR)

“Na ocasião, o mate foi o primeiro item censurado pela listagem da prefeitura, que o reprimiu junto e sem distinção de produtos como armas, munição e explosivos.”

“Bom momento e homenagem que indicavam que aquele tipo de proibição imposta em 2009 nunca mais se repetiria. Mas foi o oposto que aconteceu.”

juntamente aos habituais consumidores de mate mobilizaram-se peticionando a revogação da ordem, que, pela pressão pública, foi cancelada logo em seguida, nos primeiros dias (de verão) de 2010.

Mais tarde, em março de 2012, outra boa notícia, que representou uma verdadeira conquista: por reconhecimento do decreto nº 35.179, os vendedores ambulantes de mate – junto aos de limonada e de biscoito de polvilho – tornaram-se Patrimônio Cultural Carioca!

Em anúncio à publicação do ato, o prefeito da cidade justificou sua decreto *“É uma homenagem pra gente não perder essas características do Rio, essas marcas tão importantes da nossa cidade”*.

Bom momento e homenagem que indicavam que aquele tipo de proibição imposta em 2009 nunca mais se repetiria. Mas foi o oposto que aconteceu.

Apenas três meses após a venda ambulante do mate ser reconhecida como patrimônio cultural do Rio de Janeiro, uma nova legislação foi elaborada – dessa vez de âmbito federal e de forma menos explícita – restringindo a atividade.

Trata-se da Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663 de 05 de junho de 2012), que, para garantir a exclusividade comercial e direitos autorais da FIFA (Federação Internacional de Futebol) e de seus Patrocinadores Oficiais durante o megaevento, blindou as vendas ambulantes aos torcedores num raio de até 02 km (dois quilômetros) do estádio e dos locais de realização da FIFA Fan Fest, conforme normatizava seu artigo 11:

Art. 11. A União colaborará com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios que sediarão os Eventos e com as demais autoridades compe-

tentes para assegurar à FIFA e às pessoas por ela indicadas a autorização para, com exclusividade, divulgar suas marcas, distribuir, vender, dar publicidade ou realizar propaganda de produtos e serviços, bem como outras atividades promocionais ou de comércio de rua, nos Locais Oficiais de Competição, nas suas imediações e principais vias de acesso.

§ 1o Os limites das áreas de exclusividade relacionadas aos Locais Oficiais de Competição serão temporariamente estabelecidos pela autoridade competente, considerados os requerimentos da FIFA ou de terceiros por ela indicados, atendidos os requisitos desta Lei e observado o perímetro máximo de 2 km (dois quilômetros) ao redor dos referidos Locais Oficiais de Competição.

Com tal regra, ainda que temporária – pois com validade tão somente à época do evento –, o tratamento aos ambulantes de mate retrocederam a uma condição marginalizada semelhante a que se tinha com as proibições de 2009. Isto é, impedidos de vender sua bebida nas áreas de maior movimento e sob o risco de terem seus galões e refrescos apreendidos, já que os trabalhadores em tese competiam com a exclusividade do ramo de bebidas da empresa patrocinadora oficial, a Coca-Cola, que por sua vez vendia o refresco por R\$8,00, o dobro do preço comumente praticado pelos ambulantes.

Assim, nota-se que a promessa dos megaeventos em aquecer a economia nacional até pôde ter sido diretamente cumprida ao seletor grupo empresarial que se beneficiou das lucrativas parce-

rias e concessões público-privadas; mas trouxe, por outro lado, a violação de direitos e prejuízo de renda para considerável parcela da comunidade local. Cenário este que retrata precisamente a dimensão excludente dos fenômenos da Globalização, ou seja, um processo que, em maior ou menor grau, afeta a todos, mas de modos diferentes: inclusiva ou marginalmente.

Tão grave quanto os efeitos da Lei da Copa em terem cerceados a atuação da atividade ambulante do mate, foi o fato de que esses dispositivos legais encomendados pela FIFA atropelaram a cultura carioca e, por consequência, a brasileira.

Atropelaram, uma vez que o Decreto nº 35.179/2012, anterior à legislação do Megaevento, havia estabelecido a atividade de venda ambulante de mate como um Patrimônio Cultural e, assim sendo, deveria este valer-se da proteção inerente a tal *status*, consoante aos artigos 215 e 216 da Constituição da República (CRFB). Nesse quadro, não seria errônea a interpretação de que a Lei Geral da Copa, materialmente, se apresentou como inconstitucional ao reduzir o direito de proteção ao patrimônio cultural local.

Em exame raso, poderia se aventar que a Lei da Copa não feriria o Patrimônio Cultural, já que a FIFA também vendia mate dentro da sua praça oficial. Contudo, deve-se observar que o decreto do Rio definia como patrimônio cultural não o produto 'mate' em si, mas o típico, cultural e tradicional labor humano do carioca vendedor ambulante sobre aquele mate, que era configurado como bem imaterial a ser (e que, durante a realização do Megaevento, falhou ser) protegido. Tanto é, que não de modo distinto, o decreto firma "Art. 1º Fica declarado Patrimônio Cultural Carioca a atividade de vendedor ambulante de mate, li-

monada e biscoito de polvilho nas praias cariocas, (...)".

Afronta, portanto, ao incentivo e à preservação ao Patrimônio Cultural da cidade do Rio de Janeiro, provocada pela interferência 'predatória' de grandes companhias transnacionais, que imprimem sua vontade sobre os valores de uma nação, ilustrando o que o sociólogo polonês Zygmunt Bauman – em análise aos aspectos da Globalização – notou como um abalo da soberania dos Estados:

(...) os mercados financeiros globais “impõem suas leis e preceitos ao planeta. A ‘globalização’ nada mais é que a extensão totalitária de sua lógica a todos os aspectos da vida.” Os Estados não têm recursos suficientes nem liberdade de manobra para suportar a pressão – pela simples razão de que “alguns minutos bastam para que empresas e até Estados entrem em colapso” (...) No cabaré da globalização, o Estado passa por um strip-tease e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as mega-empresas... Os novos senhores do mundo não têm necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados da tarefa de administrar os negócios em nome deles. (...)

Nesse escopo e em observação ao presente caso, pode-se ler que o “strip-tease” brasileiro, desnudou (e violou) – com os impedi-

mentos da Lei Geral da Copa – as garantias à proteção do Patrimônio Cultural local – simbolizado pelos vendedores ambulantes de mate –, em nome dos interesses das grandes corporações, como é o caso da FIFA que é uma associação suíça de Direito Privado e seus patrocinadores oficiais, empresas transnacionais.

18DECRETO35179Atividade de Vendedor Ambulante de Mate Limona dae Biscoito de Polvilho.pdf>

RIO DE JANEIRO. **Ordem Pública:** Cadastramento de Ambulantes na Cidade. 2009. Disponível em <http://www0.rio.rj.gov.br/pcrj/destaques/ordem_publica_ambulantes.htm>

TV BRASIL. **Vendedores de Mate:** Repórter Rio (05/03/2012). 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=b1P2eN4qt0o>>

Notas:

1. Outro argumento que se poderia guindar no sentido de que a Lei da Copa não feriria o patrimônio local é que o decreto reconhecia como patrimônio os vendedores de mate na praia e, assim sendo, não colidiria com as restrições rezadas pela FIFA. Vale salientar, no entanto, que a FIFA Fun Fest carioca ocorreu nas areias de Copacabana, área onde a organização do megaevento demandou exclusividade comercial.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas; tradução Marcus Penchel. – RJ: Jorge Zahar Ed., 1999 Tradução de: Globalization: the human consequences.

BRASIL. **Lei nº 12.663 de 05 de junho de 2012.** Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm

O GLOBO. **Ambulantes comemoram liberação da venda de mate da galão nas praias.** 2010. Disponível em:

<<https://oglobo.globo.com/rio/ambulantes-comemoram-liberacao-da-venda-de-mate-da-galao-nas-praias-3071629>>

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 35.179.** 2012. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/dls-tatic/10112/4368015/4108330/>>

No meio do caminho: o antigo Elevado da Perimetral e os meninos que atiram pedras

José Rodrigues de
Alvarenga Filho

Doutor e mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor Adjunto do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ)

Resumo:

Este ensaio, produzido em setembro de 2012, é um fragmento retirado de nossa tese de doutorado, escrita entre 2011 a 2015. Na mesma, utilizando a cartografia como perspectiva metodológica e o ensaio como política narrativa, levantamos questões sobre a produção do Rio de Janeiro como uma cidade olímpica, por um lado, e, por outro, sobre a produção social de vidas descartáveis. Os meninos que atiravam pedras no alto do antigo Alto da Perimetral, falam de uma cidade em ebulição e de processos de criminalização, repressão e extermínio das vidas que não cabem no projeto higienista e fascista da sociedade brasileira.

No meio do caminho tinha várias pedras e alguns meninos. Meninos feitos de pedras? Funcionários da Prefeitura coordenam a reversão de faixa da Av. Rodrigues Alves sentido Ponte e Avenida Brasil. São feitos como pedras para ficarem parados, ou quase. Orientam o trânsito na costureira desorientação das políticas públicas de mobilidade urbana. Ônibus e carros passando velozes como pedras atiradas por estilingues. Buzinas ensurdecedoras, canos de descargas, irritação. Pessoas com pressa correndo para a Rodoviária Novo Rio. No meio do caminho havia frases escritas com tinta spray branca em altura duvidosa e arriscada. Frases anônimas, mas não tão anônimas assim: com um estranho tipo de assinatura em seu redor. Há tantas coisas no meio do caminho e tantos caminhos nos meios das palavras: “Mas nada vai conseguir mudar o que ficou”, diz a letra da Legião Urbana (“Por enquanto”) escrita no suporte superior da Perimetral, altura do Centro Cul-

tural Branco do Brasil (CCBB). Os caminhos têm pedras e as pedras também falam. O que elas têm tentado nos dizer? Pedras analisadoras. Escrever é como quebrar pedras, diz Clarice Lispector (1998). Há faíscas e fagulhas no ar. Tinha um garoto no meio do caminho. O garoto anda cambaleante rente a grade da passarela interdita sob o Elevado da Perimetral, na agora valorizada Região Portuária do Rio de Janeiro. Abaixa-se com lerdeza e volta trazendo em suas mãos uma pequena pedra cinza. Nós o observamos de dentro do ônibus ao lado da Rodoviária Novo Rio. Caminha em frente. Parece não ter pressa. Também não temos pressa. Nada abala o pequeno percurso de seu corpo magro e negro. Olha para um lado, como se procurasse a garantia de que ninguém o esteja vendo. Nós o vemos, mas ele não nos encontra refletido na retina de seus olhos escuros. Afinal, garotos como ele são supostamente invisíveis para nós. Pelo menos, quando nos é conveniente fingir

**“Tinha um garoto
no meio do
caminho.”**

“De repente, como quem já tomou uma irrefutável decisão, morde os lábios finos e joga com raiva a pequena pedra que trazia entre os dedos magros.”

que não o vemos; que não sabemos de sua produção histórica enquanto “menino de rua”, “pivete”, “trombadinha”; enquanto perigo iminente. De fato, olhamos para garotos como aquele e vemos uma ameaça e não uma promessa (GALEANO, 2013). Ele olha para a direita, depois para a esquerda. De repente, como quem já tomou uma irrefutável decisão, morde os lábios finos e joga com raiva a pequena pedra que trazia entre os dedos magros. Viro a cabeça para olhar melhor e tentar seguir com dificuldade o destino da pedra lançada. É uma declaração de guerra? O estampido inconsequente de uma revolução surda? O prelúdio de uma estranha melodia? Uma experimentação artística? Um agenciamento coletivo de enunciação? Era só um menino com uma pedra no meio do caminho. Uma faísca que ascende e logo se apaga. Depois da ação, ele ainda olha o desfecho desta. Nada parece acontecer e tudo acontece ao mesmo tempo. Os carros continuam passando velozmente pela Av. Rodrigues Alves. Nada os abala em seu destino previsível, em seu veículo confortável e refrigerado. O garoto pega outra pedra e continua, com raiva, tentando acertar os carros que passam, mas que parecem sequer sentir a existência daquele menino. Carros feitos de pedra, talvez. Atrás do primeiro garoto, outros repetem o ato das pedras. Seria uma brincadeira? Garotos gostam de brincar com pedras. Há tantas pedras no meio do caminho. Há tantos garotos no meio das pedras. Meu ônibus segue pela Av. Rodrigues Alves engarrafada. No meio do caminho tinha um monte de carros.

“Nunca me esquecerei desse acontecimento/na vida de minhas retinas tão fatigadas” (ANDRADE, 2013). Os meninos na passarela embaixo do Elevado da Perimetral vivem a driblar. Não

as normas acadêmicas, pois este é um espaço que eles não conhecem. Nós acadêmicos, entretanto, gostamos de imaginar que conhecemos o mundo de meninos como aqueles, isto é, de dentro de nossas salas com ar condicionado nada escapa de nosso olhar de especialista. Conhecemos aqueles meninos sujos e pobres que jogam pedras nos carros que passam na Avenida Rodrigues Alves? Adoramos nossas enormes pilhas de conhecimento erudito. Aqueles meninos não são eruditos, não falam francês, não escutam Bach, não estudam Foucault. Eles não são do tipo “cult”. Eles também não são “objetos de estudo”. São apenas meninos tentando sobreviver em nossa cidade olímpica. Ou melhor – quer dizer, pior –, são como a nordestina “Macabéia”: “um parafuso dispensável” (LISPECTOR, 1998, p. 29) Quando ouvimos o governo afirmar que a cidade será limpa para os megaeventos, garotos como estes que serão expulsos de seus lares improvisados e jogados, feito lixo, resto de gente, na Zona Oeste, na Baixada Fluminense, ou, em outro lugar qualquer menos nobre e valorizado. O governo tenta driblar a miséria chutando-a para bem longe dos espaços valorizados para o capital; para muito longe das milionárias obras construídas com dinheiro público. Diante de uma cidade que se quer olímpica e, perigosamente, limpa e higienizada vemos pulular alardeadas políticas públicas de repressão, controle e extermínio dos pobres. Estes tentam driblar as balas e os funcionários da Prefeitura.

“Nunca me esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra” e, também, um menino jogando pedras. Sobre a parte interdita da passarela da Perimetral, uma dezena de pessoas vive. Todos negros, magros e miseráveis. Um amontoado de corpos “desbotados” (BAPTIS-

TA,2013). Quanto mais se fala (ou, foge) deles, mas eles parecem desaparecer. Aquarela da miséria tupiniquim carioca que insistimos em preferir não encarar de frente. A qualquer hora do dia andam de um lado para o outro da passarela com uma pequena garrafa de cola rente ao nariz. Vivem entorpecidos, parece. E como não se deixar entorpecer numa realidade tão dura e cruel como esta? Eles se entorpecem com cola barata de sapateiro. Veneno para suportar a “sentença de vida”. Temos medo dos garotos entorpecidos perambulando na rua entre nós; tão perigosamente soltos, sem nada a perder, sem controles, sem amarras. Uma idosa no Largo do Machado, ao se referir a política de recolhimento compulsório, nos disse: “pelo menos estão fazendo alguma coisa”. Uma psicóloga, num cursinho preparatório para o concurso do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE), disse que viu no Programa da Cidinha Campos que o recolhimento “é bom sim”. Nós, classe média, nos entorpecemos com as drogas da lucrativa indústria farmacêutica. Nos deixamos prender em receituários de psiquiatras e em síndromes produzidas. Presos estamos nas malhas do medo cotidianamente fabricado. Entorpecidos pelo noticiário da grande mídia. As pedras jogadas pelos garotos sequer arranham os carros que passam velozmente pela Av. Rodrigues Alves. Jogam com raiva, com aparente ódio. Eles cairão junto com os alicerces de cimento da Perimetral. Em 2016, nem o cimento, nem os meninos das pedras estarão por ali para contar história. Haverá outras pedras, outros meninos, outros caminhos. Algo sempre escapa. Haverá faíscas no ar.

A “história” dos ninguéns dificilmente aparece. Não nos importamos com os fabricados infa-

mes, anormais ou delinquentes. Ou melhor, nos incomodamos com eles. Algo neles nos tenciona; faz ligar um sinal de advertência; um arrepio de medo que vem a alimentar um perigoso clamor punitivo. A sociedade os pari todos os dias em escala industrial. Todos eles, definitivamente, não nos interessam. As fabricadas “histórias oficiais” tomam as páginas dos jornais de grande circulação e silenciam sobre a vida dos garotos que jogam pedras. Estes aparecerão, na “melhor” das hipóteses, nas sangrentas páginas policiais. Quando eles morrem, como Macabéia, não há choro nem vela. Muito menos fita amarela. Os garotos feitos de pedra também choram. Também tem medo. No meio do caminho há uma pedra, alguns meninos e o projeto do Porto Maravilha. No meio do caminho há sempre algo que escapa; uma pedra que se solta; um sussurro que quase não se ouve; uma efêmera faísca. Uma flor-menino – travessa, brincalhona, resistente, desconcertante – nasce todos os dias entre as pedras. Como diz Carlos Drummond de Andrade (2012, p. 14):

“Uma flor nasceu na rua! (...)

Uma flor ainda desbotada

Ilude a polícia, rompe o asfalto.

**Façam completo silêncio, paralise-
sem os negócios,**

Garanto que uma flor nasceu”.

“Sua cor não se percebe.

Suas pétalas não se abrem.

Seu nome não está nos livros.

É feia. Mas é realmente uma flor”.

No meio do caminho tinha um menino com uma pedra. Tinha um menino com uma pedra no meio do caminho. Jamais esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra, um menino, faíscas e

**“Nunca me
esquecerei que no
meio do caminho
tinha uma pedra”
e, também, um
menino jogando
pedras...”**

uma flor resistente. Uma cigarra canta na nascente primavera que se engraça. Canta enquanto escrevo e penso no menino no meio do caminho com a pedra nas mãos. Será que ele escuta a cigarra? No meio do caminho tinha um menino. Levo comigo as faíscas daquele encontro.

Referências

ANDRADE, C. No meio do caminho. Disponível em: < <http://www.jornaldepoesia.jor.br/drumm2.html> > Acesso em abril de 2013.

_____ A flor e a náusea.
ANDRADE, C. A rosa do povo. São Paulo: Cia. das letras, 2012.

BAPTISTA, L. A. A fábula do garoto que quanto mais falava sumia sem deixar vestígios: cidade, cotidiano e poder. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/images/Aquivos/textos_sti/Luis%20Antonio%20Baptista/texto94.pdf> Acesso em abril de 2013.

GALEANO, E. Entrevista com Eduardo Galeano. Disponível em: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/07/entrevista-com-eduardo-galeano-sobre-rumos-do-planeta.html> > Acesso em abril de 2013.

LISPECTOR, C. A hora da estrela. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1998.

O “neodesenvolvimentismo”, as Olimpíadas e as remoções de favelas no Rio de Janeiro¹

Alexandre Magalhães

Mestre e Doutor em Sociologia no IESP-UERJ, Pós-doutorando em Antropologia Social no Museu Nacional/UFRJ, e apoiador das lutas contra as remoções e a violência policial

Resumo:

Esse texto busca refletir sobre as interrelações entre o chamado “neodesenvolvimentismo”, a preparação para os Jogos Olímpicos e o processo de remoção de favelas levado a cabo no Rio de Janeiro entre 2009 e 2016, buscando enfatizar os efeitos perversos dessa combinação sobre a vida dos moradores destas localidades, apontando brevemente para algumas linhas de fuga possíveis.

Introdução

Minha intenção nesse artigo é apresentar uma breve análise da conjuntura recente que não reproduza a exaustiva e cansativa narrativa pautada apenas nos grandes “players” da política nacional, notadamente os da institucionalidade ancorada na Praça dos Três Poderes.

Para evitar uma avaliação centrada apenas nestes atores e instituições, imaginei em traçar algumas linhas de continuidade entre planos políticos muito diferentes tendo em vista não os jogos de cena dos de cima, mas, fundamentalmente, os jogos de poder efetivos que traçam as linhas de força que atravessam a sociedade de ponta a ponta produzindo os mais diversos efeitos (e, claro, as linhas de fuga, as resistências possíveis também).

É possível compreender diferentes arranjos políticos nacionais a partir de escalas locais, tendo em vista as consequências concretas que aqueles produzem em dimensões infinitesimais da vida

cotidiana. Nestas breves considerações, penso, sobretudo, nas transformações urbanas que alteraram o espaço físico e simbólico da cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, a posição das favelas, tendo em conta os processos de remoção que significaram o deslocamento forçado de aproximadamente 22 mil famílias entre 2009 e 2016.

O “neodesenvolvimentismo”, as Olimpíadas e as remoções de favelas

“Eu sou o patinho feio da lagoa. E eles querem deixar isso aqui bonito para os novos moradores que virão”

“Parece que estamos num pós-guerra”

“Nós não somos invasores desta terra. Invasores são esses prédios, é o Parque Olímpico²”

Estas três frases, ditas por moradores da Vila Autódromo (favela da Zona Oeste), resumem mui-

“Mais do que isso, expressam uma transformação que, ao invés de promover o acesso à cidade, criou cada vez mais bloqueios ao intensificar o histórico processo de segregação socioespacial.”

to bem parte da experiência dos habitantes de favelas da cidade do Rio de Janeiro em conjuntura recente. Elas apontam para uma configuração que se constitui a partir das intervenções urbanas que alteraram de maneira profunda e decisiva a organização do espaço da urbe carioca. Mais do que isso, expressam uma transformação que, ao invés de promover o acesso à cidade, criou cada vez mais bloqueios ao intensificar o histórico processo de segregação socioespacial. E tudo isso justificado pela realização dos Jogos Olímpicos de 2016, talvez, a nível local, um dos maiores suportes para o que se passou a chamar nos últimos anos no Brasil de “neodesenvolvimentismo”³. Isto é, as Olimpíadas seriam, por um lado, o coroamento do então processo de crescimento econômico do país e, por outro, a redenção do Rio de Janeiro quanto ao seu recente passado de “abandono”, como não cansaram de dizer seus gestores naquele momento.

Contudo, como se observa em outros tantos projetos de “desenvolvimento” país afora, esta intervenção que alterou de maneira decisiva os fluxos e usos de áreas inteiras da cidade não poderia deixar de apresentar sua faceta mais perversa. No caso do Rio de Janeiro, entre outras tantas ações estatais nesse sentido, observou-se o intenso deslocamento populacional provocado pelo programa de remoção de favelas elaborado e conduzido pela prefeitura da cidade, com o apoio material do governo federal através do conhecido Minha Casa, Minha Vida⁴. Ainda que o acesso aos números oficiais seja dificultado pelas autoridades públicas, a estimativa delas próprias é de que, aproximadamente, 22 mil famílias (quase 90 mil pessoas) foram retiradas de seus locais de moradia e parte considerável

delas forçada a ir para regiões nas franjas da cidade⁵.

Todo o processo se constituiu a partir do agenciamento de inúmeros mecanismos que não somente significaram a violação de direitos destas pessoas, mas também produziram efeitos os mais nefastos em seu cotidiano, que talvez as marque para o resto de suas vidas. Foram situações de violência física e simbólica, que vão desde a pressão cotidiana para abandonar suas moradias com a ameaça de que, caso não o fizessem, seriam lançados à própria sorte, até agressões promovidas pela hoje militarizada Guarda Municipal. Os primeiros a serem removidos receberam indenizações tão irrisórias (algo como 3500 reais) que os obrigaram a reconstruir suas vidas em condições muito precárias. Foram lançados a própria sorte em áreas distantes (na periferia da periferia), com infraestrutura precária e, se já não fosse suficiente, submetidos a diferentes facetas de grupos criminosos, de traficantes a paramilitares⁶. Diferentemente do discurso oficial, elas não melhoraram de vida, mas pioraram⁷. E muito.

Não bastasse tudo isso, para aqueles que resistiam, toda sorte de investida era promovida pelos aparatos estatais, tudo em nome do “progresso” e do “desenvolvimento”. Veja-se, por exemplo, os sucessivos cortes no fornecimento de serviços básicos como eletricidade, água e telefonia. Ou ainda a prática comum de “deixar/fazer morrer” ao tornar a vida local inviável através das demolições e suas sobras que, ao permanecerem no terreno, tornam-se inúmeros obstáculos que levam ao limite as forças destes indivíduos. Um cenário de extremo sufocamento e asfixia.

As remoções, a Lava Jato e a cidade rifada

Há um tempo, indagaram-me acerca da relação entre esses processos de remoção, os interesses econômicos envolvidos e o financiamento de campanha. Alguns dias depois, tal configuração apareceria de forma explícita. Uma grande emissora de TV, ligada a um dos líderes religiosos e políticos com cada vez mais proeminência no cenário político, produziu uma longa série de reportagens em que denunciava a “lama” na qual o Rio de Janeiro havia sido lançado por certos políticos que governavam o estado e a capital há quase uma década. Em uma dessas matérias é sugerido que a remoção da Vila Autódromo - para a construção do Parque Olímpico - foi realizada para beneficiar as empreiteiras envolvidas no escândalo de desvios de recursos da Petrobrás, que passou a conhecimento público através da chamada operação “Lava Jato”⁸.

Tal como alguns críticos ligados a movimentos sociais e grupos acadêmicos já haviam alertado há alguns anos, nessa matéria afirma-se que a prefeitura praticamente entregou gratuitamente⁹ grandes extensões de terra às empreiteiras e incorporadoras, terras essas onde está localizada a Vila Autódromo. No caso do Parque Olímpico, que será em grande parte desmontado após os Jogos (o que não se efetivou até hoje), esse repasse representa nada menos que um milhão de metros quadrados que poderão, daqui a alguns anos, serem utilizados para a construção de prédios comerciais e habitacionais de classe média alta e alta.

A mesma matéria sugere ainda uma associação direta entre remoção e contribuição de campanhas eleitorais. Faz isso ao afirmar que a prefeitura utiliza dinheiro público para realizar a retirada dos moradores de uma área que será entregue a empre-

sas privadas que, por sua vez, se transformaram em grandes contribuidoras de campanha dos políticos que promovem a remoção. Para fechar com chave de ouro, estas empresas são as mesmas que estão envolvidas no escândalo mencionado acima.

Ainda que se possa (e deva) criticar os interesses políticos específicos (afinal, o grupo midiático em questão conseguiu eleger o novo prefeito da cidade em 2016) que motivaram a veiculação desta reportagem, é interessante notar como ela apresenta, ainda que limitadamente, uma injunção política que há anos vem, literalmente, rifando a cidade do Rio de Janeiro a interesses econômicos, nacionais e internacionais. Nem que para isso seja necessário passar, literalmente, por cima de várias vidas.

O que aos poucos vem sendo revelado sobre os fios que conectam políticos e empresários, e como eles se materializam na vida concreta das cidades, aponta para três dimensões distintas, porém interconectadas, cujos efeitos se fazem sentir no cotidiano de cada cidadão da cidade do Rio de Janeiro.¹⁰ Primeiro, expressam uma confluência sem igual de diferentes forças políticas e econômicas num arranjo de poder que organiza uma imensa máquina que, para manter a chamada “governabilidade”, não se furta a utilizar de grandiosos esquemas de corrupção e de violência institucional. Segundo, como desdobramento dessa configuração, não haveria uma oposição entre privado e público, duas dimensões que se interpenetram de uma tal maneira a ponto de produzir uma simbiose que nos obriga a rever toda a grade de categorias que utilizávamos até hoje, desafiando não somente pesquisadores, mas principalmente todo cidadão que busca construir outra sociedade, outra cidade. Por fim, é possí-

“Primeiro, expressam uma confluência sem igual de diferentes forças políticas e econômicas num arranjo de poder que organiza uma imensa máquina que, para manter a chamada “governabilidade”..”

“O que se seguiu a este questionamento, como já é de conhecimento geral, foi uma intensa repressão.”

vel perceber como as remoções se inserem num grande esquema mafioso cuja continuidade só pode ser possível às custas do silenciamento das críticas e críticos, ou pelo menos num grande esforço nesse sentido!¹¹

Quando em 2013 milhares de pessoas foram às ruas, um dos mais importantes questionamentos que se observou foi, em parte, justamente contra esse gigantesco esquema de expropriação dos bens comuns da cidade. Até aquele momento, poucos ousavam criticar um modelo de cidade que parecia ter levado à rendição os seus moradores. Ainda que, à sombra dos megaeventos, tal modelo tivesse se constituído a partir de um consenso imposto de cima para baixo, no qual a participação não passava de simulacros muito bem conduzidos, onde não se furtava em fazer uso da força para garanti-lo, ao passo que áreas e instituições inteiras eram entregues a mãos privadas.

O que se seguiu a este questionamento, como já é de conhecimento geral, foi uma intensa repressão. Os poderes constituídos, ao invés de se abrirem, fecharam-se ainda mais. Apostaram na repressão generalizada. Afinal, os megaeventos, como um dos últimos suspiros do “neodesenvolvimentismo”, precisavam ser realizados e os que ganham com ele precisavam de garantias de que não perderiam.

Mas algo sobreviveu dessa hecatombe. Em 2015, em pleno débâcle deste modelo (chamado aos quatro cantos de “crise”), em todos os níveis federativos, esse arranjo político-econômico perdeu parte de seus suportes (especialmente o material, afinal, a “crise” cortou as fontes de dinheiro) e suas entranhas podres passaram a conhecimento da população. Cabe agora a todos que buscam e lutam por uma cidade justa e igual aproveitar essas fissuras

abertas, lançar-se por entre elas, ampliá-las e tensioná-las ao limite até que produzam a transformação como um todo deste modelo segregacionista, desigual e violento.

Referências

1. Este texto é uma versão modificada e atualizada do artigo “Uma análise de conjuntura desde baixo: o que conecta as remoções de favelas, o neodesenvolvimentismo e a operação ‘Lava-Jato’”, publicado no Relatório do Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa, v. 1, p. 5, 2015.
2. As duas últimas frases foram ditas no contexto da visita de integrantes da ONU na Vila Autódromo no dia 11 de dezembro de 2015. Ver: <http://tv.r7.com/record-play/rio-de-janeiro/balanco-geral-rj/videos/onu-visita-vila-autodromo-para-apurar-violacoes-de-direitos-de-moradores-que-resistem-a-remocao-11122015>
3. Sobre os significados e consequências do “neodesenvolvimentismo”, ver interessante matéria do jornal Brasil de Fato “Os preços do neodesenvolvimentismo” (www.brasildefato.com.br/node/13072).
4. Sobre este processo, ver Magalhães, Alexandre. “Transformações no ‘problema favela’ e reatualização da remoção no Rio de Janeiro”. Tese de Doutorado. IESP-UERJ, 2013. Ver também o dossiê “Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro - 2015”, do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas (acessível aqui: http://issuu.com/mantelli/docs/dossiecomite-rio2015_issuu_01).
5. Segundo a própria prefeitura, entre 2009 e o início de 2014, 20,3 mil famílias foram removidas. Dessas, 9,3 mil estão em imóveis do Minha Casa, Minha Vida, 5 mil recebem aluguel social e 6 mil foram indenizadas. Cf. “Mais de

20 mil famílias foram removidas nos últimos quatro anos no Rio”, Agência Brasil, 16 maio 2014. As regiões de “saída” foram as Zonas Sul, Zona Norte/subúrbio e Baixada de Jacarepaguá (bairros da Barra da Tijuca, Jacarepaguá e Recreio dos Bandeirantes). A região de “chegada” se concentrou basicamente na Zona Oeste, onde justamente foi construída a maioria dos conjuntos habitacionais neste último período.

6. Absolutamente todos os conjuntos habitacionais construídos pela prefeitura nos últimos anos foram invadidos por grupos de criminosos. Ver: “Todos os condomínios do Minha Casa, Minha Vida no Rio são alvos do crime organizado” (<http://extra.globo.com/casos-de-policia/todos-os-condominios-do-minha-casa-minha-vida-no-rio-sao-alvos-do-crime-organizado-15663214.html>).
7. Ver, por exemplo, “Minha Casa, Minha vida reproduz injustiça social, conclui pesquisa”: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151020_minha_casa_minha_vida_pesquisa_tg?ocid=socialflow_facebook
8. Ver: “Comunidade do RJ é destruída para dar lugar a obras de empreiteiras da Lava Jato”, <http://noticias.r7.com/jornal-da-record/videos/comunidade-do-rj-e-destruida-para-dar-lugar-a-obras-de-empreiteiras-da-lava-jato-24112015>
9. Apesar do valor médio do metro quadrado na região do Parque Olímpico ser de mais de 5 mil reais, a prefeitura repassou às empresas pela bagatela de 720 reais.
10. Em 2014, o jornal APublica publicou uma interessante reportagem na qual aborda a ação das empreiteiras nas obras para a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, onde se visualiza a formação de cartéis, superfaturamento, favorecimentos e articulações duvidosas com o poder público. Ver: “Um jogo para poucos” (<http://www.brasildefato.com.br/node/29038>).
11. Quando falo em “esquema mafioso”, busco, sobretudo, apre-

der o tipo de engrenagem político-institucional, mas também econômico, capaz de usar a força quando as coisas parecem fugir ao controle. Tenho em mente, sobretudo, o processo de “restauração” pós-manifestações de 2013, quando todo um aparato estatal de repressão foi acionado para “manter a ordem” e garantir os negócios. No caso do Rio de Janeiro isso ficou evidenciado no “processo dos 23”, em que um conjunto de vinte e três militantes foram condenados por terem supostamente estimulado o uso da violência naqueles protestos. A nível nacional, observa-se o recrudescimento nesta questão a partir da chamada “lei antiterrorismo”, proposta que envolveu o então governo federal e políticos da oposição num amplo esforço de criminalização das lutas sociais.

O legado Olímpico como laboratório de política urbana: a economia política do projeto Porto Maravilha

Resumo:

O artigo explora a economia política do megaprojeto do Porto Maravilha no Rio de Janeiro em um contexto de preparação da cidade para receber os Jogos Olímpicos de 2016. Aborda a relação entre atores privados e públicos em um modelo de governança urbana que estabelece relações insuladas, nas quais movimentações políticas são encaradas como riscos ao projeto, e com baixos incentivos ao investimento social a partir de um arranjo orçamentário dependente de flutuações do mercado, com um investimento público de alto risco e baixa sustentabilidade. O artigo explora ainda a concepção de modelos de governança inovadores como laboratórios de política urbana a partir da realização de megaeventos, e traz uma comparação com o modelo de “governança contratual” estabelecido pelo projeto olímpico de Londres.

Introdução

O projeto Porto Maravilha no Rio de Janeiro e estabelecer relações entre o modelo de financiamento adotado na política desse grande projeto urbano, e o aprofundamento de um modelo de desenvolvimento excludente, que deixa de incluir ações propositivas em resposta às demandas locais da região, tais como acesso a infraestrutura urbana básica e habitação social. Nesse sentido, é abordada a relação entre atores privados e públicos na construção de um arranjo de parceria público-privada com diversos aspectos inovadores ao contexto nacional, e que devem ser compreendidos à luz de seus impactos à participação social e ao acesso a políticas públicas. Considera também as condições de investimento que se colocam e o compartilhamento de riscos;

o circuito de valorização, que compreende a atratividade do empreendimento para os principais atores empresariais envolvidos; e os arranjos institucionais que influenciam essas condições. Apresenta, por fim, uma comparação com o arranjo britânico desenvolvido para a realização dos Jogos Olímpicos de 2012 em Londres, argumentando que existem diversas semelhanças no modelo de governança contratual adotado em ambos os países, a partir de um processo de aprendizado de política pública que vai além do trânsito de ideias e avança também modelos de governança e gestão do território.

Grandes projetos urbanos e megaeventos

Os grandes projetos urbanos são uma realidade no mundo, e recentemente também no Brasil. Tratam de um tipo específico de

política urbana devido às suas características inovadoras nas relações entre capital privado e governo, através das parcerias público-privadas que determinam novos arranjos institucionais e financeiros. A atuação do Estado está nessa visão centrada tanto na viabilização de aportes financeiros, como no papel de flexibilização de leis e regulações, determinando um espaço desregulado ou com regulações próprias (Vainer, 2012).

Alguns exemplos de intervenções que marcam o início dessa nova forma de planejamento urbano são La Défense, em Paris, a área portuária de Baltimore, em Nova York, as Docklands de Londres, ou as intervenções na cidade de Barcelona, cujos consultores possuem um papel relevante na exportação dessa concepção para a América Latina e para o Brasil, em especial para o Rio de Janeiro. Essa gama de exemplos mostra que os grandes projetos urbanos podem ou não estar vinculados a megaeventos. No Rio de Janeiro a ideia de atrelar a revitalização de sua zona portuária à realização de Jogos Olímpicos vem desde os anos 1990 (Sarue, 2015). Em 1992 é criada a primeira delimitação de uma Área Especial de Interesse Urbanístico da Zona Portuária, através de decreto da prefeitura¹, no mesmo ano em que são realizados os Jogos Olímpicos de Barcelona, que começam a influenciar o modelo carioca com a chegada ao Rio de Janeiro de um grupo de consultores catalães para participar da realização do plano estratégico da cidade, por solicitação do então prefeito Cesar Maia. (PMDB/PFL, 1993 a 1996). É a chegada ao Rio de Janeiro de uma ideia: revitalizar sua área portuária a partir da realização dos Jogos Olímpicos. Além dos catalães, uma série de seminários internacionais apresentam casos de projetos de re-

vitalização de regiões portuárias ao redor do mundo, contribuindo com o *mood* da revitalização, e conformando uma comunidade de especialistas com referências de projetos internacionais.

No entanto, podemos dizer que se a ideia de grande projeto urbano atrelada ao Jogos veio do “modelo Barcelona” no âmbito do planejamento urbano, em termos de arranjo de governança urbana o Porto Maravilha é diretamente influenciado pelo arranjo britânico, experimentado em Londres com a realização dos Jogos Olímpicos de 2012.

Megaeventos como laboratórios de modelos de governança urbana

O debate sobre os novos arranjos institucionais pautados a partir do modelo londrino passa pelo conceito de capitalismo regulatório (Levi-Faur, 2005), que denota um processo de delegação ao setor privado da implementação de políticas públicas, sendo que o Estado se restringiria às funções de regulação, na contramão do senso comum sobre processos de liberalização que preveem uma redução do Estado em termos de espaço de intervenção. A partir desse marco, Raco (2014) descreve o processo de revitalização realizado no contexto dos Jogos Olímpicos de Londres como um modelo de *governança contratual*, que compreende em especial, a mitigação de riscos políticos dados pela organização de movimentos de resistência ao projeto, descritos na literatura específica. No caso londrino o papel da política é restringido a partir de uma estrutura de “entrega de projeto” que concentra processos decisórios em arenas superiores onde decisões são fixadas como parte de processos contratuais. O processo de insulamento, portanto,

“É a chegada ao Rio de Janeiro de uma ideia: revitalizar sua área portuária a partir da realização dos Jogos Olímpicos.”

“Paralelamente, o modelo torna mais difícil a identificação do locus do poder e da tomada de decisões, reduzindo as possibilidades de responsividade da população.”

não apenas distancia o cidadão das decisões, como restringe a sua atuação a partir de contratos que fixam planos e projetos a serem entregues a partir do melhor arranjo técnico e distantes do debate político. Levi-Faur (2005) chama esse processo de “custo de liberdade”, referindo-se ao custo gerado pela transferência de processos decisórios a termos técnicos e contratuais, no marco do capitalismo regulatório. No caso dos Jogos Olímpicos, valendo para Londres e também para o Porto Maravilha no Rio de Janeiro, as questões políticas são mitigadas sendo localizadas como um evento ou um momento de quando houveram discussões sobre a participação da cidade na concorrência para receber os Jogos. Em ambos os casos as decisões sobre investimentos são pré-estabelecidas contratualmente, deixando pouco espaço para o debate localizado.

A governança contratual tem ainda um impacto significativo do ponto de vista da capacidade regulatória do Estado. No caso do Rio de Janeiro fica evidente que há um enfraquecimento da capacidade de controle público sobre o resultado final da política, seja porque as decisões passam a ser insuladas da própria prefeitura, seja pelo estabelecimento de relações nas quais as empresas passam a ser sócias de seus entes reguladores. Esse modelo é bastante similar ao adotado no Reino Unido², como explicitado por Raco (2014), que delegou toda a implementação do projeto olímpico a um consórcio privado (CLM), a partir de uma parceria público-privada com a agência criada para coordenar os investimentos públicos do megaevento (ODA). Paralelamente, o modelo torna mais difícil a identificação do locus do poder e da tomada de decisões, reduzindo as possibilidades de responsividade da po-

pulação. Veremos a seguir como parte dessas condições são reproduzidas pelo arranjo instituído no projeto Porto Maravilha, e em sua formulação e implementação associada aos Jogos Olímpicos no Rio.

As etapas de formulação da política

A revitalização da zona portuária vem sendo alvo de projetos e debates desde pelo menos os anos 1980 e ao longo das décadas de 1990 e 2000 diversos episódios marcam a delimitação da política de revitalização, com diferentes níveis de centralidade da articulação local, da participação ou indução do governo federal, e da articulação junto ao setor privado. Embora não cabe aqui retomar essa trajetória - que é analisada por mim em Sarue (2015) -, destaco a participação do setor privado nesse processo, que passa a ser institucionalizada a partir da Manifestação de Interesse Público³ emitida por decreto da Prefeitura do Rio em 2006. Nesse momento, um grupo de trabalho municipal foi criado para analisar a única proposta de modelagem financeira para o projeto, apresentada pelo consórcio Rio Vila e Mar, formado inicialmente pelas empresas Odebrecht, OAS, Carioca Engenharia e Andrade Gutierrez, sendo que esta última deixou de participar do consórcio logo após a sua formação. Ao longo do processo, representantes das próprias empresas participavam das reuniões do GT relatório final foi publicado no *Diário Oficial* do Município em outubro de 2007. Ainda que o setor privado empresarial tenha tido espaço na formulação da política, a consulta à sociedade e aos moradores através de mecanismos de participação social é bastante baixa, e as decisões se dão em espaços in-

ternos tanto da prefeitura como do governo federal, nos quais são notavelmente ausentes processos de consulta. Por fim, embora o projeto tenha sido criado mediante aprovação de legislação específica na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, a sua tramitação em caráter de urgência com justificativa atrelada à realização dos Jogos Olímpicos contribuiu para que o processo de aprovação se desse em apenas quatro meses.

Embora a proposta do projeto fosse anterior à aprovação do Rio como cidade sede dos Jogos a conquista do megaevento foi central para impulsionar a sua realização e angariar investimentos, alterando o plano de candidatura original da cidade. Os argumentos a favor da instalação de equipamentos olímpicos na região portuária foram pautados pelo discurso de abertura de novas fronteiras para o mercado imobiliário a princípio sem o empreendimento de recursos do município. A Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI) publica na época estudo mostrando uma saturação do mercado imobiliário na região da Barra da Tijuca e uma demanda de mercado na região portuária que poderia absorver as residências produzidas e deixadas como “herança” após a realização do megaevento esportivo.⁴ Em 2010 foi anunciada a incorporação da região no Projeto Olímpico da cidade e os investimentos para construção de no mínimo 7 mil unidades habitacionais, além da Vila de Árbitros (cerca de 1200 residências), parte da Vila de Mídia, e do centro de credenciamento de staff e voluntários e de distribuição de uniformes. Ainda que a construção desses equipamentos tenha mais adiante sido transferida para a região do Parque Olímpico, o Porto Maravilha se manteve como principal ação

do plano de legado da cidade.

O modelo atual e suas implicações para a governança urbana

O modelo implementado no Porto Maravilha é centrado em três instrumentos. O primeiro é a criação da Operação Urbana Consorciada (OUC) da Região Portuária, que autoriza a emissão de 4 milhões de metros quadrados de solos virtuais, chamados de CEPAC. Os Certificados de Potencial Adicional de Construção são comercializados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM)⁵ e garantem aos investidores incorporadores o direito de construir empreendimentos à cima do padrão edilício definido para a região, e o recurso arrecadado pela sua comercialização representa a principal fonte de financiamento do projeto.

O segundo instrumento central para a operação do Porto Maravilha é a parceria público-privada (PPP) à qual esses recursos estão atrelados. A PPP do Porto Maravilha foi firmada entre a CDURP e o Consórcio Porto Novo, composto pelas mesmas empresas do Consórcio Rio e Mar que participaram da formulação da política, e tem valor inicial global de R\$ 7,609 bilhões e duração de quinze anos, renováveis por mais quinze. O Consórcio se torna assim responsável pelas obras de revitalização na região e, através de uma concessão administrativa, pelo conjunto dos serviços urbanos deste território (saneamento, coleta de lixo, iluminação, gestão do tráfego, entre outros). A criação da CDURP, como vimos, uma empresa mista controlada pela Prefeitura, porém isolada da administração direta produziu uma redução de riscos aos investidores privados. A parceria público-privada de infraestrutura e concessão administrativa de serviços

“Ainda que a construção desses equipamentos tenha mais adiante sido transferida para a região do Parque Olímpico, o Porto Maravilha se manteve como principal ação do plano de legado da cidade.”

urbanos contribuí, por sua vez, com a produção de *localização* para valorização imobiliária junto a outros investimentos na região, como a modernização da matriz de mobilidade, os equipamentos culturais, em especial o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, o projeto Morar Carioca, e um pacote de incentivos fiscais e tributários, fechando um ciclo de investimento e retorno imobiliário.

Por fim, o terceiro pilar fundamental para compreender o arranjo está na criação de fundos de investimento imobiliário. Diferente das demais OUCs, o total de CEPACs emitidos foi arrematado pelo Caixa Econômica Federal (CEF) em um único leilão, através de investimento de recursos do FGTS⁶, em decisão que atualmente é alvo de investigação pela operação Lava-Jato, na qual o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha é acusado de receber propinas das empresas do Consórcio Vila e Mar em troca da participação do banco no financiamento da política. Com essa operação foram criados dois fundos de investimento imobiliário (FIIs), um da CEF e outro da Cdurp, como forma de transferência de recursos entre as instituições. A CEF, através de seu FII, passou a ser detentora do total de CEPACs, e a negociá-los diretamente com o mercado, sem a necessidade de leilões e sem o pré-estabelecimento de lotes residenciais ou comerciais. Passa, com isso, a ter controle sobre o processo de especulação sobre os usos dos empreendimentos na região. Ao mesmo tempo, adquiriu o direito prioritário de compra dos terrenos correspondentes ao uso de 60% dos CEPACs através de uma operação denominada Prêmio por Opção de Compra.⁷

Ou seja, se retornarmos ao processo histórico de formulação da política, veremos que esse me-

canismo responde a um desafio anterior do projeto, no qual se previa o adiantamento dos investimentos a fim de que a venda de terrenos da União ao mercado fosse posterior ao processo de valorização, de forma que o Estado capturasse para si a mais-valia fundiária produzida. Cabe ressaltar, no entanto, que a CEF, que arrematou o total de Cepacs por cerca de R\$ 3,5 milhões se comprometeu, nessa operação, a financiar, ao longo de quinze anos, o valor total da PPP – cerca de R\$ 8 milhões, de modo que para que o FGTS possa recuperar o recurso investido e lucrar com a operação, é necessário que o fundo de investimento consiga rentabilizar suas operações a partir da valorização dos terrenos e dos Cepacs para pagar a PPP e então arrecadar para o FGTS. Ou seja, trata-se de uma operação na qual o financiador público e os investidores privados têm o objetivo comum de promover a valorização fundiária dos terrenos. Em muitos casos, quando são negociadas permutas, a CEF e as empreiteiras se tornam de fato sócias, em um negócio, no qual ambas as partes ganham com a valorização fundiária.

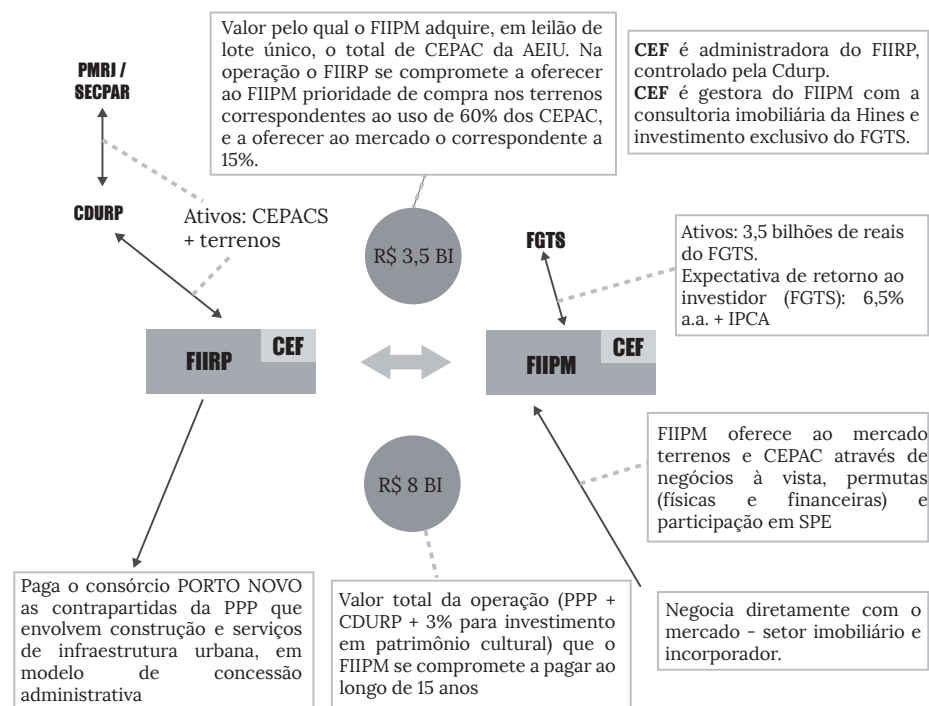
Esse modelo de financiamento tem implicações em termos de resultados de políticas sociais atrelados ao projeto. Ou seja, apesar de o Estado ser o grande financiador da política, ao vincular o recurso à valorização fundiária a sua capacidade de atrelar o investimento à produção de políticas sociais se reduz.

Embora não seja o objetivo aqui abordar a implementação do arranjo é necessário destacar que existe nessa operação um problema evidente de fluxo de caixa associado ao timing de valorização dos terrenos e que se tornou um problema real quando em julho de 2017 a concessionária Porto Novo suspende pela primeira vez

os serviços na zona portuária do Rio devido a falta de pagamento, uma vez que o Fundo de Investimento Imobiliário não teve rentabilidade suficiente para transferir os recursos à Cdurp para pagamento da PPP. Ou seja, apenas um ano depois dos Jogos Olímpicos fica evidente um importante

dor, cuja participação está atrelada aos investimentos no fundo de investimento imobiliário; e ainda um quarto se considerarmos a implantação do VLT Carioca, o setor de serviços de mobilidade. Embora três setores estejam envolvidos, não se trata necessariamente de empresas diferentes:

Figura 1 Arranjo Institucional



CEF Caixa Econômica Federal
 FIIRP Fundo de Investimento Imobiliário da Região Portuária
 FIIPM Fundo de Investimento Imobiliário do Porto Maravilha
 CDURP Companhia de Desenvolvimento da Região Portuária
 CEPAC Certificado de Potencial Adicional de Construção
 AEIU Área Especial de Interesse Urbanístico - corresponde à área total da Operação Urbana Consorciada

Fonte: Sarue, 2015

gargalo do modelo, que transfere serviços básicos de infraestrutura urbana - tradicionalmente pagos pelo tesouro municipal - a um processo de arrecadação que tem fluxo flutuante, e é dependente da conjuntura econômica da cidade e do país e de seus impactos sobre o mercado imobiliário carioca.

Em relação aos atores privados envolvidos, é importante destacar que são centrais ao projeto empresas que atuam em ao menos três setores da revitalização, a saber: i) setor da construção civil; ii) setor de serviços urbanos, iii) setor imobiliário e incorpora-

as mesmas empresas que participam do consórcio Porto Novo, vencedor da PPP, além de atuarem no setor de construção de infraestrutura e de provisão dos principais serviços urbanos, atuam também no setor imobiliário e incorporador, e são responsáveis, ainda, pela política de reurbanização de favela a partir do Consórcio Rio Faz, vencedor da licitação do programa Morar Carioca na Providência.⁸

Considerações finais

Esse artigo buscou evidenciar a forma como o arranjo institucional da política proposta pelo grande projeto urbano do Porto Maravilha se estrutura a partir de um modelo de parceria público-privada com impactos diretos sobre o orçamento público municipal, bem como sobre o principal fundo de financiamento de políticas infraestrutura e habitação nas cidades, o FGTS. Além disso, define uma governança insulada, de caráter fechado e baixa participação social, apesar de estabelecer espaços de diálogo institucionalizados junto ao setor privado e a investidores, evidenciando o papel central assumido por um grupo de empresas tanto na formulação como na implementação da política, que reduz riscos ao mercado e produz um modelo de financiamento com riscos ao investimento público. Com isso, implementa uma política que ainda que conte com grandes volumes de recursos públicos concentrados em um território urbano, oferece baixa responsividade, e escassos investimentos em políticas sociais e habitacionais, e nesse sentido, deve ser analisado à luz da crise econômica vigente. Constitui, nesse sentido, um laboratório relevante para análise de políticas mais amplas, e que se propõe a experimentar modelos e arranjos de serviços urbanos que devem influenciar a política mais ampla, no restante da cidade.

Notas:

1. Apresentados no Relatório Básico da Área de Especial Interesse Urbanístico da Zona Portuária do Rio de Janeiro, produzido pela Superintendência de Planos Locais da Secretaria Municipal Urbanismo
2. Ver também ALLEN, John; COCHRANE, Allan. The urban

unbound: London's politics and the 2012 Olympic Games. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 38, n. 5, p. 1609-1624, 2014.

3. Rio de Janeiro, decreto n.26.886 de 9/8/2006.
4. Disponível em http://www.ademi.org.br/article.php3?id_article=36946
5. As implicações desse modelo são analisadas por mim em Sarue (2016)
6. A Caixa Econômica Federal é o agente operador do FGTS, responsável pelos recolhimentos e pela gestão administrativa e operacional dos processos.
7. O Prêmio por Opção de Compra (POC) é o mecanismo que estabelece a prioridade na compra dos terrenos prioritários (correspondentes a 60% do uso de CEPAC) que serão negociados entre as autarquias da União e a Prefeitura do Rio, compensando a diferença entre o valor do Cepac no leilão (545 reais) e o valor que o FIIPM pagou efetivamente. Trata-se de um instrumento fundamental para compreender a relação estabelecida para a participação do financiador federal na operação.
8. Além dessas, outras empresas do setor imobiliário de porte nacional e internacional, e as empresas terceirizadas para serviços específicos dentro do arranjo da PPP são importantes para a análise. Um exemplo é a composição do Consórcio VLT Carioca, que além da Odebrecht Transport, conta ainda com a Invepar - que é também concessionária do MetrôRio, controladora da outorga para opção de compra da Concessionária Rio Barra S.A., responsável também pelas obras de Linha 4 do metro, e administradora da Metrobarra S.A. para fornecimento de material e sistemas -, junto com o Grupo CCR - que tem entre seus fundadores a Camargo Correa e a Andrade Gutierrez -, e ainda a Riopar que fornece também o sistema de bilhetes únicos pré-carregados para pagamento eletrônico de transporte (Bilhete Único

Rio), de mídia dentro de trens, e participa das empresas CCR Barcas e Rio Terminais. O consórcio VLT Carioca é composto também por multinacionais estrangeiras, como a francesa RATP e a argentina BRT - Benito Roggio Transporte. O VLT além de operar na região portuária, vai conectar a área ao atual centro financeiro do Rio, e ao Aeroporto Santos Dumont.

Referências

ALLEN, John; **COCHRANE**, Allan. (2014), "The urban unbound: London's politics and the 2012 Olympic Games." *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 38, no. 5, pp. 1609-1624.

ALTSHULER, Alan A; **LUBEROFF**, David. (2003), *Mega-projects: the changing politics of urban public investment*. Washington D.C/Cambridge, Brookings Institution Press/Lincoln Institute of Land Policy.

BRENNER, N. (2002), "Cities and the geographies of 'actually existing neoliberalism'". In: N. Brenner; N. Theodore (org.) *Spaces of neoliberalism*. Oxford, Blackwell.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa. (2013), "O papel da Operação Urbana Consorciada do Porto do Rio de Janeiro na estruturação do espaço urbano: uma 'máquina de crescimento urbano'". *O Social em Questão*. [online]. vol 16, n 29 [03-05-2014], pp. 69-100. Disponível em: <http://osocialequestao.ser.puc-rio.br/media/4artigo29.pdf>

FAINSTEIN, Susan S. (2008), "Mega projects in New York, London and Amsterdam". *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 32, no 4, pp.768-785.

FORUM COMUNITARIO DO PORTO. (2011), "Relatório sobre as visitas técnicas realizadas nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa nos dias 23/8 e 7/9/2011 e Parecer Técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidades". [03-05-2014] Disponível em: [\[munitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf\]\(http://munitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf\).](https://forumco-</p></div><div data-bbox=)

HALL, Peter A. (1993), "Policy paradigms, social learning, and the state: the case of economic policymaking in Britain". *Comparative politics*, pp. 275-296.

HARVEY, D. (1989) 'From managerialism to entrepreneurialism: the transformation in urban

governance in late capitalism' *Geografiska Annaler* 71-B: 3:17.

LE GALÉS, Patrick. (2000), "Private sector interests and urban governance". in: A. Bargansco; P. Le Galés (org.) *Cities in contemporary Europe*. Cambridge, Cambridge University Press.

LE GALÈS, Patrick; **SCOTT**, Alan. (2010), "A British Bureaucratic Revolution? Autonomy Without Control, or 'Freer Markets, More Rules'". *Revue française de sociologie*, pp. 117-143.

LEVI-FAUR, David. (2005), "The global diffusion of regulatory capitalism". *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, vol 598, n 1, pp. 12-32.

LOWNDES, Vivien; **SKELCHER**, Chris. (1998), "The Dynamics of Multi-organizational Partnerships: an Analysis of Changing Modes of Governance". *Public Administration*, vol. 76, pp. 313-333. doi:10.1111/1467-9299.00103

MARQUES, Eduardo. (2012), "Governing São Paulo: Urban policies and segregation in a highly unequal metropolis". In *Buenos Aires: III World Forum of Sociology*.(mimeo).

MARQUES, Eduardo. (2013), "Government, political actors and governance in urban policies in Brazil and São Paulo: concepts for a future research agenda". *Brazilian Political Science Review*, vol 7 no 3, pp. 8-35.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. (2005), "Reabilitação de Centros Urbanos" R. Rolnik; R. Balbim (coord) Secretaria Nacional de Programas Urbanos. Brasília, Ministério das Cidades.

MOLOTCH, Harvey. (1976), "The City as a Growth Machine: Toward a Political Economy of Place". *The American Journal of Sociology*, Vol. 82, No. 2, pp.309-332.

- ONG**, Aihwa. (2001), "Worlding cities, or the art of being global". In A. Roy; A. Ong (org.) *Worlding cities*. Oxford, Wiley-Blackwell.
- PIERRE**, Jon. (2011), *The Politics of Urban Governance*. Palgrave Macmillan.
- RABHA**, Nina. (2004), "Bairros portuários: aspectos sociais e culturais". in: P. J. Schweiser; S. Cesario. *Revitalização de Centros Urbanos em Áreas Portuárias*. Entre a Renovação e a Preservação do Patrimônio Histórico. As Regiões Portuárias de Hamburgo, Belém e Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 7letras, AFEBA.
- RACO**, Mike. (2014), "Delivering Flagship Projects in an Era of Regulatory Capitalism: State-led Privatization and London Olympics 2012". *International Journal of Urban and Regional Research*. vol. 38, no 1, pp. 176-197.
- SÁNCHEZ**, Fernanda; **BIENESTEIN**, Glauco; **GUTERMAN**, Bruna da Cunha. (2012). "Juegos Panamericanos Rio 2007. Un balance multidimensional". in: B. Cuenya; P. Novais; C. Vainer (comp). *Grandes proyectos urbanos: miradas críticas sobre la experiencia argentina y brasileña*. Buenos Aires, Café de las Ciudades.
- SMF, PGM, IPP/PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO**. (2003), *Aproveitamento Imobiliário da Região do Porto do Rio*. Coleção de Estudos Cariocas. no 20030102.
- SANCHEZ**, Fernanda. (2003), *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó: Argos.
- SARUE**, Betina (2015), *Grandes projetos urbanos e a governança das cidades: o caso do Porto Maravilha*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade de São Paulo, São Paulo.
- SARUE**, Betina (2016), "Os Capitais Urbanos do Porto Maravilha" *Novos Estudos CEBRAP* (Impresso), v. 1, pp. 78-97.
- SILVESTRE**, Gabriel. (2012), *An Olympic city in the making*. IOC Olympic Studies Centre.
- STONE**, Clarence N. (1993). "Urban regimes and the capacity to govern: A Political Economy Approach". *Journal of Urban Affairs*. vol. 15, n 1, pp. 1-28.
- STONE**, Diane L. (2012). "Transfer and Translation of Policy" *Policy Studies*. vol. 33, no 4, pp. 483-499.
- SIRKIS**, Alfredo. 2004. "A Revitalização do Centro da Cidade do Rio de Janeiro e da Zona Portuária". in: P. J. Schweiser; S. Cesario (org). *Revitalização de Centros Urbanos em Áreas Portuárias*. Rio de Janeiro, 7letras AFEBA.
- VAINER**, Carlos. (2002). "Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano". in: O. Arantes; C. Vainer; E. Maricato (Eds) *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis, Vozes.
- VAINER**, Carlos. (2012), "Grandes proyectos urbanos ¿Qué son y cómo evaluarlos?" in: B. Cuenya; P. Novais; C. Vainer (comp). *Grandes proyectos urbanos: miradas críticas sobre la experiencia argentina y brasileña*. Buenos Aires, Café de las Ciudades.

O medo como legado dos grandes eventos

Veronica Freitas

Socióloga formada pela UFRJ, atualmente cursando doutorado na Universidade de São Paulo no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS-USP). Último trabalho como assessora da Vereadora Marielle Franco, assassinada no contexto genocida que impera no Rio de Janeiro.

Resumo:

O Rio de Janeiro foi palco de uma sequência de grandes eventos entre 2007 e 2016, processo desenvolvido pelo pacto da coalização de poder do país, especificamente entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro. O período foi acompanhado por profundas mudanças da gestão urbana da cidade, envolvendo um recrudescimento dos instrumentos de punição e violência estatal. Além da intensa arbitrariedade policial e crescente militarização, ocorreu a criação de legislações nacionais que permitem a incidência estatal sobre os repertórios de ação dos movimentos sociais. É o caso da Lei Antiterror (Lei nº 13.260/2016) e da Lei de Organizações Criminosas (Lei nº 12.850/2013). Por meio de revisão bibliográfica, informações veiculadas nos meios de comunicação e análise legislativa, o presente artigo vem contribuir com a leitura dessas aberturas institucionais dos mecanismos de repressão dos últimos anos, em especial sobre a ação política.

Introdução

O Rio de Janeiro foi palco de uma sequência de grandes eventos entre 2007 e 2016, permeados por um pacto de poder entre o Partido dos Trabalhadores (PT), em âmbito federal, e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), na gestão local. O processo foi acompanhado por profundas intervenções urbanas na cidade, envolvendo um recrudescimento dos instrumentos de punição e violência estatal.

Nesse bojo, este artigo vem contribuir com a análise das aberturas institucionais dos mecanismos de repressão dos últimos anos, em especial sobre a ação política. Além do uso desproporcional de violência estatal nas áreas populares, nos protestos,

nas instituições de privação de liberdade, sobre trabalhadores informais e sobre a população em situação de rua, pode ser observada no período a criação de instrumentos de ampliação do Estado Penal sobre os movimentos sociais.

Violência de Estado: o preço dos megaeventos

Desde 2007, a cidade do Rio de Janeiro sediou uma sequência de grandes eventos. O anúncio da realização dos Jogos Pan-Americanos ocorreu antes da conquista do Governo Federal pelo PT, em 2002. No entanto, a iniciativa foi incorporada pelas gestões seguintes, sendo a execução dos Jogos em 2007 e todos os grandes eventos posteriores realizados sob a aliança PT-PMDB:

| EVENTO | DATA | PODER MUNICIPAL | PODER ESTADUAL | PODER FEDERAL |
|----------------------------------|----------|---------------------|------------------------|----------------------------------|
| Anúncio dos Jogos Pan-Americanos | 24/08/02 | Cesar Maia (DEM) | Benedita da Silva (PT) | Fernando Henrique Cardoso (PSDB) |
| Jogos Pan-Americanos | 07/2007 | Cesar Maia (DEM) | Cabral (PMDB) | Lula (PT) |
| Anúncio da Copa do Mundo | 30/10/07 | Cesar Maia (DEM) | Cabral (PMDB) | Lula (PT) |
| Anúncio das Olimpíadas | 02/10/09 | Eduardo Paes (PMDB) | Cabral (PMDB) | Lula (PT) |
| Rio + 20 | 6/2012 | Eduardo Paes (PMDB) | Cabral (PMDB) | Dilma Rousseff (PT) |
| Jornada Mundial da Juventude | 7/2013 | Eduardo Paes (PMDB) | Cabral (PMDB) | Dilma Rousseff (PT) |
| Copa do Mundo | 6-7/2014 | Eduardo Paes (PMDB) | Pezão (PMDB) | Dilma Rousseff (PT) |
| Jogos Olímpicos | 8/2016 | Eduardo Paes (PMDB) | Pezão (PMDB) | Dilma Rousseff (PT) |

Tabela realizada a partir dos dados da imprensa (O Globo)

Ao longo desse período ocorreram relevantes mudanças locais com a justificativa dos megaeventos. Destaca-se a intensa relação estatal com a especulação imobiliária e com as empreiteiras na execução das obras. Segundo relatório do Comitê Popular Rio Copa e Olimpíadas, para a preparação dos dois grandes eventos foram removidas cerca de 16.700 pessoas¹. A violação do direito à moradia em larga escala representou uma expressiva forma de imposição violenta do Estado sobre a população.

Igualmente relevante foi o grande aporte de recursos públicos na preparação dos eventos, em associação duvidosa com empreiteiras. É o caso das reformas do Maracanã, primeiro para o Pan-Americano e logo depois para a Copa do Mundo, totalizando mais de R\$ 1 bilhão investidos². No mesmo sentido ocorreram novas formas de apropriação privada dos bens comuns, como a criação de um território sob Parceria Público Privada, o Porto Maravilha, como um “Projeto Olímpico”.

O Prefeito Eduardo Paes, gestor durante a maioria dos grandes eventos, fez declarações a respeito da utilidade dos mesmos para legitimar medidas visadas pelo poder público e seus aliados. Segundo relatório da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), o representante em audiência sobre a realização dos grandes eventos “observou que estão sendo

entregues 27 projetos de legado, parte dos quais sem relação com as Olimpíadas, que serviram apenas como “desculpa” para a construção desses empreendimentos” (BRASIL, Relatório 2015 da CCAI, p. 16). Paes teria afirmado que estimava os gastos com os grandes eventos em R\$ 38,67 bilhões, dos quais 57% de origem privada:

Ele observou que os grandes eventos não podem ser pensados como meros eventos esportivos, porque desse modo não seria útil realizá-los. Tratam-se, em sua visão, de movimentações geopolíticas, que fazem com que os países que os realizam possam passar uma imagem diferente do senso comum. (BRASIL, Relatório 2015 da CCAI, p. 54)

A intensificação do aparato penal e repressivo acompanhou o ritmo acelerado das mudanças. Afinal, em uma sociedade com uma história de forte desigualdade social, marcada pelo racismo institucional, tamanha concentração de intervenções urbanas às custas de recursos públicos, impactando grandes contingentes populacionais, necessita da sua imposição pela força. Esse fator convive com a mencionada visão dos grandes eventos como uma “oportunidade política” (TARROW, 1999) para a viabilização de medidas visadas pela coalizão de poder.

Os Jogos Pan-Americanos foram marcados pela violência policial. Naquele ano houve a invasão do Complexo do Alemão e às vésperas do evento ocorreu uma operação na qual a polícia registrou 19 mortes e 13 pessoas feridas.³ O ano de 2007 foi o de maior ocorrência de autos de resistência da história do estado, totalizando 1.330 mortos pela polícia, segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Os anos seguintes foram de intensa violência estatal e sofisticação da repressão, como a militarização do cotidiano por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) concentradas nas áreas valorizadas da cidade. Com início em dezembro de 2008, houve a criação de 38 UPPs até 2014, em 264 territórios.⁴ Em paralelo, nas regiões periféricas predominaram as milícias, com anuência de parlamentares e gestores. Nesse contexto, a hipermilitarização do Rio de Janeiro se aprofundou.

Para a preparação dos eventos, ocorreram também treinamentos específicos da polícia, com a intensificação do aparato punitivo em consonância com uma lógica global de militarização e controle. É o caso da participação do BOPE em outubro de 2012 no *Urban Shield*, treinamento criado nos Estados Unidos após os atentados do 11 de setembro de 2001,⁵ além de intercâmbios com a polícia francesa.⁶

Essa internacionalização de mecanismos punitivos, cuja Lei Antiterror é também fruto, se insere na lógica internacional do poder bélico e da repressão como um dos motores do capitalismo. Em um contexto historicamente desigual como o Rio de Janeiro, as consequências de ampliação dos órgãos de repressão apresentam um caráter explosivo, com o assassinato sistemático da população negra da cidade. Vale destacar que desde o início do século

XX Rosa Luxemburgo já sinalizava como a militarização constitui um fator indispensável do capitalismo:

Mas isso adquire outra feição do ponto de vista da classe capitalista. Hoje, para ela, o militarismo tornou-se indispensável de três maneiras: em primeiro lugar, como meio de luta para os interesses concorrentes “nacionais” contra outros grupos nacionais; em segundo, como o tipo de investimento mais importante tanto para o capital financeiro quanto industrial; e, em terceiro, como instrumento de dominação interna de classe diante da população trabalhadora - todos esses sendo interesses que, em si, nada têm em comum com o desenvolvimento da economia mundial capitalista. (...) O militarismo também transformou-se de motor do desenvolvimento capitalista em uma doença capitalista. (LUXEMBURGO, 2011, p. 34)

O controle da ação política

O legado da violência estatal está marcado nos corpos e na memória de milhares de pessoas no Rio de Janeiro. Além disso, é possível verificar a sua força para a ampliação da ação punitiva em escala nacional. Se a arbitrariedade das forças da ordem já é uma realidade secular para a população negra e pobre do país, agravada pelo hiperencarceramento dos últimos anos e os assassinatos pela polícia, destaca-se a criação de leis que incidem sobre os repertórios de ação dos movimentos sociais.

A criação de novas legislações

foi justificada pela realização dos grandes eventos no Brasil, como também, no caso da Lei Antiterror, perpassou a necessidade da repressão declarada pelos detentores do poder durante os grandes protestos de 2013. Os dois processos, afinal, não estão desconectados. Além da questão das passagens, muitas das pautas ecoadas em 2013 relacionavam-se com os grandes eventos, acompanhadas por uma crescente adesão popular em solidariedade aos manifestantes diante da repressão. Por sua vez, a violência policial nos protestos se vinculou à disseminação dos armamentos menos letais, que compuseram o processo de “preparação” para os jogos esportivos.

Em dezembro de 2008 foi votado o Projeto de Lei (PL) nº 1957, do Deputado Estadual Paulo Melo (PMDB), tornando-se lei em 2009, com propósito de definir “o conceito de armamento não-letal e o seu uso no estado do Rio de Janeiro”. O projeto, proposto entre a realização dos Jogos Pan-Americanos e a Copa do Mundo, previa que essas armas seriam destinadas a eventos esportivos e eventos musicais ou artísticos de grande aglomeração (Art. 1º, I e II, PL nº 1957/2008).

Nos anos seguintes ocorreu a nacionalização do tema. Por meio da Portaria Interministerial nº 4226, de 2010, a União indicava que cada agente de segurança deveria portar pelo menos duas armas “não letais”, ficando a regulação do uso a cargo dos governos estaduais, especificamente das Polícias Militares. Em 2014 é publicada a Lei nº 13.060, com objetivo de “disciplinar o uso dos instrumentos de menor potencial ofensivo pelos agentes de segurança pública”. Na prática esses armamentos seriam disseminados como instrumento da “interlocução” entre os representantes estatais e manifestantes, bem

como contra pessoas em situação de rua e trabalhadores informais. Além da repressão direta às mobilizações em 2013, com amplo uso dos armamentos menos letais, o parâmetro do tratamento penal contra manifestantes se elevou nos momentos posteriores à eclosão dos grandes protestos. É o caso da Lei de Organizações Criminosas, Lei nº 12.850/2013, publicada no dia 02 de agosto de 2013 e imediatamente associada às mobilizações. Assim, na ocupação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, em outubro de 2013, cerca de 190 manifestantes foram detidos, 84 presos e 70 indiciados pela referida legislação (RIBAS; OLIVEIRA; HAMDAN, 2017).

De iniciativa da Senadora Serys Slhessarenko (PT), apresentada como PL em 2006, a Lei de Organizações Criminosas se revelou como uma atualização dos mecanismos de controle, inclusive no que tange a “colaboração premiada”, a “ação controlada” e a “infiltração de agentes”. Cada um desses pontos são capítulos da legislação, com a previsão de infiltração de agentes pelo prazo de até seis meses, com eventuais renovações desde que comprovada sua necessidade (§ 3º, art. 10, Lei nº 12.850/13).

Cabe assinalar que a proposta suprimia a infiltração de agentes, considerando “inconcebível que o Estado-Administração, regido que é pelos princípios da legalidade e da moralidade (art. 37, caput, da CF), admita e determine que seus membros (agentes policiais) pratiquem, como co-autores ou partícipes, atos criminosos” (justificativa do PLS 150/2006, p. 13). No debate parlamentar, entretanto, o tema aparece como um dos elementos fundamentais da proposta, restando o texto com essas previsões.

A lei foi aprovada no ano dos grandes protestos e utilizada contra manifestantes em 2013.

Foi também utilizada em julho de 2016, em Porto Alegre, contra estudantes secundaristas, um jornalista e um cineasta diante de uma ocupação da Secretaria da Fazenda no Rio Grande do Sul por melhorias na educação; e em 5 de agosto de 2016, pelo Ministério Público de Goiás para a prisão de quatro integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).⁷ Além do enquadramento penal, os mecanismos de controle apresentam um teor repressivo com relação ao cotidiano dos movimentos sociais. Afinal, se uma ocupação de escola ou o MST podem ser compreendidos enquanto “organizações criminosas”, a Lei nº 12.850/13 permite aos agentes estatais a vigilância ostensiva sobre ativistas, com uso de interceptação de comunicações e infiltração de agentes.

Por sua vez, a Lei Antiterror foi aprovada passando por discussões legislativas que, de um lado, vinculavam a necessidade de sua adoção diante dos grandes eventos esportivos, e, de outro, pela necessidade de reprimir os “excessos” nas manifestações, debate pautado ao longo de 2013. A pressão internacional e interna pela sua aprovação foi intensa, fato associado com a necessidade da Lei Antiterror para sediar as Olimpíadas no país (FREITAS, 2017).

Ressalta-se que o debate jurídico sobre o terrorismo começou no século XIX em países europeus e na ditadura de Vargas no Brasil. Desde então, houve diversos ciclos de renovação do rótulo do terrorista, sendo o atual um ciclo sob hegemonia norte-americana a partir dos atentados do 11 de setembro de 2001 (FREITAS, 2017). Ao longo de mais de um século de legislações que abordam o terrorismo, o sentido sistemático é o de crime político. Apesar do caso atual visar a ação de grupos religiosos, que é também políti-

ca, é importante alertar que nos últimos anos imputações de terrorismo são encontradas internacionalmente para enquadrar a ação de diferentes movimentos sociais, é o caso dos Mapuches no Chile (JALIFF, 2013) e dos ecoterroristas nos Estados Unidos (TE-RWINDT, 2012).

A Lei Antiterror, de número 13.260/2016, foi proposta pelo governo de Dilma Rousseff em 2015. É importante destacar que em 2013 estava em debate o PLS nº 499/2013, cuja tramitação, além do argumento da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, foi relacionada com a suposta necessidade de repressão da “violência” na ação política. Nesse sentido, o relator do PLS nº 499/2013, o Senador Romero Jucá (PMDB), no dia 14 de junho de 2013, afirmava a respeito da iniciativa:⁸

Nossa ideia não é inserir nessa legislação os movimentos sociais. Entendemos que protestos, greves, movimentações, paralisações são algo que fazem parte da democracia. Agora, temos que ter uma legislação que separe o que é movimento social e reivindicação, do que é violência, sequestro, roubo, atentado, explosão e morte.

O mesmo Senador, no dia da morte do cinegrafista Santiago Andrade, atingido por um rojão em uma manifestação no Rio de Janeiro, colocou o projeto para ser votado com urgência.⁹

A tipificação do terrorismo, além da reedição de um novo “inimigo social”, se destaca pelo incremento punitivo. A Lei nº 13.260/2016 prevê prisão de 12 a 30 anos para atos “quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumida-

de pública” (art. 2º, caput, Lei nº 13.260/2016). Essa pena é maior do que a previsão para estupro ou homicídio e se baseia em uma definição de caráter arbitrário, deixando a cargo do operador jurídico a definição do que seria o “terror social”.

A intensa punitividade se apresenta como um fenômeno contemporâneo do capitalismo, processo que Waquant (2001) denomina como “penalidades neoliberais”, mas se agrava tendo em vista o contexto nacional de séculos de escravidão e dois processos ditatoriais ao longo da recente república. O uso há mais de um século de Legislações Antiterror, renovado pelo ciclo iniciado em 2001, coloca-se como mais uma janela para o aumento da repressão estatal.

Nesse sentido, Fragoso (1981) ao analisar o uso do terrorismo historicamente afirma que os governos violam repetidamente a Constituição, “com incriminações vagas e indeterminadas (definindo a conduta delituosa, inclusive, através da expressão “ato de terrorismo”) e restringindo, além de todo limite tolerável o direito de defesa, e a liberdade individual” (FRAGOSO, 1981, p. 126). A possibilidade de intervenção nas formas de ação política se apresenta de modo generalizado na utilização do terrorismo. Della Porta (1995) ressalta a manipulação da categoria diante de ações violentas de movimentos sociais na década de 1960 e 1970 em países europeus, especialmente Itália e Alemanha, uma vez que “identificados como “terroristas” ou “simpatizantes do terrorismo”, os ativistas radicais tornaram-se bodes expiatórios. Tanto o governo como a oposição parlamentar definiram a maioria dos protestos como “desordem” perigosa” (DELLA PORTA, 1995, p. 70).

No mesmo sentido, Baratta (2002) afirma que as experiências

do antiterrorismo consolidaram historicamente possibilidades de ação penal sobre movimentos sociais, diminuindo o espaço para a expressão das demandas populares. A Lei nº 13.260/2016 permite, dessa forma, a possibilidade de enquadrar ativistas como criminosos e lhes impor penas maiores do que crimes contra a vida no país.

Entre os artigos que definem o que é considerado terrorismo, ressalta-se um conjunto de ações que compõem o repertório de ação dos movimentos sociais:

Art. 2º - § 1o São atos de terrorismo:

I - usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa; (...)

IV - sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento (Lei nº 13.260/2016).

A referida legislação ainda não

foi utilizada contra movimentos sociais, no entanto, permite aos operadores do direito a sua utilização e já é manipulada como elemento discursivo pelos agentes policiais (FREITAS, 2017). Além disso, já suscitou outras tentativa de ampliar a possibilidade de ação estatal sobre a ação política. É o caso do PL nº 9604/2018, do Dep. Federal Jerônimo Goersen (Partido Progressista), com objetivo de aprovar a ocupação de imóveis urbanos ou rurais como terrorismo, repertório utilizado por atores como o MST e o MTST. A iniciativa viria em alteração ao artigo 2º, § 2º, da Lei nº 13.260/2016, que dispunha sobre a exceção da lei antiterror para movimentos sociais. Ressalta-se que esse parágrafo foi apresentado pela Presidência da República no sentido de resguardar a ação política, deixando a cargo do operador do direito, afinal, classificar o que seriam ações vistas como “legítimas” dos movimentos sociais.

Conclusão

A intensificação do aparato punitivo no Rio de Janeiro revela uma concepção de gestão de violência contra a maioria da população para garantir privilégios e a circulação de mercadorias. De outro lado, também pode ser interpretada como um descontrole com relação às consequências sociais das políticas implementadas nessa lógica elitista de governo.

Os grandes eventos, afinal, se mostraram como oportunidades para os gestores, no sentido de criar justificativas para adoção de políticas em disputa. Esse processo coexistiu com uma lógica global de promoção de eventos acompanhados de fortes aparatos e procedimentos punitivos. A dinâmica assentada na realidade

nacional, e especificamente carioca, de intensa desigualdade e violência contra os mais pobres aprofundou a hipermilitarização da cidade.

Os jogos acabaram, bem como o pacto de poder que tornou esse período possível. Após longos anos de aliança, o PMDB rompeu com o PT e apostou no impeachment presidencial, mudando até de nome para melhorar sua aparência, retirando o “Partido” da sigla. Nesse bojo, na mesma velocidade em que as páginas policiais eram preenchidas por nomes da gestão carioca e fluminense, a crise econômica e social se estabeleceu. Ao mesmo tempo configurou-se um quadro em que após tantos investimentos em segurança a cidade vive com uma massa de profissionais da repressão estatal, com o seu aparato bélico de última geração. Isso em um ambiente de crescimento do desemprego e da miséria intensifica um clima de medo entre a população.

Após os tempos maquiados ilustrados nos jornais, com os grandiosos Jogos Olímpicos como encerramento, a crise está estabelecida. O governo, entre outras dificuldades, foi decretado como incapaz de gerir a segurança pública, que se encontra sob Intervenção Federal pelo governo federal golpista desde fevereiro de 2018. Nesse contexto, Marielle Franco foi uma das vítimas da violência que permeia o cotidiano da cidade, em março de 2018. Executada como milhares de vidas negras, que são ceifadas no decorrer dessa lógica mortal de poder.

Notas:

1. https://comitepopulario.files.wordpress.com/2014/06/dos-siecomiterio2014_web.pdf Acesso em 15/07/2018.

2. <https://oglobo.globo.com/esportes/maracana-ja-consumiu-12-bilhao-em-tres-reformas-7659643> Acesso em 15/07/2018.
3. <https://extra.globo.com/noticias/rio/megaoperacao-no-alemao-deixa-19-mortos-681274.html>. Acesso em 15/07/2018.
4. http://www.upprj.com/index.php/o_que_e_upp. Acesso em 15/07/2018.
5. http://www.rj.gov.br/web/imprensa/exibeconteudo;jsessionid=0D19D0BF4972DF8F45BB65E8DEB18B0C.lportal?p_p_id=exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ&p_p_lifecycle=0&p_p_state=pop_up&p_p_mode=view&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_struts_action=%2Fext%2Fexibeconteudo%2Fview&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_groupId=103138&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_articleId=1299661&_exibeconteudo_INSTANCE_2wXQ_viewMode=print Acesso em 15/07/2018.
6. <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/prioridade-do-novo-comandante-do-bope-e-pacificar-favelas/n1237899764932.html> Acesso em 15/07/2018.
7. <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-lei-de-organizacoes-criminosas-contr-os-movimentos-sociais> Último acesso em 15/07/2018.
8. <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2013/06/14/lei-contra-terrorismo-nao-inclui-acao-de-movimentos-sociais-afirma-juca> Último acesso em 15/07/2018
9. <http://pmdb.org.br/noticias/romero-juca-quer-urgencia-para-projeto-sobre-terrorismo/> Último acesso em 15/07/2018.

Referências:

BARATTA, Alessandro. *Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal: Introdução à sociologia do direito penal*. 3ª ed. – Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

BRASIL. Relatório de atividades 2015 da Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência. Brasília, 2015.

_____. Portaria Interministerial nº 4226. Brasília, 2010.

_____. Lei 12.850. Brasília, 2013

_____. Lei 13.260. Brasília, 2016.

DELLA PORTA, Donatella. *Social movements and the state: Thoughts on the policing of protest*. European University Institution, 1995.

FRAGOSO, Heleno. *Terrorismo e Criminalidade Política*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.

FREITAS, Veronica Tavares de. *Quem são os terroristas do Brasil? A Lei Antiterror e a produção política de um inimigo público*. Dissertação de mestrado, sociologia, Universidade Federal Fluminense, 2017.

JALIFF, Pernilla Stamm'ler. *The Indigenous People of Chile and the Application of the Anti-terrorist Law - A case study of the land-conflict in Araucanía, Southern Chile*. Master's Thesis in International and European Relations at Linköping University. Supervisor: Ph.D. Patricia Lorenzoni, University of Gothenburg, 2013.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma social ou revolução?* In: Rosa Luxemburgo: Textos escolhidos - volume 1. Org. Isabel Loureiro. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

RIBAS, Luis Otávio; **OLIVEIRA**, Gésica; **HAMDAN**, Aline. *Os entraves do acesso à justiça na assessoria jurídica das manifestações de 2013 no Rio de Janeiro*. DIKÉ, Ilhéus, v. 16, 2017, p. 268-294.

TARROW, Sidney. *El poder en movimiento - Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política*. Alianza Editorial, S. A: Madrid, 1997.

TERWINDT, Carolijn. *Ethnographies of Contentious Criminalization - Expansion, Ambivalence, Marginalization*. Columbia University, 2012.

WACQUANT, Loïc. *As Prisões da Miséria*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

CAOS E LUTAS: O LEGADO DOS MEGAEVENTOS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO PELO COLETIVO FOTOGUERRILHA

Nos meses que antecederam as Olimpíadas Rio 2016, uma série de demandas sociais estavam sendo exigidas nas ruas da “cidade olímpica”. O ano começou com uma forte greve dos trabalhadores da Educação Estadual e Ocupações estudantis secundaristas, que questionavam o Governo prioridade para a educação que encontrava (e encontra-se) sucateada, e sem reajuste de salários dos professores há anos, em detrimento dos fartos investimentos nas obras Olímpicas.

Era o prelúdio do Rio de Caos e lutas que ira suceder após os jogos, passado o grande evento, o Estado do Rio de Janeiro alegando evitar a falência completa, impôs medidas de austeridade a população, principalmente aos servidores Estaduais, que reagiram com grandes atos realizados em frente a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, que ficaram conhecidas como “Batalhas da Alerj”. Apesar da aguerrida luta, nada foi capaz de impedir um aumento na taxa previdenciária de 11% para 14% e a votação dos deputados autorizando que a CE-

DAE pudesse ser privatizada.

No calor dessas lutas, nodo nós do coletivo Fotoguerrilha estivemos de perto documentando às lutas, desde a greve às ocupações estudantis. Documentamos também os atos contra as Olimpíadas, e as Batalhas da Alerj. Nossa proposta é em um ensaio coletivo, mostrar imagens dessa luta da população do Rio de Janeiro, contrária a esse megaevento e de como ele catalisou lutas nos anos de 2016 e início de 2017.

Apesar de acreditarmos que todas as fotos possuem uma história que traspassa uma linearidade cronológica, preferimos separar por temas as nossos registros fotográficos, da seguinte forma:

1. **Tema 1:** Greve da rede Estadual 2016 e Ocupações estudantis;
2. **Tema 2:** atos contra as Olimpíadas;
3. **Tema 3:** Batalhas dos servidores estaduais na Alerj e atos contra a privatização da CE-DAE.

SOBRE O COLETIVO FOTOGUERRILHA

Começou como um coletivo em meados de 2014, durante as coberturas das manifestações contra a Copa do Mundo e contra o aumento da tarifa em São Paulo. Na época, o coletivo terminou e se converteu em uma revista fotográfica, mas com o passar do tempo surgiu novamente a vontade de voltar com a coletividade só que em um formato mais profissional e abrangente dentro do fotojornalismo e da fotografia autoral, até que em 2016, surge o Coletivo Autônomo Fotoguerrilha através de uma fusão do Lab Megafonia junto ao coletivo de Professores Midiativistas no Rio de Janeiro. Hoje, o coletivo se instaurou como mídia independente e ativista autônoma na cobertura de temas relacionados às lutas sociais e direitos humanos no Rio de Janeiro.

GREVE DA REDE ESTADUAL 2016 E OCUPAÇÕES ESTUDANTIS

Fotos: Bárbara Dias



Professora grevista protesta na porta da Secretaria de Estado de Educação pedindo reajuste salarial, com salários congelados por dois anos, os profissionais da educação fizeram uma grande greve no ano de 2016, que durou 4 meses.



Estudante secundarista em ato pela educação, protesta pedindo o boicote as olimpíadas. Em 2016, os estudantes iniciaram uma onda de ocupações, pedindo melhores condições nas escolas em apoio a greve dos professores.

Fotos: Kaue Pallone



Professores fazem cordão na linha de frente de manifestação da greve na educação (2016) no centro do Rio de Janeiro.



Estudante secundarista segura cartolina com mensagem sobre a greve em frente à ALERJ

Fotos: Wagner Maia



Policiais agredem manifestantes na greve dos professores da rede estadual do estado do Rio de Janeiro, próximo ao Palácio da Guanabara em Laranjeiras.



Ocupação dos estudantes na Secretaria de Estado de Educação(SEEDUC-RJ). Numa visita do secretário de educação Vagner Victer a ocupação, ele é hostilizado por estudantes.

ATOS CONTRA AS OLIMPÍADAS

Fotos: Bárbara Dias



Após uma grande manifestação contra as Olimpíadas da Exclusão, manifestantes queimam uma bandeira do Brasil na praça Afonso Pena na Tijuca. Após essa ação o batalhão de choque dispersou violentamente os manifestantes com bombas de gás.



Homem protesta silenciosamente contra um cordão feito por policiais no estádio do Maracanã, que impediu a população de se aproximar da festa de abertura nas Olimpíadas Rio 2016.

Fotos: Kaue Pallone



Manifestante segura mensagens contra as Olimpíadas em ato na Tijuca na abertura dos jogos.



Contra as Olimpíadas - Ato na Cinelândia contra as Olimpíadas no dia 17 de agosto.

Fotos: Wagner Maia



Ato dos estudantes contra as Olimpíadas de 2016 e excessivos gastos públicos para o evento. Manifestantes estudantes protestam no bairro do Méier na Zona Norte do Rio.



Ato dos estudantes contra as Olimpíadas de 2016 e excessivos gastos com o evento no bairro do Méier, após forte repressão, estudantes são presos e levados a Cidade da Polícia.

BATALHAS DOS SERVIDORES NA ALERJ E ATOS CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA CEDAE

Fotos: Bárbara Dias



Após as Olimpíadas, durante a batalha da Alerj, quando os servidores estaduais lutaram contra as medidas de austeridade do Governo Pezão, houve forte repressão contra os manifestantes, com Batalhão de Choque, caveirão lançando jatos de água, bombas e tiros de bala de borracha contra a população. Restou a resistência popular, na foto um homem revida uma bomba de gás, lançando-a de volta contra a polícia.



Em fevereiro de 2017 passadas os jogos Olímpicos de 2016, o Rio de Janeiro afundando na crise econômica, pede ajuda ao Governo Federal, que como contrapartida ao plano de recuperação financeira do Estado exige como garantia a privatização da CEDAE. Enquanto a Alerj votava a pauta, milhares de pessoas foram as ruas e impuseram uma forte resistência popular e foram fortemente reprimidos pela polícia.

Fotos: Kaue Pallone



Manifestante enfrenta a tropa de choque durante ato de servidores públicos na ALERJ.



Bomba da PM explodindo em barricada durante ato dos servidores na ALERJ em 2016.

Fotos: Wagner Maia



Manifestações contra a Venda da CEDAE e do considerado ajuste fiscal do Governo Pezão “Pacote de Maldade”. Manifestantes, Black Blocks protestam contra a polícia.



Manifestações contra a Venda da CEDAE e do considerado ajuste fiscal do Governo pezão “Pacote de maldade”. Policiais são revidados por sua própria bomba, depois da mesma falhar contra os manifestantes. Comandante da tropa é atingido no rosto.

Poliana Gonçalves
Monteiro

Arquiteta e Urbanista (UFJF);
Mestra em Planejamento Ur-
bano e Regional (IPPUR/UFRJ);
Pesquisadora do Laboratório
GPDU (EAU/UFF). Tem experi-
ência em Assessoria Técnica
em comunidades ameaçadas
por remoção e Pesquisa e Ex-
tensão na áreas de Planeja-
mento Urbano, Habitação So-
cial e Urbanização de Favelas
com foco nas Lutas protagoni-
zadas por Mulheres. O presen-
te artigo foi escrito em 2018,
com insumos da minha disserta-
ção de mestrado defendida
no IPPUR em 2015.

**“O processo de
segregação urbana
e periferização da
moradia confronta
as mulheres de
forma mais aguda,
não somente
pela ausência de
infraestrutura
urbana básica e
serviços essenciais,
como creches,
escolas, hospitais
e transporte,
mas também pela
violência urbana.”**

O urbanismo olímpico na cidade patriarcal: Moradia, Remoções e Violência contra a Mulher no Rio de Janeiro

Resumo:

O patriarcado é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens e atravessa toda a sociedade, inclusive a produção do espaço. Não há, em uma sociedade injusta, espaço cuja ocupação, distribuição e significação não seja desigual. A reflexão aqui pretendida busca evidenciar o padrão territorial desigual no qual a violência contra a mulher se materializa, como essa seletividade é estruturada e estruturante pelo/do regime de exploração-dominação patriarcal e capitalista, e como o Urbanismo Olímpico empreendido sob a justificativa dos megaeventos esportivos intensificou esse processo. Com esse objetivo, será destacado como a segregação urbana e a periferização da moradia confronta as mulheres na Cidade Patriarcal, assim como as políticas públicas concebidas e executadas sob a premissa do Machismo Institucional, que vulnerabilizam as mulheres e potencializam a violência de gênero.

Não é possível apreender a verdadeira natureza da agressão sexual sem situá-la em seu contexto sociopolítico mais amplo. Angela Davis, 2017.

O patriarcado é o regime de dominação-exploração das mulheres pelos homens, expressão do poder que autentica “uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência¹”. Não há, em uma sociedade injusta, espaço cuja ocupação, distribuição e significação não seja desigual. A reflexão aqui pretendida busca evidenciar o padrão territorial desigual no qual a violência contra a mulher se materializa na cidade do Rio de Janeiro, como essa seletividade é estruturada e estruturante pelo/do regime de exploração-dominação patriarcal e capitalista, e como o Urbanismo Olímpico empreendido sob a justificativa dos megaeventos esportivos intensificou esse processo.

Com esse objetivo, será destacado como a segregação urbana e a periferização da moradia confronta as mulheres na Cidade Patriarcal. Assim como as políticas públicas concebidas e executadas sob a premissa do Machismo Institucional que vulnerabilizam as mulheres e potencializam a violência de gênero, utilizando o cruzamento das informações sobre a ocorrência de estupros na cidade do Rio de Janeiro, a localização dos conjuntos do Programa Minha Casa Minha (PMCMV) e as remoções empreendidas na gestão de Eduardo Paes.

A CIDADE PATRIARCAL

O processo de segregação urbana e periferização da moradia confronta as mulheres de forma mais aguda, não somente pela ausência

de infraestrutura urbana básica e serviços essenciais, como creches, escolas, hospitais e transporte, mas também pela violência urbana. A produção de habitação de interesse social no marco do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), cuja inclinação mercadológica transferiu a prerrogativa da definição do projeto e da localização dos empreendimentos para a iniciativa privada, resultou no deslocamento de significativo contingente populacional para regiões periféricas do Rio de Janeiro. A remoção sistemática de moradores de favelas e comunidades informais no Rio de Janeiro, devido à preparação da cidade para sediar os megaeventos esportivos é outro fator relevante. As remoções promovidas pela Prefeitura nesse período totalizam 20.299 famílias.²

A remoção implica na desconexão com as antigas localidades e na ruptura dos laços de solidariedade que possibilitavam o trabalho feminino diante da ineficiência e escassez de instituições públicas dedicadas ao cuidado e ensino infantil. A insuficiência dos serviços públicos dificulta o atendimento médico cotidiano e a manutenção das crianças na escola, que são condicionantes para o recebimento do Programa Bolsa Família. Além disso, a localização periférica posiciona as mulheres em localidades onde as oportunidades de trabalho são mais escassas e precarizadas, reforçando a posição da mulher enquanto exército industrial de reserva. A mobilidade focada exclusivamente no transporte pendular casa-trabalho dificulta o deslocamento no entorno da residência. O medo das ruas pode implicar na reclusão ao ambiente privado e não geração de renda autônoma. A violência contra a mulher, portanto tem relação direta com todas as estruturas de poder existentes, sendo mais um

elemento do complexo regime de dominação-exploração³.

A noção de “direito à cidade” tem centralizado a crítica contemporânea à desigualdade de acesso à estrutura urbana, mas via de regra adota como base de sua crítica um sujeito abstrato, sem sexo, sem cor e sem classe. Nesse sentido, visto a complexidade que envolve as desigualdades, qual seria o paradigma de efetivação do direito à cidade para as mulheres?

O MACHISMO INSTITUCIONAL DO URBANISMO OLÍMPICO

As demandas para ampliar o acesso das mulheres à cidade são dissimuladas pelo direcionamento da questão de gênero para o domínio do privado, ou para questões simplificadas e individualizadas. A complexidade que envolve a definição das diretrizes de uma política pública se relaciona com os múltiplos objetivos e interesses pretendidos. Assim, o caráter mercadológico assumido pelo PMCMV limita seu potencial de prover o “direito à cidade⁴”. Para além disso, um dado foi completamente invisibilizado e desconsiderado na definição da lógica de localização da política de habitação social: a violência contra a mulher. A Prefeitura do Rio de Janeiro por meio do Decreto nº 36.960/2013 definiu a localização e as condições adequadas para implantação dos empreendimentos. A Área de Planejamento 5 (AP5)⁵, localizada no extremo oeste da cidade, foi convencionalizada como prioritária para a implantação de conjuntos habitacionais. Nesse contexto, dos 96 conjuntos habitacionais do PMCMV,⁶ 49% foram construídos na AP5, destes 53% são destinados à habitação social.

“Nesse sentido, visto a complexidade que envolve as desigualdades, qual seria o paradigma de efetivação do direito à cidade para as mulheres?”

CONJUNTOS DO PMCMV POR ÁREA DE PLANEJAMENTO E FAIXA DE RENDA

| Área de Planejamento | Zona | 0 – 3 SM | 3 – 6 SM | 6 – 10 SM |
|----------------------|--------|----------|----------|-----------|
| AP1 | Centro | --- | 25,0% | 50,0% |
| AP2 | Sul | --- | --- | --- |
| AP3 | Norte | 48,0% | 8,8% | 44,0% |
| AP4 | Oeste | 10,0% | --- | 75,0% |
| AP5 | Oeste | 53,0% | 25,0% | 17,0% |

Fonte: MONTEIRO, 2015.

“Em 2016, uma mulher foi estuprada na Zona Oeste do Rio de Janeiro a cada 15 horas, dessas ocorrências 48,3% ocorreram nos bairros onde mais conjuntos habitacionais foram construídos.”

A evidente inadequação da locação massiva de habitação de interesse social na Zona Oeste, em especial na AP5, se relaciona com os índices de expansão urbana desordenada e descontínua, com a insuficiência de infraestrutura e serviços, além do baixo Índice de Desenvolvimento Social⁷ (IDS) dos bairros da região. Os dados sobre violência contra a mulher produzidos pelo Instituto de Segurança Pública⁸ (ISP), por outro lado, evidenciam que violência, carência e vulnerabilidade caminham juntas. A pesquisa das ocorrências de estupro na cidade do Rio de Janeiro, utilizando as Circunscrições Integradas de Segurança Pública (CISP)⁹ como unidades territoriais, contemplou o período entre 2009 a 2016. Em 2009 começa a ser implementado o PMCMV e o Rio de Janeiro é escolhido como cidade-sede dos Jogos Olímpicos. Em 2016 se encerra o ciclo dos megaeventos com o Estado do Rio de Janeiro decretando estado de calamidade pública, a suspensão do PMCMV e a consumação do golpe midiático-parlamentar no Brasil.

Nesse período foram contabilizados 4.023 ocorrências de estupro, destas 57,9% dos casos

se concentram na Zona Oeste (composta pela AP4 e AP5)¹⁰. Os piores índices se concentram em 10 Circunscrições, que compreendem 48 dos 160 bairros da cidade, e juntos acumulam 55,5% das ocorrências de estupro da cidade. As 32^a, 35^a e 36^a CISPs, compostas por bairros da Zona Oeste do Rio de Janeiro, são as localidades que apresentam mais ocorrências do crime de estupro em valores absolutos e figuram entre as CISPs com as taxas de violência mais altas¹¹.

O PMCMV implantou 37 empreendimentos para a faixa de renda que compreende a habitação de interesse social (HIS), 73% dos conjuntos habitacionais foram construídos nas áreas onde a violência contra a mulher é mais expressiva (valores absolutos), 77% das 30.211 unidades habitacionais (U.H.) para habitação de interesse social construídas a partir de 2009 estão localizadas nas 3 CISPs (32^a, 35^a e 36^a) onde a violência contra a mulher é mais alarmante. Em 2016, uma mulher foi estuprada na Zona Oeste do Rio de Janeiro a cada 15 horas, dessas ocorrências 48,3% ocorreram nos bairros onde mais conjuntos habitacionais foram construídos.

CONJUNTOS HABITACIONAIS DO PMCMV IMPLANTADOS POR CISP

| CISP | Nº Empreendimentos | Nº Unidades Habitacionais | Porcentagem |
|--------------|--------------------|---------------------------|---------------|
| 6º | 1 | 990 | 3,28% |
| 17ª | 1 | 496 | 1,64% |
| 21ª | 1 | 200 | 0,66% |
| 31ª | 1 | 240 | 0,79% |
| 32ª | 4 | 4620 | 15,29% |
| 34ª | 1 | 1182 | 3,92% |
| 35ª | 10 | 3967 | 13,13% |
| 36ª | 13 | 14216 | 47,06% |
| 39ª | 2 | 1820 | 6,02% |
| 40ª | 1 | 2240 | 7,42% |
| 44ª | 2 | 240 | 0,79% |
| TOTAL | 37 | 30211 | |

Fonte: elaborado pela autora.

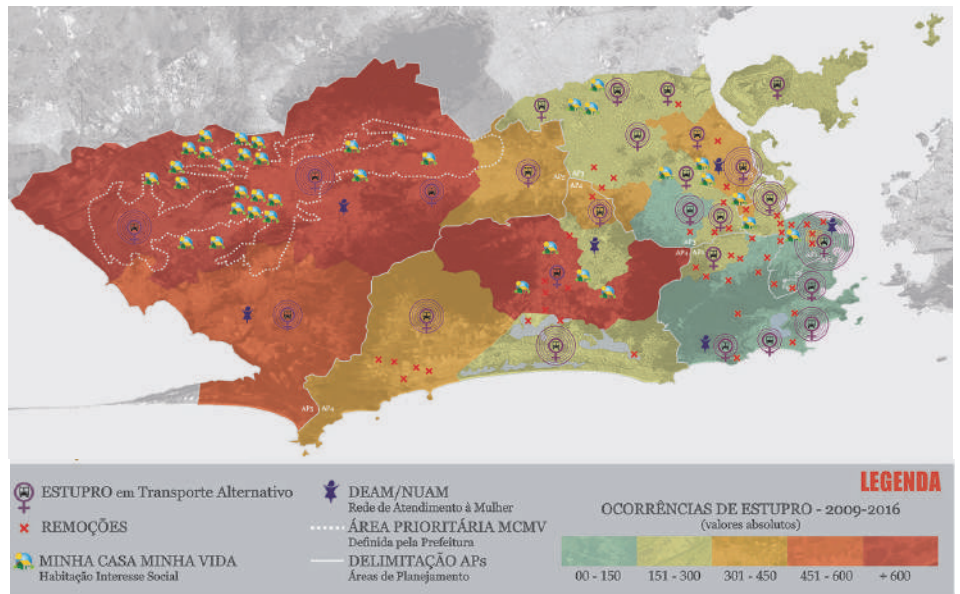
Os espaços de constrangimento, como a rua em determinados locais e horários, ou espaços de confinamento, como as residências em periferias distantes, são a materialização das diferenças de acesso à cidade de homens e mulheres.¹² O zoneamento urbano inerente ao planejamento urbano racionalista reafirma a divisão sexual do trabalho ao fragmentar a cidade em áreas direcionadas a usos específicos.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER COMO POLÍTICA DE CONTROLE

O patriarcado se baseia no controle e no medo, assim, a violência contra a mulher deriva de uma organização social que privilegia o masculino.¹³ A compreensão de como a violência sexual é vivenciada pelas mulheres na esfera individual demanda a percepção

de suas mediações sociais.¹⁴ O PMCMV resultou no aumento populacional em pelo menos 70 mil pessoas na região. A conexão do Poder Público com a expansão do domínio das milícias não atenua as graves consequências da ausência do Estado Democrático de Direito como fator agravante da violência. Em entrevista, morador¹⁶ de conjunto habitacional no bairro Paciência, afirmou que “todo lugar tem um dono, cada um deve ficar no seu quadrado e andar na linha”. Essa afirmação mais do que uma percepção da realidade, se materializa de forma profunda como estratégia de sobrevivência. Nesses espaços portanto, o pessoal não é político e como em “briga de marido e mulher não se mete a colher” a violência contra a mulher encontra terreno livre para se alastrar. Afinal, quem viria prestar socorro? A polícia? A milícia? Alguém?

MORADIA, REMOÇÕES E VOLÊNCIA CONTRA A MULHER

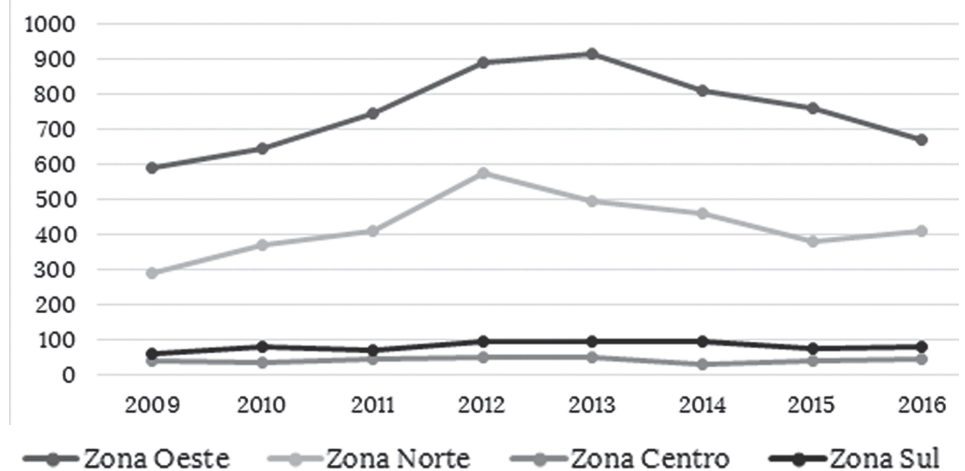


Fonte: elaborado pela autora.

A progressiva ampliação das ocorrências de estupro na Zona Oeste e na Zona Norte até 2013 pode ser influenciada pela diminuição da subnotificação dos crimes, motivada pela ampliação da rede especializada de atendimento à mulher, pelas campanhas de conscientização do enfrentamento à violência e pela visibilização do debate feminista.

Por outro lado, embora o aumento das ocorrências não signifique necessariamente o aumento da violência, a concentração de ocorrências de estupro na Zona Oeste e a curva ascendente dos casos nessa região sugerem que as grandes transformações promovidas sob a premissa do Urbanismo Olímpico podem ter influenciado nesse índice.

Evolução das ocorrências de Estupro no Rio de Janeiro (valores absolutos)



As ocorrências de estupro registradas demonstram um padrão territorial diferenciado nas características dos crimes. A análise da cor das vítimas evidencia o padrão de periferização racista da produção do espaço capitalista e patriarcal, pois enquanto na Zona Sul 39% das vítimas de estupro são mulheres negras ou pardas, esse percentual atinge 57% na Zona Oeste. A segregação territorial também determina especificidades em relação ao local do crime. Na Zona Oeste da cidade, o estupro é um crime majoritariamente domiciliar, representando 72% dos casos, enquanto no Centro, a ocorrência desse tipo de crime em espaços públicos representa a maioria dos casos cuja notificação informa o local de ocorrência. O sombrio padrão de vitimização do estupro que atinge mais crianças e adolescentes se verifica na Zona Oeste, representando 58% dos casos, enquanto na Zona Sul e principalmente no Centro, esse padrão não se evidencia. Por fim, o padrão da autoria dos crimes também é diferenciado. Na Zona Oeste em 37,3% dos casos havia relação íntima ou familiar entre a vítima e o autor do crime, enquanto no Centro, apenas em 20,5% esse tipo de relação foi relatada.

O centro da cidade, por seu padrão de uso e ocupação diferenciado, é a região onde mais foram notificados casos de estupro em locais públicos. Na Zona Oeste, por outro lado, a ocorrência de estupros em transporte público representa 43,1% dos casos da cidade, sendo que 42% dos crimes ocorreram dentro de vans do transporte alternativo. É importante lembrar que a circulação de vans foi proibida na Zona Sul pela Prefeitura, ainda na gestão de Eduardo Paes, após a repercussão do caso de uma turista americana brutalmente estuprada dentro de uma van em 2013. No restante da cidade as vans continuaram a circular apenas com a restrição ao uso de película nos vidros.¹⁷

Mas na mesma Zona Oeste que apresenta graves índices de violência contra a mulher, re-existem coletivas feminista potentes. Mulheres que sustentam seu pertencimento na luta, que produzem cidade e sentidos. Mas outra cidade com outros sentidos, regida por outra ética, fundada na soberania alimentar, na economia feminista comunitária, na luta pela moradia popular e na valorização de práticas e saberes ancestrais.¹⁸ O sujeito coletivo “mulheres” e suas estratégias que estabeleceram uma nova ética política baseada no cuidado e nas

CARACTERÍSTICA DOS ESTUPROS POR ZONA

| Zona* | Cor* | | | Local* | | Idade* | | |
|--------|--------|-------|-------|------------|---------------|------------|-------------|--------|
| | Branco | Negro | Pardo | Residência | Local Público | Vulnerável | Adolescente | Adulto |
| Oeste | 38% | 12% | 45% | 72% | 19% | 52% | 16% | 24% |
| Norte | 43% | 13% | 39% | 66% | 24% | 50% | 15% | 30% |
| Centro | 49% | 13% | 34% | 42% | 45% | 31% | 10% | 53% |
| Sul | 57% | 11% | 28% | 55% | 32% | 37% | 12% | 44% |

*A identificação de cor, local e idade não ocorre em todos os casos notificados, por esse motivo o percentual não totaliza 100%.

“Mas na mesma Zona Oeste que apresenta graves índices de violência contra a mulher, re-existem coletivas feminista potentes.”

relações cotidianas, consolidaram uma estratégia não somente de resistência mas de combate aos avanços nas constantes tentativas de retirada de direitos.⁹ O processo de segregação espacial legitimado pelos megaeventos, não foi interrompido. O Plano Estratégico do prefeito Marcelo Crivella (2017-2020) coloca sob ameaça de remoção mais de 14 mil famílias com o argumento do risco geotécnico. Assim, construindo novos sentidos e construindo cidade cotidianamente na Barrinha, em Araçatiba, em Rio das Pedras,²⁰ em Vargem Grande, na Vila Autódromo, as mulheres seguem em luta.

Notas:

1. SAFFIOTI, 2011, p.59.
2. FAULHABER; AZEVEDO, 2015.
3. DAVIS, 2017.
4. MONTEIRO, 2015
5. As Áreas de Planejamento são uma divisão setorial definida pela Prefeitura do Rio de Janeiro com fins administrativos.
6. Conjuntos com Habite-se até fevereiro de 2014, segundo dados divulgados pela Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU).
7. O IDS foi inspirado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), incluindo outras dimensões que caracterizam o aspecto urbano. Para mais informações ver: CAVALLIERI; LOPES, 2008.
8. As informações disponibilizadas pelo ISP têm como fonte o banco de dados dos registros de ocorrência (RO) das Delegacias de Polícia do Estado do Rio de Janeiro.
9. As CISPs agregam bairros e/ou parte de bairros e caracterizam a menor instância de apuração dos indicadores de criminalidade. Ver: <http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=38>
10. Os registros policiais são apenas uma estimativa dos crimes ocorridos, reconhecidamente subestimada, devido dentre outros fatores, à subnotificação dos crimes. Assim, os dados oficiais de reflexão o processo social de notificação de crimes e não o universo dos crimes realmente cometidos em determinado local (KAHN, 2005).
11. A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) recomenda que a produção de estatísticas de gênero seja padronizada com indicadores por taxas. A distância temporal do Censo 2010, assim como as grandes transformações urbanas, impossibilitaram o cálculo das projeções para a população feminina por CISP, o que permitiria o cálculo da taxa para todo o período. No cálculo das taxas específicas por 10 mil mulheres para o crime estupro analisados para o ano de 2010, agregando as informações de população por bairro do Censo, a Zona Oeste apresenta taxa de 4,09, a Zona Sul taxa de 2,23, a Zona Norte figura com taxa de 2,71, enquanto a Zona Centro se destaca com taxa de 5,35. Esse resultado, entretanto é influenciado pela grande importância da população flutuante e reduzida população residente no Centro.
12. SILVA, 2007.
13. SAFFIOTI, 2011
14. DAVIS, 2017.
15. Considerando apenas 3 moradores por U.H. e somente os empreendimentos destinados à HIS. O contingente populacional deslocado para a região deve ser muito superior considerando os empreendimentos do PMCMV para as demais faixas de renda.
16. O morador optou por não se identificar. Ver: MONTEIRO, 2015.
17. Ver: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/04/apos-crimes-de-estupro-prefeito-do-rio-proibe-uso-de-película-em-vans.html>
18. Para ver esse trabalho potente e inspirador acessar: <https://www.militiva.org.br/>

19. MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017.
20. Comunidades ameaçadas pela nova onda de remoções da gestão de Marcelo Crivella.

Referências:

CAVALLIERI, Fernando; **LOPES**, Gustavo P. Índice de desenvolvimento social - IDS: comparando as realidades microurbanas da cidade do Rio de Janeiro. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro, 2008. [http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download/2394_%C3%8Dndice%20de%20Desenvolvimento%20Social_IDS.pdf - Acesso em 11 ago2014]

DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. Trad.: Heci Regina Candiani. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017 [1984].

FAULHABER, Lucas; **AZEVEDO**, Lena. SMH 2016: Remoções no Rio de Janeiro Olímpico. 1º ed. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

KAHN, Túlio. Estatística de Criminalidade: Manual de Interpretação. Coordenadoria de Análise e Planejamento. São Paulo: Secretaria da Segurança Pública, 2005.

MONTEIRO, Poliana. O Gênero da Habitação: A diretriz de titulação feminina no marco do Programa Minha Casa Minha Vida. Dissertação de mestrado. Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015.

MONTEIRO, Poliana; **MEDEIROS**, Mariana; **NASCIUTTI**, Luiza. Insurgência Feminina: A ética do cuidado e a luta contra a remoção. Anais XVII ENANPUR. São Paulo: ANPUR, 2017. [http://anpur.org.br/xvii-enanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sesses_Tematicas/ST%209/ST%209.3/ST%209.3-03.pdf Acesso em 25 mar 2018]

PINTO, Andréia Soares; **MORAES**, Orlinda Cláudia; **MONTEIRO**, Joana (Org.). Dossiê Mulher 2015. Rio de Janeiro: Instituto de Segurança Pública, 2015. [<http://www.isp.rj.gov.br/Conteudo.asp?ident=107> - Acesso

em 14 maio 2018]

RAGO, Margareth. Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar - Brasil 1890 -1930. 3º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SAFFIOTI, Helelieth I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1. ed., 2. reimp. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo - Coleção Brasil Urgente, 2011.

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. Geosul. vol. 22, Florianópolis: UFSC, 2007, p. 117-134.

Ana Carolina Brandão
Vazquez

Assistente Social. Doutoranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atuou profissionalmente nas esferas do terceiro setor e iniciativa privada executando programas do governo federal. Pesquisadora nas áreas de segurança pública, estudos feministas e direito à cidade.

Planejamento estratégico e política de segurança pública: o Rio de Janeiro dos megaeventos¹

Resumo:

As intervenções urbanas iniciadas na cidade a partir de 2009, em grande medida legitimadas pela vinda de grandes eventos esportivos para a cidade, como a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, reorganizaram o espaço urbano de maneira intensa e singular, conjugando não apenas obras vultuosas e realocamento de comunidades inteiras. Se não é novidade a valorização do espaço segundo os ciclos do capital, bem como do uso do aparelho repressivo do Estado para dar prosseguimento ao ordenamento urbano (seja na expulsão dos moradores das áreas a serem valorizadas, seja na contenção de resistências desta população), na atualidade a atuação da polícia se potencializa, não apenas pela repressão, mas na sua funcionalidade na valorização e especulação deste espaço. Nesse sentido, a política de pacificação funciona como um mecanismo importante no reordenamento urbano e na valorização e especulação do espaço citadino interessante ao capital.

Desde o anúncio do Rio de Janeiro como cidade-sede da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, há a intensificação de intervenções urbanas promovidas pela Prefeitura (em parceria com a iniciativa privada) nos espaços da cidade. Apesar de justificar-se na necessidade de adequar a cidade para a recepção desses grandes eventos esportivos, este reordenamento urbano não se apresenta como uma novidade; ao contrário, está em curso desde, pelo menos, o início da década de 1990, a partir da gestão do prefeito César Maia, inspirado no “modelo Barcelona”², como ficou conhecido o conjunto de transformações urbanísticas realizadas na capital catalã por conta dos Jogos Olímpicos de 1992. Seguindo o rastro das análises de Vainer (2000), nos perguntamos se, de fato, a preparação da cidade para receber estes megaeven-

tos acontece em decorrência dos jogos em si, ou se, antes, a vinda dos jogos para o Rio de Janeiro é uma consequência da maturação de um projeto de cidade que vem sendo gestado desde a década de 1990. O que uma análise mais atenta parece demonstrar é que o processo de reestruturação urbana ocorrido mais intensamente a partir de 2009, na gestão do prefeito Eduardo Paes, passa ao largo de caracterizar-se como um processo surgido para adequar a metrópole à recepção de grandes eventos esportivos, mas, sobretudo, trata-se de um projeto calcado na desapropriação de espaços urbanos centrais com o fim de criar novos fluxos de acumulação do capital, introduzindo uma política urbana orientada pela lógica neoliberal. Deste modo, mais do que o motivo das intervenções urbanas vivenciadas no Rio de Janeiro, os megae-

ventos caracterizam-se como a possibilidade de realização de um projeto de cidade que há muito vem sendo pensado.

O processo de mundialização do capital vivenciado na atualidade caracteriza-se como um “novo conjunto de relações internacionais e internas, que ‘formam um sistema’ e que modelam a vida social, não apenas no plano econômico, mas em todas as suas dimensões” (CHESNAIS, 1996, p. 14), reconfigurando o capitalismo mundial e os “mecanismos que comandam seu desempenho e sua regulação” (Idem, p.13). Desta forma pressupõe uma nova configuração do espaço urbano produzindo transformações que interferem diretamente na reorganização da metrópole como lócus privilegiado de reprodução do capital orientando um novo processo de urbanização. Entretanto, ao mesmo tempo em que potencializa a extensão do capital às esferas espaciais em escala exponencial, não elimina as contradições socioespaciais. Assim, a mundialização do capital, sob a hegemonia do capital financeiro, se concretiza na cidade a partir do investimento no setor imobiliário.

Cabe, ainda, enfatizarmos o papel fundamental do Estado como instância necessária à criação das condições propícias a realização do parcelamento e valorização do solo segundo as demandas do capital. O Estado tem, assim, caráter decisivo no que concerne ao estabelecimento de um novo padrão na cidade do Rio de Janeiro, realizado através de uma sequência de intervenções urbanísticas, o que incentiva o processo de segregação de segmentos da classe trabalhadora. Nesse sentido, o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro torna-se fonte fundamental para entendermos de que forma o Estado facilita e garante a remodelação do espaço

urbano segundo as necessidades das relações de produção capitalistas.

Em consonância com as agências multilaterais, o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (PE-CRJ) segue a premissa da busca pelo desenvolvimento econômico e social articulado aos processos de globalização e mundialização, com vistas a transformar a cidade numa cidade-empresa. Para tal, é necessário que exista uma administração eficiente, que possa “diagnosticar” (no sentido mais funcionalista do termo) quais são os pontos fracos e fortes da cidade, a fim de resolver os primeiros e potencializar os segundos, minimizando os “riscos” de se investir na cidade.

As premissas que conformam o PECRJ se coadunam com as diretrizes lançadas pelas agências multilaterais, como o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização para Cooperação de Desenvolvimento Econômico (OCDE), criando conceitos técnicos que “esvaziam a participação e a discussão pública e planejam o espaço urbano ferindo direitos em nome do progresso, sobrepondo o interesse privado ao público” (FALHAUBER e AZEVEDO, 2015, p.22).

Há, portanto, uma subordinação da política à gestão empresarial, com vistas a converter a cidade em uma mercadoria vendável, a fim de agradar um “mercado extremamente competitivo, onde outras cidades também estão à venda” (VAINER, 2000, p.78). É preciso, assim, articular o plano local, onde figuram as cidades, ao plano mundial, possibilitando a realização da reprodução social de acordo com a reprodução do capital.

Sob a influência do mencionado “modelo Barcelona”, o I PE-CRJ projetou um modelo de cidade que orientaria suas ações

“Em consonância com as agências multilaterais, o Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (PECRJ) segue a premissa da busca pelo desenvolvimento econômico e social articulado aos processos de globalização e mundialização, com vistas a transformar a cidade numa cidade-empresa.”

“A partir do sentimento e consciência de crise urbana, pretende-se gerar uma comoção social em torno da necessidade de superá-la”

interventivas no espaço urbano de acordo com os interesses das grandes corporações internacionais. Essa tendência permanece nos Planos posteriores, expressando um padrão de gestão urbana em consonância com a lógica neoliberal. Esta forma de gerir a cidade, contudo, se traz grandes ganhos ao capital internacional, interfere de forma nociva nas relações sociais e cotidianas estabelecidas pelos seus habitantes, em que pese, principalmente, a parcela empobrecida dessa população. Contraditoriamente, através do slogan da diversidade cultural, do respeito às diferenças locais e do desenvolvimento sustentável, o novo modelo de cidade proposto nos planos estratégicos “implica um processo de homogeneização e estabelecimento de padrões ideais de comportamento e modos de habitar a cidade” (CUNHA, 2013, p. 328). Deste modo, o processo homogeneizador imposto por esse modelo de gestão “eficiente” tende a promover processos de “gentrificação e transformação de bairros populares, muitas vezes identificados como bairros problemáticos e indesejáveis, em espaços enobrecidos e, conseqüentemente, inacessíveis à sua população de origem” (CUNHA, 2013, p. 328). O processo homogeneizador identificado nos planos estratégicos, não só para a cidade do Rio de Janeiro, mas como mecanismo fundamental para a construção de uma cidade competitiva ao redor do mundo, pode ser claramente flagrado desde o início da gestão de Eduardo Paes, iniciada em 2009. Comandada pela Secretaria de Ordem Pública, a “Operação Choque de Ordem” combinava ações como a repressão ao trabalho informal de camelôs, recolhimento da população em situação de rua, internação compulsória de usuários de drogas, em especial o crack, demolição

de imóveis “irregulares”, a construção de “eco limites” com o intuito de impedir o crescimento das favelas, etc. Segundo o prefeito, essas intervenções no espaço urbano aconteceriam em prol de um “restabelecimento da autoridade municipal e de um cuidado com a cidade”³. Sob este discurso começa a se erigir as condições para obtenção de um consenso em torno deste projeto de cidade, esvaziando seu sentido político e enaltecendo a importância da coesão e solidariedade entre os diferentes segmentos da população carioca em prol do “bem-estar” da cidade⁴; a fim de torná-la um pólo de desenvolvimento, trazendo o progresso e benefícios para seus habitantes. A necessidade do consenso torna-se, portanto, condição indispensável para a instauração do modelo de cidade competitiva. “Sem consenso não há qualquer possibilidade de estratégias vitoriosas. O plano estratégico supõe, exige, depende que a cidade esteja unificada, toda, sem brechas, em torno do projeto” (VAINER, 2000, p.91).

Todavia, se para mobilizar a população em torno do projeto de cidade-empresa que se pretende instaurar é preciso esvaziá-la do seu sentido político; a elaboração dos planos estratégicos ao longo dos anos está calcada na construção de um projeto político e ideológico de cidade, tendo como ponto nevrálgico dois elementos fundamentais: “uma consciência de crise e o patriotismo da cidade” (VAINER, 2000, p.92). A obtenção do consenso, portanto, se dá através do fomento da ideia de “crise” urbana.

À semelhança do que ocorreu em Barcelona houve na cidade do Rio de Janeiro a construção de uma consciência de crise pelo poder público, na gestão do prefeito Eduardo Paes, em torno da qual se fundamentaram as políticas de intervenção no espaço urba-

no com vistas a sua superação. De acordo com os consultores catalães, a receita do sucesso de Barcelona, importada para outras cidades, inclusive para o Rio de Janeiro, “teve como ponto de partida uma aguda e generalizada consciência de crise” (VAINER, 2000, p.92).

A partir do sentimento e consciência de crise urbana, pretende-se gerar uma comoção social em torno da necessidade de superá-la. Deste modo, a população cidadina é chamada a abdicar dos seus interesses particulares em prol de um objetivo maior: o desenvolvimento econômico e social da cidade. **O patriotismo de cidade** (VAINER, 2000) ganha destaque nas condições que geram “uma trégua e paz sociais” (idem), estabelecendo o consenso e legitimando um projeto coeso e unitário que elevará a cidade a um nível superior.

O que verificamos com a ascensão de Eduardo Paes à prefeitura da cidade do Rio de Janeiro são todos esses fatores unificados em torno da figura de um líder carismático que aparece sem aspirações políticas, mas única e exclusivamente como um cidadão comprometido que se atribuiu a tarefa de unificar a cidade. Assim, a cooperação de todos os cidadãos se faz fundamental, gerando um sentimento de coletividade, pertencimento e confiança na construção de uma cidade do futuro. É nesse caldo de interesses que a iniciativa privada aparece como mais um parceiro na edificação desta cidade modelo, o que, entre outras coisas, permite que se estabeleça uma parceria público-privada no reordenamento urbano da cidade.

Como já citado, o discurso da crise urbana vem legitimar ações de remodelamento da cidade que impacta de maneira irreversível a vida de milhares de cidadãos cariocas, em especial àqueles que

habitam em áreas interessantes ao capital, o que impulsionou um processo de remoção de moradias sem precedentes na história da cidade⁵, um dos períodos mais violentos e anti-democráticos da história das remoções no Rio de Janeiro. Em estimativa feita por Faulhaber e Azevedo (2015), cerca de 20.299 famílias (aproximadamente 67.000 pessoas) foram removidas de maneira compulsória do seu local de origem.

Entendemos que a articulação com a segurança pública torna-se fundamental na efetivação desse projeto de cidade globalizada e competitiva, afinal, uma cidade segura é uma cidade vendável. Não por acaso, a primeira Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) foi implantada no morro Santa Marta em dezembro de 2008, em total sintonia com o discurso de resgate da ordem para melhoria da cidade. A segurança, nestes termos, aparece como mais um produto a ser vendido no mercado internacional que, ao lado de outras intervenções no espaço urbano, transformam a cidade numa mercadoria competitiva.

Deste modo, o projeto de “pacificação” encarnado no modelo das UPPs articula as três esferas de governo, uma vez que vêm dar conta de um projeto concebido em conjunto com todas essas gestões. No âmbito federal, aparece como um desdobramento de uma política de segurança voltada para a prevenção do crime e do resgate da cidadania, atuando numa perspectiva dos direitos humanos, inserida num projeto mais amplo através do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI). Na esfera estadual, as UPPs aparecem como uma solução do governo no combate ao narcotráfico, sob o discurso da retomada de territórios e restabelecimento da ordem. No que tange à esfera municipal, esta política

“A segurança, nestes termos, aparece como mais um produto a ser vendido no mercado internacional que, ao lado de outras intervenções no espaço urbano, transformam a cidade numa mercadoria competitiva.”

de segurança vem ao encontro do projeto de superação da crise urbana, a qual a segurança figura como um dos problemas principais a serem solucionados. Desta maneira, a política de segurança pública adotada em todos os âmbitos governamentais converge para atuar no controle, vigilância, encarceramento e segregação dos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, além de ser um elemento de valorização do capital na medida em que sua entrada nas favelas cariocas facilita a venda de taxas e serviços, abrindo um novo nicho de mercado. Além disso, se coaduna com o ideal de cidade olímpica por trás do reordenamento urbano impulsionado pelo poder público.

Sob este registro podemos perceber a que interesses servem as UPPs: à construção de um modelo de cidade-mercadoria que pretende atender às exigências do mercado internacional sob as diretrizes ditadas pelas agências multilaterais. Não podemos negligenciar a influência que o conjunto dos eventos esportivos teve na consolidação desta política de segurança. Articulam-se, assim, as políticas de planejamento urbano e de segurança pública, num discurso que pretende alçar a cidade a um nível de competição no mercado mundial.

Podemos apontar, assim, dois nítidos vieses por onde operam as Unidades de Polícia Pacificadora. Por um lado, na militarização da vida, atuando de forma incisiva no cotidiano de milhares de famílias que residem em favelas “pacificadas” que passam a ter controlados seus direitos de ir e vir, ao lazer, a inviolabilidade do lar etc. Um controle ostensivo e sistemático das classes subalternas, onde, inclusive as políticas sociais passam a ser viabilizadas e/ou implementadas através da polícia militar. Por outro, vemos

as UPPs emergirem num contexto de reordenamento urbano visando um novo modelo de cidade e gestão do território. Assim, a política de segurança atua como mais um mecanismo na conformação da ordem burguesa, em especial no que tange ao controle e valorização dos espaços antes segregados, atuando na construção de uma cidade-mercadoria que dificulta e, no limite, elimina o direito à cidade aos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Cabe, contudo, enfatizar que essas intervenções oriundas do processo de “pacificação”, tanto no contexto de policização do cotidiano nas favelas cariocas, quanto na contribuição para um projeto de cidade competitiva internacionalmente, e por isso excludente, formam um par dialético: um não funciona sem o outro (ou não funciona da forma esperada).

Destarte, a “pacificação”, bem como a falácia da consolidação da cidadania através da segurança pública se coadunam com o discurso de superação da crise urbana que assola a cidade desde há muito, justificando medidas de exceção com vistas a garantir a ordem e o progresso.

Nesse sentido, pensar a política de “pacificação” significa pensar necessariamente a atuação do Estado tanto no controle e gestão da pobreza, quanto no seu papel de facilitador num processo de planejamento urbano que prima pela prevalência do mercado em detrimento das necessidades de uso dos habitantes da cidade. Assim, entrelaçam-se elementos conservadores oriundos da nossa cultura política, baseada num colonialismo e num capitalismo dependente e periférico, com elementos que se pretendem modernizantes como é o caso do reordenamento urbano feito na cidade do Rio de Janeiro, sob o pretexto dos megaeventos, a fim

de elevar a cidade a um patamar de competitividade que a destaque no cenário mundial. Não obstante, a política de “pacificação” alia estes dois elementos, o moderno e o arcaico, optando por uma solução pelo alto, sem atingir as causas estruturais do problema da violência urbana.

Notas:

1. Este artigo faz parte da dissertação de mestrado defendida no ano de 2016 para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, intitulada “Segurança pública e conformação do espaço urbano numa perspectiva dialética: as implicações das Unidades de Polícia Pacificadora na cidade do Rio de Janeiro”.
2. O conjunto de intervenções no espaço urbano na cidade de Barcelona, em preparação para sediar os Jogos Olímpicos de 1992, tornou-se um “modelo” para os especialistas em planejamento urbano. Na ânsia de integrar à cidade à esfera da globalização, este modelo de gestão as submete a uma lógica empresarial a fim de torná-la competitiva para o mercado. Sendo assim, as cidades disputam entre si pelo investimento de capital, tornando-se flexíveis às suas exigências em detrimento do seu uso social por parte de seus habitantes.
3. Fala do prefeito Eduardo Paes em entrevista concedida ao RJTV 1ª edição em 6 de abril de 2009. <http://globo.com/redesociedade/996243/>
4. Segundo Vainer (2000), é necessária a instauração da cidade como um sujeito coletivo, no imaginário social, para assim criar as bases necessárias para a obtenção do consenso.
5. As administrações municipais de Francisco Pereira Passos (1902-1906) e Carlos Lacerda

(1961-1965) caracterizaram-se por um intenso processo de remodelamento urbano representado, prioritariamente, por uma enérgica política de remoções. Segundo estudo de Faulhaber e Azevedo (2015), cada governo foi responsável pela remoção de 20.000 e 30.000 pessoas, respectivamente.

Referências:

- AZEVEDO**, Lena; **FALHAUBER**, Lucas. SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico. 1a. Edição. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.
- CHESNAIS**, François. Mundialização do Capital. São Paulo, Xamã, 1996.
- CUNHA**, Neiva Vieira da. O “modelo Barcelona” em questão: megaeventos e marketing urbano na construção da cidade-olímpica. In: O Social em Questão - Ano XVI - nº 29 - 2013. 325 - 330.
- VAINER**, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: **ARANTES**, Otilia; **VAINER**, Carlos; **MARICATO**, Ermínia. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Fábio do Nascimento Simas

Assistente social. Professor da Escola de Serviço Social da UFF. Doutorando e mestre em Serviço Social na UERJ. Diretor e Coordenador da Comissão de Direitos Humanos do CRESS/RJ. Perito na CIDH/OEA- Caso Vladimir Herzog vs. Brasil.

João Rafael da Conceição

Assistente social. Mestrando em Serviço Social/PUC-Rio. Especialista em Gestão Urbana e Saúde/Fiocruz.

“A palavra legado usada indiscriminadamente era utilizada com mais ênfase quando surgia algum questionamento quanto ao custo econômico e social, servindo como até então eficaz ferramenta ideológica.”

Repressão e expropriação na era dos megaeventos no Rio de Janeiro

Resumo:

O presente trabalho objetiva fazer uma breve análise sobre os megaeventos realizados no Rio de Janeiro e seus impactos no acirramento das práticas repressivas, em especial no encarceramento como forma de inibir e conter as contradições inerentes a certames de tamanha magnitude cujo objetivo central é atender os interesses de grandes grupos econômicos.

Introdução

O presente ensaio debate a contradição do chamado “legado” dos megaeventos realizados no Rio de Janeiro com o acirramento das práticas repressivas com destaque para o encarceramento. Para tanto, problematiza-se sinteticamente o significado sócio-histórico da chamada “era dos megaeventos” e posteriormente se estabelece conexões do mesmo, tanto em sua fase de preparação quanto nas suas realizações, com o aumento da violência institucional com enfoque no aprisionamento.

Do Legado fez-se a espoliação/expropriação...

A instigante chamada da Justiça Global para esta publicação já nos provoca de imediato à reflexão crítica sobre o real significado dos megaeventos desta década para as condições de vida da população do Rio de Janeiro. Antes e durante a realização de tais eventos, a resposta governamental e midiática amplamente reprodu-

zida como que um mantra era de que os jogos deixariam um grande legado para o país anfitrião sobretudo na economia, infraestrutura e política pública. “O legado vai para além dos equipamentos esportivos e das melhorias que a cidade receberá (...). O maior de todos os benefícios é autoestima”; proferiu entusiasticamente o ex-governador Sérgio Cabral Filho após a escolha do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de 2016, acompanhado de Eduardo Paes, prefeito do Rio à época e o ex-presidente Lula que na ocasião fez questão de agradecer o presidente da Câmara dos Deputados Michel Temer pela aprovação do Ato Olímpico, conjunto de garantias governamentais para execução dos jogos.

A palavra *legado* usada indiscriminadamente era utilizada com mais ênfase quando surgia algum questionamento quanto ao custo econômico e social, servindo como até então eficaz ferramenta ideológica. Mas sabemos que nem só de consenso se sustentam as formas de dominação e em terras tão prenhe de contradições como a nossa, a coerção seguiu sua tônica neste processo, tanto na remoção de pessoas e

favelas quanto no acirramento da repressão policial e penitenciária além da violência praticada contra os manifestantes- sempre ao lado e atendendo prioritariamente os interesses do grande capital internacional, promotor e maior beneficiário dos megaeventos.

Vale destacar que, de acordo com Proni (2014), a caracterização de megaeventos envolve: eventos internacionais transmitidos para todos os continentes de curta duração mas com grandes períodos de preparação; necessidade de infraestrutura própria envolvendo grandes somatórios de recursos financeiros e legitimação de uma ideia de legado que pudesse justificar os elevados gastos públicos e violações de direitos que o mesmo proporciona. A categorização de megaeventos se sustentou a partir de fins da década de 1970 com a expansão da FIFA/Adidas a partir da Copa do Mundo de Futebol (OURIQUES, 2014), atendendo também a necessidade de expansão imperialista de alguns dos maiores grupos econômicos em um contexto de gestação de crise do capitalismo, favorecido também pelo desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação que atingem milhões de consumidores. Outro elemento importante é o significado do esporte como elemento catalizador de identidade cultural e nacional capturados por estes grupos econômicos.²

No caso brasileiro, o endurecimento da repressão do Estado em eventos internacionais é bem conhecido, desde o recolhimento de crianças em situação de rua para a ECO 92 até a “Chacina do Pan” na favela da Vila Cruzeiro nos meses de preparação dos Jogos Pan-Americanos de 2007. No caso dos dois megaeventos brasileiros, as práticas de repressão seguiram seu turno atendendo inclusive a necessidade do tamanho que este evento proporcio-

na expressas sobretudo na repressão policial, no incremento do encarceramento de jovens e adulto, da violência nas manifestações, além das remoções e gentrificação.

Neste contexto quando se aborda o caráter da espoliação, remete-se a tese de Harvey (2014) acerca dos contornos violentos da expansão da capital na fase hodierna delimitada pelo autor sob o domínio do *novo imperialismo*. De acordo com o pensador britânico, a acumulação por espoliação seria marcada pela expulsão de populações, escravidão contemporânea, privatização de recursos naturais e indústrias nacionais que reatualiza sob novas bases o processo de expropriação descrito por Marx (1982) no capítulo de O Capital sobre acumulação primitiva onde ocorre o processo violento e secular de separação do trabalhador de seus meios de produção.

No entanto, concordamos com a problematização de Fontes (2010) que defende a definição de *expropriação* como mais precisa no quadro atual de violações, quando ao analisar o uso do conceito espoliação de Harvey (2014), o mesmo o define como um fenômeno atualizado e modificado da acumulação primitiva e não categoriza estas violações como um processo permanente de *expropriação*, que é um traço inerente ao capitalismo e não somente um renascimento modificado, como propunha o pensador britânico.

Desse modo, entendemos como expropriação contemporânea o processo de imposição de uma lógica de supressão de meios de vida – seja pela expulsão direta ou pela retirada de direitos – para atender o caráter de expansão do mercado capitalista, onde os impactos dos megaeventos são mais visíveis, como nas remoções de populações faveladas – como ficou notório o caso da Vila Au-

“Os jogos olímpicos de 2016 se realizam em meio a um cenário de golpe e uma acelerada guinada de retirada de direitos”

tódromo. Podemos caracterizar assim as obras dos jogos desempenhadas por grandes empreiteiras, na crescente transformação do espaço da cidade em mercadoria, sob a manta da gentrificação e aplicação e endurecimento penal através de legislações sangrentas a quem possa resistir ou criar obstáculos à sua lógica destrutiva.

Passado cerca de dois anos após o encerramento dos Jogos Olímpicos de 2016, nossa geografia política de expropriação deixa o legado de uma grave crise socioeconômica, com 13 milhões de desempregados e uma agenda regressiva que se acentuou com o golpe parlamentar de 2016 cuja tríade ofensiva foi a (contra) reforma trabalhista, a limitação de investimentos em políticas sociais na PEC 55 (PEC da “morte”) e a reforma de previdência. No caso do Rio de Janeiro, a principal sede dos megaeventos foi o estado mais atingido com a crise desencadeada, tendo sido decretado estado de calamidade pública, o ex-governador Cabral e algumas outras autoridades como o ex-presidente do Comitê Olímpico Brasileiro (COB) presos por envolvimento em um sistema de corrupção que também envolveu os megaeventos, situação que se agravou com a decretação de intervenção militar federal.

Podemos sintetizar a era dos megaeventos e o processo de expropriação que o acompanhou em três etapas: i) *da preparação às jornadas de junho (2009-2013)*; ii) *das Manifestações à Copa (2013-2014)*; iii) *crise, golpe e perverso legado*. A primeira etapa corresponde a toda dinâmica de preparação para os jogos cujas expropriações foram acompanhadas de produção de consenso que legitimasse tais ações. Suas principais ações foram as remoções de populações pobres, tanto das expulsões de moradores de favelas

como “recolhimento” de pessoas em situação de rua, utilizando-se da força na maioria das vezes para as faraônicas – muitas hoje sem utilidade – obras dos jogos. No âmbito da segurança pública, o projeto das UPPs acompanhado de forte apelo midiático se destacou como modelo mesmo que a Polícia Militar do Rio de Janeiro mantivesse práticas cotidianas de violações de direitos nas favelas onde as unidades estavam inseridas, além da manutenção da política caveirão e do crescimento das milícias.

Na etapa seguinte, a legitimação social em torno dos jogos e seus prometidos legados começaram a entrar em crise que tem seu ponto culminante as manifestações conhecidas como Jornadas de Junho de 2013. A partir da insatisfação popular em torno do aumento das passagens de ônibus, o caos da mobilidade urbana e o encarecimento da vida, uma série de protestos tomou conta do país justamente no período de realização da Copa das Confederações/FIFA. Os protestos se intensificaram a partir de então e o foco do legado dos megaeventos orbitou em todos os atos. A repressão policial se intensificou com farto repertório de utilização de armas letais e armas menos letais e a realização reiterada de prisões arbitrárias³, como também as técnicas de coerção foram se sofisticando⁴.

A última fase dos megaeventos, como sugere sua própria caracterização, apresenta de forma mais escancarada o simulacro da promessa de legado. Após a posse da presidenta reeleita Dilma Rousseff e eclosão de crise socioeconômica (e sua não adesão imediata à agenda de direitos sociais), ocorrem a construção de um cenário conspiratório que inclui manifestações de rua capitaneadas pela mídia corporativa e burguesia nacional que resulta no golpe parla-

mentar de 2016. Paradoxalmente, pouco antes de sua deposição a presidenta promulga a Lei Anti-terrorismo (Lei13260/2016) que potencializa a criminalização das manifestações populares. Nesse período, ficou escancarada ainda mais a relação estruturante entre corrupção e megaeventos, desde a prisão de políticos e empresários ligados aos megaeventos com destaque para o ex-governador, até no âmbito internacional com a renúncia do presidente da FIFA.

Os jogos olímpicos de 2016 se realizam em meio a um cenário de golpe e uma acelerada guinada de retirada de direitos. As manifestações deste período não conseguem apresentar a magnitude dos anos anteriores; assiste-se ao crescimento da extrema direita e suas pautas reacionárias e os aparelhos de repressão do Estado atuando em pleno vapor no viés da criminalização: o Rio de Janeiro apresenta entre 2015 e 2016 seu maior crescimento de população carcerária que se tem notícia, com um aumento de 10 mil pessoas.

Legado e seletividade

A seletividade do legado é intensificada quando se apreende a realidade da superpopulação relativa, que no Brasil tem cor e CEP muito bem delimitados: são jovens, pobres, negros e residentes da periferia e favelas. A esta parcela da população coube a mais brusca expropriação e repressão, a marginalização territorial e a culpabilização pela própria condição de vida.

O aprisionamento é a expressão categórica da forma punitiva adotada pelo capital sobre esta parcela da classe trabalhadora. Na perspectiva de Rusche e Kir-

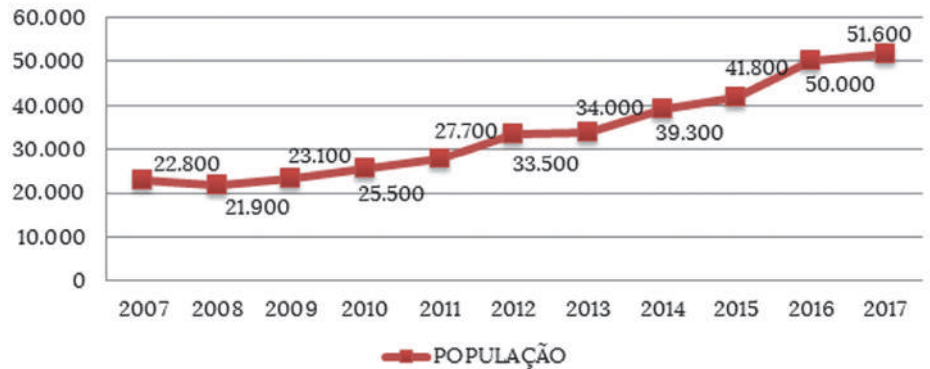
chheimer (2004 *Apud* OLIVEIRA, 2016), a pena e os crimes são construções sociais, cuja explicação se fundamentam em um olhar materialista a partir da sua capacidade e necessidade econômica. Este fenômeno recebe contornos particulares na sociedade brasileira, em especial no Rio de Janeiro, quando compreendido no período dos megaeventos.

Entre 2005 e 2016, a população carcerária no Brasil cresceu em 201,08% (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2017). No Rio de Janeiro, por sua vez, a porcentagem segue paralela a nacional, em 206,61% (BRAGA e JOFFILY, 2017). A população carcerária saltou de 24608, em 2005, para 51613, em 2017. Estes dados demonstram que o Estado fluminense aplicou a cartilha repressora com êxito, sendo um dos Estados com os maiores índices do país. Os dados de evolução no sistema penitenciário do Rio de Janeiro comprovam que os maiores crescimentos da população prisional se deram entre 2012 e 2013 (preparação), 2013 e 2014 (Copa do Mundo) e a explosão nos números de presos entre 2015 e 2016 (Jogos Olímpicos)⁵. Sobre o sistema socioeducativo, a apreensão de dezenas de adolescentes antes da Copa e suas audiências só terem ocorrido após o evento é notória a relação desta violação com os jogos (MEPCT, 2014).

As condições da execução penal no Rio de Janeiro são assustadoras. O Estado do Rio de Janeiro sistematicamente subnotifica dados e omite e/ou presta informações penitenciárias inconsistentes: informação incorreta do quantitativo de servidores e da distribuição de crimes tentados/consumados; e omissão do número de visitas familiares realizadas, de atendimentos médicos realizados (internos ou externos em relação a unidade prisional), de mortalidade intencional e de

“Os dados de evolução no sistema penitenciário do Rio de Janeiro comprovam que os maiores crescimentos da população prisional se deram entre 2012 e 2013 (preparação), 2013 e 2014 (Copa do Mundo) e a explosão nos números de presos entre 2015 e 2016 (Jogos Olímpicos)”

Evolução da privação de Liberdade RJ



Fonte: DEPEN/MJ. Gráfico: elaboração própria

peças trabalhando são alguns exemplos da caótica situação em relação as informações penitenciárias (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2014). O tempo total da pena, o quantitativo de presos envolvidos em atividades de ensino e remuneração das pessoas privadas de liberdade envolvida em atividades laborais foram omitidas, pelo Estado do Rio de Janeiro, em 2016 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, 2017).

Em termos de subnotificação, os relatórios do Mecanismo de Prevenção e Combate a Tortura (MPCT) revelam uma superlotação subnotificada. Consta no relatório de 2016 que no sentido de influir sobre a taxa de ocupação as direções das unidades prisionais passaram a contabilizar os colchões no chão como vaga. Embora não se possa afirmar se tratar de uma orientação política, tanto menos possa deixar de cogitá-la, sobretudo após a Resolução 5/2016 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária que determina à direção da unidade o cumprimento de “alerta eletrônico” quando a unidade prisional atingir o índice de 137,5% de ocupação (MEPCT, 2016). Tendo este índice por referência, ao menos, 28 unidades prisionais no Rio de Janeiro necessitam elaborar um plano de redução de contingente carcerário.

Não restam dúvidas: a viabilidade do aprisionamento no atual pa-

tamar imprescinde de violações de direitos humanos e formas de violência institucional, tratadas como “mal necessário” em que as omissões e subnotificações de informações são partes de um complexo fazer política que tende, em tempos neoliberais, arregimentar motivos privatizantes. Veja-se a preocupação estatal em ocultar, também, uma realidade desumana, degradante e cruel.

Igualmente, marca o mesmo período o controle territorial armado de uma população (ainda) não encarcerada (OLIVEIRA, 2016), que não consta nos dados de aprisionamento. Esta prática paradigmática serve como poucas ao ciclo econômico proposto pelos megaeventos: a cidade-mercadoria. Ela se pretende, a partir das instalações de Unidades de Polícias Pacificadoras, um duplo movimento: (i) o aparente, combater o comércio varejista de drogas em territórios táticos para a realização dos megaeventos, supostamente retomando o controle da área ao Estado e possibilitando um sentimento de segurança aos turistas; (ii) o essencial, uma contínua aplicação da política penal, em detrimento de políticas sociais, em regiões delimitadas e tratadas como áreas intensamente policiadas e policiáveis para extermínio e intimidação dos pobres e negros (OLIVEIRA, 2016). A atuação policial, longe de expressar meramente condutas in-

dividuais, exprime a forma como o Estado lida com a população historicamente “clientela preferencial” da repressão estatal: “checkpoints, revistas aleatórias e invasões a domicílios [...]”; assassinatos, agressões e torturas perpetrados por policiais são cotidianos” (OLIVEIRA, 2016, p. 260).

Os megaeventos seguiram assim seu perverso legado bem afinado à dinâmica do capital: superlucros aos grandes grupos econômicos protagonistas e sua teias de corrupção e do lado de cá do trabalho expropriação, desemprego em massa com retiradas de direitos e a repressão violenta do sistema de justiça criminal em que seu alvo predileto são pobres e negros.

Notas:

1. “Governo Cabral vibra com vitória do Rio para sediar Olimpíadas.” *Jornal do Brasil*, 02/10/2009. Disponível em: <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2009/10/02/governo-de-cabral-vibra-com-vitoria-do-rio-para-sediar-olimpiadas/>
2. Importante destacar que os grandes patrocinadores destes eventos são as expressivas marcas do imperialismo como Adidas, Nike, McDonald’s, Samsung, Coca-Cola, Visa, Samsung, Hyundai, P &G dentre outros. Jennings (2014) observa como exemplo que a empresa estadunidense Coca-Cola tinha sua imagem vinculada à exploração capitalista e acrescentaria à obesidade; com o patrocinadora de megaeventos esportivos se associa a prática esportiva e ao heroísmo dos recordistas.
3. As prisões detenções em massa de manifestantes sem fundamentação se tornaram práticas corriqueiras dos atos cujo maior símbolo foi a prisão e condena-

ção de cinco anos do morador de rua Rafael Braga pelo mesmo portando produto de limpeza demonstrando o caráter arbitrário e racista do sistema de justiça criminal fluminense.

4. Podemos citar como “sofisticação” da repressão autoritária: a utilização de armas menos letais como gás lacrimogênio com maior poder de alcance; as prisões de 19 manifestantes às vésperas da final da Copa do Mundo sob o argumento que havia “sérios indícios a realização de atos de extrema violência”, o que nunca fora comprovado e o cerco de manifestantes em uma praça no dia da final da copa.
5. Os dados de 2007 a 2011 se referem a estatísticas do mês de dezembro. Os anos seguintes se referem ao mês de junho com exceções de 2013 (dez) e 2015 (mar).

Referências:

- BRAGA**, Airton; **JOFFILY**, Tiago. Ainda a Política Criminal com Derramamento de Sangue (Florianópolis, Editora Empório do Direito, 2017). Disponível em: <http://emporiiododireito.com.br/leitura/ainda-a-politica-criminal-com-derramamento-de-sangue-1508246089>
- FONTES**, Virgínia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Fiocruz/Editora UFRJ, 2010.
- HARVEY**, David. O novo imperialismo. 8ª ed. São Paulo: Editora Loyola.
- JENNINGS**, Andrew. “A máfia dos esportes e o capitalismo global”. In: **JENNINGS, ROLNIK, LASSANCE** et al (ORGs). Brasil em jogo: o que fica da copa e das olimpíadas. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2014.
- MARX**, Karl. “A chamada acumulação primitiva” In: O Capital: crítica da Economia Política. Livro 1, volume 2. 7ª ed. São Paulo: DIFEL, 1982
- MEPCT** - Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro. Megaeventos, repressão e privação de liberdade no Rio de Janeiro. Relatório Temático.

Rio de Janeiro: ALERJ, 2014.

Relatório Anual do Mecanismo Estadual De Prevenção E Combate À Tortura Do Rio De Janeiro. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em <https://drive.google.com/file/d/0ByIg-DzCTzaAEMUVRSWs5SHZtaUk/view>

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Departamento Penitenciário Nacional. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN - junho de 2014.** Disponível em <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-divulgara-novo-relatorio-do-infopen-nesta-terca-feira/relatorio-depen-versao-web.pdf>, acesso em 01/12/2017.

Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - INFOPEN. Brasília: DEPEN, 2017.

OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Paradigmas de política penal e sentido econômico da população: das punições corporais às UPPs. In: Revista Em Pauta. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1o Semestre de 2016. N. 37, V. 14, p. 243 - 269

OURIQUES, Nildo. “Acumulação de capital e futebol na América Latina”. In: **CAPELA & TAVARES** (orgs.) Megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para América Latina. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

PRONI, Marcelo. “Megaeventos e acumulação de capital”. In: **CAPELA & TAVARES** (orgs.) Megaeventos esportivos: suas consequências, impactos e legados para América Latina. Florianópolis: Editora Insular, 2014.

Restos da política pública para população LGBT no Rio de Janeiro¹

Luan Carpes Barros
Cassal

Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (Bolsista CAPES), servidor licenciado da Rede Municipal de Educação de Itaboraí – RJ, militante do movimento LGBT.

Resumo:

O presente texto propõe colocar em análise as relações entre o funcionamento do Programa Rio Sem Homofobia, realizado pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro na última década, com um projeto político centrado em consumo turístico, realização de megaeventos e repressão militar, além de discutir alguns efeitos da crise na gestão e garantia de direitos para população LGBT.

Em 21 de junho de 2010, um adolescente de 14 anos foi sequestrado, torturado e morto na cidade de São Gonçalo (RJ), após defender amigos gays em uma briga em uma festa próximo de casa². A idade do garoto e a crueldade do crime foram divulgados em diversos noticiários locais e nacionais. No mesmo ano, o Estado do Rio de Janeiro concentrou 23 dos 260 assassinatos de pessoas LGBT [Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais] do Brasil, conforme levantamento do Grupo Gay da Bahia³.

Pouco depois, em 14 de novembro, um jovem gay cisgênero⁴ foi baleado em um parque público, horas após o encerramento da 15ª Parada do Orgulho LGBT do Rio de Janeiro, na Praia de Copacabana. Os disparos foram efetuados por militares em serviço, acompanhados de gritos como “viado tem que morrer”⁵. A (então chamada) homofobia ganhou cobertura da mídia por alguns dias; pelo menos, até uma imensa invasão militar no Complexo de Favelas do Alemão, no Rio de Janeiro acompanhada ao vivo pela imprensa⁶. Militares alvejam um jovem gay, militares invadem

uma favela com tanques blindados. Será que esses eventos são isolados? Que projeto de cidade anuncia-se nessas notícias?

Em 2010, em paralelo às violências o Rio de Janeiro recebia volumosos investimentos para a realização de megaeventos turísticos, num⁷ projeto de ampliação do lucro do capital financeiro e especulativo, em um processo liderado pelo então Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB, que ocupa o governo do Estado desde 2007. Em articulação com movimentos e militantes LGBT fluminenses⁸, esse governo implementou uma política estatal especializada para a atenção à população LGBT, com foco no enfrentamento à violência e discriminação, bem como a oferta de serviços, campanhas educativas e intervenções nos aparelhos públicos.

Entre o início da elaboração do Programa Rio Sem Homofobia (RSH), em 2007, e a implementação do primeiro Centro de Cidadania e do Disque LGBT, em 2010, observamos, no âmbito do poder executivo do estado

“Militares alvejam um jovem gay, militares invadem uma favela com tanques blindados. Será que esses eventos são isolados? Que projeto de cidade anuncia-se nessas notícias?”

do Rio de Janeiro, [...] um esforço crescente de implantação, expansão e qualificação de ações e serviços voltados para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Trata-se da criação de um abrangente e ambicioso dispositivo de proteção contra a *discriminação e a violência por preconceito motivado por orientação sexual e identidade de gênero* que atua em distintas frentes (CARRARA et al, 2017, p. 11-12, grifos no original)

O edifício da Central do Brasil ganhou, em 2010, uma gigantesca bandeira do arco-íris nas janelas do sétimo andar, a recém-reformada sede do Programa e o primeiro Centro de Cidadania LGBT do Estado.¹⁰ As janelas exibem também o telefone de contato do Disque Cidadania LGBT, com funcionamento 24 horas, sete dias por semana. O auditório do local conta com um painel em homenagem ao adolescente assassinado. No mesmo ano, o então governador Sérgio Cabral conseguiu uma estrondosa reeleição ao governo do Estado, com apoio de parte do movimento LGBT fluminense.¹¹

Com estruturação e garantia de verba, o RSH desenvolveu uma série de ações estratégicas: ca-

pacitações de servidoras e servidores públicos federais, estaduais e municipais; monitoramento de crimes de violência contra LGBT; intervenções específicas no sistema prisional, no Sistema Único de Saúde e nas redes de educação para garantia das especificidades da população LGBT. Também organizou três Conferências de Políticas Públicas para População LGBT, participou da articulação das anuais Paradas do Orgulho, e ainda diversas premiações, manifestações, seminários e eventos públicos sobre diversidade sexual e de gênero. Atuou também na promoção de direitos com cerimônias coletivas de união estável e casamento; mutirões para retificação de nome; e, ainda, articulação para promulgação de leis de enfrentamento à discriminação em estabelecimentos comerciais e garantia de uso de nome social, dentre outros. Em acordo com o Plano Nacional (BRASIL, 2009, p.17), o Programa apostou em estratégias de comunicação, através de assessorias contratadas especificamente para tal finalidade.¹² A estratégia estatal de grandes eventos, visibilidade massiva e altos custos no Rio de Janeiro, também marcava a execução da política LGBT.¹³

Na principal campanha lançada em 2011, como uma resposta aos crimes de ampla divulgação, o

“Diante das situações de violência LGBTfóbica em espaços turísticos, esse Governo fabricou uma fábula de cidade idealizada, a garantir segurança combinada com beleza e isolamento, sem misturas.”



Imagens 1, 2 e 3 – Cartazes do Programa Rio Sem Homofobia para campanha de 2011.¹⁴

lema escolhido foi ‘Um lugar maravilhoso como o Rio não combina com homofobia. Respeite lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais’. As peças apresentaram: um casal de homens abraçados (a indicar gays cisgênero) nos arcos da Lapa; um casal de mulheres abraçadas (a indicar lésbicas cisgêneras) na Praia de Copacabana, com o Pão de Açúcar ao fundo; um grupo de mulheres (algumas, militantes conhecidas do movimento de travestis e transexuais) a caminhar com o edifício da Central do Brasil ao lado. As pessoas aparecem a sorrir à luz de um dia ensolarado e de céu azul, com ruas limpas e desertas. Em todas elas, os logotipos do Governo do Estado, bem como a logo e a explicação do Programa RSH.

A campanha foi concomitante a um esforço para que o Rio de Janeiro fosse reconhecida como capital do turismo gay da América Latina,¹⁵ na expectativa que esse público tivesse alto poder aquisitivo e grande índice de despesas com serviços turísticos.¹⁶ Assim, a aposta do RSH para interferir na proteção da população LGBT em geral funcionou em paralelo a um esforço para garantia do turismo seguro, cordial e especializado para gays – em especial, durante os megaeventos, nas áreas de circulação dos consumidores.¹⁷ Diante das situações de violência LGBTfóbica em espaços turísticos, esse Governo fabricou uma fábula de cidade idealizada, a garantir segurança combinada com beleza e isolamento, sem misturas.

A Lapa passou por diversas reformas nas ruas e em casarões; grande parte dos pequenos botequins foram substituídos por bares e restaurantes sofisticados, ligados a corporações. Copacabana teve o valor dos aluguéis multiplicados, o que levou à habitação precária, irregular ou migração

de seus moradores. A Central do Brasil recebeu uma ‘Unidade de Ordem Pública’ para reorganização do espaço. Em todos esses sítios, a ordem implicou repressão ao comércio informal, às pessoas em situação de rua, à prostituição nas avenidas. Mais ainda, o Complexo do Alemão seguiu com invasão militar durante todo ano de 2011. A cidade apresentada nos cartazes é radicalizada pela política pública, na tentativa de garantir o funcionamento esperado para os grandes eventos turísticos. “A solidariedade, que deveria ser a base dos movimentos sociais, acabou sobrando apenas para as situações em que o inimigo externo comum (a homofobia) exige algum tipo de união circunstancial” (TREVISAN, 2010, p. 51). Há um jogo em torno dos cartões-postais da Cidade Maravilhosa: para que sejam acessíveis à população LGBT ou, mais exatamente, a uma parte dela.

Quem são, de fato, os cidadãos LGBT desejados pelo Rio de Janeiro dos megaeventos? Prostituição, situação de rua, trabalho informal, migrações, não seriam questões para a população LGBT? A prevenção contra a violência e o esperado sucesso do turismo estaria no impedimento, pelo próprio poder público, de que as pessoas habitem e circulem?

Montou-se, assim, uma política pública que enfrenta a violência sexual e de gênero baseada em volumosos investimentos para terceirização (por exemplo, da comunicação) e contratação temporária (de todos os técnicos dos Centros de Cidadania e gestores do Programa RSH). Um Programa de alto custo para atendimento, que tenha como efeito secundário o aumento da arrecadação turística, enquanto o Rio de Janeiro torna-se uma das cidades de maior custo de vida no mundo e palco de diversas operações militares marcadas por violações

“Quem são, de fato, os cidadãos LGBT desejados pelo Rio de Janeiro dos megaeventos?”

de direitos e violências por parte dos atores estatais.¹⁸ A população LGBT ganha visibilidade através do RSH, mas precisará de capacidade de consumo para poder, de fato, manter-se nas áreas turísticas dessa nova cidade, e usufruir suas políticas públicas.

Nas eleições para o Governo do Estado de 2014, o candidato do PMDB (e então vice-governador, Luiz Fernando Pezão) firmou um compromisso de ampliação do Programa RSH e recebeu, mais uma vez, sustentação de setores LGBT próximos à gestão Cabral,¹⁹ especialmente no segundo turno. Defendia-se a continuidade do Programa Rio Sem Homofobia, mesmo que ao custo de políticas repressivas de segurança conduzidas pelas forças militares, e excludentes de cidadania marcada pelo consumo.

Nossa história nos aponta não para o fim desses atos, mas para a reedição e aperfeiçoamento dessas mórbidas estratégias. [...] as praias do Rio de Janeiro, são espaços que estilham os espelhos de uma burguesia que se deseja ver asséptica, segura e feliz. São espaços que estilham uma ética que se diz universal, mas que necessita da ação da polícia e das grades dos condomínios fechados para o seu bom funcionamento (BAPTISTA, 1999, p.47).

Os direitos para população LGBT foram feitos temática específica em políticas já existentes de educação, saúde, segurança, cultura, assistência, através do Programa RSH, além do atendimento em serviços especializados. A política de alto custo e visibilidade massiva, construída em paralelo à expansão de investimentos para os grandes eventos, mostrou-se

insustentável; mais exatamente, “[...] no momento atual, [a pioneira política LGBT] encontra-se seriamente ameaçado dada a crise econômica e política por que passa o estado do Rio de Janeiro” (CARRARA et al, 2017, p. 25, grifos nossos). Sob o emblema da crise, repetida a todo momento pela gestão que agora chega ao final de mandato, o Governo do Estado do Rio de Janeiro atrasa salários de servidores e pensionistas de todo poder executivo. Em 2016, os Centros de Cidadania foram fechados, com a demissão de técnicos e gestores²⁰ pelo novo Secretário da pasta, com a justificativa de redução de gastos.²¹ O Secretário foi exonerado em poucos meses, por conta de posicionamentos e discursos públicos de caráter preconceituoso com a população LGBT.²² O secretário seguinte afirmou que o objetivo do seu trabalho para as Olimpíadas de 2016 seria prevenir crimes contra os direitos humanos.²³ Enquanto isso, os funcionários seguiam com salários atrasados, e diversas comunidades da cidade passavam por invasões militares durante os Jogos. No início de 2017, o Superintendente responsável pelo Programa desde sua criação foi repentinamente exonerado.²⁴ Quais crimes, quais direitos?

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos foi extinta; o RSH passou a fazer parte da Secretaria de Estado de Direitos Humanos, Políticas para as Mulheres e Idosos, e a assistência social gerida pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação e Desenvolvimento Social. A reformulação e extinção de pastas, bem como a suspensão e redução de políticas públicas, falam de um modo de fazer gestão com corte tanto de gastos quanto de oferta de atendimentos. No que diz respeito às políticas para população LGBT, com o corte de

investimentos públicos e a Emenda Constitucional 95/2016, “[...] é improvável que novas políticas LGBT surjam e caso surjam serão apenas simbólicas, com recursos precário, impossível de funcionarem adequadamente. Algumas políticas que demandam poucos recursos podem continuar a existir, mas ainda mais precarizadas” (COACCI, 2016, p. 02).

Mais do que desmonte, trata-se de uma afirmação, na qual continua-se a escolher as populações que são excluídas da política pública. O que acontece é uma exacerbação da vulnerabilidade a qual a população LGBT, especialmente periférica, já é exposta. Atualmente, os quatro Centros de Cidadania e o Disque Cidadania LGBT funcionam de forma precária, com pagamentos esporádicos aos profissionais, repetidas interrupções, com apoio de voluntários a atuarem como técnicos e, de fato, consegue manter-se abertos graças ao esforço e pressão dos movimentos LGBT.²⁵ Em 2018, foi inaugurado um novo Centro de Cidadania em Volta Redonda, para atendimento ao Sul Fluminense, mas através de convênio com a prefeitura local, o que difere dos outros equipamentos.²⁶ Além disso, a Prefeitura de São Gonçalo iniciou a implementação de um Centro de Referência Especializado na Promoção da Cidadania LGBTI.²⁷ Há, portanto, o anúncio de uma retomada dos serviços especializados, mas de caráter diferente em termos de amplitude e visibilidade das situações anteriores.

A reivindicação de equipamentos e políticas voltadas para a população LGBT é de importância estratégica para atendimento a casos de violência LGBTfóbica, acolhimento de demandas que foram silenciadas ou censuradas em outros serviços, indução e disseminação de práticas especializadas e afirmação das

dissidências sexuais e de gênero como modos de viver legítimos. O que está em jogo é apontar que o mesmo Estado que oferece – provisoriamente – espaços e políticas específicas, o faz de forma precária, instável, jogando com a manutenção de uma lógica de consumo e a interrupção conforme conveniência.

Por fim, é fundamental recuperar o que diversos grupos e movimentos sociais já indicavam, ao longo da última década: a insuficiência, omissão ou mesmo violação praticada pelo poder público contra população LGBT, articulada com questões de classe, gênero, raça, etnia, origem geográfica, pertencimento religioso, capacidades corporais. No Estado do Rio de Janeiro, especificamente, a última década cursos pré-vestibulares dirigidos para a população LGBT para reinserção no ambiente escolar e acadêmico,²⁸ espaços de acolhimento e convivência para população LGBT em situação de rua por conta de violência e discriminação,²⁹ organizações que oferecem atendimento e enfrentam a violência (inclusive militar) contra população LGBT nas favelas,³⁰ dentre outros. Assim, esses atores e atrizes sociais, grupos e movimentos indicam a possibilidade de intervenções que não sejam, necessariamente, centradas no Estado. Mais ainda, denunciam a ausência e as violações do poder público, não só no atendimento à população LGBT como também na oferta de políticas, como de acesso, permanência e progressão escolar, ou de acolhimento e convivência para situações vulneráveis, de ocupação e circulação nas cidades, e ainda o efeito mortal das ações de repressão e extermínio. Evidenciam, assim, o avesso da política que foi estabelecida durante a gestão PMDB no Estado – o projeto de cidadania para população LGBT esteve, se não vincu-

“Mais do que desmonte, trata-se de uma afirmação, na qual continua-se a escolher as populações que são excluídas da política pública.”

lado, no mínimo associado a um modo de vivência da cidade como consumidores, onde não cabem todas e todos: mortos e excluídos são o legado desse governo. E, finalmente, apontam para uma compreensão de direitos LGBT que seja ampliada, articulada com diferentes movimentos e, em especial, pensada com relação aos territórios e os diversos atravessamentos de suas populações.

Notas:

1. Agradeço ao Prof. Dr. Thiago Coacci pelos valiosos questionamentos para este artigo.
2. Cf <<https://bit.ly/2Bgv8qN>>
3. Cf <<https://bit.ly/2KWPP10>>
4. “São conceituadas como ‘cisgêneros’ as pessoas cuja identidade de gênero está de acordo com o que socialmente se estabeleceu como o padrão para o seu sexo biológico” (JESUS, 2012, s/p).
5. Cf <<https://glo.bo/2wctzV0>>
6. Cf <<https://glo.bo/2PiVyLM>>.
7. Principalmente os Jogos Pan-americanos – 2007, a Jornada Mundial da Juventude – 2013, diversas partidas da Copa do Mundo de Futebol – 2014, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos – 2016, em uma cidade já conhecida por alguns eventos turísticos anuais de grande porte, como o Carnaval, o Réveillon e a Parada do Orgulho LGBT.
8. Atualmente, o partido modificou seu nome para MDB – Movimento Democrático Brasileiro, num aparente truque eleitoral em que modifica a nomenclatura sem modificar os quadros partidários, o projeto político e os modos de gestão. Cf <<https://bit.ly/2w4f2L2>>
9. “Com frequência, lideranças homossexuais se tornaram funcionários/as de governos e partidos, neste último caso funcionando como correias de transmissão partidária” (TREVISAN, 2010, p. 51)
10. Entre 2010 e 2012, foram inaugurados quatro Centros de Referência do RSH: Capital (Central do Brasil); Leste Fluminense (Niterói); Região Serrana (Nova Friburgo); Baixada Fluminense (Duque de Caxias).
11. Vale destacar que, em 2008, Sérgio Cabral ingressou, como governador, com a Arguição de Descumprimento de Preceito Federal nº 132. Tal ação foi julgada pelo Supremo Tribunal Federal em 2011, em conjunto com a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277, e garantiu a equiparação das relações entre parceiros do mesmo gênero com as uniões estáveis de casais heterossexuais. Cf <<https://bit.ly/1NJ1pCp>>.
12. Nascimento (apud CARRARA et al, 2017, p. 248) explica que o RSH é o único Programa do Estado que, naquele momento, contava com uma Assessoria de Comunicação própria para produção de materiais de acordo com as necessidades e demandas da população LGBT.
13. De acordo com Nascimento (apud CARRARA et al, 2017, p. 224), o orçamento do RSH chegou a R\$ 3,3 milhões em 2011.
14. Cf <<https://bit.ly/2BheHL0>>
15. Cf <<https://bit.ly/2wbjA2n>>
16. Cf <<https://glo.bo/2Mk0e6h>>
17. Vale destacar que o Plano Nacional LGBT (BRASIL, 2009, p.16) já trazia como diretriz a “Adoção de medidas que promovam o Brasil como um destino acolhedor para turistas LGBT e difusão de informações que promovam o respeito à diversidade cultural, orientação sexual e identidade de gênero”. Esse modo de produção da política fluminense não é uma situação excepcional, mas que funciona de forma especialmente exacerbada no Rio de Janeiro.
18. Cf <<https://bit.ly/2MsU7eX>>
19. O Partido dos Trabalhadores (PT), que chefiou a SEASDH durante a implementação e execução do RSH, rompeu com o governo do PMDB no início de 2014 para disputar uma candidatura própria ao governo do Estado. Cf <<https://bit.ly/2vQJARE>>

20. Durante a gestão PMDB, a SE-ASDH não realizou concursos públicos, apenas processos seletivos para contratação temporária de pessoal. Se, nessa gestão, mesmo os servidores concursados passaram por meses de atraso de pagamentos, vale destacar que seu vínculo profissional foi garantido, o que possibilitou lutas pela garantia dos vencimentos através de ações judiciais, manifestações públicas, ocupações da universidade, etc.
21. Cf <<https://bit.ly/2MAiAiq>>
22. Cf <<https://glo.bo/2Pg0AbV>>
23. Cf <<https://bit.ly/2bceNFY>>
24. Cf <<https://bit.ly/2MR8oza>>
25. Cf <<https://glo.bo/2Bpb0Dg>>
26. Cf <<https://bit.ly/2HhqwyU>>
27. Cf <<https://bit.ly/2Mq09NB>>
28. Cf <<https://glo.bo/2wa3Z3e>>
29. Cf <<https://bit.ly/2nHMaVd>>
30. Cf <<https://bit.ly/2MvbH1R>>

Referências:

BAPTISTA, L. A. S. Cidade dos Sábios. São Paulo: Summus, 1999, p. 45-49.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, 2009.

CARRARA, S.; **AGUIÃO**, S.; **LOPES**, P. V. L.; **TOTA**, M. Retratos da Política LGBT no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017.

COACCI, T. A PEC 55 e as Políticas LGBT. Disponível em: <<https://bit.ly/2KYFv2b>>.

JESUS, J. G. de. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitária. In: ABEH. Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador, 2012, s/p.

TREVISAN, J. S. Homocultura & Política Homossexual no Brasil: do Passado ao Por-vir. In: **COSTA**, H.; **BENTO**, B.; **GARCIA**, W.; **INÁCIO**, E.; **PERES**, W. S. (orgs). Retratos do Brasil Homossexual: Fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: EdUSP/Imprensa Oficial, 2010, p. 49-59.

A autora é antropóloga e atualmente desenvolve pesquisas no campo da antropologia urbana e antropologia das práticas de Estado, tendo como foco moradia, cidade e práticas de resistência. Atuou na Ong Fase desenvolvendo o tema das cartografias sociais em contextos de violência institucional. Atualmente é pós-doutoranda no PPGAS/MN-UFRJ.

Rumores, remoções e resistências na “era dos megaeventos”

Resumo:

Esse artigo traz reflexões que venho desenvolvendo de modo contínuo a partir de minha pesquisa de doutoramento, onde acompanhei o cotidiano de resistências de moradoras ameaçadas de remoção no Morro da Providência, favela localizada na zona portuária, durante o período de preparação da cidade para os megaeventos. Descreverei ao longo do texto situações relatadas e vividas durante esse período e o efeito das obras e empreendimentos vinculados a esses eventos nos territórios e população periféricas, com foco nas diferentes técnicas de remoção de moradia e deslocamentos forçados que foram utilizadas pelos governos nessa ocasião. O objetivo é me somar com este trabalho aos diversos colegas que ao longo desses anos alertaram para a recorrências de ilegalidades – vinculadas aos processos de remoção de moradias, mas não somente – nas ações realizadas pela prefeitura do Rio de Janeiro em diferentes regiões da cidade.

Introdução

Esse artigo traz reflexões que venho desenvolvendo de modo contínuo¹ a partir de minha pesquisa de doutoramento onde uma parte da etnografia² foi realizada no Rio de Janeiro entre os anos de 2011 e 2013, principalmente no morro da Providência, favela localizada na zona portuária da cidade. Inserida no cotidiano de algumas moradoras do morro, que neste período se tornaram interlocutoras fundamentais da pesquisa, pude acompanhar as ameaças de remoção desde suas primeiras iniciativas, presenciando a forma que foram realizadas e como rapidamente elas transformaram a vida diária na favela. Nesse artigo buscarei descrever brevemente a forma como essas ameaças foram sentidas e o efeito que elas

tiveram na vida das moradoras e moradores com quem dialoguei. Me junto, portanto, a diferentes colegas que ao longo desses anos alertaram para a recorrências de ilegalidades – vinculadas aos processos de remoção de moradias, mas não somente – nas ações realizadas pela prefeitura do Rio de Janeiro em diferentes regiões da cidade; seja em trabalhos acadêmicos (Faulhaber, 2012; Fernandes, 2013; Magalhães, 2013; Meireles, 2013); relatórios produzidos por coletivos civis organizados (Comitê Popular Rio da Copa e Olimpíadas, 2011; 2012); ou matérias jornalísticas, realizadas por correspondentes de veículos de mídia internacional e nacional. É fundamental ressaltar que o término do Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em agosto de 2016, encerra o que foi chamado – por jornalistas e também por colegas que atuam em movimentos so-

ciais, organizações não governamentais ou, como eu, produzindo pesquisas através da universidade – de “o fim da era dos megaeventos”³ na capital fluminense. A expressão se refere ao término do período, de aproximadamente quinze anos, que se iniciou com a escolha e divulgação do Rio de Janeiro como sede de grandes eventos esportivos. Uma “era” que incluiu os Jogos Pan-americanos, anunciados em 2002 e realizados em 2007 no Rio de Janeiro. A Copa do Mundo, cuja escolha do país sede foi divulgada em 2007, para realização em 2014, no Rio de Janeiro e em mais 11 cidades brasileiras. E finalmente os Jogos Olímpicos e Paralímpicos realizados entre agosto e setembro de 2016, também na cidade do Rio de Janeiro.

A produção de urgências e vulnerabilidades

No período em que realizei a pesquisa pude observar as incursões de agentes ligados à secretaria de habitação nas casas dos moradores “ameaçados de remoção”. As “visitas” tinham muitas vezes o objetivo aterrorizar moradoras e moradores utilizando o paliativo assistencial do aluguel social como política habitacional de médio prazo. O controle do tempo foi um dos efeitos da gestão da habitação⁴ e, nesse período, a utilização do adjetivo “urgência” foi comum para enfatizar a necessidade de saída das moradoras de suas casas. A “urgência da obra” era propalada com ameaças que foram sentidas como terror, já que forçavam as famílias a decidir em poucos dias, ou mesmo ali, na presença do funcionário, o que fazer. As opções oferecidas pelos funcionários à moradia – que, nas palavras dos agentes públicos da prefeitura, eram consideradas “alternativas” – seriam sempre

explicadas parcialmente, e algumas inclusive eram omitidas afim de tornar mais atraente a opção que mais convinha à Secretaria de Habitação do Município. Muito raramente essas alternativas incluíam a permanência em local onde a obra era ou seria realizada, ou mesmo na própria casa, com uma possibilidade de revisão da intervenção planejada para a área. Em meio essa produção de tensões e desconfiças, algumas famílias não resistiram e acabaram saindo de suas casas. Ficou evidente nesses casos que a saída também foi impulsionada por outra técnica utilizada pelos agentes da prefeitura nesse período que era a produção de entulhos em torno das casas que tinham passado pela “descaracterização”, vizinhas daquelas que por resistência ainda permaneciam ilesas aos processos de demolição. Os moradores olhavam para esses entulhos em torno de suas casas e reconheciam que estavam em um “cenário de guerra”, tal como já descrevemos em outro escrito (Gutterres, 2016). Eram famílias que foram ficando desgastadas e adoentadas pelo obscurantismo da ação do município, que as ameaçava, produzia documentos falsos para coagi-las a deixar suas moradias, propagava rumores, descaracterizava os becos onde viviam, suas casas e as de seus vizinhos. Não é nosso objetivo, e nem penso que seja possível, listar e classificar todas as formas pelo qual se tentou remover as pessoas de suas casas nessa época, já que eram práticas que se reatualizaram e se reinventaram durante o período. Mas considero importante ressaltar que foi um interim caracterizado por uma dinâmica de tensão e conflito na propalação de programas de urbanização e/ou produção de moradias de interesse social por agentes do município do Rio de Janeiro, especialmente na implementação do Programa Morar

“A “urgência da obra” era propalada com ameaças que foram sentidas como terror, já que forçavam as famílias a decidir em poucos dias, ou mesmo ali, na presença do funcionário, o que fazer.”

Carioca, do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) em localidades próximas às áreas utilizadas para a realização dos megaeventos, ou em favelas “pacificadas” escolhidas para receberem obras vultuosas (em cifras e tamanho), geralmente associadas nos discursos políticos à retomada da cidadania (e dignidade) nesses locais. Conforme as descrições feitas por Rachel Barros Oliveira (2016) em sua pesquisa sobre a política do PAC e da UPP na área de Mangueiras, no Rio de Janeiro, nota-se que as regiões que receberam tais programas foram elegidas cuidadosamente em uma rede de articulações conjunturais que envolveram interesses e afetos em diferentes níveis de arranjos locais, político-partidários, empresariais. Tal qual ressalta a autora, considero que a formação dessa rede é um efeito e uma condição da execução dessas políticas como também viemos observando em áreas onde o Morar Carioca e o PMCMV foram implementados. Tal como sugerido no trabalho de Machado e Figueiredo (1981) nos anos 80 – onde ressaltam que a reivindicação da urbanização em determinadas áreas, como as das favelas cariocas, não suprimia as remoções e, ao contrário, poderia ser utilizada para justificá-la, vimos os programas de urbanização propostos ou executados no período em que estive em campo com cautela. E a pesquisa mostrou a relevância da previsão dos autores, já que muitos dos programas de urbanização propalados utilizaram a necessidade e o desejo de urbanização por parte dos moradores – leia-se, saneamento básico, iluminação, arruamento, acessibilidade – para efetivar a remoção parcial ou total das moradias em diferentes localidades. Por essa razão, é necessário dizer que entendemos a “urbanização”

como uma categoria em disputa, ao passo que “remoção” seria uma categoria de luta – geralmente empregada pelos movimentos sociais ou moradores ligados a eles para dar visibilidade às ações de esbulho e turbação de posse, promovidas pela prefeitura municipal em moradias de favelas da cidade no ínterim destes eventos. Venho refletindo sobre essas categorias em diálogo com a noção de “palavra-ato”, utilizada por Vianna (2014:210) em sua pesquisa no movimento de mães e familiares vítimas de violência policial no Rio de Janeiro. Conforme a autora, as palavras são usadas para narrar articulações “que podem funcionar como instrumentos de acusação, de compreensão, de solidariedade e de luto, reconstruindo-se social e subjetivamente” no processo em que são construídas. Entendo a expressão “remoção”, portanto, como uma palavra-ato, já que compõe o léxico dos militantes e ativistas em defesa da moradia, mobilizando sentidos estratégicos em falas e ações públicas.

Em uma luta por dignidade – que foi como compreendi o percurso de minhas interlocutoras frente a essas práticas regulares do Estado em seus locais de moradia – elas se reuniram em um pequeno grupo de 11 pessoas e com apoio de uma rede de militantes e ativistas pelo direito à cidade e a moradia, ingressaram, através da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, com uma Ação Civil Pública “contra a forma” como a Prefeitura do Rio de Janeiro, mais especificamente a Secretaria Municipal de Habitação, vinha conduzindo as obras na região. Em pesquisa recente venho observando que a decisão de imbricar-se em um processo judicial que tem a prefeitura como réu é uma decisão difícil e arriscada para quem vive em áreas onde se convive com operações policiais

de ordem; e sucessivas ações policial-militares não programadas. É uma decisão difícil, porque pode haver represálias, constrangimentos, coações, conflitos com vizinhos que não estão descontentes com as práticas do Estado em sua vida cotidiana e que, por causa dos processos, também são enquadrados por agentes do poder público - que frequentemente utilizam o aparato midiático como sua assessoria de imprensa - como “aqueles que são contra o progresso”. E é arriscada porque nesta gestão diferenciada - da qual destaca Foucault (2004) tendo em vista a contenção dos ilegalismos populares ao longo dos séculos - todos os moradores ficam ainda mais suscetíveis às penalizações, sejam formais - apreensão de mercadoria de vendedores ambulantes, detenções; sejam ilegais - aumento de “acertos”, “achaques”⁶; terror psicológico. Os grupos que entram com a ação são, portanto, uma pequena parcela dos moradores e habitantes de áreas que passam por conflitos fundiários ou áreas que nos últimos anos vem sendo classificadas pelo poder público como zonas degradadas, vazias, áreas com habitação precária e que por essa razão são foco de intervenção estatal específica. São grupos cuja vulnerabilidade também está em sua condição de constante e sucessiva ameaça de deslocamento forçado.

Rumores e resistências

O ambiente de tensão que relatamos foi resultado do impacto da chegada dos megaeventos no cotidiano dos moradores e moradoras do Morro da Providência - e os efeitos de sua realização nos territórios e população periféricas. Também buscamos des-

tacar o impacto que as obras de urbanização que justificavam as remoções tiveram em uma “gramática inconsciente” das narradoras, que precisou ser reelaborada neste período, se ancorando “nas imagens de si e de outros” Trabalhando em nossa pesquisa com o “social em termos de histórias inacabadas” (Das, 2007:108), e buscando entender as cadeias de conexão provocadas pelos rumores como atualizadoras de certas regiões do passado (Guha apud Das, 2007) notamos que eles - os rumores - funcionaram como “gatilho mobilizador” entre os moradores com quem dialogamos nesse período. Por seu “aspecto enunciativo”, “poder performativo de circulação” e “sua capacidade de construir solidariedade coletiva, e o impulso quase incontrolável para transmiti-lo” consideramos que eles podem ter sido responsáveis por diferentes mobilizações entre as famílias e sujeitos ameaçados de remoção na Providência. Tal qual já refletimos em outro trabalho “o ficar sabendo “por alto”, operava como um alerta que reverberava entre os moradores, os becos e a vizinhança mais longínqua, garantindo um estado de suspensão” (Gutterres, 2016:194) onde era preciso avaliar se a ameaça de remoção era concreta, se tinha saído do plano da condição de vida ali para o plano da efetivação. Mobilizar-se, reunir-se, buscar auxílio na defensoria pública, “era uma das formas de avaliar o rumor, retirá-lo da zona de sombra, cruzá-lo com outras informações vindas de distintos lugares e trazidas por apoiadores e técnicos integrantes da rede de resistência” que foi se formando ao longo do período pesquisado, e da qual também fiz parte. O esforço da resiliência foi notável nesses momentos de “racionalização do rumor”. Um esforço e um exercício que geralmente era expresso nas reuniões, onde

“Mobilizar-se, reunir-se, buscar auxílio na defensoria pública, “era uma das formas de avaliar o rumor, retirá-lo da zona de sombra, cruzá-lo com outras informações vindas de distintos lugares e trazidas por apoiadores e técnicos integrantes da rede de resistência...”

as obras e as remoções “eram avaliadas, estudadas, no intuito de descobrir se realmente ocorreriam e como ocorreriam”. Foi na partilha de informações e no apoio mútuo “que se construiu uma luta conjunta, de troca de experiências de coação, de ameaças, compartilhamento das situações de terror psicológico vivido” e nesses espaços de partilha que foram elaboradas táticas de ação para enfrentar essas situações. Dialogando novamente com Vena Das, entendemos, portanto, que o rumor “ocupa uma região da linguagem com o potencial de nos fazer experimentar eventos, não simplesmente apontando para eles como algo externo” (2001:108), mas os produzindo no próprio ato de contar. Pensando nos processos de tradução e rotação relativos a esse ato e sugeridos pela autora buscamos durante a pesquisa de doutorado retomar algumas “regiões do passado” trazidas nas narrativas das interlocutoras e que criaram por intermédio dos rumores “uma sensação de continuidade entre eventos que de outra forma poderiam parecer desconectados”. Entre essas regiões lembradas, estão as diversas ocupações militares vivida pelos moradores no início do século XXI, que retomam as situações de privação, de coação, de perda de direitos, e que foi chamada pelos moradores da Providência e arredores como “época braba”.

Como tentamos apontar neste texto, a ameaça de remoção dos moradores na região da Providência se iniciou através de rumores sobre as obras, que corriam de casa em casa com as mais variadas versões; depois aconteciam visitas de funcionários, de sujeitos que se passavam por funcionários, e de técnicos que forneciam as mais diferentes explicações sobre a sua presença ali. Quando não era o caso de

chegarem acompanhados de um oficial de justiça para reintegrar a posse de imóveis desapropriados há muitos anos. O controle do tempo, as visitas, a urgência da obra, as alternativas, caracterizaram a iminência da remoção; uma condição que assustava as pessoas, já que ela não tinha nem data certa para acontecer e muito menos vinha acompanhada de informações precisas. Em nenhum dos casos das remoções e ameaças de remoção que acompanhei durante a pesquisa no Morro da Providência – tanto de moradias: Rua do Livramento, no Bairro da Gamboa; Ladeira do Barroso, Grota e Escadaria; como de postos de trabalho, – os projetos foram apresentados ou discutidos com a população. As fontes de acesso – às obras e aos projetos previstos para a região portuária, e nela o Morro da Providência – eram indiretas: os editais de licitação pública divulgados pelo portal de compras do município do Rio de Janeiro; os balanços do PAC; as placas nos locais das obras quando elas existiam; e os documentos apresentados nas ações civis públicas promovidas contra a prefeitura por – entre outras violações – não apresentar esses projetos à população. Soma-se a isso o fato de que as plantas oficiais do município não correspondem a como os espaços são ocupados, utilizados, elaborados por aqueles que ali vivem. Termino destacando a relevância da casa como expressão do sensível, como parte do projeto de vida dos habitantes das cidades, especialmente, daqueles que vivem nas favelas. A violência de uma remoção – vivenciar o terror das ameaças que anteciparam um futuro onde as casas seriam demolidas – foram situações experimentadas não só pelos moradores da Providência, mas pelos de diversas outras favelas e vilas em diferentes locais do país

no período de “preparação” das cidades-sede para a realização dos megaeventos. Tal como venho destacando em minha trajetória de pesquisa sobre casas, moradias e habitações – a casa é um processo, é uma bricolagem permanente, uma constante autoconstrução material-subjetiva. É ela que carrega no cotidiano a força da ressignificação do espaço, criando lugares, existências e resistências.

Notas:

1. Para realizar estas pesquisas e preparar a divulgação dos seus resultados, recebo uma bolsa de estudos do PNPd, CAPES.
2. Na pesquisa desenvolvida para tese (Gutterres, 2014), que também foi realizada na cidade de Porto Alegre, acompanhei a formação de algumas redes de contestação às obras dos “megaeventos” no Brasil e as recorrências da governamentalidade na gestão da habitação dos pobres em diferentes localidades do país durante o período de preparação para tais eventos. A noção de governamentalidade de Michel Foucault (2008), portanto, foi imprescindível para refletir sobre a existência de uma mesma forma de atuação dos governos – em periferias e favelas das cidades-sede – durante todo o período de preparação para a realização da Copa do Mundo FIFA no país.
3. Ver “Brasil se despede da Olimpíada e encerra era dos megaeventos”, *Jornal do Brasil*, 22 de agosto de 2016, disponível em <www.jb.com.br/olimpiada-2016/noticias/2016/08/22/brasil-se-despede-da-olimpiada-e-encerra-era-dos-megaeventos/> (última consulta em outubro de 2017).
4. Em outro trabalho refleti sobre a gestão da habitação (Gutterres, 2017) em áreas de favelas e periferias na “era dos megaeventos” propondo uma análise de algu-

mas estratégias utilizadas pelo município-réu a partir das ações do NUTH.

5. É preciso destacar aqui o trabalho de Vera Telles que retoma a gestão dos ilegalismos presente na obra de Foucault, para refletir sobre os diferentes ilegalismos que costuram as tramas e situações contemporâneas dos centros e periferias das cidades. Para ler mais sobre o tema consulte a coletânea organizada por Azais, Kessler e Telles (2006).
6. Sobre esta prática de extorsão de dinheiro, ver o relatório sobre os crimes de maio de 2006 em São Paulo realizado pela Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard e pela Justiça Global (2011); crimes pelos quais também reflete Gabriel Feltran em sua tese de doutorado (2011).

Referências:

AZAÏS, Christian, Gabriel **KESSLER**, e Vera da Silva **TELLES** (org.). *Ilegalismos, cidade e política*. Belo Horizonte: Editora Fino Traço, 2012.

CDHFDH e **JG**. “São Paulo sob achaque: Corrupção, Crime Organizado e Violência institucional em maio de 2006”. *Clínica de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard e Justiça Global*. Maio de 2011. Disponível em: <http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>; acessado em ago. de 2018.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E OLIMPÍADAS, 2011, *Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Dossiê do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro. Disponível em <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/09/dossic3aa-megaeventos-e-violac3a7c3b5es-dos-direitos-humanos-no-rio-de-janeiro.pdf>; acessado em abr. 2017.

COMITÊ POPULAR RIO DA COPA E OLIMPÍADAS, 2012, *Megaeventos e Violação dos Direitos Humanos no Rio de Janeiro*. Dossiê do

Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2ª Ed. Disponível em <http://www.portalpopulardacopa.org.br/index.php?option=com_k2&view=item&id=198:dossi%C3%AA-nacional-de-viola%C3%A7%C3%B5es-de-direitos-humanos>; acessado em abr. 2017.

DAS, Veena. *Life and words: violence and the descent into the ordinary*. California: University of California Press Berkeley and Los Angeles, 2007.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. *A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ)*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Tese de doutorado), Porto Alegre, 2014.

----- “O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro”, *Revista Mana* (Rio de Janeiro. Online), p. 179-209, 2016.

----- As múltiplas assíntomas do Estado: práticas do município-réu nos processos de (des) habitação no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, Brasília, UnB, v. 42, n. 2: 207-238, 2017.

FAULHABER, Lucas. *Rio Maravilha: práticas, projetos políticos e intervenção no território no início do século XX*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012.

FERNANDES, Adriana. *Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

FELTRAN, Gabriel de Santis. *Fronteiras da Tensão. Política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo, Editora UNESP: CEM: Cebrap, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis,

Voices, 2004.

FOUCAULT, Michel. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

MAGALHÃES, Alexandre. *Transformações no “problema favela” e a reatualização da “remoção” no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

MEIRELES, Manuela de Carvalho. *Megaeventos e direito à moradia adequada: obstáculos enfrentados hoje na efetividade deste direito humano fundamental*. Monografia de Conclusão, Faculdade de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

VIANNA, Adriana. “Violência, Estado e Gênero: considerações sobre corpos e corpus entrecruzados”. In: **SOUZA LIMA**, Antonio Carlos de; **GARCÍA-ACOSTA**, Virginia (org.). *Margens da Violência Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro*. Brasília: ABA, p. 209-236, 2014.

Sem Clientes e Sem Capital: O desastre dos megaeventos cariocas para a prostituição na cidade

Resumo:

Diferente do esperado, a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 foram catastróficas para a venda de sexo na cidade de Rio de Janeiro. Não só não houve um aumento no fluxo de clientes na cidade durante esses eventos, como tudo indica que teve uma queda. Essa foi desastrosa para a prostituição organizada carioca, que contava com um grande aumento no número dos clientes, trazidos pelos eventos, para capitalizar um setor econômico varrido por crises e a gentrificação criada pelos eventos.

Antes, durante, e depois a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos, o Observatório da Prostituição (um projeto de pesquisa e extensão da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que reúne cientistas sociais, jornalistas, e trabalhadoras sexuais), conduziu pesquisas etnográficas intensivas nos principais pontos de prostituição do Rio de Janeiro. Entre Janeiro de 2013 e Agosto de 2017, nossa equipe totalizou algo em torno de 5000 horas de pesquisa etnográfica, conduzindo quase 200 entrevistas estruturadas com trabalhadoras sexuais e incontáveis discussões mais informais com milhares de outras. Nossas equipes estavam nas ruas, bordéis, massagens, termas, cinemas, bares onde o sexo é vendido quase todos os dias durante ambos eventos. Visitamos rotineiramente mais de 80 pontos onde o sexo é comercializado, prestando atenção especial nos 20 que as pesquisas anteriores tinham revelados como os pontos de prostituição mais frequentados por turistas estrangeiros.

Ainda estamos contabilizando

todas as informações levantadas por nossos pesquisadores e associados, mas uma coisa podemos dizer com firmeza: a prostituição não aumentou na Cidade Maravilha 2014 durante a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos de 2016. Baseado em contagens de clientes e prostitutas feitos constante e sistematicamente nos pontos principais da venda do sexo no Rio, e também nos relatórios das próprias trabalhadoras do sexo, parece que o movimento comercial do sexo diminuiu 15% na Copa do Mundo e entre 0 - 5% nos Jogos Olímpicos. O principal motivo para essa queda foi a desorganização nas rotinas da cidade causada pelos dois eventos. Feriados constantes, interdições de vias públicas, e esquemas de segurança que (como efeito colateral) fecharam o acesso a pontos de prostituição (particularmente os da zona tradicional de Vila Mimosas) significaram uma queda bruta no número de clientes cariocas nativos frequentando as áreas mais movimentadas da cidade onde o sexo é vendido. Esses clientes não foram repostos,

Dra. Ana Paula da Silva

Dr. Thaddeus Gregory
Blanchette

Ana Paula da Silva e Thaddeus Gregory Blanchette são antropólogos que investigam a prostituição, tráfico de pessoas, e turismo sexual no Rio de Janeiro desde 2004. São membros fundadores do Observatório da Prostituição da UFRJ e professores de antropologia na UFF e UFRJ (respectivamente). Ana Paula é atualmente a Presidenta do Coletivo Davida, que luta para os direitos trabalhistas e humanos das trabalhadoras do sexo.

“Ainda estamos contabilizando todas as informações levantadas por nossos pesquisadores e associados, mas uma coisa podemos dizer com firmeza: a prostituição não aumentou na Cidade Maravilha 2014 durante a Copa do Mundo e os Jogos Olímpicos de 2016.”

em quantidade significativa, por turistas, estrangeiros ou brasileiros.

Na Copa do Mundo, houve um aumento significativo na prostituição ligada aos 15 principais pontos de turismo sexual no bairro de Copacabana. Todavia, esse aumento não foi suficiente para equilibrar a grande queda de movimento nos 90 pontos de prostituição do Centro do Rio e nos mais ou menos 60 pontos em Vila Mimosa. Tanto a Vila quanto o Centro ficaram quase abandonados em dias de jogo no Maracanã ou quando a Seleção Brasileira jogava. Isto significava algo em torno de dois dias de trabalho perdidos, por semana, para as garotas de programa dessas regiões, que configura a grande maioria das trabalhadoras sexuais do Rio. Turistas estrangeiros quase não apareceram no Centro e na Vila Mimosa. No Centro, houve a presença em alguns bairros de um pequeno número de indianos e filipinos, trabalhadores oriundos dos navios cruzeiros aportados na cidade. Na Vila Mimosa, presenciávamos menos que uma dúzia de turistas estrangeiros durante todo o evento. Em nenhuma das duas regiões houve a presença expressiva de turistas nacionais.

Esse desequilíbrio no mercado sexual causou uma migração interna de garotas de programa, que saíram da Zona Norte e do Centro rumo à Copacabana durante a segunda metade da Copa. Esse bairro, portanto, encheu-se de trabalhadoras sexuais, cuja presença espalhou-se pelas calçadas da orla em função da decisão das autoridades de fechar o Balcony Bar, o principal ponto de turismo sexual em Copacabana. Os donos do Balcony foram acusados de exploração sexual de crianças e adolescentes: acusações que nunca chegaram ao tribunal. Balcony, portanto, foi fechado no primeiro dia da Copa

e reaberto imediatamente após sua conclusão. O fechamento do bar empurrou a prostituição para a praça adjacente, onde centenas de garotas de programa iriam se misturar com vendedores ambulantes, moradores de rua, e – é claro – a população residente do bairro. Não diminuiu em nada a prostituição ou o turismo sexual, mas garantiu que isto aconteceria num espaço de uso misto, frequentado por famílias e menores de idade. (Durante os grandes eventos, o Balcony cobrava entrada e forçava seus frequentadores a mostrar carteira de identidade para poder entrar no bar, evitando assim a frequência de menores.)

Um efeito colateral mais grave e duradouro da Copa do Mundo foi o fechamento da maior concentração de bordéis baratos de Niterói, cidade vizinha do Rio, em função de projetos de renovação urbana naquela cidade ligados à Copa e aos Jogos Olímpicos. A polícia civil mobilizou quase 200 agentes para ilegalmente expulsar em torno de 190 garotas de programa que trabalhavam num prédio no centro de Niterói. As expulsões eram feitas de forma extra-jurídica e envolviam acusações das mulheres de roubos e estupros cometidos por parte da polícia. O fechamento desse prédio acabou criando a migração forçada dessas trabalhadoras sexuais para outras áreas da região metropolitana, principalmente para a Vila Mimosa e para os anéis rodoviários em torno de Rio e Niterói.

Obras de gentrificação feitas em prole dos mega-eventos, como a testemunhada em Niterói, acabou fechando em torno de 30 pontos de prostituição na cidade entre 2012 e 2016. Esse efeito foi ainda potencializado pela crise econômica geral que começou a atingir o Rio de Janeiro em 2014 e que teve um enorme

impacto no comércio do sexo. A conclusão das obras dos megaeventos, acompanhada pela crise nos pagamentos aos servidores públicos em 2016, significava que houve cada vez menos dinheiro circulando no mercado de sexo da cidade. Estimamos que aconteceu uma queda de mais ou menos 30% no movimento nos principais pontos de venda do sexo entre 2014 e 2016. Portanto, não deve-se achar que a relativa estabilidade do mercado sexual durante os Jogos Olímpicos foi em função de um aumento do sexo comercializado na cidade relativa a Copa. De fato, houve uma queda enorme anterior aos Jogos, causada pela crise. Essa não foi aliviada pela Olimpíada.

Os efeitos dos Jogos na prostituição carioca, porém, não foram tão desequilibradas quanto foi o caso da Copa do Mundo. Eis porque os Jogos desorganizaram menos a rotina da cidade. Houve menos feriados e as interdições causadas pelas obras já tinham acabado. Isto significava que a prostituição no Centro, pelo menos, não sofria tantos efeitos negativos quanto em 2014. A Vila Mimosa, porém, ainda foi fortemente afetada pelas interdições em nome da segurança pública que aconteceram em torno do

estádio de futebol de Maracanã.

Os pontos que demonstraram uma melhoria no fluxo da clientela durante os Jogos eram, portanto, distribuídos pela cidade e não concentrados em Copacabana. A Barra da Tijuca, em particular, testemunhou um aumento no movimento de sexo comercializado em alguns pontos, pelo fato de que boa parte dos Jogos terem sido sediados naquele bairro cidade. A inclusão do Centro no roteiro turístico da Olimpíada também significou que essa região não foi “abandonada”, como foi o caso em 2014. Portanto, os Jogos não foram economicamente desastrosas para as trabalhadoras sexuais dessa região. Mesmo assim, não houve um aumento geral no movimento do sexo comercializado no Rio e muitos pontos, em Copacabana em particular, foram menos procurados do que durante a Copa do Mundo.

Na esteira dos megaeventos, a prostituição no Rio está se reconfigurando – mais em função da continuação da crise econômica do que por qualquer outra razão. Ironicamente, o congelamento dos preços mobiliários causado pela implosão da bolha imobiliária carioca, que foi instigada pelos eventos, tem incen-



tivado a volta de alguns bordeis para o Centro da cidade. Todavia, a crise ainda continua tão forte que podemos dizer que estamos testemunhando as piores condições econômicas do sexo comercializado nas últimas décadas. No momento presente, parece que está acontecendo uma concentração do capital envolvido no mercado do sexo comercial, com os donos de bordeis mais bem capitalizados comprando os que estão fechando. E isto, na última análise, pode ser o efeito mais duradouro dos megaeventos do Rio sob a prostituição na cidade: um grande número de pequenos bordeis mais tradicionais, muitas vezes comandadas por mulheres, não conseguiram se capitalizar com os eventos, conforme esperado. Seu lugar está sendo tomado, aparentemente, por venues mais capitalizados, na tradição dos gentlemen's clubs dos Estados Unidos. Enfim, como em tantas outras áreas econômica cariocas, os megaeventos parecem ter privilegiado o grande capital ao custo das pequenas empresas e das empreendedoras individuais.

Em conclusão, queremos fechar aqui com as imagens que mais nos impressionaram durante esse ciclo de megaeventos no Rio: as portas fechadas de alguns dos vários dos puteiros do Centro da cidade na Copa de 2014:

Sonhos sujos e The Brazilian Dream of the American Way of Life

Raphael Soifer

Raphael (Raphi) Soifer é performer, pesquisador e bagunceiro estadunidense radicado, desde 2010, no Rio de Janeiro, onde investiga estéticas de poder e resistência no espaço urbano. É integrante/colaborador de alguns coletivos de arte de rua por aí e doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

Resumo:

“Sonhos sujos e The Brazilian Dream of the American Way of Life” se trata de uma pesquisa-relato dos protestos à inauguração do Museu da Arte do Rio (MAR) em março de 2013. Com foco na relação entre corpos, território e memória, o texto utiliza a linguagem de sonhos para explorar a violência da “revitalização” associada aos megaeventos no Rio de Janeiro e a resistência que surgiu contra essas reformas. O artigo se baseia em palavras de ordem, tratamentos jornalísticos e discursos políticos para destacar a contestação do espaço urbano carioca.

O texto é adaptado do primeiro capítulo de “Olha eu aqui de novo!": Sonhos, assombramentos e jogos de memória nas ruas do Rio de Janeiro (com desvios em outras tantas ruas por aí)”, tese de doutorado defendida no IPPUR/UFRJ em setembro de 2017.

1 de março de 2013
Praça Mauá, Zona Portuária,
Rio de Janeiro

Quero falar de março de 2013 porque acabamos olhando para junho daquele ano como se tivesse surgido do nada, como se milhões de pessoas fossem se juntar em “jornadas” por ruas que até então eram silenciosas e inativas, como se o celebrado “gigante adormecido” tivesse acordado de um sono tão profundo que chegou a ser uma estupefação que nada tenha chegado antes para incomodá-lo, como se tudo que tenha acontecido desde então tivesse emergido de uma origem única e fixa.

Ih! Fudeu!
O povo apareceu!

Não consigo acreditar em nenhuma hipótese de ruas inativas, principalmente no Rio de Janeiro, cujas vias sempre me pareciam

vivas: bagunçadas, barulhentas, violentas e vitais. E não consigo acreditar que um gigante poderia cair em um sono perfeito, neutro, totalmente sossegado. Tendo a acreditar que, quando se lida com qualquer cidade, mas especialmente com Rio de Janeiro, não há sono neutro para ninguém.

Estou convencido que, enquanto a gente sonha com cidades e em cidades e sobre cidades, as cidades também sonham; ou seja, nós atribuímos e conferimos vontade e subjetividade às próprias cidades, atributos esses que acabam sendo refletidos em nossas interações com elas e que fazem com que os sonhos das cidades não sejam inteiramente nossos.

Por isso, vejo o primeiro dia de março de 2013 como um dia de colisões massivas entre vários sonhos diferentes do Rio de Janeiro.

Ocupe a Mauá
antes que o MAR invada! (BLOCO LIVRE REC!CLATO, panfleto)

Aqui é um local de brincadeira, de desenvolvimento cognitivo. Convido todos a mergulhar neste MAR. (MARINHO apud TARDA-GÚILA, in O GLOBO, 1/3/13)

O primeiro dia de março de 2013 foi uma interrupção breve e parcial em que esses sonhos se mantiveram sendo sonhados, mesmo frente a uma crescente consciência ou racionalidade despertadora. Foi um momento em que os sonhos se puxavam, se acotovelavam, se agitavam, um momento em que certos sonhos se penetravam para dentro de certos outros sonhos, enquanto empurravam outros para fora. Foi um dia em que os sonhos tomaram corpos, em que se instauravam distintamente, materialmente, fisicamente na rua.

Esse primeiro dia de março de 2013 foi o dia da inauguração, na Praça Mauá, número 5, na Zona Portuária, do MAR,

[O] Museu de Arte do Rio, uma das âncoras culturais do Porto Maravilha...um espaço dedicado à arte e à cultura visual.

(PORTO MARAVILHA, "Museu de Arte do Rio")

De uma maneira necessariamente simplificada,

e, portanto, bastante útil, poderia se dizer que, nesse dia, aconteceu um encontro muito particular entre duas visões, dois sonhos generalizados da cidade. Do lado de fora, protestávamos contra um dito progresso que avançava com a força de um sonho

(mas jamais construído)

trem-bala, atropelando ou derrubando tudo que estivesse na sua frente.

Somos contra a Revitaliza\$\$ão!

O MAR não tá pra peixe só pra tubarão! (BLOCO

LIVRE REC!CLATO, panfleto)

Do lado de dentro do Museu, representantes de uma chamada classe artística se encontravam com representantes de uma chamada classe empresarial e uma chamada classe política.

O evento contou com a presença da presidente da República Dilma Rousseff; do governador do Estado, Sérgio Cabral; do prefeito da cidade, Eduardo Paes; do diretor-presidente da Vale, Murilo Ferreira, além de outras autoridades, artistas e formadores de opinião. (VALE, 4/3/13)

Não cheguei a entrar no MAR naquela noite, não sendo artista daquele naipe e nem muito menos formador de qualquer opinião alheia. Ou seja, não cheguei a compartilhar o sonho que se articulava lá dentro do MAR, o qual eu penso como sendo The Brazilian Dream of the American Way of Life: um sonho reformista de um desenvolvimentismo em que a ORDEM gera o PROGRESSO

(e vice versa)

em letras maiúsculas e traços inequivocamente verde-e-amarelos; um sonho em que governantes e empresárixs se interligam para todo mundo se apoiar e sair ganhando

(e ganhando bem);

um sonho em que museus glamorosos não apenas telegrafam uma sofisticação primeiro-mundista como integram uma estratégia de melhoramento. Em fim, The Brazilian Dream of the American Way of Life se trata de um sonho em que a escala e concretude de certas conquistas se destacam na tentativa de fazer sumir a escala dos problemas sociais mais dispersados por aí.

[O] MAR está ciente de seu papel não apenas em relação à arte, à cultura e ao conhecimento, mas também como modelo inovador de gestão.

(MAR, Planejamento estratégico, p. 8)

Enquanto isso, do lado de fora do MAR, mais algumas cento-e-tantas pessoas se juntavam. Muitos de nós batíamos latas, segurávamos cartazes, fazíamos performances improvisadas, gritávamos palavras de ordem e nos chocávamos com a polícia, com seguranças do museu e com quem estivesse chegando na inauguração pela porta de frente ou saindo pela porta de trás.

Eu estava lá com Bloco Livre Rec!clato, um conjunto orgulhosamente desorganizado que se juntava a cada primeira sexta-feira do mês para bater em latas, sucatas e qualquer outro objeto que fizesse barulho. Sem direção, sem ensaios e sem nenhum patrocínio oficial

(a não ser as dezenas de latas de óleo usadas que frequentemente foram guardadas por funcionários da fábrica de Biscoito Globo, na Rua do Senado, e doadas ao bloco; mas me parece que essas foram dadas muito mais em um instinto de camaradagem de que patrocínio).

Rec!clato costumava circular pela Lapa, se arrastando desde a Praça da Cruz Vermelha até chegar pelo menos nos Arcos, seguindo caminhos improvisados decididos na hora pelas pessoas presentes naquele dia específico. A composição do Bloco também variava de cada mês em mês, e incluía qualquer umx que quisesse chegar junto para tocar: punks, artistas, pessoas em situação de rua, estudantes, turistas; gente que se identificava com quase todas essas categorias ao mesmo tempo, ou que não se identificava com nenhuma. Todo mês desde o Carnaval de 2011, Rec!clato espalhava sonhos ruidosos pelas ruas: sonhos sujos de sintonias inventadas, de dissonâncias ins-

tigadoras e de comunidades espontâneas.

Nós somos contra o Choque de Ordem! Nós somos contra homofobia.

Não acreditamos em nenhum padrão, e não queremos nenhuma explicação para legalizar aquilo que a gente quer fazer, dizer, viver e acreditar.
(COLETIVO COIOTE, vídeo 2012)

Ao mesmo tempo em que Rec!clato espalhava sonhos sujos por aí, também acabava juntando e concentrando a energia de um sonho mais-ou-menos unificado de ruas irreprimivelmente ativas e polirrítmicas; isto é, sonhos de uma cidade que se articula de muitas formas ao mesmo tempo, justamente através da união temporária entre objetos e pessoas tidos, pela lógica de *The Brazilian Dream of the American Way of Life*, como sendo detritos.

As ruas são suas. Ocupe-as!

Rec!clato condensava e fortalecia esses sonhos sujos, ou talvez o Bloco em si teria sido um tipo de sonho sujo recorrente

(cabe enfatizar que um sonho sujo da cidade não seria a mesma coisa que um sonho de uma cidade suja).

Depois de dois anos se projetando pela Lapa em protesto à tremenda violência da crescente gentrificação do Rio de Janeiro, Rec!clato foi à Praça Mauá naquela noite para se juntar ao protesto contra o MAR, esse símbolo por excelência de *The Brazilian Dream of the American Way of Life*, a concretização de um processo de “revitalização” que se diz limpadora e que se pôs a higienizar a cidade de uma forma geral.

Me apoiando em muitas definições alheias, entendo a gentrificação como uma comodificação de espaços urbanos tradicional-

mente tidos como subalternos, uma ausência forçada dxs moradorxs tradicionais (por forças mercadológicas e pela violência física do poder público, quase sempre agindo juntas), e um embranquecimento desses espaços, tradicionalmente habitados por pessoas racializadas. O processo de “descobrimento” por pessoas tradicionalmente empoderadas (racial, cultural, política e financeiramente) duplica o peso desta exclusão, exotizando a marginalização histórica dos espaços em si e aprofundando a marginalização individual dxs moradorxs que acabam sendo isoladxs ou deslocadxs.

Protestávamos contra uma dita “revitalização” de uma Zona Portuária dita “maravilha” que se montava diante e através da destruição de centenas de casas e da expulsão de milhares de moradores, de uma mega-gentrificação à carioca.

Protestávamos contra uma dita “Pacificação” policial que já se distinguia, durante muito tempo, por seu caráter violentamente esmagador.

Protestávamos contra a limitação das ruas da cidade, contra o funcionalismo que codificava certas práticas e pessoas como aceitáveis e codificava outras como ameaçadoras.

Protestávamos, em fim, contra um sonho de uma cidade que se mostrava cada vez mais dividida e exclusiva.

Dentro do MAR, do outro lado dxs seguranças, policiais e barricadas, *The Brazilian Dream of the American Way of Life* continuava a todo vapor; talvez estaria chegando ao seu auge. A então-presidente Dilma Rousseff estava presente, duas semanas antes de atingir, numa sondagem do IBOPE², uma índice de aprova-

ção de 63% para seu governo e uma aprovação pessoal de 79%. Não imagino que teria como separar aquela índice de *The Brazilian Dream of the American Way of Life*; mesmo se tivesse como, essa não era uma separação que a própria Dilma teve a mínima vontade de efetuar naquela noite.

Eu queria cumprimentar o Sérgio Cabral e o Eduardo Paes, e dizer para eles que hoje é um dia, de fato, especial. Hoje se comemora os 448 anos do Rio de Janeiro. Queria também dizer para o João Roberto Marinho e para o Murilo, um das Organizações Globo, e o outro da Vale, sobre a importância dessa parceria que mostra um avanço do Brasil, um avanço do Brasil porque é uma parceria em que se unem os governos e se unem também os empresários. (ROUSSEFF, 2013)

Por mais hegemônico que possa ser *The Brazilian Dream of the American Way of Life*, é claro que existem diversos desvios e diversas outras visões dentro de qualquer sonho. É claro também que, nesse dia primeiro de março de 2013, vários subsonhos se infiltraram tanto nesse sonho higienizador do lado de dentro do MAR quanto no sonho sujo que se espalhava pelo lado de fora, inclusive nos subsonhos que permearam os dois, interligando um ao outro. Tinham bastante pessoas dentro do MAR que certamente estariam fazendo barulho do lado de fora se não tivessem sido convidadas, mas que tinham fome do reconhecimento e sede da champagne que só se encontrariam lá dentro. Também não duvido que tinham pessoas do lado de fora que teriam aceito, muito felizes, os canapés e os apertos de mão oferecidos do lado de dentro, convencidas de que a sua própria presença no museu comprovasse que, pelo menos até agora, nada seria totalmente perdido, que a colaboração da chamada classe

artística com as chamadas classes política e empresarial até teria como dar certo.

Aliás, dá para ver essa colaboração na própria arquitetura do museu

O MAR está instalado na Praça Mauá em dois prédios de perfis heterogêneos e interligados: o Palacete Dom João VI, tombado e eclético, e o edifício vizinho, de estilo modernista – originalmente um terminal rodoviário...

(O MAR, site)

Um dos maiores desafios da equipe da obra foi unir dois edifícios tão diferentes. A harmonia entre os imóveis foi possibilitada pela cobertura fluida que lembra ondas do mar, uma das características mais marcantes na arquitetura do complexo. (PORTO MARAVILHA, “Museu de Arte do Rio”)

Por coincidência ou ironia, foi justamente nessa busca pela harmonia entre imóveis que a dissonância entre os sonhos do dia primeiro de março de 2013 se fez mais perceptível. Aquela tal cobertura fluida acabou tendo um efeito acústico bastante distinto de ampliar os sons vindo da rua, fazendo com que, por exemplo, desse para ouvir, até do último andar, algumas dezenas de pessoas batendo latas em uma

sonora manifestação, sem confusão, ao lado de fora. (PORTO e TORRES in G1)

Na real, não lembro da nossa “sonora manifestação” como sendo sem confusão, mas confesso que tem muitos detalhes daquela noite que já esqueci. Não lembro de como a gente se preparou antes, nem de exatamente por qual caminho andamos para chegar lá no MAR.

Lembro que ficamos vadiando por entre as barricadas da entrada do Museu

(na Avenida Rodrigues Alves)

e as da saída

(na Praça Mauá);

e lembro que alguém do Coletivo Coiote, o grupo de performance mais punk que já conheci, abordava xs bambambãs que entravam e saíam, gritando

Como seu perfume fede!
Ai, quero comer seu cocô!
Deixa eu comer seu cocô!

Com a inauguração do MAR, The Brazilian Dream of the American Way of Life chegou a um certo ápice, pelo menos na sua versão carioca e contemporânea.

O Museu de Arte do Rio – MAR – marca, sem sombra de dúvida, uma cidade. O Rio de Janeiro tem várias marcas. (ROUSEFF 2013)

The Brazilian Dream of the American Way of Life fez do museu uma marca, e impulsionou o posicionamento da cidade em si como um produto altamente vendível e consumível. Mas a cidade sonhada por The Brazilian Dream of the American Way of Life também é consumidora feroz que destrói certas marcas enquanto compra outras, na tentativa de usar essa absorção para ostentar seu caráter cosmopolita e internacional.

A eficácia possibilitada pela destruição de casas, pela destruição de comportamentos e pela destruição de corpos também estaria à mostra na vontade de propagar a marca da cidade, e o seu poder de consumo, através de parcerias público-privadas (PPPs) cada vez mais grandiosas.

Bloco Livre Rec!clato se pôs a evocar os espíritos de objetos e pessoas descartadas por The Brazilian Dream of the American Way of Life, na tentativa de incorporar alguns deles, ou, pelo menos, de batucar contra um silenciamento forçado. As latas e sucatas, detritos da racionalização desse Sonho, assumiram um papel central, contrapondo seu barulho às falas exclusivamente direcionadas da cerimônia de inauguração e embaralhando o jogo de memória que girava em torno da centrali-

dade daquele museu.

Não fomos o único coletivo presente do lado de fora do MAR naquela noite. Lembro principalmente do Reage Artista!

(movimento social formado de gente do chamado setor cultural) protestando contra a abertura de um suntuoso museu que se diz ser da cidade frente à generalizada indisponibilidade de espaços artísticos públicos no Rio de Janeiro, que naquele momento se encontravam lacrados, supostamente em reação a um incêndio num boate em Santa Maria, Rio Grande do Sul, uma medida que, para muitos, seria um passo rumo à privatização. Lembro de ter ficado feliz com a junção dos grupos, mas também de ter pensado que, por mais que ocupássemos o mesmo lugar naquela noite, eu estava dentro de um outro sonho, um sonho parecido, porém nitidamente mais sujo.

Notas:

1. Iniciativa criada em 2009 pelo então-prefeito Eduardo Paes “[c]om o objetivo de pôr um fim à desordem urbana, combater os pequenos delitos nos principais corredores [e] contribuir decisivamente para a melhoria da qualidade de vida em nossa Cidade”.
2. Ver CAMPANERUT, Camila. “Dilma é aprovada por 79% e supera Lula e FHC, diz CNI/Ibope”. 19 de março de 2013. <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2013/03/19/dilma-cni-ibope.htm> Acesso em: 15 de agosto de 2018

Referências:

BLOCO LIVRE RECICLATO. Panfleto auto-publicado, março de 2013.

MUSEU DA ARTE DO RIO DE JANEIRO. “O MAR”. <http://www.museudeartedorio.org.br/pt-br/o-mar>

Acesso em: 15 de agosto de 2018

_____. “Planejamento estratégico”. http://www.museudeartedorio.org.br/sites/default/files/planejamento_estrategico_mar.pdf Acesso em: 15 de agosto de 2018

PORTO MARAVILHA. “Museu de Arte do Rio”. http://portomaravilha.com.br/museu_arte Acesso em: 15 de agosto de 2018

PORTO, Henrique e Livia TORRES. “Museu de Arte do Rio é inaugurada”. In G1, 1 de março de 2013.

<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/03/museu-de-arte-do-rio-e-inaugurado.html> Acesso em: 15 de agosto de 2018

ROUSSEFF, Dilma. “Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de inauguração do Museu de Arte do Rio (MAR)”. 1 de março de 2013. <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-inauguracao-do-museu-de-artedo-rio-mar> Acesso em: 15 de agosto de 2018

TARDAGÚILA, Cristina. “MAR é inaugurado com presença da presidente Dilma Rousseff”. In O GLOBO, 1 de março de 2013. <https://oglobo.globo.com/rio/mar-inaugurado-com-presenca-da-presidente-dilma-rousseff-7721240> Acesso em: 15 de agosto de 2018

VALE. “Inauguração do MAR, no aniversário de 448 anos do Rio de Janeiro, teve a presença da presidente da república Dilma Rousseff”. In VALE, 4 de março de 2013. <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/novo-museu-de-arte-do-rio-tem-patrocinio-da-vale-e-sera-inaugurado-nesta-sexta-feira.aspx> Acesso em: 15 de agosto de 2018

UPP e a cidadania através do controle de deveres: o caso da eletricidade

Mario Brum

Doutor em História pela UFF e Pós Doutor em Planejamento Urbano pelo IPPUR/UFRJ e Bolsista PNPd- CAPES em Educação em Periferias Urbanas pela UERJ. Autor do livro Cidade Alta (Ponteio, 2012) e de vários artigos publicados sobre favelas, associativismo, políticas públicas e violência.

Resumo:

Esse artigo trata de uma das funções que mais se destacaram no processo de Pacificação que é das Unidades de Polícia Pacificadora como agentes responsáveis pelo controle do território quanto ao processo de regularização de serviços nas favelas, particularmente no caso da eletricidade, em que o programa mostrou uma permanência na atuação do Estado em favelas, que é a da manutenção da ordem através da cobrança de deveres dos moradores, embora o discurso oficial fosse da garantia de direitos. Através do depoimento de moradores de várias favelas do Grande Rio, obtivemos um panorama de como eles vivenciaram o processo de preparação da cidade para os Grandes Eventos num aspecto cotidiano de suas vidas.

Em 2008, no dia da eleição para prefeito do Rio de Janeiro, o jornal O Globo, o principal da cidade, estampava em sua primeira página uma foto do morro Dois Irmãos, ao fundo das praias de Ipanema e Leblon, áreas nobres e turísticas da cidade, destacando a favela do Vidigal com a seguinte questão: “Quem vai dar um jeito nisso?”, seguido da legenda: “Favelização, trânsito caótico, desordem urbana e conservação de ruas são desafios para novo prefeito”¹.

A manchete do Globo tratou-se da tentativa (a nosso ver, bem sucedida) por parte do maior grupo de comunicação do Brasil – sediada no Rio de Janeiro e com ramificações em diversas atividades econômicas – de pautar a gestão do prefeito. A cidade do Rio de Janeiro, dada suas relevância e projeção nacional e internacional, ocupava posição estratégica para setores empresariais e políticos. A leitura do Rio de Janeiro como território de vasta ilegali-

dade e informalidade pouco ou nada combatidas em gestões anteriores, ou até mesmo incentivadas, e que seriam responsáveis por travarem o desenvolvimento da cidade pelo clima de insegurança e desordem urbanas.

Articula-se uma nova configuração do Rio de Janeiro como cidade de projeção global, adotando como estratégia para lidar com os territórios de pobreza, notadamente as favelas. Dessa configuração participam autoridades dos três níveis de governo (sob os mandatos de Lula na presidência e de Sergio Cabral no governo do estado) e setores empresariais, que refletem, formulam e executam um modo de “incorporar à ordem formal” os territórios das favelas através do programa das Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs.

Com a formalização (serviços, comércio, fundiária), as favelas seriam incorporadas à ordem urbana, servindo para criação de um ambiente de negócios seguro. De

“Com a formalização (serviços, comércio, fundiária), as favelas seriam incorporadas à ordem urbana, servindo para criação de um ambiente de negócios seguro. De um lado, reprimindo-se o que é ilegal, do outro, incentivando-se a aceitação de uma ordem estabelecida.”

um lado, reprimindo-se o que é ilegal, do outro, incentivando-se a aceitação de uma ordem estabelecida.

Assim, a ideia de *retomada das favelas*, tão anunciada pelas autoridades e comemorada na imprensa, era compreendida também a partir de uma maior controle do território e do cotidiano dos moradores através de novos regulamentos urbanos ou da aplicação de regulamentos já existentes, cuja aplicabilidade agora era garantida pela UPP. Além disso, o Estado, em seus três níveis, implementou várias medidas de regularização de serviços, comércio e construções.

Realizamos trabalho de campo, entre 2015 e 2017, em mais de 20 favelas no Grande Rio, em que lideranças comunitárias nos contaram de que forma moradores de favelas viveram a preparação para os Grandes Eventos. Uma dos temas mais recorrentes foram as UPP (Unidades de Polícia Pacificadora), no sentido de controle que estabeleceram nos territórios da cidade.

Quando fomos a campo conversar com os moradores, percebemos que um dos elementos mais presentes em suas falas é o fato de que, para as favelas, um dos maiores legados dos Grandes Eventos é que passou a existir um maior controle do território por parte do Estado. Um controle que ocorre de modo repressivo e enfatizando a ‘cobrança de deveres’. Esse controle ocorre por novos regulamentos urbanísticos e sob o policiamento ostensivo das UPPs, quando as favelas do Rio passaram a viver sob os signos da regularização e da formalização, ao menos enquanto as UPPs mantiveram controle do território.

Esse processo não serviu para a construção de uma cidadania nas favelas na ampliação de di-

reitos. Na realidade, o que se viu foi a imposição de altas taxas por serviços que não apresentaram melhoras significativas de qualidade, e a impossibilidade de muitos moradores pagarem por eles. O que ajuda a explicar o grau de rejeição às UPPs e os questionamentos às políticas de regularização e formalização nas favelas. Fatima (60), do Alemão, resumiu o significado das UPPs para a população das favelas quanto ao processo de regularização:

“Em termos de conta de luz, telefone, foi um inferno, desarticulou tudo. Porque o povo tinha luz de graça, água de graça... Água continua do mesmo jeito. Mas a luz, a Light saiu botando relógio, relógio que rouba, a gente ficou sem luz. Tem processo na Light, processo na Oi, a gente perdeu telefone. A gente tem antena e depois a antena sai e fica a antena da comunidade. Internet entra, internet sai. Isso tudo foi um pacote goela adentro da população...”

Antecedentes: a retomada do território

A partir do final da primeira década do século XXI, fruto da retomada do crescimento do país, a ascensão econômica de um largo contingente da população mais pobre nos anos 2000 e o impulso que a Indústria de Petróleo e Gás no Estado do Rio de Janeiro tomou, com a descoberta de importantes jazidas, criaram uma atmosfera de ‘retomada’ da cidade e do Estado, de superação das décadas de crise simbolizadas pelo número de eventos internacionais em que a cidade é sede em curto espaço de tempo: Conferência Rio+20; V Jogos Mundiais Militares, II Jornada Mundial

da Juventude da Igreja Católica; Copa do Mundo de Futebol da FIFA (uma das cidades sedes); Jogos Olímpicos de 2016. Além dos mega-eventos que sediará, a região metropolitana do Rio de Janeiro tem se tornado destacado pólo de atração de investimentos nacionais e internacionais. Essa ‘Década de Ouro’, conforme a prefeitura batizou oficialmente a comemoração do Reveillon de 2011, tem como um dos seus principais pressupostos o empenho na configuração de todo território urbano, favelas inclusive, como um seguro ambiente de negócios.

Assim o principal escopo na gestão da pobreza num Rio Global, de modo que grandes agentes de mercados tenham pleno acesso, passava pela formalização de um mercado de consumo crescente como o das favelas, que movimenta 12 bilhões por ano.² Prova desse vigoroso mercado é que desde antes de 2008, ano da instalação da primeira UPP, bancos e grandes franquias já estavam instalados em favelas. É um projeto bem articulado, com poderosas organizações da sociedade civil ligadas ao empresariado ou pensadores de corte neoliberal, em que suas raízes remontam a período anterior a escolha do Rio como sede das Olimpíadas de 2016, feita em outubro de 2009 e a implantação das UPPs (ocorrida a partir de dezembro de 2008).

É possível reconstituir os passos dessas formulações através de seus protagonistas: Em 2006, a Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro (Fecomércio) elaborou uma proposta de desenvolvimento de longo prazo para o Estado do Rio de Janeiro, em que dois dos sete eixos prioritários eram:

- Território do incentivo e das sinergias para o empreendimento, visando tornar o Rio

de Janeiro um território fácil e amigável para abrir, regularizar e manter seu negócio

- Desenvolvimento do mercado-base da pirâmide, que passa pelo amplo reconhecimento dos direitos de propriedade e visa transformar o Rio de Janeiro no território líder em estratégias empresariais voltadas a esse segmento do mercado.³

Esses empresários e pensadores se unem em abril de 2007, no seminário “A reinvenção do futuro das grandes metrópoles e a nova agenda de desenvolvimento econômico e social da América Latina”, organizado pela Associação Comercial do Rio de Janeiro (ACRJ), pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) e Instituto Fernando Henrique Cardoso.

Na convocação do seminário encontramos uma descrição do quadro das economias latino-americanas e o papel que as cidades podem desempenhar: não tendo sido capazes de completar o ciclo de reformas institucionais iniciado na década passada, não conseguem capturar plenamente as oportunidades propiciadas pela extraordinária expansão da economia mundial nos últimos anos.” E de que “a agenda reformista está incompleta. Falta-lhe um componente importante, que é o da reinvenção do futuro das grandes metrópoles.⁴

Temos nesse seminário alguns componentes importantes na formulação e execução da implantação de um ambiente de negócios no Rio. O economista Andre Urani, falecido em 2011, destacou-se como um principais formuladores de políticas nesse sentido. Foi ele um dos elaboradores do plano de desenvolvimento para o estado feito em 2006 pela Fecomércio.

Já a ACRJ é uma das organizações responsáveis pelo funcionamento regional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequena Empresa (SEBRAE), que se tornou um dos principais implementadores da política de formalização e empreendedorismo nas favelas cariocas na esteira dos Grandes Eventos.

Ainda em 2008, no mês de agosto, os temas da informalidade e ilegalidade nas favelas foram tratados na série de reportagens “Favela S.A.” do Jornal O Globo, principal jornal da cidade e ligado ao mais poderoso grupo de mídia no Brasil. Na abertura da série encontramos o descrição da situação:

Os moradores formam uma massa de potenciais consumidores estimada entre 1,3 milhão e dois milhões de pessoas, com renda anual que pode chegar a algo entre R\$ 5 bilhões e R\$ 10 bilhões. Números que, a despeito de divergências estatísticas, fazem tinir cifrões nos olhos de qualquer empresário. Seja no varejo ou no atacado, no oficial ou no paralelo, a holding Favela S/A enriquece poucos, explora milhares e dá calote no Estado.⁵

Quase um ano mais tarde, em abril de 2009, começa a série de encontros OsteRio, num restaurante da Zona Sul carioca promovidos pela ACRJ, com apoio do IETS e da Light. Esses encontros reuniam autoridades, acadêmicos, jornalistas, empresários e visavam “promover um debate aberto e sistemático sobre o futuro do Rio de Janeiro”, produzindo sistematizações publicadas no sítio eletrônico do IETS que no fornecem preciosas pistas dessas formulações e articulações.

Sediar eventos de repercussão internacional seria uma maneira de atrair atenção e investimento e impulsionar o setor turístico e de serviços. Para manter a economia dinâmica e uma retomada viável sustentável, o Rio precisaria criar um ‘ambiente seguro de negócios’. Para isso, precisaria reverter o quadro de desordem urbana e a alta informalidade, que criava um ambiente de insegurança jurídica (falta de leis e regulamentos claros e adequados ao território da cidade, ou mesmo a falta do simples cumprimento desses) e prejudicava a atração de investimentos.

Em sintonia com essas formulações e um dos principais agentes delas, o Globo, principal jornal da cidade, ligado ao mais poderoso grupo midiático do país, publicou a série ‘*Illegal, e daí*’, mostrando o alto grau de ilegalidade e desordem urbana no cenário carioca. Nesse sentido, as favelas figuravam como o principal território da cidade, ainda que não o único, em que seria necessária uma forte ação do Estado de combate à ilegalidade/informalidade e à desordem.

No fim da série, um editorial do jornal O Globo, com o título “Formalizar a Rocinha é a nova missão” (O Globo, 11/20/2011), assim tratou a ocupação policial da Rocinha para a instalação da UPP:

Nesse processo de melhora espera-se que Rocinha, Vidigal e Chácara do Céu se integrem mais à cidade formal, reduzindo a distância entre o morro e o asfalto, como se dizia antigamente (hoje já não há por que existirem ruas sem pavimentação nas comunidades). Trata-se de uma mudança cultural importante, pois, junto com o avanço da criminalidade, a informalidade se tornou o padrão das ativi-

dades econômicas dentro de tais comunidades.

Light, UPP e o combate aos 'gatos'

A Light, foi pioneira na garantia de serviços urbanos para os moradores de favelas, no início da década de 1980, quando era uma empresa estatal do governo federal, através do Programa de Normalização de Áreas Informais.

Historicamente, as favelas contavam com uma luz precária e mais cara, pois chegava aos barracos no morro através dos 'donos do relógio', moradores situados ao pé do asfalto que tinham relógio da Light e vendiam a energia através de fios puxados para o resto da favela. O Programa além de baratear e fornecer energia regular aos moradores, foi compreendido por muitas lideranças como inovador por ter contratado mão de obra nas favelas para fazerem localmente um diagnóstico e mapeamento que serviu de suporte para várias ações posteriores (Oliveira *et alli*, 1993).

Em 1996 a empresa foi privatizada, o que gerou um expressivo aumento nos custos para os consumidores e o fim da tolerância com a alta inadimplência (equipamentos públicos, passavam anos sem pagar a conta de luz, por exemplo). Aos moradores de favela restou recorrerem à prática dos 'gatos'.

A Light foi uma das maiores apoiadoras das UPPs, e uma de suas maiores beneficiárias. A empresa conseguiu reverter o alto índice de inadimplência que vigorava, em parte motivado pelo domínio do território por parte de traficantes que impediam a ação da empresa em combater os gatos. Sob as UPPs, a Light promoveu uma intensa ação de formalização da rede, com a instalação

de medidores nas casas e a regularização das cobranças mensais. Em poucos meses, a empresa reverteu, em algumas favelas com UPP, o índice de inadimplência, de 90% para 9%.

Apesar de contarem com um serviço precário, segundo moradores, houve pouca melhora na qualidade do fornecimento. Uma das reclamações mais presente nas falas dos entrevistados é o alto valor das contas de luz e a pouca transparência da cobrança. Com a implantação de medidores digitais, os moradores não conseguem acompanhar o consumo.

Parte dessa desinformação sobre o valor das contas pode ser pelo fato de que a Light, à margem da Lei (Código de Defesa do Consumidor), cobrou contas atrasadas vinculando-as ao endereço. De modo que moradores se viram obrigados a pagar contas de outras pessoas (antigos moradores) para que pudessem ter luz. Assim, a empresa repassou suas perdas para pessoas, na maioria das vezes, de poucos recursos.

Renata (35), da Babilônia, nos falou sobre a falta de clareza na cobrança das contas:

“A cobrança é uma cobrança indevida! Eles colocaram um sistema que eles alegam ser um sistema antifurto, mas é um sistema que a gente não tem acesso. E a gente não sabe se aquilo que a gente tá sendo cobrado é aquilo que a gente realmente tá consumindo. Porque se você pegar uma conta de luz de um morador da rua, você vê uma conta de luz sendo paga a 100 reais, enquanto aqui em cima tá sendo 400, 500, 600 reais! E você não tem nada na sua casa diferente do que a pessoa tem na rua. E às vezes o pessoal da rua, liga o ar condicionado com mais frequência do que a gente que

mora aqui. Porque a gente pensa assim, se eu ligar o ar condicionado e minha conta vier mais cara, como é que eu vou comer? Eu cheguei, eu tive que parcelar minha conta esse mês. Ou eu como ou eu pago! E o que eu opto?”

Nas palavras de Eliane (52), da Vila Cruzeiro:

“Se é uma comunidade carente, vamos melhorar as coisas pra eles, mas colocar um preço fixo, acessível para eles. Mas não foi o que aconteceu. A Light ganharia muito mais se fosse assim. Porque as pessoas não vão deixar de comer pra pagar um preço exorbitante”.

Embora exista uma lei federal estabelecendo uma tarifa social nas contas de luz (Lei 10.438/02), na prática ela não existe. Isso inclusive foi uma dificuldade na pesquisa de campo, ao procurarmos saber sobre a quantidade de beneficiários da tarifa social. Não conseguimos encontrar informações claras sobre beneficiários da tarifa, de modo que as respostas eram sempre imprecisas. Não por culpa do entrevistado, mas da própria dificuldade de saber quais os critérios para usufruir a tarifa.⁶ De modo que, aparentemente, ela pouco ou nada existe.

O declínio das UPPs nos últimos anos acabou por fazer retroceder o processo de formalização. Embora seja quase sempre dito de modo não muito claro pelos depoentes, as ligações clandestinas de luz voltaram com força. Lideranças apontam como motivo o alto custo das contas, que impossibilita uma família, num cenário de crise econômica e aumento do desemprego, manter o pagamento. Em paralelo, com o retorno do

domínio do tráfico, as ligações clandestinas foram refeitas.

Em conversas informais com alguns funcionários de uma concessionária de energia que atua em outros municípios da região metropolitana, que também promoveu a regularização e formalização da rede elétrica em favelas, apesar de não contarem com a UPP, nos foi passado que a maioria dos moradores desejavam regularizar seu consumo. Até pelo fato da conta de luz servir como comprovante de residência e um reconhecimento da moradia (o que não significa uma alteração em sua cidadania).

No entanto, frente à opção de pagar uma conta cada vez mais alta, e pouco explicada pela empresa, em detrimento de outros custos como alimentação, transporte, etc e a possibilidade de continuar a ter energia através da ligação irregular, os moradores optaram pelo ‘gato’. Retornando à fala da liderança da Babilônia, ela explica:

“Não dá pra eu fazer ‘gato’ porque eu não consigo, né? Uma coisa que é mais forte do que eu... Vontade eu tenho, mas... E tá inviável e eu acho que cada dia mais vai ficar pior. Agora, com a privatização da Cedae, a gente vai começar a pagar conta. Chapéu Mangueira já paga conta de água, a gente aqui na Babilônia não. Eles lá também já pagam conta de luz, a gente aqui não. A gente ainda está isento de IPTU, mas as casas estão tendo, é, pensando em registrar, colocando título de posse, alguma coisa assim, né? Mas daqui a pouco a gente vai ser cobrado disso também. E as pessoas que não têm condições, não vão ter condições de continuar aqui.”

Conclusão

A Light serviu de exemplo para mostrar que, à custa da perda de direitos, muitas vezes à própria vida, que viveram os moradores das favelas 'pacificadas' sob as UPPs, houve uma lógica de controle territorial e lucro por parte de grandes agentes. Através do combate aos 'gatos' de luz pela UPP, a companhia obteve altos lucros em áreas da cidade que anteriormente não conseguia, como podemos ver em dois relatórios da companhia aos acionistas:

A parceria com o Governo do Estado do Rio de Janeiro, que, por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), possibilitou a entrada da Light em locais onde antes não era possível prestar um bom serviço. Respeitados e regularizados, os moradores das comunidades cariocas passaram a pagar pela energia consumida, impactando o capital financeiro na medida em que a regularização do consumo elevou a arrecadação da Light.⁷

Das 34 comunidades que já contam com Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), a Light está presente em 17 delas e já concluiu a reforma da rede em nove, registrando uma redução média das perdas de 53,0 p.p. (de 64,1% para 11,1%) e aumento médio da adimplência de 88,9 p.p. (de 9,6% para 98,5%)⁸

Assim, sentidos do programa das UPPs foi o de ser garantidor da ordem 'legal', ao menos enquanto tiveram efetivo controle dos territórios, como nos disse Heitor (43), ativista da Mangueirinha:

Com a chegada da UPP, a Light regularizou muita, muita coisa... até o momento em que a UPP de fato teve vigência. Ou de fato teve seu papel desempenhado.

No mesmo sentido, Érica (35) ativista do Pavão-Pavãozinho, nos disse que, com o declínio das UPPs, esse cumprimento dos regulamentos já não ocorre mais..

A população por algum tempo começou a sentir que podia seguir a regra que a UPP tava fazendo. Hoje eu acho que tá muito claro! Que a gente sabe que quem manda de novo aqui é o tráfico. Então é a regra deles—essa coisa de fechar quando eles mandam.

Em entrevista já após sua saída da Secretaria, Beltrame falou dos limites das UPPs, sem deixar de apontar um sentido de fracasso, não declarado, do programa:

Vou exemplificar com um caso na semana passada. Um policial foi chamado no domingo às 6 horas da tarde para atender à ocorrência de briga numa comunidade pacificada. Foram ele e um companheiro. Era um bar sem alvará, sem licença de vigilância sanitária para vender seus produtos, a luz era um gato, a água outro gato, a TV a cabo outro gato, na porta do bar uma canaleta com o esgoto a céu aberto, as mesas do bar ocupando metade da rua. O policial chega lá dizendo que os vizinhos querem que haja "ordem" e acabe a briga. O policial é o único ser formal, mas fragilizado por todas essas questões. Eu mesmo digo para o policial nem ir.

"A Light serviu de exemplo para mostrar que, à custa da perda de direitos, muitas vezes à própria vida, que viveram os moradores das favelas 'pacificadas' sob as UPPs, houve uma lógica de controle territorial e lucro por parte de grandes agentes."

Há dez anos o dono do bar se comporta do mesmo jeito e já fez um puxadinho para a casa da filha. Pode falar dos defeitos da polícia, mas o discurso precisa ser outro. Tem de buscar ordem na ocupação do solo, na urbanização das comunidades. É preciso derrubar essas vacas sagradas porque o poder público não faz o que deveria fazer. Quanto mais cidadania você dá, de menos polícia você precisa.⁹

Para os moradores ficou a triste constatação de que a UPP, alardeada como uma nova polícia, não tardou a mostrar a velha face de um Estado com políticas efêmeras e muitas vezes, a reboque das pirotecnias eleitoreiras, revelando-se um aparelho estatal que mais serviu para cobrar deveres do que garantir direitos a ele.

Notas:

1. Esse artigo é fruto da pesquisa de Pós Doutorado (PNPD CAPES) realizada no PPGECC-UERJ Grandes Eventos: Oportunidades, dilemas e desafios para a construção da cidadania de jovens de favelas e periferias na metrópole do Rio de Janeiro. Junto a essa pesquisa, atuamos em parceria com a antropóloga estadunidense Janice Perlman na pesquisa Mega-Events, Public Policies and The Future Of Rio's Favelas: Goals Won and Lost in the 'Game' over The Right to the City, pela Tinker Foundation *EUA) sendo que as entrevistas mostradas aqui foram utilizadas para ambas as pesquisas.
2. Ver <http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2014/09/moradores-de-favelas-do-rio-movimentam-r-123-bilhoes-porano>. Consultado em 25/07/2018.
3. Ainda em 2008, André Urani pu-

blicou o livro “Trilhas para o Rio: do reconhecimento da queda à reinvenção do futuro”, onde diversas formulações que posteriormente se tornaram políticas efetivas, ou valiosas análises que guiam essas políticas estão ali escritas.

4. <http://www.iets.org.br/a-reinvencao-do-futuro-das-grandes-metropoles-e-a-nova-agenda-dedesenvolvimento-economico-e-social-da-america-latina> consultado em 20/07/2018
5. “Sem direitos econômicos, favelas movimentam bilhões”. O Globo, 24/08/2008
6. A família precisaria estar cadastrada em algum programa social do governo. E apenas o consumo de 30 kWh no mês tem desconto de 65%. Acima de 100 kWh o desconto é de apenas 10%, índice que, numa casa com aparelhos eletrodomésticos e sob o forte calor do Rio de Janeiro, é muito difícil não ultrapassar. Ver <http://www.light.com.br/para-residencias/Sua-Conta/tarifa-social.aspx>.
7. Light: Relatório de Sustentabilidade 2014 – Light (p. 56)
8. Light: Relatório da Administração ano 2013 – Light S.A.- 2013 (p. 28)
9. <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/10/beltrame-o-rio-nao-tem-condicoes-de-acabar-com-desordem-que-deixou-acontecer.html> Consultado em 28/07/2018

Referências:

BURGOS, Marcelo **PEREIRA**, Luiz Fernando Almeida, **CAVALCANTI**, Mariana, **BRUM**, Mario e **AMOROSO**, Mauro. “O Efeito UPP na Percepção dos Moradores das Favelas”, *Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio*, nº 11. 2011

DAS, Veena e **POOLE**, Deborah. *Anthropology in the margins of the state*. Oxford: School of American Research Press /James Currey, 2004.

GONÇALVES, Rafael Soares. Favelas do Rio de Janeiro. História e direito. Rio de Janeiro: Pallas/PUC-Rio, 2013.

LEITE, Marcia. “Entre a “guerra” e a “paz”: UPPs e gestão dos territórios de favela no Rio de Janeiro”, Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social, v. 7, no 4, out-dez 2014.

_____ e Machado da Silva, Luiz Antonio. “Circulação e fronteiras no Rio de Janeiro: a experiência urbana de jovens moradores de favelas em contexto de ‘pacificação’”, in **CUNHA**, Neiva Vieira da e **FELTRAN**, Gabriel de Santis. Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: FAPERJ/Lamparina, 2013.

MACHADO DA SILVA, Luis Antônio. Fazendo a cidade: trabalho, moradia e vida local entre as camadas populares urbanas. Rio de Janeiro: Morula, 2016.

OLIVEIRA, Anazir Maria de et alli. Favelas e organizações comunitárias. Petrópolis: Vozes, 1993.

Karyne Cristine Maranhão de Matos

Mestre em Urbanismo pelo Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB/FAU/UFRJ) - Dissertação: Transformações urbanas, remoções e resistências em áreas de favela: a Vila Autódromo e os megaeventos no Rio de Janeiro. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) - Trabalho Final de Graduação: Centro de Difusão Cultural no Complexo de Favelas do Alemão.

A Vila Autódromo e a violação dos direitos à moradia - aspectos históricos à época pós Olimpíadas

Resumo:

O presente artigo busca discutir teórica e conceitualmente questões que confrontam as demandas pelo ordenamento territorial em face das ações político-administrativas de natureza neoliberal, que apostam no planejamento estratégico urbano na cidade do Rio de Janeiro, que tem sido implantado arbitrariamente há mais de uma década, mas que a partir dos megaeventos esse projeto urbano se revelou mais agressivo e ampliou o espaço da exclusão social. Durante a Copa do Mundo e, posteriormente, com a realização dos Jogos Olímpicos Rio-2016, a tônica da administração pública esteve pautada em reforçar os processos de espetacularização urbana, que assegura e privilegia os interesses do capital privado em detrimento da gestão democrática. Neste contexto, um caso exemplar é o da favela Vila Autódromo, que foi diretamente afetada pela política de remoções de assentamentos precários imposta pelo atual governo municipal, que desconsidera, convenientemente, os fundamentos do direito à cidade.

A VILA AUTÓDROMO E A VIOLAÇÃO DOS DIREITOS À MORADIA - ASPECTOS HISTÓRICOS À ÉPOCA PÓS OLIMPÍADAS

A violação do direito à moradia em benefício dos setores hegemônicos da economia revela que a especulação imobiliária, aliada de muitas representações políticas, tem protagonizado os principais conflitos entre a implantação de grandes projetos urbanos e suas respectivas desapropriações e remoções. No caso da cidade do Rio de Janeiro, um dos principais embates se deu a partir da construção do Parque Olímpico, no bairro da Barra da Tijuca, que foi palco principal das competições no decorrer dos Jogos Olímpicos Rio-2016, e as remoções na Vila

Autódromo, vizinha ao empreendimento.

O Rio de Janeiro passou por uma série de obras e reformas com a justificativa da preparação da cidade para os grandes eventos internacionais, contudo as intervenções são sempre favoráveis ao potencial imobiliário e turístico de uma localidade específica. O projeto olímpico e a escolha da concentração espacial das principais instalações esportivas, majoritariamente, no Centro da cidade e na Barra da Tijuca, em grande parte, reproduziram a expectativa da cidade de negócios e do turismo. Conforme Orlando Santos Junior e Mauro Santos (2012):

No processo de preparação dos megaeventos, a gestão

pública tem tido um papel central na criação de um ambiente propício aos investimentos, principalmente aqueles vinculados aos setores do capital imobiliário, das empreiteiras de obras públicas, das construtoras, do setor hoteleiro, de transportes, de entretenimento e de comunicações. (SANTOS JUNIOR; SANTOS, 2012: p.295)

Segundo Glauco Bienenstein e Gilmar Mascarenhas (2017), durante o período que se estende de 2009 a 2016, a preparação do Rio de Janeiro para sediar os megaeventos esportivos seguia seu curso e a grande mídia ora omitia, ora minimizava os conflitos sociais gerados pelas transformações espaciais em consequência dos jogos, prestando importante solidariedade e/ou apoio ao projeto de cidade conduzido pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e seus demais parceiros privados. Orlando Santos Junior e Mauro Santos (2012) compreendem que a gestão pública teve um papel central na criação de

um ambiente propício aos investimentos privados, principalmente aqueles vinculados aos setores do capital imobiliário, das empreiteiras de obras públicas, das construtoras, do setor hoteleiro, de transportes, de entretenimento e de comunicações.

Nessa perspectiva, o poder público adotou medidas atreladas aos investimentos desses setores, por exemplo, a isenção de impostos e financiamento com taxas de juros reduzidas, a transferência de patrimônio imobiliário, sobretudo através das parcerias público-privadas e operações urbanas consorciadas e a remoção de comunidades de baixa renda das áreas a serem revitalizadas a partir do interesse do setor da construção civil. Como descrevem Orlando Santos Junior e Mauro Santos (2012):

De fato, a existência das classes populares em áreas de interesse desses agentes econômicos se torna um obstáculo ao processo de apropriação desses espaços aos circuitos de valorização do capital vinculados à pro-



**A Vila Autódromo não está à venda! - Vila Autódromo
(Fonte: Karyne Maranhão / Ano: 2015)**

dução e à gestão da cidade. Efetivamente, tal obstáculo tem sido enfrentado pelo poder público através de processos de remoção, envolvendo reassentamentos das famílias para áreas periféricas, compra assistida de novos imóveis, indenizações ou simplesmente despejos. Na prática, a tendência é que esse processo se constitua numa verdadeira transferência de patrimônio sob a posse das classes populares para alguns setores do capital. (SANTOS JUNIOR; SANTOS, 2012: p.295)

Na prática, “a tendência é que esse processo se constitua numa verdadeira transferência de patrimônio sob a posse das classes populares para alguns setores do capital” (SANTOS JUNIOR; SANTOS, 2012: p.295). De acordo com Orlando Santos Junior e Mauro Santos (2012):

O caso do Rio de Janeiro é bastante ilustrativo desse processo, não só pelo número de famílias despejadas, mas pelos mecanismos de despossessão e privação adotados, assim como pe-



**O processo de transferência de patrimônio - Vila Autódromo
(Fonte: Karyne Maranhão / Ano: 2016)**

Sendo assim, as remoções fundamentadas nas justificativas superficiais do poder público podem ser consideradas processos de espoliação urbana (HARVEY, 2004), onde territórios ocupados como valor de uso por seus moradores são espoliados, ou seja, retirados de quem os pertence por meio de fraude ou violência. Após a espoliação, as terras são apropriadas como valor de troca e integradas ao circuito de valorização imobiliária do capital.

los lugares reservados para as famílias de baixa renda na cidade. Na maioria das vezes, os processos de remoção têm impossibilitado a permanência das famílias na mesma localidade ou no mesmo bairro, seja pela distância da maioria dos empreendimentos habitacionais oferecidos para reassentamento das comunidades afetadas, seja pelos valores oferecidos de inde-

nização ou compra assistida, que tem por base o valor das benfeitorias e não seu valor de mercado. (SANTOS JUNIOR; SANTOS, 2012: p.296)

do Paes foi reeleito com grande margem de votos e novamente com um financiamento de campanha muito superior ao de seus adversários. Conforme Lena Aze-



A relação entre o poder público e o poder privado - Vila Autódromo
(Fonte: Karyne Maranhão / Ano: 2016)

Ao analisar as doações de campanha do prefeito Eduardo Paes (2009-2016) ficou evidente a importância dos setores financeiros, imobiliários, da construção civil e industrial para a viabilização das suas duas candidaturas. Na campanha de 2008, Eduardo Paes obteve financiamento muito superior ao de seus concorrentes, arrecadando aproximadamente R\$ 11 milhões, tendo como principais investidores a empresa EIT Engenharia Industrial Técnica S.A. (R\$ 1 milhão), o empresário Eike Batista (R\$ 500 mil), as empreiteiras OAS S.A. (R\$ 350 mil) e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia S.A. (R\$ 300 mil), o banco Itaú (R\$ 300 mil), a imobiliária Rossi (R\$ 200 mil), dentre outros (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL apud AZEVEDO; FAULHABER, 2015).

Na campanha de 2012, Eduar-

vedo e Lucas Faulhaber (2015), mais de 60% das doações direcionadas à sua candidatura e ao diretório municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro são originários de empresas que atuam no mercado imobiliário, entre elas a Carvalho Hosken (responsável pelo Parque Olímpico), a OAS (encarregada pelo Porto Maravilha, da TransOlímpica e da TransCarioca) e a Cyrela (responsável pelo Campo de Golfe).

Ao considerar a valorização de áreas da cidade em função das intervenções olímpicas realizadas ou incentivadas pelo poder público, nota-se um processo de expulsão da população de baixa renda, tanto pela política de remoções promovidas pelo poder público, quanto pela dinâmica do mercado imobiliário que aumenta progressivamente o custo de vida nessas áreas da cidade. “A

consequência desse processo é a reapropriação daquele espaço por outros agentes econômicos, através do mercado imobiliário” (CASTRO; NOVAES, 2015: p.79) e, no caso da Barra da Tijuca e da Vila Autódromo, fica explícito o interesse privado na área ocupada pela favela, principalmente da empreiteira Carvalho Hosken. Sendo assim, o processo de remoção da população de baixa renda da Vila Autódromo e, também, de outras favelas da cidade, que se consolidou ignorando a legislação vigente sobre a temática, feriu o direito constitucional à cidade e à moradia digna e bem localizada. Segundo Demian Castro e Patrícia Novaes (2015):

É notório que o investimento público de diferentes ordens gera aumento do preço das terras e dos imóveis, desde os mais básicos, como asfaltamento, energia elétrica e redes de saneamento básico, até os processos de implementação de redes transportes e a construção de parques públicos e de equipamentos esportivos. Assim, pensar a localização dos principais projetos de reestruturação urbana revela

a intencionalidade das ações do poder público e também os principais favorecidos, no caso, empreiteiras, proprietários de terras e incorporadores, que ainda que algumas vezes sejam pessoas físicas e jurídicas diferentes, muitas vezes também são as mesmas. (CASTRO; NOVAES, 2015: p.85)

A Vila Autódromo, situada na Barra da Tijuca e ao lado do antigo Autódromo de Jacarepaguá, vizinha do principal empreendimento olímpico na cidade do Rio de Janeiro, se organizou enquanto comunidade formal a partir da criação da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, em 1987. Entretanto, a Vila Autódromo teve sua origem como uma comunidade de pescadores, no início da década de 1960, época em que a Zona Oeste do Rio de Janeiro era praticamente deserta, sem os condomínios de luxo e os *shoppings centers* de atualmente. A organização jurídica da Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo foi um importante instrumento de articulação e luta dos moradores que, a partir desse momento, conquistaram avanços para a



Prefeito Eduardo Paes, especulação imobiliária e juízes corruptos - Vila Autódromo (Fonte: Karyne Maranhão / Ano: 2016)

Vila Autódromo. Em seguida, em 1989, durante a administração do prefeito Marcelo Alencar (1989-1992), famílias foram assentadas na Vila Autódromo oriundas da favela Cardoso Fontes, localizada próxima ao Hospital Federal Cardoso Fontes, no bairro da Freguesia, em Jacarepaguá.

Desde a década de 1990, o histórico de pressões e ameaças de remoção são vivenciados pelos moradores da Vila Autódromo, que habitavam aquela região desde o início da década de 1960. Cerca de 30 anos após sua fundação, a Vila Autódromo enfrentou sua primeira batalha contra as remoções com a expansão da Barra da Tijuca. O crescimento do bairro foi uma resposta de empreendedores imobiliários aos altos índices de criminalidade na Zona Sul da cidade e à redemocratização após a queda do regime militar. A região inteira se desenvolveu a partir da década de 1980 na forma de diversos condomínios privados, exclusivos e excludentes.

A primeira tentativa aconteceu em 1992, ano de realização da ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento. Embasado pelo discurso ambientalista em alta nesse período, o subprefeito da Barra da Tijuca Eduardo Paes (1992-1996), com a aprovação da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, solicitou a remoção da mesma sob o argumento de que a comunidade causara “danos estéticos, visuais e ambientais” (LINS, 2013: p.07) para a região vizinha às instalações da ECO-92, realizada no Centro de Convenção Riocentro, a poucos quilômetros da Vila Autódromo.

Em 1993, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro César Maia (1993-1997), ao assumir a Prefeitura pela primeira vez, decretou a remoção de grandes favelas na área da Barra da Tijuca argumen-

tando danos ambientais ao bairro. Nessa época foram removidas a Vila Canal de Marapendi, próxima ao atual Shopping Downtown, e a Vila Parque, ao lado do atual Centro Comercial Barra Shopping. No caso da Vila Autódromo, a Prefeitura entrou com ação no Poder Judiciário para remover a favela, porém a ação não prosseguiu diante da Titulação de Posse provisória concedida pelo então governador Leonel Brizola (1991-1994).

Após a primeira tentativa de remoção da Vila Autódromo, em 1992, vale ressaltar cinco momentos importantes no histórico do local (AMPVA, 2011):

- Em 1994, a antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro assentou legalmente mais de 60 famílias relocadas de outras regiões da cidade;
- Também em 1994, o então governador Leonel Brizola (1991-1994) concedeu aos moradores do núcleo central da Vila Autódromo a Titulação de Posse provisória das habitações em resposta às tentativas de remoção por parte do então prefeito César Maia (1993-1997), por tratar-se de construções edificadas em área pública;
- Em 1997, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, representado por Marcello Alencar (1995-1999), concedeu a Titulação de Posse definitiva a 104 famílias residentes do núcleo central da área ocupada, através dos Termos Administrativos de Concessão de Uso Real;
- Em 1998, a Concessão de Uso Real foi estendida para os moradores da faixa marginal da Lagoa de Jacarepaguá, por noventa e nove anos, por

“Com a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e do Rio de Janeiro para sediar das Olimpíadas de 2016, ressurgiu a ameaça de remoção compulsória de diversas favelas cariocas, tão presente ao longo dos preparativos da cidade para os Jogos Pan-Americanos de 2007.”

meio da antiga Secretaria da Habitação e Assuntos Fundiários do Estado do Rio de Janeiro, publicado no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1998;

- Em 2005, foi sancionada a Lei Complementar nº 74/2005 e a Lei Complementar nº 79/2006, configurando a Vila Autódromo como Área Especial de Interesse Social² e, como tal, só deveria cumprir a função de habitação de interesse social³.

Com a preparação da cidade para a realização dos Jogos Pan-Americanos de 2007, que apresentou a concentração da maioria dos equipamentos esportivos implantados na região da Barra da Tijuca e, principalmente, na área do antigo Autódromo de Jacarepaguá. Na região da Barra da Tijuca, o Complexo Esportivo Cidade dos Esportes foi construído na área pertencente ao antigo Autódromo de Jacarepaguá, e agrupou a Arena Olímpica do Rio, o Parque Aquático Maria Lenk e o Velódromo. Durante a implantação desses equipamentos esportivos, mesmo sob a proteção da Lei Complementar nº 74/2005, a Vila Autódromo precisou resistir a novas tentativas de remoção.

No início de 2010, membros da Associação de Moradores se encontravam semanalmente com advogados do Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Rio de Janeiro, que representavam a comunidade. O Núcleo de Terras e Habitação estava firme ao afirmar os direitos da comunidade, já que a Vila Autódromo era uma das poucas favelas em que moradores tinham documentação por escrito concedendo direito ao uso da terra, além da determinação como Área de Especial de Interesse Social. Com as bases legais à mão, a defesa da comunidade estava tão sólida,

quanto se é possível para qualquer favela no Rio de Janeiro. De acordo com Theresa Williamson (2018b):

Além de abrir um processo contra a Prefeitura do Rio, o Núcleo de Terras e Habitação preparou e enviou um documento de oitenta páginas ao Comitê Olímpico Internacional, descrevendo as violações de direitos humanos e violações legais, de modo geral, observadas na Vila Autódromo. O documento pretendeu deixar o Comitê Olímpico Internacional ciente diretamente e imediatamente sobre a natureza preocupante do comportamento demonstrado pela administração do Prefeito Eduardo Paes em relação à Vila Autódromo, suas ramificações legais e o contexto do que estava em jogo. A história e a natureza da comunidade estavam em risco. No fim de 2010, o Comitê Olímpico Internacional respondeu com um questionamento direto ao governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, que resolveu o problema dissolvendo o Núcleo de Terras e Habitação, transferindo todos os defensores públicos do grupo para outras locais do estado e temporariamente fechando o núcleo. (WILLIAMSON, 2018b: s.p.)

Com a escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e do Rio de Janeiro para sediar das Olimpíadas de 2016, ressurgiu a ameaça de remoção compulsória de diversas favelas cariocas, tão presente ao longo dos preparativos da cidade para os Jogos Pan-Americanos de 2007. Em 2009, ano em que a cidade do Rio de Janeiro é escolhida como cidade-sede dos Jogos Olímpicos, a

Prefeitura anunciou que, visando a realização das Olimpíadas de 2016, mais de 3.500 famílias de favelas das Zonas Oeste e Zona Norte seriam removidas, dentre essas, a Vila Autódromo (AMPVA, 2016).

Levando em consideração a legislação vigente da região ocupada pela Vila Autódromo, quaisquer interferências na área só poderiam acontecer no sentido de garantir a permanência e o direito à moradia da população residente. Sendo assim, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro possuía um discurso oficial de que não tinha a intenção de desapropriar a área por completo, alegando que as famílias que foram desapropriadas ocupavam uma área ambientalmente protegida na margem da Lagoa de Jacarepaguá ou estavam na rota da construção de vias de acesso ao Parque Olímpico. Porém, após anos de pressão e discussão sobre as desapropriações de famílias vizinhas ao futuro Parque Olímpico, as remoções começaram em fevereiro de 2014.

Em 20 de março de 2015, cinquenta e oito casas foram marcadas para remoção a partir de um decreto de desapropriação, e decretos futuros ofereceram a possibilidade de mais casas terem o mesmo destino. Foi por meio deste decreto que todos os líderes mais antigos da comunidade foram por fim removidos, e porque o decreto estipulava que os tribunais determinassem o valor dos terrenos em questão, suas indenizações foram uma fração do que foi dado a moradores que aceitaram indenizações anteriormente. Assim, aqueles mais comprometidos com a comunidade, que lutaram tanto em seu favor e que queriam tão profundamente permanecer, foram no final das contas os que receberam as piores indenizações. Conforme Demian Castro e Patrícia Novaes (2015):

Dessa forma, a implementação do projeto olímpico fortaleceu uma visão de cidade orientada para os processos de acumulação de capital. Esse processo produziu graves restrições no direito à moradia, especificamente através da política de remoções conduzida pela prefeitura, realizada ao largo das legislações vigente. Outro grande impacto foram as remoções indiretas devido ao aumento dos preços dos aluguéis. Em ambos os casos o que se percebeu foi um processo de realocação dos pobres na cidade em direção às áreas periféricas e abertura de novas fronteiras para o capital imobiliário, seja onde essas pessoas foram realocadas, seja de onde elas foram retiradas. (CASTRO; NOVAES, 2015: p.85)

Diversos foram os métodos utilizados para dar visibilidade às remoções, entre eles: manifestações, documentação das violações em dossiês, realização de denúncias, divulgação em veículos da imprensa internacional e em mídias alternativas, redes sociais, entre outros. Em consequência da ampla divulgação da ação arbitrária do poder público, notou-se uma atenuação das violações de direitos e situações de violência contra os moradores de áreas atingidas pelas remoções olímpicas.

Contudo, as vitórias, ainda que parciais, reforçam a importância dos movimentos de resistência frente à mercantilização da cidade e da moradia promovida pela “governança urbana empreendedora neoliberal” (CASTRO; NOVAES, 2015: p.86) em benefício dos grandes eventos na cidade



Remoção com ética - Vila Autódromo
(Fonte: Karyne Maranhão / 2015)

do Rio de Janeiro. Assim sendo, no caso da Vila Autódromo, para além da luta política pelo direito à cidade e à moradia, o movimento de união e resistência simbolizou a luta pelo direito à permanência, através da conquista dos lugares onde seus habitantes lutaram por décadas.

Do total de 550 famílias que viviam na Vila Autódromo, apenas 20 conquistaram o direito de permanência depois da urbanização realizada pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Cerca de 400 famílias foram realocadas em apartamentos no condomínio Parque Carioca, na Estrada dos Bandeirantes, Zona Oeste da cidade. Ex-moradores entrevistados pela EBC Agência Brasil reclamam do processo conduzido pela Prefeitura, dizem que as promessas não foram cumpridas, que os apartamentos são pequenos para o tamanho das famílias, consideram a negociação injusta e dizem que sofreram pressão psicológica para aceitar qualquer tipo de acordo.

Apesar do número pequeno de famílias resistentes, em março de 2016, a Prefeitura apresentou

o Plano de Urbanização da Vila Autódromo (2016). Além da construção de 20 novas habitações, o referido plano previu a implantação de duas unidades educacionais municipais, erguidas a partir do desmonte da Arena do Futuro, após a realização dos Jogos Olímpicos. O Coordenador do Núcleo de Terras da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, João Helvécio de Carvalho, em entrevista para a EBC Agência Brasil, considerou o acordo da Vila Autódromo uma vitória que marca um novo paradigma na relação das comunidades com a prefeitura. Para João Helvécio de Carvalho (2016):

A expressão quantitativa pode parecer que foi uma derrota, mas, pelo contrário, ela significa que as pessoas podem resistir. Apesar de todo tipo de trauma que eles sofreram, o resultado é satisfatório e isso mostra para outras comunidades, para outras pessoas, que vale a pena quando você tem fundamento legal e justo para a sua demanda. Vale a

pena você insistir na defesa daquilo que você estabelece como prioridade, no caso, a moradia digna em um ambiente consolidado de 40 anos de permanência, com direito previsto na legislação apontando para a urbanização e a regularização fundiária. (CARVALHO, 2016: s.p. apud NITAHARA, 2016b: s.p.)

A vitória da Vila Autódromo contra a arbitrariedade do poder público em serviço dos megaeventos aconteceu mesmo contra todas as probabilidades e serve como inspiração para outras comunidades que enfrentam remoções, não apenas na cidade do Rio de Janeiro. Essa vitória também serviu para fortalecer os protestos contra impactos severos dos Jogos Olímpicos nas cidades-sede e mostra que quando as pessoas são determinadas e organizadas, mesmo enfrentando os interesses imobiliários e no contexto de um estado de exceção proporcionado pelos megaeventos, tudo é possível.

Notas:

1. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/favela-vila-autodromo-tambem-tem-casas-de-classe-media-2744508>>. Acesso em novembro de 2017.
2. Lei Complementar nº 74 de 14 de janeiro de 2005 - Modifica a legislação de trecho da subzona A-16-A do Capítulo III do Decreto nº 3.046 de 27 de abril de 1981. Art. 9º. Fica declarada como Área de Especial Interesse Social a área cujos limites estão descritos no Anexo desta Lei Complementar - Vila Autódromo. Art.10 Da Área de Especial Interesse Social excluem-se edificações que ocupam a Faixa

Marginal de Proteção da Lagoa de Jacarepaguá e o Projeto de Alinhamento da Av. Embaixador Abelardo Bueno. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/APL/Legislativos/contlei.nsf/1dd40aed4fced2c5032564ff0062e425/6ac956bdcelbe32d-032577220075c824?OpenDocument>>. Acesso novembro de 2017.

3. Lei Complementar nº 79 de 30 de maio de 2006 - Institui o Projeto de Estruturação Urbana - PEU dos bairros de Vargem Grande, Vargem Pequena, Camorim e parte dos bairros do Recreio dos Bandeirantes, Barra da Tijuca e Jacarepaguá, nas XXIV e XVI Regiões Administrativas, integrantes das Unidades de Planejamento números 46, 47, 40 e 45 e dá outras providências. Disponível em: <<http://mail.camara.rj.gov.br/>>. Acesso em março de 2016.
4. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150815_entrevista_eduardo_paes_hb_jp>. Acesso em setembro de 2015.
5. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/ex-moradores-da-vila-autodromo-dizem-que-promessas-nao-foram>>. Acesso em novembro de 2017.
6. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/familias-removidas-da-vila-autodromo-querem-indenizacao-da>>. Acesso em novembro de 2017.
7. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/familias-da-vila-autodromo-comemoram-vitoria-da-resistencia-com>>. Acesso em novembro de 2017.

Realização:



Em parceria com:

